

VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS

V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ

“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:

Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”

28, 29 E 30 de Novembro de 2023



Mario Sergio Alves Carneiro
Reitor (UERJ)

Professor Luis Antonio Campinho Pereira da Mota
Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa – PR2 (UERJ)

Ana Maria de Almeida Santiago
Diretora (FFP/UERJ)

Mariza de Paula Assis
Vice-diretora (FFP/UERJ)

Luiz Fernando Conde Sangenis
Coordenador (PPGEDU/FFP/UERJ)

Denize de Aguiar Xavier Sepúlveda
Vice-coordenadora (PPGEDU/FFP/UERJ)

Ligiane Pessanha Almeida
Secretária (PPGEDU/FFP/UERJ)

EDITORA DA FFP

Flavia de Oliveira Barreto Editora Executiva
Shirley de Souza Gomes Carreira Editora Assistente

Comissão Editorial

Abel Rodolfo Garcia Lozana
Catia Antonia da Silva
Daniela Mendes Vieira da Silva
João Marçal Bodê de Moraes
Norma Sueli Rosa Lima
Ricardo Tadeu Santori
Tatiana Galieta Nascimento
Vania Finholdt Ângelo Leite

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

S471 Seminário Processos Formativos e Desigualdades Sociais
(6. : 2023 : Rio de Janeiro)

Anais do VI Seminário Processos Formativos e Desigualdades
Sociais: Educação e democracia em tempos de reconstrução:
desafios da escola pública na superação das desigualdades. V
Seminário de Egressos do PPGEDU/FFP/UERJ> [Recurso eletrônico]
/coordenação: Carlos Alberto Lima ... [et. al.]. – Rio de Janeiro :
UERJ/ FFP, 2023.

1 recurso online (358p.)

ISBN 978-65-88607-08-4

1. Educação – Congressos. I. Lima, Carlos Alberto. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

2. Faculdade de Formação
de Professores. III. Título.

CDU 371

Bibliotecária: Rejane Rosa do Amaral Monteiro CRB7/4924

Comissão Organizadora dos Anais do Evento

Carlos Alberto Lima

Eduardo Gomes

Glasielle Ribeiro

Helena Fontoura

Lívia Martins

Lucília Lino

Corpo Docente do PPGEDU/FFP/UERJ

Permanente:

Adriana de Almeida
Alexandra Garcia Ferreira Lima
Alexandre Silva Guerreiro
Amanda Mendonça
Anelice Astrid Ribetto
Arthur Vianna Ferreira
Carlos Soares Barbosa
Denize de Aguiar Xavier Sepúlveda
Helena Amaral da Fontoura
Lucília Augusta Lino
Luiz Fernando Conde Sangenis
Mairce da Silva Araújo
Márcia Soares de Alvarenga
Maria Luisa Furlin Bampi
Maria Tereza Goudard Tavares
Nilda Guimarães Alves
Rosa Malena de Araújo Carvalho
Rosimeri de Oliveira Dias
Sandro Tiago da Silva Figueira
Sônia de Oliveira Camara Rangel
Vânia Finholdt Angelo Leite

Colaboradores:

Inês Ferreira de Souza Bragança
Marcia Lisbôa Costa de Oliveira

Créditos do Evento:

Comissão Organizadora

Docentes

Prof.Dr. Alexandre Guerreiro
ProfªDrª Helena Amaral da Fontoura
Profª Drª Lucília Augusta Lino
Prof. Dr. Luiz Fernando Sangenis
Profª Drª Maria Tereza Goudard Tavares
Profª Drª Noale Toja

Discentes

Alan Navarro
Alexandre Pereira Mérida
Alex Vieira
Clarissa Quintanilha
Cintia Rodrigues
Danusa Tederiche
Eduardo Gomes
Érica Renata Vilela de Moraes
Fabiano Viana Andrade
Flaviane Coutinho Neves Americano Rego
Florentino Maria Lourenço
Glasielle Ribeiro
Livia Martins Barbosa Pereira
Lucia Maria Gonçalves de Andrade
Mônica Paiva Volpato
Sara Wagner York
Thais Coutinho
Thais Pio Marques

Comissão Científica

Adriana de Almeida	UERJ/FFP
Alessandra da Costa Abreu	UERJ/FFP
Alexandra Garcia	UERJ
Alexandre Guerreiro	UERJ/FFP
Amanda André de Mendonça	UERJ/FFP
Ana Patrícia da Silva	Cap-UERJ
André Bocchetti	UFRJ
Anelice Ribetto	UERJ/FFP
Carina Alves da Silva Darcoletto	UEPG
Cecilia Neves Lima	UFF
Daniela Frida Drelich	UERJ
Fábio Luiz Alves de Amorim	ANFOPE - SEDU/ES
Helena Amaral da Fontoura	UERJ/FFP
Inês Ferreira de Souza Bragança	UNICAMP/UERJ
Ivana de Oliveira Gomes e Silva	UFPA
José Guilherme de O. Freitas	LAPEADE UFRJ
Karine Vichielt Morgan	UERJ
Mairce Araújo	UERJ/FFP
Márcia Mara Ramos	Flacso/UFF/MST
Marcia Miranda	Cap UERJ
Márcia Soares de Alvarenga	UERJ/FFP
Márcio de Albuquerque Vianna	UFRRJ
Maria Cecília Sousa de Castro	UFF
Maria da Conceição C. Arruda	UERJ/Fiocruz
Maria do Carmo M. M. Rodrigues	UERJ/SME
Maria Goretti A. Rodrigues	UFF
Maria Luisa Furlin Bampi	UERJ/FFP
Maria Tereza Goudard Tavares	UERJ/FFP
Paulo Lucas da Silva	UFPA
Renato Barros de Almeida	UEG / PUC Goiás
Rosa Malena de Araújo Carvalho	IEF/UFF
Sandro Tiago da Silva Figueira	UFF
Tania Delboni	UFES
Ubirajara Couto Lima	UESB
Welton Pereira e Silva	UFF



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

APRESENTAÇÃO

Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação. (SAVIANI, 1984, p. 61)

Na perspectiva de ampliarmos o diálogo entre escola pública e democracia, o Programa de Pós-graduação em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais - da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGedu/FFP/UERJ), no ano de comemoração do jubileu (50 anos) do campus da FFP, situado na cidade de São Gonçalo, região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, realizou nos dias 28 a 30 de novembro de 2023 o VI Seminário Processos Formativos e Desigualdades Sociais e o V Seminário de Egressos, com o tema “Educação e democracia em tempos de reconstrução: Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades.”

Nessa edição, recebemos 102 resumos expandidos, divididos nas duas Linhas de Pesquisa do Programa: “Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas” e “Políticas, Direitos e Desigualdades”, submetidos por mestrandos(as) e doutorandos(as) com matrícula ativa, e egressos(as) do Programa. Os trabalhos foram apresentados pelos(as) autores(as) e coautores(as) em rodas de conversa, organizadas nesses três dias do evento.

Entendemos que o número de trabalhos inscritos reforça e reflete a importância do evento para pesquisadores(as) do PPGedu/FFP/UERJ, uma vez que possibilita conversas acerca dos estudos realizados nos Grupos de Pesquisa, bem como a circulação dos resultados das investigações. Além disso, o evento nos permite vislumbrar como se deu a continuidade dos trabalhos dos(as) egressos(as) no que se refere aos desdobramentos das temáticas de suas dissertações e teses.

A maioria dos trabalhos foi escrita em parceria com os(as) orientadores(as), professores(as) do Programa, inclusive os submetidos pelos(as) egressos(as).



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Tivemos, também, um trabalho escrito por aluno do Programa de Pós-graduação em História Social da FFP, egresso do nosso PPGedu/FFP/UERJ, assim como de colegas pós doutorandos.

Os textos, de forma geral, apresentaram conteúdos relacionados a formação de professores, educação inclusiva, ao meio ambiente, educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos, história da educação, pedagogia social, gênero, educação antirracista, educação indígena, cotidiano e currículo, com ênfase no debate sobre educação para a superação das desigualdades sociais.

Os resumos dispostos nos anais, em sua dimensão ético-política, propõem reflexões sobre relações de poder em um Estado antidemocrático, neoliberal, racista, autoritário, homofóbico, tecnicista, não inclusivo, antiambientalista, em que a escola pública e a dimensão democrática da classe-que-vive-do-trabalho é constantemente atacada.

Os trabalhos articulam discussões sobre políticas públicas educacionais e escola pública, tanto do ponto de vista teórico-epistemológico quanto do ponto de vista empírico, já que boa parte dos(as) autores(as) são professores(as) das redes públicas de educação estadual e municipal. Dito isso, compreendemos que essas escritas sistematizam o interesse pelo debate que tem como foco a educação pública e a formação integral de seus/ suas dos(as) alunos(as).

Consideramos que a realização deste evento - VI Seminário Processos Formativos e Desigualdades Sociais/V Seminário de Egressos -, cuja oferta bianual já integra o calendário de atividades do Programa, e a publicação destes Anais, além de socializar as discussões empreendidas nos diversos grupos de pesquisa do Programa e materializadas em projetos, dissertações e teses, contribui para a consolidação do Programa de Pós-graduação em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais, que há mais de uma década forma pesquisadores em Educação, comprometidos com a escola pública e com a superação das desigualdades sociais.

São Gonçalo, 28 de novembro de 2023

Comissão Organizadora



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

SUMÁRIO

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE INCLUSÃO DIGITAL NAS PRÁTICAS
EDUCATIVAS NÃO ESCOLARES EM UMA INSTITUIÇÃO NÃO
GOVERNAMENTAL NO MUNICÍPIO DE NITERÓI-RJ.....1**

Adam Alfred de Oliveira
Arthur Vianna Ferreira

**OLHARES SOBRE OS MOVIMENTOS DE INVISIBILIZAÇÃO DE UMA
FACULDADE PÚBLICA SOCIALMENTE REFERENCIADA E A RESISTÊNCIA DA
SUA COMUNIDADE ACADÊMICA.....4**

Adriana Cabral Pereira de Araújo
Lucília Augusta Lino

O LINK É FRIO: caminhos para avaliação e aplicação da prova SAEB7

Adriana de Freitas Salomão do Nascimento
Helena Amaral da Fontoura

**INFÂNCIAS E CIDADANIA NO LESTE FLUMINENSE: questões e
atravessamentos contemporâneos11**

Adrielle Lisboa
Carla Verônica C. Cardoso
Maria Tereza Goudard Tavares

**APROXIMAÇÕES ENTRE A PEDAGOGIA SOCIAL E A TEORIA DAS
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: relatos de pesquisas sobre práticas
educativas não-escolares.....14**

Alan Navarro Fernandes
Raquel Ribeiro Costa da Cunha Ferreira
Raphael Aguiar Leal Campos
Arthur Vianna Ferreira

**NARRATIVAS DE FORMAÇÃO:os nós que atamos e desatamos em
coletivo.....17**

Alessandra da Silva Rezende Souza Martins
Helena Amaral da Fontoura



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**OS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES ENQUANTO MOVIMENTOS SOCIAIS E
UTOPIA CONCRETA.....20**

Alex Luiz de Oliveira Vieira
Mônica Paiva Volpato Santos
Marcia Soares de Alvarenga

**RELATOS FEMININOS DE UNIVERSOS ESCOLARES FLUMINENSES E SUAS
INTERSECÇÕES.....24**

Alexandre Pereira Mérida
Eurídice Hespanhol
Teresa Vitória Alves
Denize Sepulveda

**FORMAÇÃO INVENTIVA NO COTIDIANO ESCOLAR: encontros com arte,
ambiente, alteridade.....28**

Ana Luiza Gonçalves Dias Mello
Ayama Vera Araujo Prado
Renata Diniz Cavallini
Rosimeri de Oliveira Dias

**A ESCOLHA DA DOCÊNCIA COMO PROFISSÃO A PARTIR DE DIFERENTES
TRAJETÓRIAS DE VIDA.....31**

Ana Paula Correia da Silva
Helena Amaral da Fontoura

**DIREITO À EDUCAÇÃO EM TERRITÓRIOS SOCIAIS PERIFÉRICOS:
Interdições e Resistências.....35**

Ana Valéria Dias Pereira
Maria Beatriz Lugão Rios
Marcia Soares Alvarenga

**CONTRIBUIÇÃO DA PEDAGOGIA FRANCISCANA PARA A EDUCAÇÃO
CONTEMPORÂNEA.....38**

André Ricardo Gan
Luiz Fernando Conde Sangenis



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

A FORMAÇÃO CONTINUADA NO PNE 2014-2024: desdobramentos da Meta 16 no município de Niterói/RJ.....41

Andréa King de Abreu Yamaguchi
Aparecida Garcia Serrano
Lucília Augusto Lino

ALBA CAÑIZARES DO NASCIMENTO: como a professora considerava o Feminismo Católico e a educação brasileira do início do século XX.....45

Anna Clara Granado Silva
Luiz Fernando Conde Sangenis

DE “TÉCNICO EM COZINHA” AO “TÉCNICO EM GASTRONOMIA”: transição de nomenclatura e mapeamento da educação profissional e tecnológica no Brasil.....48

Annah Bárbara Pinheiro dos Santos
Carlos Soares Barbosa

ENCONTROS E CONVERSAS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE NITERÓI-RJ.....52

Arina Costa Martins Cardoso
Anelice Ribetto

DAS POSSIBILIDADES E IMPOSSIBILIDADES DA RECONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL PÓS-BOLSONARO E O CARÁTER DO GOVERNO LULA.....55

Arthur Azevedo da Silva Moura
Gelsom Rozentino

REVISÃO DE LITERATURA: pesquisas recentes sobre o campo multiplicativo e diálogos nas aulas de Matemática.....58

Bernadete Mendonça de Alencar Xavier
Vania Finholdt Angelo Leite

A INTERSEÇÃO ENTRE LITERATURA E MATEMÁTICA: Formação de professores nos processos de ensino-aprendizagem.....62

Bianca de Macedo Abreu
Vania Finholdt Angelo Leite



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA E A ESCOLA QUINZE DE NOVEMBRO.....66

Bruna Bottino da Silva
Sônia de Oliveira Câmara Rangel

**EXAMES DE CERTIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
experiências em diferentes esferas.....69**

Cacilda Fontes Cruz
Nadia Batista Corrêa
Edilaine de Melo Souza
Marcia Soares de Alvarenga

**CONSOLIDAÇÃO DA FORMAÇÃO DESENVOLVIDA PELO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PROCESSOS FORMATIVOS E
DESIGUALDADES SOCIAIS A PARTIR DOS IMPACTOS DA SUA PRODUÇÃO
CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO DAS CIDADES DO LESTE METROPOLITANO
FLUMINENSE.....73**

Carlos Alberto Lima de Almeida
Luiz Fernando Conde Sangenis

**PASTORAL DA JUVENTUDE DO MEIO POPULAR “CIRANDANDO” EM
FORMAÇÃO: aproximações entre a Pedagogia Pastoral e a Pedagogia
Libertadora.....76**

Carlos César de Oliveira
Luiz Fernando Conde Sangenis

**CORPOREIDADES E AS ESCOLAS DE SAMBA COMO MEMÓRIA E
LETRAMENTO RACIAL.....80**

Cintia de Assis Ricardo da Silva
Rosa Malena de Araújo Carvalho

**EXPERIÊNCIAS FORMADORAS: reflexões docentes com as mandalas
narrativas.....84**

Clarissa Moura Quintanilha
Helena Amaral da Fontoura



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**LIÇÕES DO COTIDIANO DA SALA DE AULA NO ENCONTRO COM O FUNK
CARIOCA.....87**

Cristiane Barroso Dias
Alessandra da Costa Abreu
Mairce da Silva Araújo

**A EXPERIÊNCIA DA ESCRITA JUNTO AO COLETIVO DIFERENÇAS E
ALTERIDADE NA EDUCAÇÃO: caminhar, ver e escutar.....90**

Daiana Pilar Andrade de Freitas Silva
Débora de Souza Santos Madeira
Sheila Martins dos Santos
Anelice Ribetto

INSURGÊNCIAS PEDAGÓGICAS: corpos engajados.....94

Daniele Abreu Migon
Dinah Teba
Lilliane Carvalho
Rosa Malena de Araújo Carvalho

**NARRATIVAS DOCENTE DE MEMÓRIAS DOS PRIMEIROS ENCONTROS PÓS
PANDEMIA: reencontrando o caminho.....98**

Débora Santos Molinário Vieira
Maria Luísa Furlim Bampi

**EDUCAÇÃO E GÊNERO EM MOÇAMBIQUE: desigualdades no acesso à
educação formal de raparigas/mulheres das regiões urbanas versus das
regiões rurais.....101**

Domingos Neto Joao Joaquim
Denize Sepulveda

**OS DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO PLANO ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO: a exclusão da comunidade no
processo de seleção de seus diretores escolares.....104**

Eduardo Gomes Neto



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE UMA PROFESSORA DAS INFÂNCIAS:
(auto)biografia em construção a partir do diário de uma
mulher analfabeta.....108**

Eliete Marcelino Dias Andrade
Inês de Ferreira de Souza Bragança

INVENTIVIDADE DOCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA.....111

Elisângela Gomes Martins Pinto
Sandro Tiago da Silva Figueira

**SABERES, IDENTIDADE E VALORIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS NEGROS:
vivências no quilombo de Monte Alegre.....115**

Érica Renata Vilela de Moraes
Eneida da Silva Fiori
Luiz Fernando Conde Sangenis

EFEITOS DA PANDEMIA NA VIDA DE PROFESSORAS.....119

Evelin Mariana Claro Barbosa
Alexandra Garcia

**O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO DE 0 A 3 ANOS EM SÃO GONÇALO/RJ:
interesses em disputa na ampliação do direito
à educação das infâncias.....122**

Fabiana Nery de Lima Pessanha
Maria Tereza Goudard Tavares

**NOVO ENSINO MÉDIO E A INDUÇÃO AO SETOR PRIVADO: quem são os
novos atores da educação pública do estado
do Rio de Janeiro?.....126**

Fabiano Viana Andrade
Carlos Soares Barbosa

**FORMAÇÃO OU FORMATAÇÃO DOCENTE? A diversidade formativa dos
cotidianos escolares frente às políticas formativas
de bases comuns.....129**

Fernanda de Araújo Dias
Alexandra Garcia



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES: formando identidades
na educação infantil.....132**

Fernanda Lopes Braga
Fabiane Santana Falci
Nilda da Silva Nogueira
Lucília Augusta Lino

**A REFORMA GERENCIAL DA SEEDUC-RJ E O ALINHAMENTO À PEDAGOGIA
DO CAPITAL.....135**

Filipe Cavalcanti Madeira
Carlos Soares Barbosa

**INSERÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE: revisão sistemática
de literatura.....138**

Flaviane Coutinho Neves Americano Rego
Vania Finholdt Angelo Leite

**PENSAR A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MOÇAMBIQUE EM TEMPOS DE
INCERTEZAS: novas identidades docentes.....142**

Florentino Maria Lourenço
Maria Tereza Goudard Tavares

PESQUISA NARRATIVA E CURRÍCULO DA PAZ NA COLÔMBIA.....146

Francy Gizella Marroquin Rincon
Alexandra Garcia

**DESIGUALDADES SOCIAIS E AS QUESTÕES DE GÊNEROS NA ESCOLA
VOCACIONADA AO ESPORTE: o projeto político pedagógico do ginásio
educacional olímpico Juan Antonio Samaranch.....149**

Gabriel Magalhães Rodrigues Coelho
Denize Sepulveda

**RESSIGNIFICANDO AS CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS E INDÍGENAS EM
SALA DE AULA.....153**

Geiziane Angelica de Souza Costa
Luiz Fernando Conde Sangenis



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

INFÂNCIAS NEGRAS: rastros da colonialidade e perspectivas antirracistas.....156

Geni de Oliveira Lima
Thaís Pio Marques
Mairce da Silva Araújo

FORMAÇÃO INVENTIVA DE PROFESSORES E CUIDADO DE SI: reflexões sobre encontros e desencontros do trabalho de uma pedagoga na pandemia.....159

Giselle da Cunha Fuly

PROGRAMA NOVOS CAMINHOS: há um novo caminhar na oferta da educação para a juventude trabalhadora?.....161

Glasielle Lopes de Carvalho Ribeiro
Marcia Soares de Alvarenga

O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO COMO UMA EXPRESSÃO POLÍTICA DO AUTORITARISMO NO CAMPO EDUCACIONAL.....164

Handerson Fábio Fernandes Macedo
Marcia Soares de Alvarenga

O QUE APRENDE QUEM ENSINA? Lições cotidianas de educadores em diferentes formas de ser escola.....166

Hélida Gmeiner Matta
Inês Ferreira de Souza Bragança

A INFÂNCIA NA CONTEMPORANEIDADE: entre o devir da criança e imposições do sistema.....170

Hugo Melo
Alexandre Guerreiro

A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA PERSPECTIVA DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL: a experiência do Centro de Educação Pública Transformadora (CEPT) Zilca Lopes da Fontoura.....173

Ivana Araújo de Campos Oliveira
Marcia Soares Alvarenga



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E TRABALHO COLETIVO: caminhos para a
qualidade de ensino na escola pública.....177**

Izabel Cristina Marçal Gonçalves
Lucilia Augusta Lino

ACHADOUROS DE MEMÓRIAS: escritas de narrativas docentes.....179

Jane Marchon Cordeiro Celestino
Roberta Dias de Sousa
Mairce da Silva Araújo

**PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA A
COMPREENSÃO DO FENÔMENO DA DISTORÇÃO IDADE-CICLO NO
MUNICÍPIO DE NITERÓI.....182**

Jessé Rodrigues Magalhães
Márcia Soares de Alvarenga

**A LUDICIDADE E O GÊNERO NA FORMAÇÃO DOCENTE: uma proposta
democrática ao lecionar.....186**

Joana Nély Marques Bispo
Denize Sepulveda

**TRAMA DE ESCRITOS, GESTOS E EXPERIÊNCIAS NA PRODUÇÃO DE
DIFERENÇA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE DE NITERÓI.....190**

Joyce da Silva Costa
Raquel Rosa Reis Monteiro
Vívian Padial Leão

**FORMAÇÃO DOCENTE EM ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL: movimentos
instituintes de pesquisa formação.....194**

Juliana Godói de Miranda Perez Alvarenga
Dayse Gonçalves Fontenelle
Inês Ferreira de Souza Bragança



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

A ESCRITA DE SI COMO POLÍTICA DE AFIRMAÇÃO DA VIDA: experiência em pandemia e pandemônio.....197

Jussara Silva Cavalcante
Líbia da Silva Soares Busquet
Liliana Secron Pinto
Rosimeri de Oliveira Dias

A TRAJETÓRIA DOCENTE DA PROFA. HAYDÉE FIGUEIRÊDO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA.....200

Karyne Alves dos Santos
Jacqueline Moraes (in memorian)

ORIENTANDOS/AS E ORIENTADOR/A ACADÊMICA: relações girassolenísticas fontoureas.....203

Laís Lemos Silva Novo Pinheiro

A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EJA: por uma educação antirracista.....207

Lara Holmes Serrano
Rosa Malena Carvalho

TORNANDO-SE NEGRA E PROFESSORA ANTIRRACISTA: narrativas de formação para pensar a educação das relações raciais.....210

Leidiane dos Santos Aguiar Macambira
Valter Filé
Anelice Astrid Ribetto

DOMÍNIO DE TURMA: as relações de uniformização nos espaços e tempos do cotidiano de sala de aula.....213

Leonardo Santos de Albuquerque Junior
Alexandra Garcia

A INFLUÊNCIA DA FFP/ UERJ NO TRABALHO COM A EJA: estudo com egressos do curso de Letras-Português/Inglês.....216

Letícia Miranda Medeiros
Helena Amaral da Fontoura



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**FIOS DE OURO EM SEGREDO E AS POSSÍVEIS DIFICULDADES DE
ENSINAGEM.....219**

Lidia Soares Pereira
Helena Amaral da Fontoura
Sandro Tiago da Silva Figueira

**A EDUCAÇÃO FEMINISTA NA CORDA BAMBA DO DIREITO BRASILEIRO
(2003-2023): a escola pública como berço da reconstrução
democrática de direitos.....223**

Livia Martins Barbosa Pereira
Denize de Aguiar Xavier Sepúlveda

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIAS E PEDAGOGIA SOCIAL: um
estudo a partir de educadores atuantes no
Complexo do Salgueiro-RJ.....226**

Lucas Salgueiro Lopes
Arthur Vianna Ferreira

**CORPOREIDADES MASCULINAS NO EXERCÍCIO DA
DOCÊNCIA INFANTIL.....229**

Marcia de Oliveira Romão
Rosa Malena de Araújo Carvalho

**UM OLHAR SOBRE A TRANSIÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE
(Pós) PANDEMIA DA COVID-19 EM ITABORAÍ/RJ.....233**

Márcia Mary Nunes
Maria Tereza Goudard Tavares

**A CIDADE DE TERESÓPOLIS ESCAVADA NO BARRO E TRILHOS: em busca
de vagões ainda vazios.....236**

Maria de Fátima Rodrigues Viana Machado
Maria Tereza Goudard Tavares

**RACISMO RELIGIOSO E ASSISTÊNCIA RELIGIOSA NA SOCIOEDUCAÇÃO:
reflexões sobre a garantia de direitos.....239**

Maria Priscila dos Santos de Jesus
Denize Sepulveda



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**ALFABETIZAÇÃO MATEMÁTICA E A PROPOSTA REDUCIONISTA
APRESENTADA PELA BNCC.....242**

Marla Lobosco Pinto
Vania Finholdt Angelo Leite

**PENSANDO EXPERIÊNCIAS COM A FORMAÇÃO COMPARTILHADA ENTRE
ESCOLAS E UNIVERSIDADE NO ESPAÇOTEMPO E NOS PROCESSOS
FORMATIVOS DOS ESTÁGIOS.....245**

Michele Barreto Nunes
Alexandra Garcia

**O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO GONÇALO/RJ (Meta 1:
desafios e perspectivas).....249**

Mônica de Souza Motta
Maria Tereza Goudard Tavares

**“O PROGRAMA CONTA PRA MIM”: uma análise sobre políticas para leitura
no governo Bolsonaro (2019-2022).....252**

Naila de Figueiredo Portugal
Maria Tereza Goudard Tavares

**VIVÊNCIAS POPULARES E APRENDIZAGENS: pensando a decolonialidade
das festas escolares.....255**

Nãnaira da Silva Ferreira
Alexandra Garcia

**COMO CHEGAR ÀS CRIANÇAS? Por uma pedagogia decolonial e latino-
americana com as infâncias das classes populares.....258**

Nayara Alves Macedo
Maria Tereza Goudard Tavares

**ENCONTROS E ATRAVESSAMENTOS: a formação, a pesquisa nos cotidianos
e os usos dos artefatos tecnológicos como artefatos curriculares e
artefatos de circulação científica.....262**

Noale Toja



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES/AS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.....266**

Oswaldo do Carmo de Oliveira
Rosa Malena de Araújo Carvalho

**AS INFÂNCIAS E O DIREITO À EDUCAÇÃO: um olhar sobre estratégias
familiares para a garantia de vagas na
Educação Infantil em Niterói/RJ.....270**

Patrícia Gonçalves Bastos
Maria Tereza Goudard Tavares

**PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA (PRP): contribuições para a
Formação Docente.....273**

Priscila de Souza Costa Couto
Lucilia Augusta Lino

**PROFESSORA, COMO O BEBÊ ENTRA NA BARRIGA DA MÃE?: possibilidades
da caixinha de perguntas.....277**

Priscila Freire
Luciana Kuhn Nogueira
Denize Sepulveda

**ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS EM CURSOS DE
PEDAGOGIA A DISTÂNCIA DURANTE O PERÍODO DE ENSINO REMOTO
EMERGENCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19.....280**

Priscilla Paixão Ferreira Pereira
Luiz Fernando Conde Sangenis

**TECENDO OUTRAS FORMAS DE APRENDER/ENSINAR COM A EJA EM UMA
ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO.....283**

Rafaela Corrêa Silva



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**PRESENÇA FRANCISCANA NO BRASIL E CRÍTICA À HEGEMONIA JESUÍTICA
NO CAMPO DA HISTÓRIA E DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO
COLONIAL BRASILEIRO: organização de repositório digital de fontes
franciscanas.....286**

Railane Antunes Pereira
Breno Batista Lima
Luiz Fernando Conde Sangenis

**REDEALE CONVIDA PARA CONVERSA: movimentos instituintes entre redes
e coletivos docentes.....290**

Regina Aparecida Correia Trindade
Danusa Tederiche
Mairce Araújo

**GÊNEROS E SEXUALIDADE NOS COTIDIANOS ESCOLARES: uma discussão
necessária.....294**

Renan Corrêa
Denize Sepulveda

POLÍTICAS EDUCACIONAIS, PRÁTICAS DE ENSINO E CULTURAS.....298

Renata Rocha
Marcelo Machado
Thamy Lobo
Nilda Alves

**IMPRENSA OPERÁRIA E TRABALHADORES: debates em torno da educação
na cidade do Rio de Janeiro nos anos 1920.....301**

Renata Rodrigues Chagas Pessoa
Sônia de Oliveira Camara Rangel

**‘VEROUVIRSENTIRPENSAR’ IMAGENS E SONS A PARTIR DO FILME “UMA
ESCOLA EM HAVANA”.....304**

Roberta Guimarães Teixeira
Rafaela Rodrigues da Conceição
Fernanda Cavalcanti de Mello
Nilda Alves



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**TECENDO O CÉU PARA ADIAR O FIM DO MUNDO: reflexões e conversas
com Ailton Krenak e Davi Kopenawa.....307**

Rodrigo de Moura Santos
Rosimeri de Oliveira Dias

**INICIATIVAS EDUCACIONAIS PELO RÁDIO, ONTEM E HOJE, ENCURTANDO
DISTÂNCIAS.....309**

Rosa Maria Garcia Monaco
Niely Natalino de Freitas Leyendecker
Cinthya de Oliveira Nunes

BIOGRAFEMAR ENTRE PEQUENOS GESTOS.....313

Sara Busquet
Anelice Ribetto

**ENTRE ENCONTROS, AULAS E AFETOS: contribuições do estágio para a
formação de professores no Colégio de Aplicação da Universidade Federal
do Rio de Janeiro.....316**

Simone de Alencastre Rodrigues
Alexandra Garcia

**PANDEMIA, TELAS, CLICKS E CONEXÕES: o que dizem as professoras sobre
ensinar Matemática, nos anos iniciais, em contexto remoto?.....319**

Simone de Miranda Oliveira França
Vania Finholdt Angelo Leite

**LEITURA DE MUNDO DE CRIANÇAS NA CIDADE: um diálogo com infâncias
de Maricá/RJ.....322**

Tamara de Oliveira Silva
Maria Tereza Goudard Tavares

**O OCASO DE UMA ESCOLA TÍPICA RURAL DE ARARUAMA \RJ: o golpe que
desintegrou um mundo de partilhas.....325**

Tânia de Souza Fernandes
Luiz Fernando Conde Sangenis



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

INFÂNCIAS FLUMINENSES E SUAS PRÁTICAS ESPACIAIS NA CIDADE....328

Thais Coutinho de Barros Coelho
Catia Regina Monteiro Silva
Maria Tereza Goudard Tavares

**UM ÁLBUM-TESE DE PESQUISA FORMAÇÃO CONVERSAÇÃO: políticas
instituintes de inclusão no CAP-UFRJ
e suas reverberações nos corpos.....331**

Thais da Costa Motta Rocha
Inês Ferreira de Souza Bragança

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, POBREZA E PRÁTICAS EDUCATIVAS NÃO
ESCOLARES: um estudo psicossocial sobre as relações socio pedagógicas
na periferia de São Gonçalo-RJ.....334**

Thiago Simão Dias
Arthur Vianna Ferreira

A PRÁTICA DOCENTE E O LIVRO DIDÁTICO DE MATEMÁTICA.....338

Vanessa Vianna Santos
Vania Finholdt Ângelo Leite



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE INCLUSÃO DIGITAL NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NÃO ESCOLARES EM UMA INSTITUIÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL NO MUNICÍPIO DE NITERÓI-RJ

Adam Alfred de Oliveira, adamalfred1@gmail.com

Arthur Vianna Ferreira, arthurerjffp@gmail.com

PPGEDU/FFP/UERJ

Políticas, Direitos e Desigualdades

Grupo de pesquisa do orientador – Fora da Sala de Aula

Resumo

O presente trabalho busca desvendar as representações sociais de inclusão digital entre os educadores envolvidos em um projeto socioeducativo localizado no município de Niterói-RJ. A instituição pesquisada, abrange duas unidades em bairros distintos que oferecem uma variedade de serviços, incluindo oficinas educativas em tecnologia para jovens, crianças e adolescentes das comunidades próximas. O foco central deste estudo é identificar e compreender as representações sociais de inclusão digital compartilhadas pelos educadores sociais desta instituição, bem como investigar como tais representações constituem as práticas socioeducativas oferecidas a essa população. Para alcançar esses objetivos, apresenta-se uma abordagem qualitativa, envolvendo a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com os educadores da instituição, bem como o uso de diários de campo que registraram o cotidiano, as práticas e as interações desses profissionais. Os diários de campo foram confeccionados com base em observações de campo, seguindo a perspectiva da fenomenologia transcendental proposta por Edmund Husserl. Esses diários se revelaram como instrumentos valiosos para a coleta de dados, permitindo uma interação profunda no contexto investigado. O arcabouço teórico referencial deste estudo abrange diversas áreas do conhecimento, perpassando pelos estudos em cibercultura, a educação em tecnologia, a pedagogia social e a teoria das representações sociais. Pierre Levy e Manuel Castells são referências fundamentais

1



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

para a compreensão do contexto cibercultural, destacando como a tecnologia digital permeia cada vez mais a sociedade contemporânea. Mark Warschauer, por sua vez, contribui com reflexões sobre como a educação em tecnologia pode ser direcionada para as camadas menos privilegiadas da população, uma questão central neste estudo. No campo da pedagogia social, as ideias de Paulo Freire e Geraldo Caliman são cruciais para entender como a educação pode ser uma ferramenta transformadora nas comunidades em situação de vulnerabilidade social. Além disso, a teoria das representações sociais, desenvolvida por Willem Doise e Serge Moscovici, fornece uma estrutura analítica para desvendar as percepções e compartilhadas pelos educadores sociais. Os resultados da pesquisa revelaram a presença de representações sociais de inclusão digital que retratam uma percepção limitada, centrada na "necessidade de acesso". Nesse entendimento compartilhado, a inclusão digital é focada principalmente na aquisição e o acesso aos dispositivos digitais e a conexão às redes temáticas. No entanto, essa perspectiva simplista não contribui eficazmente para a formação dos alunos em uma perspectiva emancipatória aos atendidos pelo projeto socioeducativo, tal como é defendido por Freire e Warschauer. Uma análise retórico-filosófica, baseada nas ideias de Aristóteles e Olivier Reboul, revelou que as representações sociais compartilhadas pelos educadores tendem a priorizar suas próprias necessidades e aspirações em detrimento das necessidades dos alunos. Isso tem um impacto significativo na organização e na constituição das ações educativas em tecnologia desenvolvida na instituição. Em suma, esta pesquisa trouxe à luz as representações sociais de inclusão digital entre os educadores de um projeto socioeducativo em Niterói-RJ. As conclusões apontam para a necessidade de compensar e ampliar a compreensão da inclusão digital, indo além do mero disponibilizar de dispositivos tecnológicos e conexão à internet. É crucial que os educadores se conscientizem da importância e das necessidades reais dos alunos, adotando abordagens mais abrangentes que promovam o desenvolvimento social e digital, bem como o explorar da capacidade crítica dos alunos atendidos, afastando-se de premissas puramente tecnicistas. Além disso, é essencial que os educadores sejam incentivados a refletir sobre suas próprias motivações e prioridades, a fim de alinhar suas práticas

2



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

socioeducativas com os verdadeiros objetivos da inclusão digital. A promoção de uma visão mais holística da inclusão digital pode contribuir significativamente para a construção de processos inclusivos e das iniciativas socioeducativas em tecnologia, beneficiando as comunidades atendidas e preparando os alunos para um futuro cada vez mais digital. Portanto, este estudo ressalta a importância de uma abordagem mais crítica e reflexiva ante a inclusão digital, em busca de processos educacionais construídos fora da sala de aula que promovam a transformação social. Esta é uma pesquisa findada, em um trabalho de dissertação e apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais, sendo aprovada com indicação para o doutorado.

Palavras-chave: Educação social. Inclusão digital. Representações sociais.

Referências

ARISTÓTELES. **Retórica**. São Paulo: Edipro, 2019.

DOISE, W. Atitudes e representações sociais. In: JODELET, D. (Org). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001a. p.187-204

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WARSCHAUER, M. **Tecnologia e inclusão digital:** a exclusão digital em debate. São Paulo: SENAC São Paulo, 2006.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

OLHARES SOBRE OS MOVIMENTOS DE INVISIBILIZAÇÃO DE UMA FACULDADE PÚBLICA SOCIALMENTE REFERENCIADA E A RESISTÊNCIA DA SUA COMUNIDADE ACADÊMICA

Adriana Cabral Pereira de Araújo, e-mail: adriacabral2013@gmail.com

Lucília Augusta Lino, e-mail: profluciliauerj@gmail.com

PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de Pesquisa: Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas

GRUPEFOR

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar os movimentos de organização da Faculdade de Formação de Professores (FFP/UERJ) buscando conhecer as estratégias de resistência e sobrevivência organizadas pela comunidade acadêmica e a manutenção dessa instituição na sua oferta exclusiva de Licenciaturas. A história da organização da FFP/UERJ que comemora seus 50 anos de existência, tem o seu surgimento marcado pela criação do Centro de Treinamento de Professores do Estado do Rio de Janeiro (CETRERJ) em julho de 1973, a criação desse centro se deu em atendimento a LDB 5692/71, com o propósito de formar professores que estavam atuando sem formação adequada e ao processo de expansão da educação de primeiro e segundo grau no país. Essa faculdade que iniciou subordinada ao CETRERJ foi incorporada a UERJ em abril de 1975, mas o decreto foi revogado três meses depois. O CETRERJ foi incorporado pela Fundação Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Educação e Cultura (CDRH) que manteve a Faculdade de Formação de Professores na sua gestão. Em 1980, com a fusão do CDRH, e o surgimento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), a FFP passa a ser gerenciada por essa instituição. Em 05/03/83, através do Decreto Estadual nº 6.570/83, a FFP é desvinculada da FAPERJ e novamente volta a ser vinculada a UERJ. Após 10 dias dessa vinculação, o governador Leonel Brizola altera essa vinculação e a FFP passa a integrar a Secretaria de Estado de Educação. No mesmo ano, a FFP

4



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

retorna à gestão da FAPERJ através do Decreto Estadual nº 6.629/83. Nesse processo surgiu a proposta de criação do Complexo Educacional de São Gonçalo com atendimento da pré-escola ao 3º grau, o que provocou a resistência da comunidade acadêmica a subordinação da FFP a esse complexo educacional e a criação do Curso Normal Superior, pois havia outras reivindicações em pauta como implantação de propostas curriculares para as Licenciaturas e o plano de carreira docente. Após anos de descaso governamental e movimentos constantes de luta e resistência de toda a comunidade acadêmica, a FFP alcança a incorporação definitiva pela UERJ através da Lei Estadual 1.175 de 21 de julho de 1987. O breve relato desse processo histórico aponta que as ações políticas que marcaram a história da faculdade, somadas ao desinteresse do poder público local para com a melhora da qualidade de vida na cidade, conforme aponta Nunes (2010), atuavam em prol da desqualificação da faculdade. Nessa perspectiva de análise, Assis e Silva (2001, p.93) expressam que “... as várias normas legais que nos afetaram e a difícil luta política de sobrevivência, em contraposição à expansão do ensino privado em nossa cidade, foram adversidades que ajudaram a formar nossas identidades”. A formação da identidade da FFP traz no seu ventre a história da resistência da comunidade acadêmica, mediante as crises e aos ataques sofridos. Nessa luta pela sobrevivência, a FFP se antecipou as discussões sobre as reformulações curriculares das Licenciaturas que aconteciam no país em 1983, e a preocupação com a articulação teoria-prática-teoria, pois os cursos utilizavam o modelo 3+1 em que as disciplinas específicas eram estudadas em 3 anos e o último ano era voltado para o estudo da didática. A FFP promove em 1984 a primeira reformulação curricular das Licenciaturas, com a inclusão da disciplina Prática pedagógica na grade de todos os cursos, integrando as disciplinas didáticas/pedagógicas do início ao fim do curso, se opondo ao modelo que vinha sendo praticado. Nesses 50 anos, na perspectiva de oferecer uma educação de qualidade e socialmente referenciada, a FFP se mantém desde a sua organização como unidade exclusivamente voltada para as Licenciaturas. Ocupando o lugar de maior unidade externa da UERJ, vem exercendo seu papel de grande importância como a única universidade pública presencial no município de São Gonçalo, um território com mais

5



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

de 1 milhão de habitantes e marcado por muitas desigualdades sociais e econômicas. A instituição recebe estudantes locais e de diversos municípios, dos quais destacamos Maricá, Itaboraí, Niterói, Tanguá, Rio Bonito, Silva Jardim. As sucessivas crises vividas pela UERJ, as tentativas de invisibilização e destruição, os processos de desligamentos da UERJ e a gestão por diferentes órgãos apontam que não foram apenas crises, mas se constituíram em projetos de desmonte, de destruição da instituição e da comunidade acadêmica, na tentativa de enfraquecer e desarmar seus intelectuais que vem lutando por uma educação pública de qualidade e socialmente referenciada como questão fundamental para uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: política pública, formação de professores, educação socialmente referenciada.

Referências

ASSIS, Mariza de Paula; SILVA, Marco Antonio Costa da. Faculdade de Formação de Professores da Uerj: cursos e rumos. In: **Formação de Professores na UERJ: memória, realidade atual e desafios futuros**. Souza Donaldo Bello & Ferreira Rodolfo (Orgs). Rio de Janeiro: Quartet, 2001, p. 93-103.

FONTOURA, H. A. Desafios da formação docente: o curso de pedagogia da Faculdade de Formação de Professores (FFP/UERJ) Formação Docente – **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**. Vol. 11, nº. 21 (p. 57-70) 30 ago. 2019.

GARCIA, A. & LEITE, V. As políticas de formação docente e curriculares de um curso de pedagogia: em defesa da articulação de conhecimentos e da produção coletiva. **Formação em Movimento**. v.1, n.2, p.546-571, jul./dez. 2019

NUNES, Clarice. **Docência e pesquisa em educação**: na visão de Haydée Figueiredo. Rio de Janeiro: Litteris Ed.,2010.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

O LINK É FRIO: caminhos para avaliação e aplicação da prova SAEB

Adriana de Freitas Salomão do Nascimento, adrianasalomaouerj@gmail.com

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARICÁ/RJ

Helena Amaral da Fontoura, helenafontoura@gmail.com

PPGEDU/FFP/UERJ

Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas

Formação de Professores, Processos e Práticas Pedagógicas

Resumo

O estudo é recorte de uma dissertação de Mestrado em Educação e apresenta investigação acerca da formação continuada com professores do Ensino Fundamental do município de Maricá/RJ, suas implicações nos processos de ensino-aprendizagem, assim como nas ações para realização das avaliações externas. Tem o objetivo de refletir as vivências na avaliação externa, através do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) nos anos finais do primeiro e segundo segmento da Educação Básica. Optou-se pela abordagem qualitativa, embasada em Gatti (2019) para refletir sobre a Formação de Professores, Luckesi (2002) para problematizar a avaliação, e Josso (2010) para o trabalho com narrativas, que possibilita reflexões a partir das experiências do sujeito. As vozes que tradicionalmente são esquecidas no processo avaliativo são (co)interpretadas pela metodologia da Tematização em Fontoura (2011). Pretendemos demonstrar que ninguém aprende para ser somente avaliado, por isso, o ensino não deve ter sua premissa em valores e metas avaliativas, mas sim em todo processo construído em sala de aula. Assim, apresentaremos o processo de aplicação da prova Saeb no município de Maricá de 2017 a 2021, trazendo as formações continuadas com professores do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e a metodologia aplicada neste processo. Segundo Gatti (2016, p.43), “uma formação com base em conhecimentos teóricos e práticos específicos, apropriados a cada nível a que se destina o docente, no sentido de capacitá-lo a utilizar os conhecimentos em situações

7



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

relevantes que o levem a recriar, passa pela reflexão constante, a partir da prática, seus saberes e fazeres”. Destarte, todas as práticas e reflexões são contextualizadas durante a formação para a participação e interação dos professores. Apenas os resultados das avaliações externas não demonstram a potencialidade da escola, pois a educação tem outra função além das metas estabelecidas. O sentido de avaliar não pode ser delegado a outras instâncias, por isso, os docentes foram convidados a participar desse desenvolvimento ao realizar as questões dos simulados que recebiam antes da aplicação com seus alunos. Percebeu-se também as dificuldades do 5º ano com alguns conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, ampliando as formações e realizando assessoramento pedagógico com visitas aos professores nas escolas como estratégia para o processo formativo. Consideramos importante e necessário partir das necessidades dos professores para avançar na direção de uma sólida formação de base, com o dever de cuidar do magistério público do município. Em março de 2020, a pandemia forçou a parada das atividades presenciais e a escola viveu um tempo de metamorfose nas formas de ensinar e aprender. As formações foram remotas, assim como os simulados e avaliações diagnósticas, respondidas através de um link gerador de dados imediatos para serem analisados pelos professores e equipe pedagógica. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2019), em 2015, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) era 4.9 e em 2017 a meta projetada foi atingida, alcançando 5.5. Em 2019, a Prova Saeb foi aplicada em outubro e o resultado divulgado em setembro de 2020. Observou-se um crescimento considerável de 0,6 pontos em relação ao ano de 2017, além das melhorias nos fluxos e aprendizados nas escolas do Ensino Fundamental II. Ainda segundo o INEP (2022), o município de Maricá, nos anos finais, em relação aos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, subiu sua posição de 30º lugar para 13º, um salto de 27 posições, alcançando nota 5,1 e se destacando como um município que investe na melhoria do ensino e em uma educação consciente. Nas formações presenciais com o grupo focal do 5º ano, os docentes relataram que alguns alunos não tinham conhecimento das avaliações online, os mesmos que até então haviam realizado as avaliações em casa. - Mas como isso é possível? - Um professor narrou: -

8



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

“O link é frio! Qualquer pessoa pode realizar as questões”. Após a descoberta, vemos a necessidade de novas práticas e a importância do presencial que potencializa esses processos. Para o grupo do 9º ano, o projeto Possibilidades objetivava o acompanhamento dos alunos para recuperação de aprendizagem em horário estendido. Devido à pandemia, em 2021, o maior desafio foi ter 80% dos alunos das 44 escolas para realizar a prova. O município efetivou algumas ações nos dias de aplicação da prova, das quais destacam-se: o dia do Mc Feliz e o passeio pela cidade com o ônibus da ‘alegria’ com personagens vivos. Ver as crianças com os olhos brilhando pela aula diferenciada e as oportunidades concebidas foi mais aprazível que a prova. Ressaltamos a importância de ouvir professores através das narrativas para que possamos produzir ações que os alcancem. Evidenciamos que números e metas do IDEB não qualificam a escola, mas a avaliação escolar precisa estar na pauta para que o trabalho realizado com todos os atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem aconteça em parceria. Este tem sido o movimento realizado pela rede municipal de Maricá de acordo com sua realidade. O resultado do IDEB 2021 cresceu, porém permanece o desafio de garantir um nível de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática com índices maiores, para realização da prova. Com o fortalecimento das formações com professores, ouvindo suas narrativas, somando às nossas experiências, continuaremos traçando caminhos, pois entendemos a avaliação como um campo aberto e como instrumento de reflexão e construção constante.

Palavras-chave: avaliação externa, formação continuada de professores, narrativas.

Referências

FONTOURA, Helena Amaral da. Tematização como proposta de análise de dados na pesquisa qualitativa. In: FONTOURA, H. A. (Org.) **Formação de professores e diversidades culturais: múltiplos olhares em pesquisa**. Niterói: Intertexto, 2011, p. 61-82.

GATTI, B.A. Questões: professores, escolas e contemporaneidade. IN: ANDRÉ.M.(org.) **Práticas inovadoras na formação de professores**. Campinas, SP: Papirus, 2016, p.35-48.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

JOSSO, Marie Christine. **Experiências de vida e formação**. Tradução de José Cláudio, Júlia Ferreira; revisão científica Maria da Conceição Passeggi, Marie Christine Josso. 2.ed. re. e ampl. Natal: EDUFRRN; São Paulo: Paulus, 2010.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2002.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**INFÂNCIAS E CIDADANIA NO LESTE FLUMINENSE: questões e
atravessamentos contemporâneos**

Adrielle Lisboa, driellelissboa@gmail.com
Carla Verônica C. Cardoso, carlaveronica73726@gmail.com
Maria Tereza Goudard Tavares, mtgtavares@yahoo.com.br
PPGEDU/FFP/UERJ
Linha de pesquisa do PPGEDU
Grupo de pesquisa Gifordic

Resumo

O artigo busca abordar questões e atravessamentos persistentes nas assimetrias de raça, classe, gênero e território presentes no direito à cidadania de crianças e adolescentes negros/as, em municípios do Leste Fluminense, em especial nas redes públicas de educação, nas quais focalizamos as nossas pesquisas. As desigualdades sociais que assolam o país estão assentadas historicamente na estrutura da formação social brasileira, no nosso passado colonial (Gonzalez, 2018), que mantém a população negra à margem dos seus direitos fundamentais. Isto posto, diante de nosso compromisso político e social com os desafios da cidadania de crianças e adolescentes no território, consideramos do ponto de vista conceitual, analisar a conjuntura societária a partir de uma perspectiva interseccional (Carneiro, 2019). Os dados do Anuário de Segurança Pública (2023) apontam que os números de violências contra crianças e adolescentes tiveram um aumento significativo no último ano. O quesito que analisou morte violenta intencional registra que o maior número das vítimas são meninas na faixa etária de 0-11 sendo que a maioria dos casos ocorreu no contexto de violência doméstica. Ao passo que, na faixa etária 12-17 anos, as principais vítimas são meninos e as mortes ocorreram no contexto de violência urbana e policial. Entretanto, o que esses dois recortes apresentam em comum, é que as crianças e adolescentes negros/as são os mais afetados diante da violência contra suas vidas. Nesse sentido, o Brasil segue sendo um país que produz dados estatísticos

11



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

constrangedores acerca das formas que a população negra (sobre)vive. Ao refletirmos que o Brasil é um país no qual 56% da população é autodeclarada negra, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e estatísticas IBGE (2022), torna-se inadiável problematizarmos essas intersecções em pesquisas e análises, sobretudo nos espaços escolares, que futuramente servirão como ferramentas de focalização de políticas públicas para minimizar as desigualdades sociais que se alastram historicamente no país. Assim, reconhecer crianças e adolescentes como prioridade absoluta requer uma reformulação da concepção e da representação social da infância, o que demanda a compreensão desta como categoria geracional, sendo construída a partir de uma contextualização histórica, cultural e geográfica (QVORTRUP, 2009). Diante dessas questões, entendemos que os espaços que deveriam promover a proteção à criança e ao adolescente, bem como assegurar o seu acesso aos serviços essenciais, apresentam baixo investimento estatal. Desta forma, entendemos que a luta por direitos é atravessada por grupos e movimentos que buscam de muitas maneiras construir formas de vida que sejam atendidas em seus direitos fundamentais, com equidade, sem discriminação. Reconhecemos, porém, no contexto capitalista neoliberal, que os processos de reprodução de relações mercantis e de acumulação capitalista nos territórios, interferem diretamente nas relações sociais, aumentando as desigualdades e assimetrias no acesso aos direitos sociais dos setores populares. Refletindo sobre a lógica dos direitos, a partir dos estudos de Chauí (2006) entendemos que o conceito de democracia foi constituído a partir de uma concepção liberal como um regime da lei e da ordem para a garantia das liberdades individuais. Logo, esta concepção reduz a democracia a um regime político eficaz, baseado na ideia de uma cidadania organizada por partidos políticos que se manifestam a partir das eleições na rotatividade de seus governantes e nas soluções técnicas para problemas econômicos e sociais. Em contraponto, Chauí (2006) ressalta que a ideia de direitos se materializa mediante a conciliação dos princípios da igualdade, da liberdade e da existência real das desigualdades. Essa questão provoca a constatação de que uma sociedade tensionada pela dificuldade da superação das injustiças e desigualdades sociais, não está preocupada com direitos, mas com privilégios que favoreçam uma classe,

12



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

dificultando a efetivação de uma cidadania mais ampla. Portanto, acreditamos que não é possível discutir infâncias, adolescências e direitos, sem investigarmos relações de classe, étnico-raciais, gênero e território, principalmente nos municípios do Leste Fluminense, constituídos por territórios de exclusão.

Palavras-chave: cidadania, infâncias, direitos, territórios.

Referências

BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

CARNEIRO, S. **Escritos de uma vida**. 1. ed. São Paulo: Pólen, 2019

CHAUÍ, Marilena. Direitos Humanos e Educação. *In: Congresso sobre Direitos Humanos*, 2006, Brasília. http://www.dhnet.org.br/educar/1congresso/1_c2006_marilena_chau_i.pdf Acesso em 01 de agosto de 2023.

GONZALEZ, L. **Primavera para rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. 1. ed. Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

QVORTRUP, Jens. Infância e Política. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 777-792. 2009.

13



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**APROXIMAÇÕES ENTRE A PEDAGOGIA SOCIAL E A TEORIA DAS
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: relatos de pesquisas sobre práticas
educativas não-escolares**

Alan Navarro Fernandes, alan.navarro08@gmail.com;
Raquel Ribeiro Costa da Cunha Ferreira, raquelribeiro@gmail.com;
Raphael Aguiar Leal Campos, raphaelaguiar054@gmail.com;
Arthur Vianna Ferreira, arthurerjffp@gmail.com;
PPGEDU/FFP/UERJ
Políticas, Direitos e Desigualdades
Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão – Fora da Sala de Aula

Resumo

Esta proposta tem por objetivo apresentar como três dissertações de mestrado em Educação: Processos Formativos e Desigualdades Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), campus Faculdade de Formação de Professores (FFP) em São Gonçalo, que estão em andamento, pretendem relacionar o campo da Pedagogia Social com a Teoria das Representações Sociais. A Pedagogia Social é um campo teórico pertencente às Ciências da Educação propriamente dita, que investiga sobre as práticas socioeducativas – majoritariamente aquelas que acontecem em contexto não-escolar (Caliman, 2010; Ribas Machado, 2014). A Teoria das Representações Sociais, por sua vez, inserida na área da Psicologia Social, envolve o estudo dos conhecimentos produzidos e compartilhados pelos grupos sociais (Moscovici, 1961/2012) e pode ser aplicada no campo educativo não-escolar (Ferreira, 2020). Apesar de a Pedagogia Social e a Teoria das Representações Sociais possuírem matrizes epistemológicas distintas, faremos aproximações entre elas a fim de compreender os diferentes temas estudados. A primeira pesquisa, elaborada pelo primeiro autor, intitulada: “As representações sociais de ‘aluno de pré-vestibular’ no Pré-Vestibular Social do Salgueiro-SG”, conecta os dois campos ao buscar compreender, a partir de uma ótica psicossocial, como as relações interpessoais educador-educando estão dispostas neste ambiente socioeducacional do pré-

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU
Faculdade de Formação de Professores – FFP
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

vestibular social. Sob este prisma, este estudo visa identificar os fatores que podem influenciar nas decisões dos educadores que atuam neste espaço quanto, por exemplo, à escolha de um material didático ou de uma proposta pedagógica específica. Assim, será possível notar como esses educadores lidam pedagogicamente com fatores sociais como a pobreza, a desigualdade e a violência presentes neste território. A segunda pesquisa, concebida pela segunda autora, intitulada: “As possíveis representações sociais de escola elaboradas por explicadoras: um estudo de práticas educativas em uma comunidade empobrecida”, relaciona as referidas áreas, tendo por eixo norteador o “lugar de onde se fala”, “quem fala” e “porque fala”, considerando que as opiniões, os valores e as crenças dão sentido e caracterizam determinado grupo social, inclusive o grupo social das explicadoras. Enquanto que a terceira pesquisa, idealizada pelo terceiro autor, intitulada: “As representações sociais de autista partilhadas pelos educadores de um projeto socioeducativo não escolar do município de Teresópolis, na Região Serrana Fluminense”, articula os dois campos teóricos a partir da noção de alteridade – entendida como diferença radical entre sujeitos –, entendendo que a elaboração de representações sociais, enquanto modalidades de conhecimento psicossocial, permite transformar aquilo que pode ser considerado “estrangeiro” por um certo grupo em algo “familiar”, tal como pressupõe-se ocorrer entre o grupo de educadores e os alunos autistas. Vale ressaltar que essas são apenas aproximações iniciais, feitas pelos autores de cada pesquisa com base em discussões produzidas pelo grupo de pesquisa no qual estão inseridos, em especulação teórica e em levantamentos bibliográficos exploratórios sobre os temas tratados. Por fim, estimamos contribuir com os debates sobre a possibilidade de uma abordagem psicossocial na Pedagogia Social, compreendendo que a Pedagogia Social e a Teoria das Representações Sociais explicam como certos fatores psicossociais atuam na organização das relações sociopedagógicas e, conseqüentemente, nas práticas educacionais ocorridas em contextos não-escolares.

15

Palavras-chave: pedagogia social, representações sociais, práticas educativas não-escolares.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Referências

CALIMAN, Geraldo. Pedagogia social: seu potencial crítico e transformador. **Revista de Ciências da Educação – UNISAL**, Americana, Ano XII, n. 23, p. 341-368, 2010.

FERREIRA, Arthur Vianna. Nasceu pobre ou nasceu gente? A relevância dos estudos de abordagens psicossociais nos processos educacionais brasileiros. In: FERREIRA, Arthur Vianna; LOPES, Lucas Salgueiro; DIAS, Thiago Simão. **Educação, Hospitalidade e Pobreza**. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. p. 25-64.

MOSCOVICI, Serge. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 1961/2012.

RIBAS MACHADO, Érico. **O desenvolvimento da Pedagogia Social sob a perspectiva comparada**: o estágio atual no Brasil e Espanha. (Tese de Doutorado; área de Educação) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

NARRATIVAS DE FORMAÇÃO: os nós que atamos e desatamos em coletivo

Alessandra da Silva Rezende Souza Martins, alessandrasmartins@hotmail.com
Prefeitura Municipal de Macaé
Helena Amaral da Fontoura, helenafontoura@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ
Processos Formativos e Desigualdades Sociais
GRUPESQ

Resumo

A escrita deste trabalho apresenta vivências junto ao grupo de pesquisa na qual faço parte, sob a mediação e orientação da professora Helena Amaral da Fontoura. Enquanto integrante do GRUPESQ pude nutrir reflexões que foram desdobradas em ações junto ao grupo de professoras que oriento em uma escola de Educação Infantil em Macaé. Nesta escola sou diretora adjunta e responsável pelas formações que acontecem semanalmente em Horários de Atividades, tempo de duas horas e trinta para estudo, planejamento e pesquisa no espaço escolar. Em um de nossos encontros remotos, a professora Helena apresentou ao nosso grupo de pesquisa um baralho com diferentes deusas a serem sorteadas e refletidas. Minha deusa, Deméter, surgia como uma anunciação ao tempo de reconstruções vivido em meu cotidiano. Com referência às definições de Deméter contidas na carta, sua figura é aquela que regula os sentimentos e as emoções humanas. Permite-se sentir tudo, viver a intensidade do amor, da alegria, da ternura, bem como do medo, da desesperança e da dor. Sua busca é pelo equilíbrio, por caminhar por tais sentimentos e emoções nutrindo o seu ser com o que cada sentimento e emoção podem oferecer para o aperfeiçoamento de sua existência. Deméter convida-nos a caminhar por um saber viver, conceito amplamente utilizado por Josso (2010), constituído por muitas buscas, entre elas, a de sentido e de felicidade que transforma todos os lugares em territórios possíveis de desejar e conquistar. Ao interagir com diferentes expressões da infância em uma escola de Educação Infantil, relembro uma importante consideração de Nóvoa (1992) a respeito da profissão docente: o olhar para nossa profissão precisa ser científico,

17



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

sobretudo humano. E assim, reflito ser a figura de Deméter preciosa para ilustrar o fazer docente, com seus tempos próprios, moldado por ciclos, por relações amistosas ou tortuosas em espaços desafiadores. Uma profissão a ser reafirmada considerando a produção de sentidos e a inteireza da vida. Os aportes teóricos que utilizei em minha pesquisa de Mestrado seguem fortalecendo meu caminhar junto às reflexões mediadas em Horários de Atividades, em uma determinada ocasião, apresentei o texto de Josso (2006) com evidência nas ligações transformadoras e/ou deformadoras em processos de formação. As professoras receberam previamente o texto que seria fonte de nosso estudo naquela noite. Escolhi o livro Nós de Eva Furnari (2003) para acolher o nosso grupo e contei a história utilizando suas preciosas ilustrações como apoio. A personagem do livro, Mel, retinha suas emoções e por um bom tempo buscou se distanciar do que lhe confrontava. A cada sentimento ou emoção retida, seu corpo produzia um nó e o da garganta era o mais difícil de desfazer. Seu processo de cura e transformação foi iniciado quando tomou consciência do que lhe feria e a impedia de ser feliz. Aprendeu a desatar seus nós acessando suas emoções e permitindo-se conhecer outros lugares, outros seres também em transformação. Chegamos ao consenso que o período de adaptação envolveria também uma observação cuidadosa sobre o caminhar do corpo docente ali reunido e enquanto trocávamos impressões sobre o texto, juntas íamos criando laços, nós, dobras com um cordão disposto no chão. Um único grande fio sendo entrelaçado à medida que nossas lembranças formativas eram narradas. Em certo momento perguntei: que nós a profissão docente nos ajudou a desfazer? A narrativa a seguir, de uma das professoras colaboradoras, é fruto do gatilho que a pergunta produziu: “O nó da impaciência, de querer tudo para o imediato, foi um dos nós que eu aprendi a desatar ou até conviver com ele de forma harmoniosa, através da minha profissão”. As recordações-referência são para Josso (2010) um dispositivo de autoconhecimento e *pesquisaformação* e por este entendimento escolhi a narrativa de uma professora para compor este projeto. Concentrada nos laços que fazia, a professora colaboradora, que participou da pesquisa de Mestrado, nos contou pequenos episódios de quando atuava na Educação de Jovens e Adultos anos atrás. A preciosidade de sua narrativa é revelada quando

18



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

compreende o que não a limitava, mas o que a desafiava em seu exercício docente. O nó da impaciência, da pressa, do imediatismo nos faz avaliar sem zelo, negligenciar a escuta sensível, ter dificuldades em ser uma mediadora da aprendizagem com foco nos interesses do aprendiz. Travessia expõe um nó conhecido por muitos no exercício docente e nos permite olhar para a nossa profissão como um campo essencialmente fértil em seu poder transformador de contextos e de vidas. De acordo com Nóvoa (2022, p.36) “só conseguiremos enunciar outras possibilidades se nos libertarmos da tirania do presente. Então, poderemos cumprir a nossa responsabilidade perante a humanidade futura”. O movimento reflexivo criado pela narrativa de Travessia corrobora com Josso (2006) quando diz que o nó faz referência à complexidade da ligação, reúne o mínimo de dois fios ou cordas a muitos outros fios e destaca que todo ser humano, em seu processo de formação e conhecimento, está religado, ligado a algo ou alguém nem que seja simbolicamente. Por esse viés, as possíveis ligações simbólicas entre Mel e Deméter podem nos auxiliar a pensar os nossos próprios processos de formação/transformação. Do ponto de vista da concepção *pesquisaformação*, em que as atribuições do que é formativo são definidas pelos sujeitos aprendentes em suas dimensões individuais e coletivas (JOSSO, 2010), tenho o desejo de seguir narrando e publicizando as conquistas de professoras da Educação Infantil, em espaços/tempos dos Horários de Atividades que não são mais os mesmos.

Palavras-chave: Narrativas de Formação, Pesquisaformação, Educação Infantil, .

19

Referências

FURNARI, Eva. **Nós**. São Paulo: Global, 2003.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Paulus, 2010.

_____. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.2, p. 373-383, maio/ago. 2006.

NÓVOA, Antônio. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, Antônio. **Vidas de Professores**. Portugal: Porto Editora, 1992, p.11-30.

_____. **Escolas e professores – proteger, transformar, valorizar**. Colaboração

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU
Faculdade de Formação de Professores – FFP
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Yara Alvim. Salvador: SEC/IAT, 2022.

**OS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES ENQUANTO MOVIMENTOS SOCIAIS E
UTOPIA CONCRETA**

Alex Luiz de Oliveira Vieira, professor.alexvieira@gmail.com

Mônica Paiva Volpato Santos, monicavolpato19@gmail.com

Marcia Soares Alvarenga, msalvarenga@uol.com.br

PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de pesquisa Políticas, direitos e desigualdades do PPGEDU
Políticas Públicas e Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores (PPEJAT/CNPq).

Resumo

O presente artigo visa resgatar aspectos relevantes em Pré-Vestibulares Populares (PVPs), e suas relações com e enquanto movimentos sociais. Procura, também, apresentar o contexto histórico de sua constituição, referenciais teóricos e conclusões apresentadas por pesquisadores que compõem estudam estes cursos. A fim de prestar contribuição à compreensão do fenômeno de PVPs que, em sua multiplicidade, apresentam-se como ato concreto de uma utopia concreta para as classes populares. Destacamos as experiências de PVPs que nos permitem correlacionar aos conceitos de Bloch (2005), autor que nos apresenta uma contribuição de esperança concreta, na perspectiva histórico-materialista em tempos de reconstrução de movimentos sociais e da educação popular. O desenvolvimento de PVPs nas últimas décadas do séc. XX, no Brasil, atingiu resultados de impacto registrados em diferentes pesquisas. Dado o tempo de existência deste fenômeno no Brasil, sua interface com a história recente de redemocratização e com as políticas públicas de ampliação do acesso à universidade, os PVPs são alvo de interesse de pesquisadores que os tomam como objetos do conhecimento em diversas abordagens. Pontuar as contribuições de PVPs enquanto desdobramentos e como expressões consolidadas de movimentos sociais para o campo da educação popular é um exercício para todos que estudam e fazem projeções em como se dará o futuro desses espaços de mobilização de direitos, considerando-se a consciência social dos movimentos organizados. Utilizamos três dissertações para

20



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

contribuir com o tema aqui abordado. Duas delas foram escolhidas pelo fato de terem sido desenvolvidas no mesmo programa de pós-graduação dos autores do texto. Assim, busca-se consolidar e dialogar com a discussão dos PVPs enquanto movimentos sociais que o Programa de Pós-Graduação de Desigualdades Sociais e Processos Formativos possui. Além disso, outra dissertação aborda um PVP da rede Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC). Esta rede é uma das mais antigas relacionadas a esta modalidade de curso, e uma das pioneiras em estabelecer os PVPs enquanto movimentos sociais, por isso trazemos suas contribuições para nosso debate. E, ainda, dialogamos com outros autores para reforçar as interligações entre eles. Acreditamos que os PVPs podem ser espaços de resistência. Mesmo naqueles PVPs onde não há um viés crítico, cujo objetivo é somente abrir um espaço de convivência e empoderamento coletivo, eles se apresentam como uma oportunidade de vivência de inédito viável, expressão cunhada por (FREIRE, 1981), ou seja, de um futuro a ser construído. Em Alonso (2009) são apresentadas historicamente as teorias clássicas que originam os grandes movimentos sociais. A autora inicia o texto com a eleição de Barack Obama como o encerramento do ciclo de grande mobilização do séc XX. Narra como os processos de mobilização foram entrando em uma rotina, e alguns dos ativistas se transformaram em políticos e em como temas como feminismo, direitos civis, ambientalista se incorporaram em agendas globais. Outro autor com contribuições sobre os movimentos sociais é o filósofo Antonio Gramsci (2002). Em sua análise metodológica sobre este tema, ele visava o povo real, não idealizado, notando as formas que a classe subalterna se mobilizava para reivindicar e conquistar suas demandas, como ela avançava e resistia à hegemonia das classes dominantes. Deste modo, para Gramsci, as classes subalternas tinham uma cultura viva e vibrante, e que esta classe pode vir a ser a dirigente da sociedade atuando criativamente nas suas responsabilidades sociopolíticas para avançar na construção de um novo Estado, efetivamente democrático. Ao analisarmos os diferentes trabalhos que descrevem experiências de PVPs pautadas em diferentes causas, mas com objetivo comum de promover o maior acesso às vagas do ensino superior, é possível destacar aspectos de relevância histórica de suas atuações e conquistas sociais, entendendo-os como

21



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

movimentos sociais. Por vezes são derivados de um movimento maior em um cenário de redemocratização que emergiram em terreno fértil promovido pela Constituição de 1988, impulsionando-os como fruto de mobilização de grupos que militam em lutas de gênero, ou de raça, ou de apoio aos “gaps” da educação pública. Esses casos podem ser enquadrados como espaço para formação crítica e realmente representem interesses coletivos. Os PVPs concorrem para mudanças porque promoverem maior acesso da população excluída das universidades, bem como geram tensões críticas ao modelo capitalista de sociedade e aos processos de exclusão por não fortalecer movimentos sociais que promovem transformações profundas na sociedade, tornando-se estruturas de educação popular sem compromisso histórico com a transformação social. Concordamos que movimentos sociais têm características amplas e estruturais e resultam em conquistas coletivas, emanadas por forças da base da sociedade e que geralmente produzem efeitos de longo prazo. Na década de 80 e início dos anos 90, muitos movimentos sociais, não necessariamente ligados à Educação provocaram alterações na Constituição, novas legislações, novos comportamentos sociais, sempre geradas a partir de desejos coletivos e difusos. Nesse sentido, a existência dos PVPs como movimentos sociais, também, deve traduzir interesse da população em lutar por acesso e permanência ao espaço da educação superior. Com os autores pesquisados, a tese da desmobilização por conta da pulverização das demandas sociais, não se sustenta, pois é na vida das pessoas que são fruto dos PVPs que eles resistem. São elas que recontam a história e se engajam na causa que está enraizada no imaginário das classes populares, que é ter muitas vezes sua primeira geração inserida no nível superior da educação, algo que traduz a utopia concreta (BLOCH, 2005) como práxis social.

22

Palavras-chave: movimentos sociais; pré-vestibulares populares, educação popular.

Referências

ALONSO, Angela. **As Teorias dos Movimentos Sociais: Um Balanço do Debate.** Disponível em:



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

<<https://www.scielo.br/j/ln/a/HNDFYgPPP8sWZfPRqnWFXXz/?format=pdf&lang=pt>>
. Acesso em 20 de ago. 2023

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. Trad. Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005. v. 1.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere** - vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981. 149 p.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

RELATOS FEMININOS DE UNIVERSOS ESCOLARES FLUMINENSES E SUAS INTERSECÇÕES

Alexandre Mérida, alexandremerida@yahoo.com.br;
Eurídice Hespanhol, ehm.pessoa@gmail.com;
Teresa Vitória Alves, teresavalves@gmail.com
Denize Sepulveda (orientadora), denizesepulveda@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ
Políticas, Direitos e Desigualdades - PPGEDU
GESDI (Grupo de Pesquisa)

Resumo

Esta pesquisa apresenta três contextos distintos que se interseccionam quando mostram cotidianos escolares a partir de textos em forma de relatos e escritas literárias femininas, encontrados em jornais e revistas que circularam no Rio de Janeiro em finais do século XIX e início do XX. Os caminhos percorridos em nossas pesquisas dentro do grupo de pesquisa do qual fazemos parte são baseados em critérios metodológicos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos, tomando como ponto inicial o interesse específico – algo que inquieta o (a) pesquisador (a). Durante nossas reuniões coletivas de discussão das nossas pesquisas percebemos como nossos temas convergiam para a questão de como alunas e professoras passaram a registrar, através de textos produzidos e publicados em jornais e revistas sobre o cotidiano dos espaços escolares onde elas circularam. A produção desses textos se apresenta como pistas (GINZBURG, 1989) que não podiam ser ignoradas por nós pesquisadores, pois ao nos debruçarmos sobre as fontes encontradas, terminamos colhendo sinais importantes e que nos levaram a entender como meninas e mulheres, em diferentes contextos educativos, estão pensando os cotidianos escolares com os mesmos objetivos: viabilizar a emancipação do pensamento feminino em um universo impregnado de ditames e olhares masculinos. Romper com essas regras, buscar novos caminhos e rumos para educação feminina em nosso país na virada do século XIX para o XX, nos permite captar sinais que nos levou a perceber como essas meninas e mulheres lutavam e difundiam suas ideias dentro do espaço escolar e, mais ainda, como essas

24



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

ideias passam a circular na sociedade fluminense. Nossa proposta parte da apresentação da realidade vivida por três contextos distintos: as cronistas do norte fluminense; uma escritora que em suas obras fala de educação e por último, meninas e professores que vivem o cotidiano de uma escola que foi um internato feminino na capital fluminense, visando chegar ao ponto de congruência desse trabalho que se encontra na análise da escrita desses diferentes contextos de meninas e mulheres acerca nos/dos/com seus cotidianos escolares enquanto espaços de transformação feminina. Percebemos que tal tarefa não se constitui como algo fácil, ao contrário, é extremamente complexa, visto terem sido mulheres e meninas silenciadas ao longo de vários momentos históricos e sociais, isso não significa que não estejam lá, que não tenham deixado suas marcas e contribuições para as complexas relações sociais que se desenvolveram e se desenvolvem e foram tecidas na sociedade. A primeira pesquisa que trazemos neste artigo, busca analisar a educação de meninas na cidade de Campos dos Goytacazes na segunda metade do século XIX, verificando suas potencialidades e limitações dentro de uma perspectiva ligada a história cultural, tendo como ponto nevrálgico as histórias das mulheres, que durante muito tempo foram silenciadas ao longo das narrativas historiográficas como apontado por Perrot (2005) “É o olhar que faz a história. No coração de qualquer relato histórico, há a vontade de saber. No que se refere às mulheres, esta vontade foi por muito tempo inexistente [...]” (p. 14). Não ser construída historicamente não significa ausência de sua força e intervenção no passado, mas que o passo não foi algo que despertasse o trabalho de historiadores, ao menos até o início da década de 1970 quando a história das mulheres passou a ser alvo do interesse da historiografia, seja pelo avanço das discussões feministas ou pelo maior acesso ao ensino superior ou, ainda, pela maior visibilidade das mulheres que passaram a ocupar cargos públicos e de poder na sociedade. Para estudar e reconstruir os cotidianos de meninas na segunda metade do século XIX na região demarcada foi preciso usar fontes diversificadas, tais como: diários de classe, relatórios dos inspetores de instrução, as atas publicadas das Câmara Municipal de Campos e os periódicos publicados à época, em especial O Monitor Campista, o mais importante jornal da cidade de Campos e o maior em alcance de leitores e

25



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

colaboradores. A segunda pesquisa propõe a leitura do livro “Memórias de Marta”, da escritora Júlia Lopes de Almeida. Esse foi o seu primeiro romance editado por Júlia Lopes de Almeida, publicado, antes, como folhetim no jornal *Tribuna Liberal* do Rio de Janeiro, de 3 de dezembro de 1888 a 17 de janeiro de 1889. O livro tem como pano de fundo a vida de uma personagem narradora que sonha em ser professora e sair de sua moradia paupérrima, um cortiço de final de século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de São Cristóvão. Após a viuvez, Dona Marta, mãe da narradora de mesmo nome, sofre um repentino rebaixamento de classe, precisando abandonar a casa e sobreviver num cortiço, exercendo a atividade de lavadeira. É o início onde a narradora conta sua infância difícil até ganhar um vestido usado de uma das clientes de sua mãe e ter condições de frequentar a escola. O diálogo, na arte ficcional, esclarece, nas entrelinhas, noções de interseccionalidade presentes no romance. A narrativa apresenta o cotidiano da realidade de uma vida escolar cheia de preconceitos, tiranias, evasões de alunas, onde as diferenças de cor e classe eram naturalizadas. Sobre a cor de Matilde e sua expulsão da escola, vale relacionar as questões dos ideais médicos recém-chegados ao Brasil naquele final do século. Era o nascimento da eugenia que começava a influenciar os pensamentos sociais no Brasil. O terceiro contexto por nós abordado, retrata os cotidianos do Instituto Feminino Orsina da Fonseca a partir das narrativas de suas alunas e professoras presentes numa revista pensada e publicada dentro do próprio instituto no ano de 1935. Na revista Colmeia temos contato com temas ligados ao cotidiano escolar como a condição de trabalho feminino, o civismo e a exaltação aos símbolos pátrios, a indicação de textos literários nos levam a refletir como esses corpos femininos foram moldados dentro e fora do universo escolar. Partindo dessas pesquisas que se entrelaçam, esmiuçamos os cotidianos escolares femininos em três espaços diferentes, que se uniram através de suas experiências educativas. Nossa expectativa é buscar sempre novas descobertas, pensando em trazer a pesquisa para a possibilidade de um diálogo amplo sobre práticas educativas.

26

Palavras-chave: Cotidiano escolar, escrita feminina, mulheres na educação.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Referências

ALMEIDA, Júlia Lopes. **Memórias de Marta**. Rio de Janeiro: Delírium, 2020.

ALVES, Nilda. **Sobre movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos**. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23967>, acesso: 26/03/2023.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos**/ Flávia Rios e Márcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou o silêncio da história**. São Paulo: EDUSC, 2005



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**FORMAÇÃO INVENTIVA NO COTIDIANO ESCOLAR: encontros com arte,
ambiente, alteridade**

Ana Luiza Gonçalves Dias Mello, analuiza_uff@yahoo.com.br
Ayama Vera Araujo Prado, ayamaprado@gmail.com
Prefeitura Municipal de Maricá;
Renata Diniz Cavallini, rdcavallini@gmail.com
Fundação Municipal de Educação de Niterói;
Rosimeri de Oliveira Dias, rosimeri.dias@uol.com.br
PPGEDU/FFP/UERJ
Política, Direitos e Desigualdades
Oficinas de Formação Inventiva de Professores - OFIP/CNPq

Resumo

Este trabalho é tecido no encontro entre quatro professoras pesquisadoras que apostam em práticas inventivas em seus territórios de trabalho, seja a escola básica ou a Universidade. Mesmo circulando em torno de temas distintos, entre eles o antiespecismo na educação, a fotografia enquanto dispositivo desencadeador de devires e oficinas com batuque como uma forma contra hegemônica de se relacionar com o mundo, ambos utilizam a cartografia como modo de ver e falar pesquisas que se constroem no cotidiano escolar, e que têm a arte, o ambiente e a alteridade como eixos que se articulam e emergem dos encontros produzidos entre estudantes e professoras. Para tanto apostam na formação inventiva (DIAS, 2012) como um meio de produzir conversas e problematizações, propondo análises e intervenções em escolas públicas dos municípios de São Gonçalo, Maricá e Rio de Janeiro. É possível dizer que, se há um princípio de uma formação inventiva, seria a problematização, o seu grau ampliado para viver os movimentos de transformação que tensionam lógicas instituídas (MELLO, DIAS, 2021). Em outras palavras, forjar o impensado no pensamento, produzir desmanchamentos de formas e políticas cristalizadas, para poder abrir tempo e espaço a modos outros de se relacionar com o mundo, consigo mesmo e com os outros seres (Ibdem). Ou seja, investimos nas possibilidades de estranhar e mudar modos de funcionamento naturalizados na escola e na universidade, atentas aos efeitos para fazer funcionar espaços-tempos mais coletivos



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

e livres nos espaços formativos. É preciso ressaltar que a aposta comum nestas pesquisas que aqui se reúnem é trabalhar no plano da transversalidade, entendendo que a realidade não se define nos limites de uma identidade, de um saber (o nosso saber ou o do outro), mas experimenta o cruzamento das várias forças que vão se produzindo a partir dos encontros. Como as autoras mencionadas apontam, o que é produzido nessa experiência concreta de comunicações transversais não é da ordem do desvelamento, do desocultamento de uma verdade, de uma dimensão pronta, mas uma possibilidade de habitar diferentes pontos de vista, se abrindo para a experiência concreta que acontece no agora. A experiência, como Michel Foucault (2010) propõe, é algo de que saímos transformados. Para dar visibilidade às experiências produzidas em nossas pesquisas, utilizamos os diários de campo, como propõe René Lourau (1993). Os diários são escritas que mergulham nas intensidades da experiência, onde o foco principal não é descrever ou emitir opiniões, mas, sobretudo, captar e narrar aquilo que se dá no plano intensivo das forças e dos afetos (BARROS; KASTRUP, 2009). Deste modo, este trabalho é expressão de uma tessitura implicada para expressar o que uma pesquisa-intervenção pode criar em dimensões coletivas e desindividualizantes, comprometidas com a autogestão e a atenção ao presente.

29

Palavras-chave: Formação inventiva, pesquisa-intervenção, escola

Referências

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia.; ESCOCIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

DIAS, Rosimeri de Oliveira. **Formação inventiva de professores.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.

LOURAU, R. **Análise Institucional e práticas de pesquisa.** Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

MELLO, Ana Luiza Gonçalves Dias, DIAS, Rosimeri de Oliveira. Por uma formação inventiva antiespecista. **Revista Mnemosine**, v. 16, n. 1: Edição Especial: Dossiê Formação inventiva de professores: ensaios microfísicos, pesquisa-intervenção e estudos foucaultianos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU
Faculdade de Formação de Professores – FFP
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

FOUCAULT, Michel. **Repensar a política**. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2010



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

A ESCOLHA DA DOCÊNCIA COMO PROFISSÃO A PARTIR DE DIFERENTES TRAJETÓRIAS DE VIDA

Ana Paula Correia da Silva, anapaula.1@hotmail.com
Helena Amaral da Fontoura, helenafontoura@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ

Formação de professores, História, Memória e Práticas Educativas
Formação de professores, processos e práticas pedagógicas

Resumo

Este trabalho apresenta uma reflexão com base em pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação na Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo da UERJ na linha de pesquisa: Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas, apresentada em 2022 e orientada pela Professora Doutora Helena Amaral da Fontoura. A pesquisa foi desenvolvida a partir da vivência com professores da rede municipal de educação de Niterói durante as lotações motivadas por chamadas de concurso, solicitações das escolas ou pelos próprios professores, ocorridas a partir das orientações e autorizações da instituição. As vivências possibilitaram narrativas que nos fizeram observar as escolhas pela permanência de alguns professores na profissão docente, visto que as atividades que desenvolviam anteriormente não apresentavam relação com a educação. Assim, as professoras participantes da pesquisa não tinham a docência como profissão inicial, e desenvolviam atividades distantes da educação, atividades relacionadas à segurança pública e a administração em empresas privadas, porém no decorrer de suas trajetórias de vida o magistério apareceu como possibilidade de mudança, ou ainda como nova etapa de vida. Na escrita da dissertação, uma das autoras relata sobre a importância do magistério para sua vida, como uma escolha única e definitiva. Por considerar a docência como profissão durante minha trajetória de vida ao me deparar com outras profissões dentro da educação me causou inquietação e curiosidade de pesquisa. Após algumas escutas e atendimentos durante a rotina de trabalho, foram convidadas três professoras para apresentar suas narrativas de histórias de vida para

31



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

conhecer suas atividades anteriores e seus processos de escolha e permanência na educação. Durante o desenvolvimento dessa pesquisa, observamos algumas contribuições importantes no que se refere ao reconhecimento da docência enquanto profissão. Tardif (2010) propõe que a profissão docente foi sendo estabelecida de modo a considerar o ato de ensinar como uma atividade simples, sem grandes preocupações, mas com o passar dos anos vem sendo discutida de forma significativa, de modo a repensar as políticas públicas instauradas além de largo espaço acadêmico e desenvolvimento de pesquisas. Uma contribuição importante apresentada por Gatti (2013) tem a ver com a representação social da profissão docente referente ao sentido do trabalho como vocação e que de certa forma descentraliza a característica profissional e enfatiza o sentido de doação sem dar ênfase a sua característica social e ao fortalecimento do seu sentido profissional. O desafio apresentado durante as últimas décadas está ligado ao reconhecimento da docência enquanto profissão, que requer uma formação específica e um repensar constante sobre políticas públicas que valorizem o magistério. É importante destacar que esta pesquisa foi desenvolvida durante o período de pandemia estabelecido mundialmente. Foi um tempo desafiador especialmente referente às utilizações das mídias e tecnologias. Fomos surpreendidos com um inesperado e desafiados a “confrontar, selecionar, organizar os conhecimentos de forma adequada, ao mesmo tempo religando-os e integrando as incertezas” (MORIN, 2020, p.06). A pesquisa desenvolvida apresentou caráter qualitativo com potentes reflexões sobre a formação e a valorização da profissão docente. Ao repensar sobre as estratégias, os encontros presenciais foram substituídos por telas e encontros online previamente agendados. Esses encontros possibilitaram uma escuta atenta às narrativas que aconteceram de forma individual e direcionada, os quais se deram a partir da temática da profissão docente, as atividades desenvolvidas anteriores ao magistério e os caminhos percorridos para escolha e permanência na profissão. Esse direcionamento pode ser compreendido como “filtro”, um olhar específico, em que “a narrativa de vida prioriza o trabalho com os fragmentos da vida que se associam ao objeto de estudo e aos movimentos da memória daquele que reconta suas vivências e experiências” (BRAGANÇA e LIMA, 2016, p. 294). Outra estratégia utilizada para a

32



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

escuta das histórias foi a produção de podcast pelas professoras participantes. Estes podcasts foram produzidos a partir de um roteiro previamente encaminhado às participantes e contribuíram para a observação de pontos já apresentados nos encontros online, mas que de alguma forma foram potencializados através de suas falas individuais sem interferências da pesquisadora responsável. As narrativas foram organizadas a partir da estratégia de Tematização apresentada por Fontoura (2011), que pode ser compreendida a partir de sete passos: 1- Transcrição das narrativas; 2- Leitura atenta; 3- Demarcações relevantes; 4- Temas por agrupamento; 5- Análises temáticas; 6- Tratamento dos dados; 7- Interpretação a partir do referencial teórico. As narrativas foram apresentadas por três professoras atuantes na rede municipal de educação de Niterói, com diferentes momentos profissionais. Todas concursadas e que anteriormente desenvolviam atividades administrativas, relacionada a segurança e ainda já aposentada de uma empresa privada. Os caminhos percorridos para a escolha da docência possibilitaram também a permanência no magistério, e conscientes dos desafios encontrados na ‘nova’ profissão se reconhecem neste lugar também como agentes de contribuição para o fortalecimento e reconhecimento da docência como profissão.

33

Palavras-chave: profissão docente, narrativas, trajetórias de vida.

Referências

BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza, LIMA, Rita Pereira. Narrativas de vida de instrutores da educação profissional como possibilidade de estudos no campo das representações sociais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** (online), Brasília, v. 97, n. 246, p. 290-304, maio/ago. 2016.

FONTOURA, Helena Amaral da. Tematização como proposta de análise de dados na pesquisa qualitativa. In: _____. **Formação de professores e diversidades culturais: múltiplos olhares em pesquisa**. 1.ed. Coleção “Educação e Vida Nacional”. Niterói: Intertexto, 2011, p. 61-82.

GATTI, Bernadete A. (Org) **O trabalho docente: avaliação, valorização, controvérsias**. Campinas: Fundação Carlos Chagas; Autores associados, 2013.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

MORIN, Edgar. Um festival de incertezas. **Revista Espiral**, Rio de Janeiro, v.4, p.5-12, 2020

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2010.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

DIREITO À EDUCAÇÃO EM TERRITÓRIOS SOCIAIS PERIFÉRICOS: Interdições e Resistências

Ana Valéria Dias Pereira, anadiaspereira01@gmail.com
Maria Beatriz Lugão Rios, beatrizlugao@bol.com.br
Marcia Soares Alvarenga (Orientadora), msalvarenga.uerj@uol.com.br
PPGEDU/FFP/UERJ
Políticas, Direitos e Desigualdades
Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Políticas Públicas
e Educação de Jovens e Adultos da Classe Trabalhadora -PPEJAT

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo abordar sobre fatores determinantes que levam à exclusão de milhões de crianças, adolescentes e jovens dos bancos escolares, principalmente, nos territórios periféricos. O fenômeno do afastamento desses sujeitos da escola tem como principal fator as condições de vida que impelem esse público ao trabalho em detrimento da escolarização. Mas o afastamento também se dá por motivos como a violência urbana e o fechamento de escolas. Na cidade, a violência dos conflitos armados é fator de interrupção de aulas e de afastamento de crianças, adolescentes e jovens dos bancos escolares. No entanto, o presente trabalho apresenta o fechamento de escolas como uma política pública de educação que soma-se à violência urbana na exclusão da população dos bancos escolares na cidade e também no campo. Aponta a política de fechamento de escolas como parte do metabolismo social do sistema capital que afeta, principalmente, os territórios periféricos urbanos e rurais do país. Apresenta as periferias como espaços de relações sociais, no campo e na cidade, constituídos no modo capitalista dependente brasileiro (Fernandes, 2009). A negação do acesso aos direitos constituídos pelo mundo urbano (Lefebvre, 2011) perpassa os espaços periféricos e constitui conflitos e lutas pela sobrevivência. O trabalho apresenta, ainda, os movimentos de resistências, urbanos e rurais, ao fechamento de escolas. Destaca posicionamentos e ações de movimentos rurais como o Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos

35



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). O posicionamento dos movimentos urbanos em relação ao fechamento de escolas é trazido através da ação do movimento estudantil de ocupações de escolas em 2015, em São Paulo, e pelo Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST) que participou da ampla rede de apoio às ocupações estudantis. Essa unidade impôs uma derrota à política do governo Alckmin de reestruturação da rede pública que previa o fechamento de escolas. O movimento de ocupação estudantil se alastrou pelo país em 2016 com a pauta de oposição aos projetos de governos estaduais de precarização da escola básica e a contestação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que previa a instituição do Teto de Gastos ao projeto Escola Sem Partido e à medida provisória do Novo Ensino Médio. Ressalta que se fez presente nessa movimentação a palavra de ordem “fechar escolas é crime!” Aborda a situação no estado do Rio de Janeiro, apresentando dados de fechamento de escolas durante os governos de Sérgio Cabral e Pezão (2007 a 2019). Expõe, também, a situação da cidade de São Gonçalo, segunda maior em população do estado do Rio de Janeiro e décima sexta do país, onde dados trazidos por Silva (2022) apontam o fechamento de vinte (20) escolas estaduais no mesmo período. Esses dados se confrontam com a quantidade de crianças, adolescentes e jovens sem escolarização na cidade. Conclui que a interrupção das aulas por conflitos armados nas periferias urbanas e rurais soma-se ao fechamento de escolas na cidade e no campo, configurando a negação do direito à educação como parte do metabolismo do sistema capitalista dependente brasileiro.

36

Palavras-chave: direito à educação, periferia, resistência.

Referências

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4ª edição. São Paulo: Global, 2009.

LEFEBVRE, Henry- **O direito à cidade**, São Paulo, Centauro, 5ª Edição, 3º Reimpressão -2011



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

SILVA, Gabriela. **O fechamento de turmas do ensino médio no município de São Gonçalo/RJ: repercussões da reforma gerencial do estado do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado em Educação. São Gonçalo, FFP/UERJ. 2022.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

CONTRIBUIÇÃO DA PEDAGOGIA FRANCISCANA PARA A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

André Ricardo Gan, andrergan@gmail.com
Luiz Fernando Conde Sangenis, ifsangenis@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ

Formação de professores, história, memória e prática educativas
Grupo de pesquisa SERAPHICUS
Rede Internacional de Estudos Franciscanos no Brasil - RIEFB

Resumo

O panorama da educação pública brasileira é enriquecido pela herança da educação franciscana, que se estende desde os primórdios da colonização até os desafios contemporâneos. Os franciscanos, que desembarcaram com os primeiros portugueses no século XVI, deixaram suas marcas na cultura brasileira e desempenharam um papel crucial na formação educacional do país, abrangendo os níveis primário e secundário. No contexto atual, em que a educação integral se tornou um princípio fundamental, emerge a questão de como a pedagogia franciscana pode enriquecer essas novas diretrizes. O objetivo desse estudo é investigar como a abordagem educacional franciscana influencia a concepção pedagógica contemporânea do Brasil. Para alcançar esse objetivo, o artigo analisa a atual configuração educacional brasileira, explora os princípios pedagógicos franciscanos e avalia a relevância desses princípios para os objetivos educacionais contemporâneos no país. O cenário da educação no Brasil, especialmente após a abertura política na década de 1980, foi marcado por mudanças significativas. A promulgação da Constituição de 1988 e a criação da nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional trouxeram metas ambiciosas de erradicação do analfabetismo e universalização do ensino. Essa transformação também deu origem ao Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade de Educação, além da implementação de diversas políticas e programas, como a democratização da gestão escolar, a introdução do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Para essas novas diretrizes, podemos contar com

38



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

"a educação franciscana, que teve um papel central nos estágios iniciais da história educacional brasileira, e é fundamentada em princípios de justiça, caridade, fraternidade e ética cristã." (LIMA; COSTA, 2020, p. 128). Os franciscanos buscaram transmitir um peculiar modo de vida de cristã, fomentando virtudes e ações altruístas. Desde suas origens, eles estabeleceram escolas para indígenas, interclassistas e de ofícios, inculcando valores de amor, humildade e respeito ao próximo. A pedagogia franciscana destaca a formação integral do indivíduo, estimulando valores como autonomia, liberdade, solidariedade, capacidade crítica e criatividade. A educação franciscana encontra paralelos com a atual abordagem educacional contemporânea, que procura promover formação integral, autonomia e desenvolvimento socioemocional. A abordagem franciscana valoriza a sensibilização do indivíduo para o autoconhecimento e para compreender o mundo, transcendendo a simples aquisição de conhecimentos formais. A ênfase na formação integral, nos valores humanísticos e na sensibilidade emocional que permeia a educação franciscana é capaz de responde às atuais demandas da educação brasileira. "A pedagogia franciscana deve ser entendida neste sentido vasto e abrangente, quer dizer, como função da vida, despertando a consciência cristã e com ela o verdadeiro conceito de vida [...] em conformidade com todos os homens e todos os seres da natureza" (ZAVALLONI, 1999, p.24). Essa proposta pode inspirar práticas educacionais que promovam a inclusão social e a equidade, dando atenção especial aos indivíduos em situação de vulnerabilidade. Em última análise, a educação franciscana possui um potencial valioso para enriquecer a educação contemporânea no Brasil. Ela pode ser uma fonte de valores humanísticos e ecológicos, de formação holística e de desenvolvimento socioemocional. Os princípios pedagógicos franciscanos, como a busca pela sensibilização, a valorização do indivíduo e a formação abrangente, estão perfeitamente sintonizados com os objetivos da educação contemporânea que busca promover a cidadania, os direitos humanos e o pensamento crítico. A tradição franciscana traz consigo uma abordagem que considera tanto os aspectos cognitivos, quanto os emocionais e éticos do processo formativo, enriquecendo, assim, o cenário educacional brasileiro. Portanto, a influência da pedagogia franciscana na

39



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

contemporânea educação brasileira vai além de quaisquer propósitos religiosos, representando um avanço significativo em direção a uma abordagem educacional mais abrangente e humanística. Essa abordagem busca a formação de cidadãos responsáveis, críticos e emocionalmente inteligentes, aptos a contribuir para uma sociedade mais justa e solidária. Ela oferece uma perspectiva holística e humanista que pode enriquecer a educação no Brasil, promovendo valores éticos, compromisso social e consciência ambiental. "A prática pedagógica franciscana instiga em seus alunos a vivência de valores defendidos por seu fundador, como os de paz, amor, justiça, respeito, solidariedade e tolerância. E essa foi uma das contribuições dada pelos franciscanos na formação do homem brasileiro" (MIRANDA, 1969, p. 265).

Palavras-chave: educação franciscana, pedagogia contemporânea, formação integral.

Referências

LIMA, Maria do Carmo Gonçalves da Silva; COSTA, Célio Juvenal. O protagonismo da educação franciscana no Brasil colonial. **Revista Expressão Católica**; v. 9, n. 2, pág. 123-131, Dez - 2020.

MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. **Os franciscanos e a formação do Brasil**. Recife: Imprensa Universitária, 1969.

NERI, A. R. M. **A função do pedagogo na escola pública**: possibilidades de atuação na perspectiva do trabalho coletivo. Curitiba, 2014.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. **Gênese do pensamento único em educação: franciscanismo e jesuitismo na História da Educação brasileira**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

ZAVALLONI, R. **Pedagogia franciscana**: desenvolvimentos e perspectivas. Trad. Frei Celso Márcio Teixeira. Petrópolis: Vozes, FFB, 1999.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

A FORMAÇÃO CONTINUADA NO PNE 2014-2024: desdobramentos da Meta 16 no município de Niterói/RJ

Andréa King de Abreu Yamaguchi, andyamaguchi@gmail.com
Aparecida Garcia Serrano, cidazinhpinhao@hotmail.com
Lucília Augusto Lino, prof.lucilia.uerj@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ

Formação de professores, história, memória e práticas educativas
GRUPEFOR - Grupo de Estudos e Pesquisas Educacionais, Formação de Professores,
democracia e direito à educação

Resumo

O objetivo deste trabalho é destacar desdobramentos da meta 16 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014, na rede municipal de Niterói. A meta 16 tem como objetivo formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência do documento, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. Este trabalho articula as discussões coletivas empreendidas pelas autoras no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Formação de professores, democracia e direito à educação (GRUPEFOR/UERJ/CNPq) e que embasam projetos de Mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação, Processos Formativos e Desigualdades Sociais (PPGEDU/FFP/UERJ). A Meta 16 tem seis estratégias que tratam ações que seriam realizadas em regime de colaboração entre os entes federados, de forma orgânica e articulada com as políticas de formação dos Estados e Municípios, envolvendo as IES públicas em planejamento estratégico da demanda por formação continuada. Dentre as ações propostas haveria o incentivo a programas nacionais de acessibilidade a materiais didáticos e pedagógicos e a aquisição de bens culturais, a oferta de bolsas de estudo, entre outras estratégias que favorecessem a construção do conhecimento e a pesquisa, consolidando uma política nacional de formação de professores e professoras da educação básica e a elaboração de diretrizes nacionais.

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU
Faculdade de Formação de Professores – FFP
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Neste trabalho comungamos da concepção formativa da **base comum nacional**, construída coletivamente pelo movimento dos educadores, desde a década de 1980, e consolidada pela ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação. A **base comum nacional** incorpora a concepção de formação continuada aliada ao atendimento das demandas coletivas da escola visando ao aprimoramento do desempenho profissional dos professores. Evidenciamos dentre os marcos legais que antecedem a elaboração do atual PNE, a Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996), que asseguraram a preocupação estatal com o campo da formação. Segundo Helena de Freitas (2018), em sua análise do percurso histórico da formação de professores no Brasil, desde a Constituição de 1988, apesar de significativos, em comparação ao período anterior, tivemos poucos avanços na construção de uma política nacional de formação de professores, que articulasse a valorização da carreira do magistério. O cenário parecia mudar com a aprovação da Resolução CNE/CP 02/2015, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura). A concepção da formação da **base comum nacional** está parcialmente contemplada nas DCNs de 2015, que definem que as instituições formadoras devem elaborar projeto Institucional de formação com identidade própria, articulando a formação inicial e continuada, o ensino, a pesquisa e a extensão, e a aproximação com as redes de ensino de estados e municípios, materializando uma política de qualidade para a formação inicial e continuada de professores (DOURADO; TUTTMAN, 2019). Entretanto, após 2016, vimos a desresponsabilização do Poder público com o cumprimento das metas e estratégias do PNE. Sousa e Vidal (2022) e Freitas (2012), contribuem para a reflexão sobre os desmontes e retrocessos das políticas educacionais, a partir da hegemonia de concepções neoliberais, de cunho privatista. Dentre os retrocessos impostos às políticas educacionais destacamos a revogação da Res. 02/2015 e a aprovação das Resoluções CNE/CP 02/2019 e 01/2020 que impõem a adequação curricular dos cursos de formação à BNCC, cuja proposta de padronização curricular descaracteriza a formação ofertada na educação básica e nos cursos de

42



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

licenciatura, em todo o país. Dentro da análise proposta sobre os desdobramentos da Meta 16 do PNE, localizamos a discussão no Município de Niterói, tendo em vista que este tema perpassa a pesquisa de mestrado de uma das autoras, que estuda a atuação dos gestores municipais como Intelectuais Orgânicos na elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) dos Profissionais da Educação da Rede Pública Municipal de Niterói, em 2013. O referido PCCS ostenta a valorização da formação do profissional, com a correspondente melhoria salarial a cada nível, com incentivo à Pós-graduação, fixando o professor na rede, e capacitando-o a enfrentar os desafios do fazer pedagógico em sala de aula. Para isso, o processo formativo, na concepção sócio-histórica da base comum nacional, deve propor a correlação de teoria e prática numa concepção progressista. Como considerações ainda provisórias, temos que é possível identificar os desdobramentos da valorização da formação continuada de professores na rede investigada, na elevação da qualidade do ensino. Ampliamos essa discussão, a partir de abordagens qualitativas de investigação, destacando o impacto das políticas educacionais na formação de professores e na ampliação ou restrição do direito à educação, em uma perspectiva emancipatória, segundo Freire (2005), ancorada na construção de projetos contra-hegemônicos de educação pública e formação humana, a partir de princípios democráticos e solidários.

43

Palavras-chave: PNE; formação continuada de professores; valorização do magistério.

Referências

DOURADO, Luiz; TUTTMAN, Malvina. Formação do magistério da educação básica nas universidades brasileiras: institucionalização e materialização da Resolução CNE CP Nº 2/2015. **Formação em Movimento**, v.1, n.2, p. 197-217, jul./dez. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 48ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Helena C.L. de. 30 anos da Constituição: avanços e retrocessos na formação de professores. **Revista Retratos da Escola**, v. 12, n. 24, p. 511-527, nov./dez. 2018.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 379-404, 2012.

SOUSA, M. A. F.; VIDAL, E. M. Formação de professores na agenda neoliberal. **Anais do VIII Congresso Nacional de Educação** – CONEDU, 2022.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

ALBA CAÑIZARES DO NASCIMENTO: como a professora considerava o Feminismo Católico e a educação brasileira do início do século XX

Anna Clara Granado, annaclaragranado@gmail.com;
Luiz Fernando Conde Sangenis, lfsangenis@gmail.com;
PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de pesquisa: Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas
Grupo de pesquisa Seraphicus

Resumo

Alba Cañizares do Nascimento foi uma intelectual ativa e atuante no campo da educação e nas lutas das mulheres por emancipação e reivindicação da equidade de direitos. É, portanto, personagem que deixou contribuições para o âmbito da História da Educação e da História das Mulheres no Brasil. Mulher tipicamente republicana, com as características próprias do seu tempo, ajudou a forjar um novo pensar, tanto relacionado à Educação Brasileira, quanto aos feminismos da época. Alba procurou entender, interpretar e desvelar alguns conceitos que, ainda hoje, são discutidos e debatidos na história. Por entender a importância de divulgar as histórias e as personagens que foram invisibilizadas por um longo período, venho a contento, nesse trabalho, produzir mais uma escrita, que visa a promoção da história de uma mulher, professora, filósofa que viveu toda a sua vida nos anos da Primeira República, sendo ela uma pessoa envolvida e comprometida plenamente nos debates do século, tais como o feminismo, o socialismo e a educação. É importante mencionar que a Alba assume as crenças e tradições religiosas, levando os entraves e os obstáculos do feminismo para dentro da Igreja Católica, de forma a transformar os pensamentos sobre o antifeminismo que estava em voga, no período. Trata-se, portanto, de uma mulher educadora e produtora de um pensamento complexo que não se pode classificar facilmente em campos estanques, uma vez que se move com desenvoltura entre searas conservadoras, como a Igreja e a religião católica, e progressistas, uma vez envolvida com as lutas feministas em subversão à ordem patriarcal instituída. Entendemos que a referida personagem, Alba Cañizares do Nascimento, exerceu um

45



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

papel intelectual relevante no período, no intuito de modificar o pensamento vigente na sociedade em relação ao feminismo, inclusive dissociando-o de compreensões equivocadas ou pejorativas. Alba pensava e atuava para além das demandas produzidas pelo campo educacional. Abriu-se também ao cenário político e social, ao dedicar-se a fortalecer a educação popular, vinculando-a com a imagem de uma construção moral a partir de ensinamentos relacionados à doutrina católica, como forma de fortalecer a sociedade com uma educação que instrísse para e pela moral. Imersa em uma extensa rede de sociabilidade e intelectualidade, Alba circulava nos espaços educacionais e de aperfeiçoamento para a sua formação. Sendo ela uma filósofa, formada pela Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro, atuou como professora, escritora, Inspetora Escolar¹ e Superintendente de Educação Municipal. Como escritora, colaborou com diversos artigos em jornais e revistas ligados à educação. Em seus escritos, Alba Cañizares defendia uma educação voltada para o ensino religioso, como forma de moralizar os cidadãos brasileiros, na contramão do que pregava a Constituição de 1891, no qual instituía a educação republicana com um caráter laico (CUNHA, 2007). No entanto, Alba acreditava na educação com uma vertente religiosa, pela qual visava instruir as crianças para um caminho do bem, moral e decente. Em seus trabalhos, Alba promove discussões sobre a importância da Escola Normal, como local importante e fundamental para formar os futuros educadores, considerando que a ciência, a filosofia e a religião eram questões indissociáveis. A professora se utiliza de autores como Herbert Spencer, Schopenhauer e August Comte, para basear os seus escritos, sendo todos eles voltados para tradições religiosas. Ela defendia que os professores devessem transmitir conteúdos filosóficos com a influência religiosa na formação do caráter da juventude, defendendo que a religiosidade proporcionaria uma elevada personalidade aos jovens, sendo possível assim, trilhar um caminho considerado do bem, correto e seguro. Alba considerava também que os educadores eram os responsáveis em promover a harmonia entre a ciência e a religião, como forma de auxiliar nas ordens práticas da organização social e no fundamento moral

46

¹ Cargo administrativo da prefeitura, considerado um cargo de alto nível e notório prestígio.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

das sociedades. Ensinava que, através da religião, era possível obter respostas a perguntas que a ciência não conseguiria comprovar e que, no entanto, seriam passíveis de serem tratadas de forma filosófica.

Palavras-chave: história da educação; história das mulheres; primeira república.

Referências

CUNHA, L. A. Sintonia oscilante: religião, moral e civismo no Brasil – 1931/1937. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.131, p.285-302, maio/ago.2007.

RAGO, M. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. **Em Perspectiva**, São Paulo, 15(3), 53-66. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000300009>. Acesso em 20/08/2023.

_____. **A aventura de contar-se:** Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

VILLELA, H.O.S. Normalistas históricas, professoras comportadas: a construção das representações sobre a profissionalização da docência feminina no século XIX. **Dimensões**. Vol. 23. p.67 – 81. 2009.

NUNES, C.; CARVALHO, M.M.C. Historiografia da educação e fontes. IN: GONDRA, J. (org.). **Reflexões acerca do livro:** Pesquisa em história da educação no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

DE “TÉCNICO EM COZINHA” AO “TÉCNICO EM GASTRONOMIA”: transição de nomenclatura e mapeamento da educação profissional e tecnológica no Brasil

Annah Bárbara Pinheiro dos Santos, annah.barbara.santos@gmail.com

Carlos Soares Barbosa, profcarlosoares@gmail.com

PPGEDU/FFP/UERJ

Políticas, Direitos e Desigualdades

Grupo de Estudo e Pesquisa Juventudes, Trabalho, Educação e Políticas Públicas
(JUVENTE)

Resumo

O Brasil apresenta um crescimento significativo na formação técnica, tanto em quantidade de cursos ofertados, quanto no número de estudantes que optam por esta modalidade de formação. Em treze anos, o aumento de cursos ofertados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) foi de 185 para 240 (BRASIL, 2021). Já no quantitativo de estudantes observa-se, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que as matrículas em cursos técnicos integrados ao Ensino Médio vêm crescendo desde 2016, com aumento de 1,1% (65,5 mil matrículas) no ano de 2020 (BRASIL, 2021). No que tange aos cursos relacionados à Gastronomia, especificamente, estes têm seus registros iniciais no país relacionados às ofertas no Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAC), em São Paulo, no ano de 1964, que visava atender as demandas do setor de Turismo e Hospitalidade em desenvolvimento no período. Os cursos de garçom, cozinheiro, barman, porteiro-recepcionista, secretário de administração de hotéis e restaurantes foram os pioneiros no sistema do SENAC na capital paulista responsável pelo programa de hotelaria. Posteriormente, em 1969, a instituição deu início ao curso técnico para a formação de cozinheiros em Águas de São Pedro. Somente em 1994 foi criado o curso de Cozinheiro Chef Internacional pela mesma instituição (TOMIMATSU, 2011). A formação em Gastronomia é multidisciplinar e diversa pois a área envolve não somente a cozinha e a culinária, como também se relaciona à química, física, economia, história e compreende a comida como expressão da cultura (BRILLAT-SAVARIN, 1995).

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU

Faculdade de Formação de Professores – FFP

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Atualmente, os cursos de Gastronomia, tanto Ensino Superior quanto educação básica, não possuem uma Diretriz Comum Curricular, sendo assim a pluralidade de abordagens desenha-se de acordo com o perfil que cada instituição de ensino. Nesse sentido, ainda se faz necessário conhecer de forma aprofundada quais escolas promovem a formação profissional e como estas se desenvolvem para conceber a estruturação destas formações. Este trabalho é um recorte da pesquisa realizada na dissertação da primeira autora - no Programa de Pós-Graduação em Educação Processos Formativos e Desigualdades Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Objetiva-se analisar o perfil do curso Técnico em Gastronomia estabelecido pelo CNCT, diferenciando-o da sua nomenclatura anterior “Técnico em Cozinha”, e mapear as escolas públicas brasileiras que apresentam oferta ativa deste curso no SISTEC. Em termos metodológicos, a investigação propõe-se por meio da pesquisa documental e exploratória, de abordagem qualitativa, que consiste como corpus empírico para levantamento das informações do levantamento de documentos publicados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) referentes aos cursos técnicos oferecidos nas escolas brasileiras. A análise do documento será feita com base na Análise Crítica de Discurso (ACD), de Fairclough, que integra categorias próprias do método do materialismo histórico e dialético. Trata-se de um método de análise social que tem como objetivo “elucidar como o discurso está relacionado a outros elementos sociais (poder, ideologias, instituições etc.); e em oferecer a crítica ao discurso como caminho para uma crítica mais ampla da realidade social” (FAIRCLOUGH, 2019, p.32). Primeiramente, investigou-se os documentos publicados pelo MEC em busca daqueles que mencionassem o termo “Gastronomia”. Foram identificadas as quatro edições do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), cujo a terceira e quarta continham a menção. A segunda etapa da pesquisa deu-se pelo mapeamento nacional, por meio de consulta ao Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), das escolas que ofertam os cursos para investigar onde e em quais modalidades estes cursos são ofertados. O site SISTEC disponibiliza os dados por meio de um mapa onde seleciona-se cada Unidade Federativa, acessando os Municípios e posteriormente suas Unidades Escolares, para então visualizar,

49



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

respectivamente, a modalidade de ensino, o curso e o tipo de oferta. A partir de cada Unidade de Ensino ainda é possível acessar uma planilha que disponibiliza o período de oferta do curso e o número de matrículas registradas em cada curso naquela unidade escolar. A partir das análises foi possível compreender as diferenças entre o perfil traçado para o curso Técnico em cozinha e o curso Técnico em Gastronomia e os locais onde esses cursos possuem registro de oferta ativa. A partir da alteração para Técnico em Gastronomia, é possível observar uma descrição mais detalhada na apresentação, no entanto a habilitação do profissional formado por este curso ainda se mantém restrita a atuação exclusivamente direcionada à culinária e as cozinhas. A culinária é parte integrante da Gastronomia, mas esta não se restringe à produção de alimentos. Os perfis diferenciam-se na ênfase em gestão, uma vez que o atual possibilita maior destaque nas funções de gerenciamento de equipe e coordenação do ambiente da cozinha. Entretanto, a mudança da nomenclatura ainda mantém a abordagem intimamente ligada às operações de produção de alimentos em detrimento do aspecto multidisciplinar, como discutido no referencial teórico deste artigo, que considera a Gastronomia como ciência e como arte, preconizando sua relação fundamental com a Cultura e a Comensalidade. Estes cursos são oferecidos por 15 Institutos Federais, somando um total de 19 ofertas distintas distribuídas nos estados de Alagoas, Bahia, Goiás, Maranhão, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e em Brasília. Mesmo com a transição de nomenclatura e o maior enfoque em gestão no CNCT atual, o curso mantém a mesma carga horária e área de atuação restrita ao ambiente das cozinhas profissionais como o antecessor.

50

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Gastronomia; Trabalho e Educação.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Catálogo dos Cursos Técnicos. 4ª edição, 2021.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2020: resumo técnico. Brasília, DF: INEP, 2021. Disponível



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

em:

<https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf> Acesso em 18 de abril de 2023.

BRILLAT-SAVARIN, J. **A fisiologia do gosto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FAIRCLOUGH, N. Análise crítica do discurso como raciocínio dialético: crítica, explanação e ação. *Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, v. 4, n. 2, p 31-50, 2019. Disponível em:

<<https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/29970/18006>>. Acesso em: fev, 2023.

TOMIMATSU, C. E. Formação em Gastronomia: aprendizagem e ensino. Contextos da Alimentação – **Revista de Comportamento, Cultura e Sociedade**, v. 4, n. 2, p. 158-170– março de 2016 27, São Paulo: Boccato, 2011.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

ENCONTROS E CONVERSAS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE NITERÓI-RJ

Arina Martins, arina.nina@gmail.com
FME-Niterói; PPGEDU/FFP/UERJ
Anelice Ribetto, anelatina@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de pesquisa: Políticas, Direitos e Desigualdades
Coletivo Diferenças e Alteridade na Educação

Resumo

Esse trabalho é uma travessia que se implica no fazer de uma pesquisa na diferença. Faz parte de uma *pesquisaescrita* de mestrado concluída com o título “A produção de oficinas de animação na educação de surdos: MoVimeNTOs e possibilidades de uma proposta pedagógica visuoespacial” (CARDOSO, 2019) produzida no Programa de Pós-Graduação em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais – da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro com orientação da Prof. Dra. Anelice Ribetto e o Coletivo Diferenças e Alteridade na Educação. Uma *pesquisaescrita* feita como um exercício cartográfico (PASSOS; KASTRUP; ESCOSSIA, 2009) advindo de um acompanhar processos com estudantes surdos, professores e gestores da Escola Municipal Paulo Freire (EMPF) no município de Niterói-RJ com reverberações em um projeto de doutorado em andamento no mesmo programa e coletivo. Compreendemos a surdez a partir de sua marca enquanto diferença dentro da visão socioantropológica (SKLIAR, 1999) e não enquanto deficiência a ser corrigida, completada ou superada. Com essa afirmação, entramos na Escola Municipal Paulo Freire pelo meio, melhor dizer, entramos no meio a um projeto de educação de surdos em transcurso. Chegamos com um desejo de pesquisa: com a sugestão de produção de oficinas de animação como proposta para a educação visual de surdos. Mas havia um projeto em transcurso... Que projeto era esse? Que escola era essa? Qual seu contexto? Sua história? O que se pensava nesse espaço sobre a educação dos surdos que ali estudavam? Como agenciamos esses desejos e projetos? A história e trajetória dessa escola se confunde com a própria história da

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU
Faculdade de Formação de Professores – FFP
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

educação de surdos do município, pois, desde sua criação em 2004, o desejo e projeto foi o de produzir nesse espaço a educação bilíngue de surdos que atendesse à demanda da população de Niterói, desejo que ganha força a partir das políticas nacionais voltadas para a educação das pessoas chamadas com deficiência, em especial a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) de 2008. Nesta escola, habitam pessoas que são fontes vivas dessa trajetória. Nosso movimento, então, foi o de buscar ouvir essas vozes, nos permitir sermos atravessadas por elas, dar lugar às falas e diariar com microrrelatos suas impressões a partir de conversas. Entendemos esse movimento como um modo de fazer coerente com a defesa do rizoma como plano agenciador de conhecimentos: vivemos em redes que conectam saberes múltiplos e nos contrapomos à defesa de que a universidade deve, apenas, contentar-se, com a produção de um conhecimento científico – aparentemente – produzido fora destas redes agenciadoras. Não há fora e dentro dessas redes, há, apenas, redes (DELEUZE, GUATARRI, 1995). No exercício cartográfico que nos propomos, escolhemos apostar na conversa com os sujeitos que habitam os espaços da pesquisa. A conversa como uma forma de produção de conhecimento (RIBEIRO; SOUZA; SAMPAIO, 2018) e as narrativas como uma forma de materializar a memória, a fim de dar a ver e falar as vozes desse lugar e os processos pelos quais a proposta de educação de surdos passam na EMPF e no município de Niterói desde seu início em 2004. As conversas trazidas aqui foram registradas sob forma de narrativas. A partir desses encontros, arriscamos dar às conversas uma composição outra, não as transcrevemos literalmente, mas com elas compomos uma outra escrita, em forma de narrativa que podemos chamar de microcontos ou microrrelatos. O movimento de conversar na *pesquisaescrita* nos permitiu habitar, afetar e sermos afetadas por este espaço, bem como nos permitiu habitar e produzir memórias, dando a ver as histórias desse lugar através das narrativas de quem o habita. A partir das conversas buscamos, também, outros interlocutores produzindo outras conversas ao tencioná-las também com outros estudos desenvolvidos na educação de surdos de Niterói (MEIRELES, 2010) documentos, textos, autores, objetos e afetos. Assim, de outros modos, pudemos

53



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

apresentar o projeto de educação bilíngue deste lugar que encarna uma história de educação de surdos que se confunde com a trajetória de seu próprio município.

Palavras-chave: Surdez, Cartografia, Conversa.

Referências

CARDOSO, Arina Costa Martins. **A produção de oficinas de animação na educação de surdos:** MoVimeNTOs e possibilidades de uma proposta pedagógica visuoespacial. 2019. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/9903>

DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Félix. **Mil Platôs**. v. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34 Letras, 1995

MEIRELES, Rosana Maria do Prado Luz. **Educação bilíngue de alunos surdos:** experiências inclusivas na Escola Municipal Paulo Freire/Niterói. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, 2010.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L da (orgs.). **Pistas do Método da Cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre, Sulina, 2009.

RIBEIRO, T.; SOUZA, R. de; SAMPAIO C. S. (orgs.). **Conversa como metodologia de pesquisa:** por que não? Rio de Janeiro: Ayvu, 2018.

SKLIAR, C. **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

DAS POSSIBILIDADES E IMPOSSIBILIDADES DA RECONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL PÓS-BOLSONARO E O CARÁTER DO GOVERNO LULA

Arthur Moura, arthur.arthurmoura@gmail.com
Gelsom Rozentino, rozentino@gmail.com
PPGHS/FFP/UERJ

Resumo

Gostaria de neste breve trabalho seminal apresentar algumas questões gerais sem as quais torna-se impossível não só compreender a natureza da contradição que está colocada para a educação no Brasil atual (e, sobretudo, em seu processo histórico); torna-se inviável qualquer possibilidade de mudança radical dado a permanência da contradição existente entre capital e trabalho, que, independentemente do governo em questão permanece sem qualquer tipo de alteração. Não quero com isso igualar governos proto-fascistas como o de Jair Messias Bolsonaro e o governo social liberal de Lula, mas é fato que há, em qualquer que seja a gestão do capital, a manutenção da dominação de classe em qualquer que seja a orientação dos governos. Não podemos deixar de afirmar que a escolha por um governo X ou Y não depende da vontade popular propriamente dito, mas sim das necessidades vitais do capital e suas ramificações. Há, antes de tudo, a necessidade da manutenção do capital. Se pensarmos que pouco tem sido feito no sentido de mobilizações populares, grandes greves e manifestações, é compreensível perceber o marasmo político que estão colocados neste exato momento os setores da educação pública no Brasil. E quais questões fundamentais são essas? Praticamente tudo o que impede a construção de uma educação verdadeiramente emancipatória, popular, livre da relação espoliativa para com os setores dominantes da sociedade burguesa capitalista. Como afirma Rossi (1978), “um processo de rebeldia e de afronta à dominação pressupõe necessariamente a consciência da própria condição de dominado.” Nesse sentido reitero aqui o questionamento de Ivo Tonet em A Educação numa encruzilhada: “contribuir para a reprodução ou superação desta ordem social?” Pensar isso requer,

55



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

antes de tudo, refletir sobre o sistema sócio econômico que está colocado. E como afirma o autor citado, não queremos tirar conclusões mecânicas sobre a crise permanente da educação, mas sem compreender a natureza do capitalismo, a educação continuará nessa mesma encruzilhada. As escolas, universidades, repartições burocráticas e jurídicas e todo o conjunto (com salvas exceções) dos espaços e territórios da cidade-empresa visam perpetuar a fabricação de um homem dócil, adaptado a uma realidade mercantilizada, privando-o de sua própria liberdade que se acentua no que diz respeito às restrições consolidando as relações de dominação. A fábrica que tudo fetichiza também fetichizou a revolta, espetacularizando-a, transformando muitas vezes o enfrentamento numa via para o suicídio, o que reafirma o espetáculo como norma social. Dado que o problema social da educação é histórico e constitutivo do modo de produção capitalista, qual tem sido o papel dos últimos governos em suas ações com relação à educação? O governo Bolsonaro foi enfático no sentido de neutralizar a educação, cortando seus recursos básicos e entregando sua administração a um corpo de ministros incompetentes. Não à toa, houve grande rotatividade na pasta. Nesses quatro anos, houve congelamento de salários, corte de bolsas e benefícios, redução de verbas para universidades e escolas e até mesmo tentativas de fechar universidades públicas como a UERJ. Por outro lado, as escolas militares ganharam forte recompensa, já que há interesse num tipo de educação altamente hierarquizada que reproduza valores conservadores na produção de corpos dóceis. Não podemos deixar de citar o projeto Escola sem Partido, que ganhou as páginas dos jornais levantando o debate sobre uma educação livre do que setores conservadores denominaram “ideologia de gênero” e outros termos fora da realidade concreta material. Isso na verdade foi utilizado como uma espécie de espantinho no sentido de turvar os seus reais interesses. Nesse sentido, não resta dúvida de que governos conservadores em última instância combatem a educação como parte do seu projeto de sociedade. Como forma de se colocar novamente no mercado eleitoral e angariar possibilidade de vitória, o governo Lula não pestanejou em firmar relação com setores igualmente conservadores, ainda que sob a capa de democratas liberais como Geraldo Alckmin. Ainda assim, Lula conseguiu revogar o

56



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

corte de bolsas das universidades públicas promovido pelo governo anterior em novembro de 2022; promoveu também um aumento importante para estudantes da pós-graduação sem alterar, no entanto, a situação da graduação e das escolas públicas de um modo geral o que funcionou como estratégia para não se promover uma greve geral. Em *Capitalismo e Educação*, Rossi (1978) coloca uma importante questão:

O esforço ideológico dos detentores do poder, no sentido de “sacralizar” a via educacional para solução de problemas sociais, deveria ser cuidadosamente estudado. Seria necessário compreender os mecanismos pelos quais a educação se revela importante, no capitalismo, não apenas ao nível ideológico, mas especialmente quanto aos seus efeitos em relação ao nível concreto das relações econômicas que fundamentam a sociedade.

Nesse sentido reitero aqui o questionamento de Ivo Tonet em *A Educação numa encruzilhada*: “contribuir para a reprodução ou superação desta ordem social?” Pensar isso requer, antes de tudo, refletir sobre o sistema sócio econômico que está colocado. E como afirma o autor citado, não queremos tirar conclusões mecânicas sobre a crise permanente da educação, mas sem compreender a natureza do capitalismo, a educação continuará nessa mesma encruzilhada.

57

Palavras-chave: democracia, educação, luta de classes

Referências

ROSSI, Wagner Gonçalves. **Capitalismo e Educação**. São Paulo, 1978

TONET, Ivo. *A Educação numa Encruzilhada*. IN: **Trabalho, sociabilidade e educação** - uma crítica à ordem do capital. MENEZES, Ana M. D. e FIGUEIREDO, Fábio F. (orgs). Fortaleza: UFC, 2003, p. 201-219.



REVISÃO DE LITERATURA: pesquisas recentes sobre o campo multiplicativo e diálogos nas aulas de Matemática

Bernadete Mendonça de Alencar Xavier, betevip92@gmail.com
Vânia Finholdt Angelo Leite, vfaleite@uol.com.br
PPGEDU/FFP/UERJ

Formação de professores, história, memória e práticas educativas
Tri Vértice: Formação de Professores, Didática e Educação Matemática

Resumo

A revisão de literatura é o começo de uma viagem cujo pontapé inicial é a busca pela apreciação de contribuições outras em torno do tema escolhido pelo pesquisador acadêmico. “Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados” (DUARTE, 2002, p. 139). Inicialmente, buscamos nas dissertações e teses do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) títulos que contemplassem os seguintes descritores: “Situações-problema”, “Estruturas Multiplicativas” e “Anos Iniciais” e “Educação Matemática Crítica”. Aplicamos o filtro de produções dos anos de 2017 até 2021 e procedemos a uma busca refinada, sendo possível selecionar 30 (trinta) materiais ao todo. De acordo com os títulos que mais se aproximavam nosso objeto, o elo entre a comunicação e a resolução de problemas de estruturas multiplicativas como um caminho para o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem dos conceitos matemáticos relacionados a esse campo conceitual, eliminamos 16 (dezesesseis) estudos, os quais se voltavam para outros segmentos ou não possuíam autorização para divulgação. Permaneceram 14 (catorze) pesquisas restantes. Então, verificamos que 09 (nove) trabalhos, além de se tratar do Campo Multiplicativo e Estruturas Multiplicativas, também se referiam à formação inicial e continuada do professor que ensina Matemática nos anos iniciais, o que, de certa forma, se distanciava do foco do nosso projeto, que é voltado para o aluno e não para o docente. Portanto, prosseguimos com a etapa final da revisão com os 5 (cinco) trabalhos restantes: Nascimento (2017);



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Oliveira (2018); Beyer (2018); Camili (2021); e Faustino (2018), cujas referências se encontram no arquivo do trabalho completo a que se refere esse presente resumo. Observamos que as quatro dissertações: Nascimento (2017), Oliveira (2018), Beyer (2018) e Camili (2021) se voltam para situações de estruturas multiplicativas e aprendizagem de conceitos do Campo Conceitual Multiplicativo, tendo como principal aporte teórico Vergnaud (1983, 2003 e 2009). As indicações desses estudos sinalizam a pertinência da nossa pesquisa: i) apontam a dificuldade de intervenção pedagógica que professores apresentam ao se depararem com os erros e estratégias dos alunos na resolução e problemas; ii) ressaltam que o professor pode refletir e observar os esquemas construídos pelos estudantes nas situações propostas.; iii) sugerem a necessidade de compreender os esquemas dos estudantes do Ensino Fundamental de outros conceitos da estrutura multiplicativa, tais como: combinatória, configuração retangular, comparação multiplicativa e proporção dupla; e iv) anunciam que os conhecimentos em torno do campo conceitual multiplicativo, nas suas mais diversas maneiras de conceitualização, não circulam de forma clara entre os professores dos anos iniciais. A partir da revisão, notamos que ainda há assuntos para investigar, tais como: i) a evolução de procedimentos de ensino (NASCIMENTO, 2017); ii) a fala dos estudantes com relação aos conceitos matemáticos envolvidos na sua ação como uma prática que permita compreender, consolidar os conceitos e explorar a ampliação dos eixos do campo multiplicativo (OLIVEIRA, 2018), o que é salientado em nossa pesquisa, a qual se volta para situações de relações ternárias do eixo de comparação multiplicativa; e iii) as organizações matemáticas e didáticas dos principais documentos curriculares oficiais que regem a Educação Básica ao sugerirem o ensino dos conceitos do Campo Conceitual Multiplicativo bem como a apropriação desses conhecimentos pelos professores e estudantes no cotidiano escolar (BEYER, 2018 e CAMILI, 2021). Já a tese de Faustino (2018), cujo referencial principal é Alro e Skovsmose (2006), se diferencia das anteriores porque sua temática se volta para padrões de comunicação numa investigação acerca de como o diálogo é colocado em ação nas aulas de matemática. Dentre os trabalhos levantados, não encontramos nenhuma dissertação nem tese que unisse as estratégias de ação dos alunos para a resolução de situações-



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

problema do campo multiplicativo e o diálogo dos estudantes nas aulas de Matemática nos anos iniciais. Desse modo, conjugar as situações-problema de estruturas multiplicativas e os diálogos dos alunos numa única investigação configura uma pesquisa com um certo grau de singularidade. Entendemos que o nosso estudo representa mais um olhar que vasculha lugares já visitados em torno de demandas do campo da Educação Matemática que ainda persistem atualmente. Compreendemos que o nosso projeto se configura na busca pelo novo revestido de vivências anteriores, as quais, uma vez compartilhadas e analisadas por intermédio das produções acadêmicas levantadas, nos move a seguir caminhando na produção de dados empíricos rumo ao que aponta o nosso objetivo principal, o qual é verificar como a promoção do diálogo nas aulas de matemática pode contribuir para o desempenho dos estudantes. Passados poucos anos dessas cinco pesquisas levantadas nessa revisão de literatura, verificamos que os apontamentos das autoras em cada trabalho ainda repercutem atualmente na prática docente como um desafio para o ensino de Matemática, o que justifica a necessidade de pesquisas voltadas para entender e analisar as estratégias dos estudantes. Nesse sentido, cabe ouvir os alunos e investigar como as crianças resolvem situações do Campo Multiplicativo.

60

Palavras-chave: Revisão de literatura, campo multiplicativo, diálogos nas aulas de matemática.

Referências

ALRO, Helle e SKOVSMOSE, Ole. **Diálogo e aprendizagem em Educação Matemática**. Trad. Orlando de A. Figueiredo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

DUARTE, Rosália. Pesquisa Qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, PUC-RJ, n. 115, março, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf>. Acesso em 10 nov 2022.

SANTOS, Aparecido dos. **Formação de professores e as estruturas multiplicativas**: reflexões teóricas e práticas. 1.ed. Curitiba: Appris, 2015.

VERGNAUD, Gérard. A Gênese dos Campos Conceituais. In: GROSSI, E. P. (Org.) **Por que ainda há quem não aprende?**: a teoria. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

_____. **A criança, a matemática e a realidade:** problemas do ensino da matemática na escola elementar. Tradução: Maria Lucia Faria Moro. Curitiba: Ed. da UFPR, 2009.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

A INTERSEÇÃO ENTRE LITERATURA E MATEMÁTICA: Formação de professores nos processos de ensino-aprendizagem

Bianca de Macedo Abreu, biamacedoabreu24@gmail.com
Vania Finholdt Angelo Leite, vfaleite@uol.com.br
PPGEDU/FFP/UERJ

Formação de professores, história, memória e práticas educativas
Tri Vértice: Formação de Professores, Didática e Educação Matemática

Resumo

O presente trabalho é um recorte da pesquisa “A formação de professores e a interseção entre literatura e matemática nos processos de ensino-aprendizagem” que se encontra em movimento no curso de doutorado. Contempla a Formação de Professores no encontro com a Narrativa como metodologia e dispositivo potente para os processos formativos, em que dialogam com o cruzamento entre a matemática e a literatura, que estão cada vez mais presentes nos materiais pedagógicos existentes na atualidade. O estudo está ancorado em D’Ambrósio (2009) para pensar a matemática, em Candido (2017) para literatura, em Fontoura (2011) para tratar da formação de professores e utiliza a metodologia das narrativas e o conceito de experiência à luz de Josso (2010) objetivando compreender as afinidades, dificuldades e possibilidades da matemática quando trabalhada em consonância com a literatura no contexto educacional para os processos de significação de vida e formação. Pretendemos contribuir com recursos para as práticas docentes provenientes da aproximação destas duas linhas de conhecimentos, a matemática e a literatura, e conseqüentemente, a formação de professores, por meio da análise de narrativas de alguns profissionais que trabalham como e com formadores ou tem produções nestas áreas. Rego (2021), com base em Fontoura (2011), destaca que se faz imprescindível uma formação que proponha mobilizar e significar a prática docente, portanto, é essencial repensar a formação para o magistério, levando em consideração a relação entre teoria e prática e teoria, entre os saberes da universidade e as realidades dos alunos, o que permitirá

62



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

que os professores constituam sua identidade e seu papel profissional docente. Desta forma, diminuindo a fragmentação e a dicotomia no cotidiano ato de ensinar. No campo da educação e da formação, há a possibilidade de construção de um olhar renovado de si mediante práticas de alteridade, ou seja, pela natureza ou condição do que ou de como o outro é. A reflexão biográfica, que se revela significativa do ponto de vista da nossa formação e transformação, nos permite ver de maneira mais clara os desafios de nossa existência e de nossa trajetória profissional. Para Josso (2010), a prática narrativa, qualquer que seja a forma, oferece possibilidade de experiência, de autoconsciência, por meio do nosso alter ego e nossas responsabilidades, como sujeitos envolvidos no que já existe e no futuro próximo. Toda modalidade de linguagem, de natureza verbal ou não verbal, pode ser contextualizada em sala de aula, na perspectiva que o aluno se aproprie da leitura, reflita e possa entender as situações de seu emprego e sua mensagem. É essa visão que as atividades de leitura e de escrita nas aulas de matemática podem transformar o cenário atual, assim como, nas demais disciplinas pela relação existente. Provoca nossos alunos a descreverem suas ideias e compreensão do texto, bem como a apresentação de solução para o problema proposto, pois detêm a percepção de que uma resolução matemática precisa ser sempre e apenas de cálculos. Evidenciam uma potencialidade de abordagem frente a leitura e a escrita, que pode agregar conteúdo de forma dinâmica e formativa, que integram as experiências individuais e coletivas na busca da construção e apropriação dos conceitos abstratos. Para D’Ambrosio (2009), a educação formal é baseada ou na mera transmissão de explicação e teorias, se referindo ao ensino teórico e aulas expositivas, ou no adestramento de técnicas e habilidades, se tratando do ensino prático com exercícios repetitivos e de memorização. O autor salienta que as alternativas são totalmente equivocadas em vista dos avanços mais recentes do nosso entendimento dos processos cognitivos, pois não se pode avaliar habilidades cognitivas fora do contexto cultural. A educação é um movimento articulado em domínio de conceitos e reconhecimento de finalidades nos contextos social e cultural de modo a favorecer e estimular o desenvolvimento das habilidades cognitivas, possibilitando a apropriação de conhecimentos significativos na Educação Matemática e em outras

63



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

áreas nos processos de ensino-aprendizagem e na vida, que quando restritos somente aos ensinamentos teórico e prático, no sentido da repetição e não da criação, não contemplam a historicidade da pessoa para sua formação integral. Para Candido (2017, p. 191), “uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura, em todas as modalidades, em todos os níveis é um direito inalienável”. Esta explanação do autor é bem reflexiva, pois coloca a literatura como um direito inalienável, ou seja, que não pode ser vendido ou cedido, é pertencente ao ser de maneira intransferível todo o conhecimento, o saber, as vivências e as experiências das histórias, dos textos lidos. Todo professor é um professor de linguagem, qualquer que seja sua formação, pela perspectiva das práticas sociais e culturais das pessoas, pela forma delas se relacionarem com o mundo, pela multiplicidade de linguagens que promovem as comunicações e interações. Desta forma, o estudo visa promover a percepção da relação entre a matemática e a literatura como linguagens, que está para além dos verbos ler e contar, assim como ancorá-las aos estudos sobre formação docente a partir da metodologia da narrativa como dispositivo potente para os processos formativos pela flexibilidade e possibilidade de transformação.

64

Palavras-chave: formação de professores, narrativas, linguagens.

Referências

CANDIDO, Antônio. **Vários escritos:** O direito à literatura. 6. ed. Rio de Janeiro: Duas Vozes, 2017.

D’AMBROSIO, U. **Educação Matemática:** da teoria à prática. São Paulo: Papirus, 2009.

FONTOURA, Helena Amaral. **Residência pedagógica:** percursos de formação e experiências docentes na Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Niterói: Intertexto, 2011, p. 11- 23.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

JOSSO, Marie Christine. **Experiências de vida e formação**. Tradução de José Cláudio, Júlia Ferreira; revisão científica Maria da Conceição Passeggi, Marie Christine Joso. 2.ed. re. e ampl. Natal: EDUFRRN; São Paulo: Paulus, 2010.

REGO, Flaviane Coutinho Neves Americano. **Inserção profissional docente:** narrativas de professores iniciantes e experientes da Educação Básica do Município de Maricá - RJ. 2021. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/16353>. Acesso em: jan. 2023.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA E A ESCOLA QUINZE DE NOVEMBRO

Bruna Bottino da Silva;
ProPEd/UERJ/FAPERJ/PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
Sônia de Oliveira Camara Rangel;
PPGEDU/FFP/UERJ
Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas
Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância (NIPHEI)

Resumo

O trabalho tem como objetivo analisar a assistência direcionada à infância a partir da criação da Escola Quinze de Novembro, no dia 3 de dezembro de 1899, que tinha como intuito inicial “ministrar aos internos um ensino profissional intenso, visando o preparo dos menores para a vida prática” objetivo inicialmente não alcançado devido as pequenas instalações da instituição (SIQUEIRA, 2019, p.68). Destinada inicialmente a menores abandonados. Durante as duas primeiras décadas, a instituição sofreu inúmeras alterações tanto no seu nome, como nos seus objetivos. Criada inicialmente com o nome Escola Quinze de Novembro, no ano de 1902 seu nome foi alterado para Escola Correccional Quinze de Novembro; em 1910 para Escola Premunitória Quinze de Novembro, a partir do decreto 8.203 de 08/09/1910 e Escola Quinze de Novembro, a partir do decreto 16.037 de 14/05/1923. Ao passo que seu nome sofria alterações os seus objetivos também eram alterados. Na década de 1920, a partir da criação do Primeiro Juízo Privativo de Menores, no ano de 1924, a instituição passou a auxiliar o Juízo, no que dizia respeito a proteção, assistência e educação da infância abandonada e delinquente da cidade do Rio de Janeiro, tornando-se uma instituição complementar ao Juízo. Dessa maneira partiremos da compreensão do conceito de instituição total, apresentado por Goffman (2015, p. 11), para analisar a Escola Quinze de Novembro, como um “local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levavam uma vida fechada e formalmente administrada”. Ou seja, a vida do internado era regida por regras, regulamentos, que buscavam um objetivo final. A



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

partir da proclamação da República (1889) e com o crescente processo de industrialização, urbanização e modernização que algumas cidades do país passaram, principalmente o Rio de Janeiro, a então capital do país e São Paulo, alguns setores da sociedade, compostos por intelectuais do campo, médico e jurídico, viam na infância, principalmente pobre, o caminho para o progresso do país. Esses intelectuais modernizadores, defendiam “uma educação mais moral e profissional do que intelectual, visando a agir individualmente sobre a coletividade”. Nesse sentido, a infância passou a ser pensada como objeto de estudo e regulamentação, pautada “na educação como elemento de superação da ‘ignorância’ do povo”. Os intelectuais defendiam que a partir da intervenção moral e da disseminação de ensinamentos higiênicos, era possível superar o atraso econômico e social que assolava o país (Camara, 2011). Em seu estudo, Camara (2011, p. 22) destaca que na década de 1920 “procedimentos de orientação racional, higiênico e moralizante foram propostos como capazes de realizar a transformação da família, da casa e de seus habitantes. Nessa direção aparelhos de fiscalização, vigilância, correção e regeneração foram pensados a fim de intervir sobre os indivíduos considerados desviantes. Nesse sentido, diferentes categorias de menor começaram a serem analisadas com o intuito de buscar o melhoramento do aparelho institucional direcionado à infância brasileira do século XX (Rizzini; Rizzini, 2004). Nessa direção, debates com relação a implementação de políticas relacionadas a assistência, proteção e educação dos menores abandonados e delinquentes, começaram a surgir, culminando na criação do primeiro Juízo de Menores Abandonados e Delinquentes da cidade do Rio de Janeiro e de instituições complementares a ele, e na aprovação do Código de Menores de 1927, criando assim um sistema de assistência social e jurídica destinado à infância, reproduzido pelos demais estados do país (Rizzini; Rizzini, 2004).

67

Palavras-chave: Escola Quinze de Novembro, Assistência a Infância, História da Educação.

Referências

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU
Faculdade de Formação de Professores – FFP
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

CAMARA, Sônia. Infância pobre e instituições assistenciais no Brasil republicano. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; ARAÚJO, Vania Carvalho de (orgs.). **História da educação e da assistência à infância no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2011

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

RIZZINI, Irma; RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil**. RJ: Ed. PUC – Rio; SP: Loyola, 2004.

SIQUEIRA, Patrícia Amaral. **Tragédia carioca: sujeitos, políticas e embates sobre o abandono de menores (FUNABEM – décadas de 1960 e 1970)**. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**EXAMES DE CERTIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
experiências em diferentes esferas**

Cacilda Fontes Cruz, kikafontescruz@gmail.com
Nadia Batista Corrêa, nbcorrea@gmail.com
Edilaine de Melo Souza, edilaines.edu@gmail.com
Marcia Soares de Alvarenga, msalvarenga@uol.com.br
PPGEDU/FFP/UERJ

Linha: Políticas, Direitos e Desigualdades
Políticas Públicas e Educação de Jovens e Adultos da Classe Trabalhadora (PPEJAT)

Resumo

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) passa por um período de incremento das certificações por competência como política de alegada ampliação de escolaridade para a população excluída do espaço escolar. Enquanto as matrículas na forma presencial da modalidade são reduzidas na oferta pelo poder público e até mesmo na procura por parte da população, os exames recebem significativo número de inscritos a cada ano. Neste trabalho, apresenta-se dados de três exames: do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), promovido pelo governo federal com planejamento e execução do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Exame de Certificação da Rede de Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) do Estado do Rio de Janeiro, bem como dados iniciais do Exame Municipal do Ensino Fundamental de Rio das Ostras (EMEFRO), realizado pela rede municipal de educação de Rio das Ostras - RJ. Sobre as autoras, considera-se relevante mencionar que são docentes na EJA em diferentes escolas e integram, como doutorandas e mestranda, o Programa de Pós-graduação em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais. Esse artigo, portanto, imbrica a práxis com a pesquisa, tendo como fundamentação teórica o materialismo histórico. Assim, o presente trabalho utiliza dados bibliográficos que reiteram o abandono do ensino presencial pelo poder público em termos de recursos (Rummert; Ventura, 2007) e apresenta dados do Censo Escolar da Educação Básica que mostram

69



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

efetivamente a redução das turmas de EJA no Brasil e no Rio de Janeiro. A produção acrescenta, ainda, informações sobre os recentes e supracitados exames como novas possibilidades de certificação que prescindem a mediação da escola, o que implica uma concepção do direito às avessas. Importante destacar que existe um hiato entre o reconhecimento jurídico da Educação como um direito social e o não estabelecimento de meios e regras para garantir que esse direito se torne realidade (Alvarenga, 2010). Segundo a autora, há uma inexorável relação entre a expansão residual de direitos com os modelos políticos e econômicos que amarram os direitos de cidadania, entre eles, o direito à educação, e os marcos determinantes destes modelos na particularidade do capitalismo periférico. Em relação aos recursos destinados à modalidade houve “queda dos gastos federais empenhados, a partir de 2012, com o abandono do setor, a partir de 2017, nos governos Temer e Bolsonaro” (Pinto, 2021, p. 17). Por conseguinte, tais exames se ampliam por todas as esferas da educação pública e se colocam como uma via a reduzir ainda mais os investimentos em torno do educando inserido na escola. O ENCEJA é um exame criado em 2002, constituído por provas de Ciências Naturais, Ciências Humanas, Matemática e Linguagens e Códigos (que inclui uma redação), realizado anualmente em todo o Brasil. Possui exames para candidatos privados de liberdade e para brasileiros residentes no exterior. É, portanto, uma avaliação de larga escala voltada para o público da educação de jovens e adultos, e tem atraído majoritariamente jovens que não concluíram o ensino médio, ainda que tenham avançado significativamente em seu processo de escolarização. No âmbito do Estado do Rio de Janeiro foi instituído em 2022 o Exame Estadual de Certificação, com o objetivo de certificar conhecimentos adquiridos fora da escola. Aplicado exclusivamente para estudantes matriculados na Rede CEJA, o intitulado Provão está na terceira edição, trazendo consigo a marca anterior de 24 mil inscritos para as duas primeiras edições. O exame ocorre em todo o Estado e as provas são padronizadas pelo Sistema de Controle Acadêmico da Rede. Além disso, são adotados os parâmetros de avaliação e de certificação do INEP. O EMEFRO, por sua vez, foi criado no primeiro semestre de 2023 e teve como público-alvo os estudantes matriculados no ensino fundamental da Educação de Jovens e Adultos presencial em

70



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Rio das Ostras-RJ. O número de inscritos no exame foi de 224 pessoas, com total de 114 aprovados, ou seja, aproximadamente 51%. Para fins de comparação, a rede possuía 712 matrículas em 2021 (Brasil, 2021). Os aprovados no EMEFRO deixaram as escolas da EJA da rede municipal supracitada e, com isso, percebe-se o incentivo do poder público pela redução da modalidade. Paralelamente, houve a implementação compulsória de turmas multisseriadas para a modalidade. Em face disso, a EJA, como setor já fragilizado, torna-se, nesse município, ainda mais esvaziada. Observa-se, portanto, que a proposta de realização de avaliações que dispensam a escolarização tem sido induzida pelo Estado, ainda que os resultados em relação ao número de certificados sejam relativamente baixos – principalmente quando se trata do ENCCEJA e do Exame Estadual de Certificação. Contudo, a classe trabalhadora encontra nos exames um atalho, uma possibilidade de alcançar, mediante o certificado, uma dignidade provisória (Gerbelli, 2021) que se vê desfeita pelo esvaziamento da permanência no território escolar e das experiências possibilitadas por ele para transformação de um real vivido (Thompson, 2002).

71

Palavras-chave: Exames de certificação, Educação de Jovens e Adultos, Políticas Públicas.

Referências

ALVARENGA, M. S. **Sentidos da cidadania: políticas de educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

DE CASTRO GERBELLI, C. V. A Educação de Jovens e Adultos do Precariado e o paradigma da dignidade provisória. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, n. 40, p. 124–147, 2021.

PINTO, J. M. DE R. As Esperanças Perdidas da Educação de Jovens e Adultos com o Fundeb. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, v. 11, 8 mai. 2021.

RUMMERT, Sonia Maria; VENTURA, Jaqueline Pereira. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil, a permanente (re)construção da subalternidade: considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. **Educar**, Curitiba, n. 29, p. 29-45, 2007.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

THOMPSON, E. P. (Edward Palmer), 1924-1993. **Os Românticos** / E. P. Thompson;
tradução de Sérgio Moraes Rêgo Reis. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**CONSOLIDAÇÃO DA FORMAÇÃO DESENVOLVIDA PELO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PROCESSOS FORMATIVOS E
DESIGUALDADES SOCIAIS A PARTIR DOS IMPACTOS DA SUA PRODUÇÃO
CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO DAS CIDADES DO LESTE METROPOLITANO
FLUMINENSE**

Carlos Alberto Lima de Almeida, carlosalberto.limadealmeida@gmail.com

Luiz Fernando Conde Sangenis, lfsgenis@gmail.com

PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de pesquisa Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas
Grupo de Pesquisa Seraphicus

Resumo

A pesquisa em andamento sob a responsabilidade do primeiro autor, bolsista vinculado ao Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG)-Pós-Doutorado Estratégico, associado ao Programa de Pós-Graduação em Educação-Processos Formativos e Desigualdades Sociais (PPGEdu), da UERJ campus São Gonçalo, sob a supervisão do segundo autor, tem como objeto a formação desenvolvida pelo PPG - Processos Formativos e Desigualdades Sociais e sua contribuição a partir dos impactos da sua produção científica na educação das cidades do Leste Metropolitano Fluminense. O referido Programa foi criado em 2009 com a implantação do Curso de Mestrado. Sua sede está localizada na Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no Município de São Gonçalo, RJ. Após a consolidação do Curso de Mestrado, o Programa submeteu APCN, em outubro de 2017, com proposta de criação de Curso de Doutorado. A proposta recebeu um primeiro parecer favorável, em agosto de 2018, e em setembro do mesmo ano, recebemos visita in loco da Comissão de Avaliação da Capes. Em dezembro de 2018, a CAPES divulgou a aprovação do mérito da proposta de criação do Curso de Doutorado que foi implantado em agosto de 2019, após seleção pública dos primeiros 16 candidatos. Em 2021 e 2022 ingressaram mais 36 candidatos, sendo 2 estrangeiros de Moçambique através de convênio internacional. A composição do relatório final da



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Avaliação Quadrienal e dos relatórios anualmente inseridos na Plataforma Sucupira, relativos ao quadriênio 2017-2020 e cotejados com os documentos de referência da Área de Educação, demonstrou um tendencial incremento quantitativo e qualitativo das ações acadêmicas e científicas encetadas. O Programa já formou mais de 300 mestres em 12 anos de existência. O acompanhamento de egressos sempre foi uma iniciativa permanente para autoavaliação do Programa e um dos principais elementos para o seu planejamento estratégico. A consolidação dos processos formativos do PPG exige o fortalecimento dos grupos de pesquisa, o aumento da eficácia da formação oferecida e o incremento da produção intelectual docente e discente comprometida com o desenvolvimento socioeconômico e cultural da Região do Leste Metropolitano Fluminense. O problema da pesquisa: Quais os impactos da produção científica decorrente do Programa de Pós-graduação em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais na educação das cidades do Leste Metropolitano Fluminense? Objetivo Geral: Consolidar os processos formativos do PPG a fim de ampliar a capacidade de desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação em conexão com o contexto socioeducacional das cidades do Leste Fluminense. Objetivos específicos: Aprimorar os processos de autoavaliação, avaliação de egressos e de planejamento institucional, com metodologia participativa, com foco no impacto dos processos formativos do PPG; Aumentar a eficácia política e técnica das ações planejadas pelo PPG à medida que se aperfeiçoam os processos de formação de recursos humanos em nível de pós-graduação; Fortalecer os grupos de pesquisa do PPG e sua capacidade de articulação com grupos parceiros a fim de responder às demandas da sociedade fluminense por conhecimento, tecnologia e inovação social; Incrementar a produção intelectual docente e discente comprometida com a elevação dos níveis de desenvolvimento socioeconômico e cultural da Região do Leste Metropolitano Fluminense. Propostas de ações constantes no plano: (1) Identificar, na inserção social do Programa, o que existe de inovação social, especificamente, no que produzem os grupos de pesquisa; (2) instituir pesquisas capazes de identificar os impactos da formação e da produção de mestres e doutores nas escolas das redes públicas de educação; (3) ampliar a nucleação, as parcerias e os convênios institucionais, com

74



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

grupos e redes de pesquisa, no Brasil e no exterior, no intuito de ampliar a expertise no desenvolvimento de tecnologias sociais em educação; (4) desenvolver ações estratégicas e coordenadas para publicação das pesquisas dos docentes e discentes em periódicos e livros em outras línguas e a disponibilização de materiais por meio eletrônico; (5) utilizar verbas do programa para tradução e submissão de trabalhos em periódicos internacionais. Neste trabalho são apresentados resultados parciais da pesquisa descritiva (PRODANOV; FREITAS, 2003) a partir do emprego do levantamento das informações sobre as dissertações inseridas na página do Programa, relacionadas ao período 2011/2019, bem como das informações dos autores lançadas nos respectivos currículos vinculados à Plataforma Lattes e consolidadas por intermédio de formulário estruturado no Google Formulário.

Palavras-chave: autoavaliação; planejamento participativo; tecnologias sociais.

Referências

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

PASTORAL DA JUVENTUDE DO MEIO POPULAR
**“CIRANDANDO” EM FORMAÇÃO: aproximações entre a Pedagogia Pastoral
e a Pedagogia Libertadora**

Carlos César de Oliveira², carlosoliveira.prof@gmail.com

PPGE/PUR Rio

Linha de pesquisa do PPGE

Formação de Professores, Didática, Aprendizagem, Currículo e Cultura

Luiz Fernando Conde Sangenis, lfsangenis@gmail.com

PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de pesquisa do PPGEdu

Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas

Grupo de Pesquisa Seraphicus

Resumo

O estudo em questão voltou-se para experiências formativas vivenciadas em espaços não-formais de educação, tendo como objeto a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), que, desde o final da década de 1970, vem trabalhando com juventudes no âmbito da Igreja Católica. Ele resultou da pesquisa de mestrado realizada entre os anos de 2018-19³, e empreendeu três movimentos: investigação de processos formativos com juventudes; análise das possíveis aproximações entre as pedagogias Pastoral e Libertadora, e, compreensão da pesquisa como um lugar onde o professor-pesquisador se forma. Ancorado em uma abordagem qualitativa, o estudo recorreu a fontes documentais e bibliográficas, além da participação em ações formativas *in loco*, duas no ano de 2018 e duas em 2019, quais sejam: dois congressos, uma assembleia e um encontro de formação. Inspirado em Freire e Horton (2020), partimos da premissa de que “o caminho se faz caminhando”, compreendendo que, ao pesquisar, o professor-pesquisador vai se formando ao refletir sobre a sua prática. Com essa perspectiva, uma marca deste estudo é a inspiração freireana, posto que se fundamenta na “práxis” (Freire, 1987) e no “saber solidário” (Brandão, 2016). Inspirada

76

² Bolsista FAPERJ Nota 10.

³ No último ano do mestrado – PPGEDU/FFP/UERJ – contamos com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU

Faculdade de Formação de Professores – FFP

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

em um quefazer participante, seguindo o pensamento de Brandão (1990) sobre “pesquisar-participar” e de Streck (2006) “pesquisar é pronunciar o mundo”, o estudo partiu das seguintes questões: como se caracteriza a participação das/os jovens nas ações formativas desenvolvidas pela PJMP, tendo em vista o conservadorismo crescente no âmbito de Igreja Católica? E que elementos presentes nestas ações podem evidenciar as aproximações entre Pedagogia Pastoral e a Pedagogia Libertadora, de inspiração freireana? Frise-se que as questões desencadearam dois objetivos: investigar os processos formativos e analisar possíveis aproximações entre a Pedagogia Pastoral e a Pedagogia Libertadora (Oliveira, 2020). É importante destacar que a pesquisa foi desenvolvida de forma colaborativa – orientando x orientador –, e que foi marcada pela ida a campo, onde aconteceu a interação e o diálogo com outros sujeitos, o que resultou numa riqueza de registros. A partir disso, foi possível repensar, problematizar, sistematizar e analisar os dados, resultando na teorização da prática e na produção de um novo conhecimento. Conceitualmente, a pesquisa considerou diferentes entendimentos do que vem a ser pastoral, e problematizou as formas de pastoralidade adotadas pela Igreja Católica ao longo de sua história, sobretudo na América Latina e no Brasil (Libanio, 1986). Tomando como referência a concepção de Pastoral Libertadora foi problematizado, inicialmente, as motivações da pesquisa, com destaque para a relação entre um dos pesquisadores (orientando) com a pastoral entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000 (Oliveira, 2020), seguindo-se do aprofundamento empírico-teórico. Nesse sentido, o estudo recorreu a referenciais históricos e teológicos (Revisão de Literatura), contextualizando o nascimento da Pastoral da Juventude do Meio Popular, em 1978, e sua evolução no Brasil. Nascida em um contexto histórico, teológico e pastoral específico, inspirada pela Teologia da Libertação e pela concepção eclesial da Educação Libertadora, a PJMP, juntamente com algumas pastorais e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), representam esta aproximação entre a Igreja Católica e a sociedade, principalmente com as classes populares e as suas juventudes. Contudo, ao analisar os dados, notou-se que, nas últimas décadas, setores progressistas vêm perdendo espaço, tanto na Igreja, quanto na sociedade, e que muitos/as dos seus egressos/as estão atuando em

77



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

movimentos sociais populares e partidos políticos. Outros, porém, se formaram professores(as). Partindo da concepção de Pastoral Libertadora, foram analisadas práticas pastorais realizadas pela PJMP, dando ênfase à sua ação formativa e ao papel que elas exercem na formação das/os jovens. Reafirmamos, portanto, a importância dos espaços não-formais de educação, visto que a sua ênfase não está somente no aspecto cognitivo ou espiritual, mas na sua dimensão relacional e política. Por meio das “Cirandas”, isto é, das ações formativas, foi possível analisar as aproximações entre a Pedagogia Pastoral e a Pedagogia Libertadora, estabelecendo interlocuções com o pensamento educacional de Paulo Freire e suas formulações acerca de uma educação libertadora, atentando para o papel da arte e da cultura popular nas práticas educativas. Na análise, foi possível destacar o aspecto prático-teórico da pesquisa, e ressaltar o papel da escuta e do diálogo na formação, com vistas a uma participação ativa, curiosa, inquieta e questionadora da realidade. Por fim, consideramos que as ações desenvolvidas pela PJMP, graças ao seu papel formativo, contribuem para a sociabilidade e para a troca de saberes. Mas, advertimos que se trata de um espaço onde há embates, disputas, descontinuidades, afinal, cada pastoral, com sua concepção pedagógica, define os seus objetivos e finalidades a partir do modelo de Igreja e de sociedade desejados, assemelhando-se ao que acontece no campo da educação formal.

78

Palavras-chave: Pastoral da Juventude do Meio Popular; Teologia da Libertação; Paulo Freire. Pedagogia Pastoral; Pedagogia Libertadora.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Círculo de Cultura. In: STRECK, Danilo R, REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs). **Dicionário Paulo Freire**.3.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 69-70.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

HORTON, Myles; FREIRE, Paulo. **O caminho se faz caminhando**: conversas sobre educação e mudança social: organizado por BELL, Brenda; GAVENTA, John; PETERS, John; tradução de JOSCELINE, Vera; notas de ARAÚJO FREIRE, Ana Maria. 6ª ed.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LIBANIO, João Batista. **O que é pastoral**.3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Primeiros Passos, 69).

OLIVEIRA, Carlos César de. **Pastoral da Juventude do Meio Popular “cirandando” em formação**: aproximações entre a pedagogia pastoral e a pedagogia libertadora. 2020. 251f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo-RJ, 2020.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

CORPOREIDADES E AS ESCOLAS DE SAMBA COMO MEMÓRIA E LETRAMENTO RACIAL

Cintia de Assis Ricardo da Silva, cintia03assis@yahoo.com.br
Colégio Pedro II (Campus Realengo I);
Rosa Malena de Araújo Carvalho, rosamalena@id.uff;
Integra o Grupo de pesquisa ELAC (PPGEDU/FFP/UERJ; UFF)

Resumo

O presente texto trata da corporeidade, formação docente e democracia nos processos formativos com os cotidianos de escolas (de samba e de escolarização formal). É um artigo que encaminha discussões e questões disparadoras para a construção e fortalecimento das corporeidades negras, no viés democrático, a partir da imersão no mundo do Carnaval e do Samba. A pesquisa em andamento tem sido atravessada por muitos fios e, inicialmente, parte de três grandes preocupações/implicações: a percepção, enquanto mulher e professora, de ter sido formada por perspectivas embranquecedoras, colonizadoras, que agora busca autoformação na perspectiva de reconhecimento da história individual e coletiva da negritude, o que dimensiona a construção de uma corporeidade negra e potente; a segunda trata dos deslocamentos possíveis ao caminhar por *espaçostempos* cotidianos diversos e encontrar o outro com seus saberes e vozes. A terceira dimensão é voltada para o cotidiano escolar e corre no sentido de buscar caminhos percorridos e a percorrer em prol de uma educação voltada para a democracia, que exige movimentos antirracistas. O entendimento, a priori, é que a construção da corporeidade de mulher negra e professora se dá desde o nascimento biológico até os tantos outros a cada deslocamento, a cada descoberta. Partindo desse entendimento, são muitos os cotidianos habitados, no passado e no presente, e ainda que tenha o escolar como foco, a formação busca a polifonia desses muitos *espaçostempos*, como as escolas de samba, em especial, Mocidade Independente de Padre Miguel, Unidos de Padre Miguel e Portela, além da escola formal, Colégio Pedro II, para compor uma artesanaria, a partir de narrativas, leituras,

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU
Faculdade de Formação de Professores – FFP
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

oficinas que possam dar materialidade aos muitos sentidos que as corporeidades despertam e são despertadas nos encontros. Os encontros trazem um olhar interessado no outro e na formação a partir de narrativas e outras pistas do vivido. Os estudos têm trazido à superfície memórias e experiências que provocam a problematização da existência a partir de movimentos cotidianos como ler, ouvir histórias, brincar, plantar, conversar, fazer aulas e sambar. Ao trazer o interesse pelas muitas vozes, com ênfase na oralidade e nas narrativas, trago também a ideia de pensar o corpo como possibilidade de expansão, exposição e materialização de outros sentidos, além daqueles biológicos, já explicitados nos ambientes escolares (visão, tato, audição, paladar e olfato). Esses e outros são sentidos que se misturam entre si, trazem outros e provocam pensar na inteireza de cada corporeidade, e ao mesmo tempo na incompletude. Esses sentidos, alguns descobertos e outros por descobrir ou inventar, são atravessados e despertados pelas memórias, pelas histórias, pelos acontecimentos que dão contorno a existência. Trazem pessoas, lugares, sensações e marcas que afirmam epistemologias, políticas, estéticas, modos de ver e tratar o mundo. Alguns desses sentidos são nomeáveis, como a sensação de espanto quando me pergunto: Quem era responsável por trazer minha negritude à tona, sem apagamentos, quando eu era criança? Essa pergunta leva a dois dos objetivos da pesquisa, que são: compreender como puxar, atar, tecer os fios da memória para expor, compor narrativas que problematizam os saberes que chegam e marcam as corporeidades; e realizar movimentos de artesanaria, com base em escolhas, ligações e relações existentes nos diferentes cotidianos habitados, com vias à autoformação em diálogo com múltiplos saberes. Trago uma pergunta que tenho feito a mim nos últimos dois anos: a quem posso dar as mãos para compor comigo -professora negra e sambista- uma artesanaria cotidiana democrática e antirracista? Tem sido fundamental o contato com coletivos que fortalecem, apoiam e lançam luz ao letramento racial, além das leituras referentes ao cotidiano, à história, e as marcas no corpo, pois a “memória mediatiza transformações espaciais. Segundo o modo de “momento oportuno” (kairós), ela produz uma ruptura instauradora” (CERTEAU, 2014, p. 149). Sentir o mundo e recorrer à memória é expressão da corporeidade, com as marcas

81



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

que dizem respeito à individualidade e à coletividade, pois “o corpo não é somente território próprio, é lugar de encontro (...) corpo vivencial, multidimensional, constituído, ao mesmo tempo, material e energético, pessoal e vincular, real e virtual (um supercorpo, talvez)” (Najmanovich, 2001). Na perspectiva das relações em modo de artesanato, onde nada está dado, ao contrário, os sentidos, pensamentos, marcas, memórias vão fazendo sentido a partir das narrativas que podem ser a materialização desses muitos sentidos que lançam mão, pés, corpo todo nas memórias de existir sendo negro/a num país que ainda nega a existência do racismo, quando deveria contar a “história que a história não conta” (Samba enredo da Mangueira, 2019). Considerando que “artesanato significa um impulso humano duradouro e básico, o desejo de fazer uma tarefa bem, sem mais delongas” (LARROSA, 2018), o trato com as narrativas e sentidos ajudará a pôr, expor e compor o que diz de mim e de cada pessoa que encontrar nos movimentos de aquilombamento, nos espaçotempos relacionados com Carnaval e Samba, e com a escola em que trabalho como professora de Educação Física. Nesse sentido, o movimento de aquilombar pode ser compreendido como uma “tecnologia ancestral de organização social e cultural própria das populações negras que vem garantindo a atualização dos seus mecanismos de resistência” (SOUTO, 2021). Os movimentos e noções/conceitos que estão sendo pesquisados e vivenciados, tem trazido robustez à autoformação ancorada pelo letramento racial, e a possibilidade de investigar com os cotidianos, dando visibilidade aos sujeitos e às táticas que visam processos democráticos, pois envolve “compartilhar vivências, obter suporte, costurar alianças, alavancar projetos, reconhecer e curar feridas” (SOUTO, 2021). O texto é um convite para pensar a educação como “processo radicalizado em nossas existências e na produção de sentidos de nossas práticas” (SIMAS, 2019), considerando as corporeidades no chão das escolas (de samba e formal) e demais lugares possíveis de aquilombar, sonhar, sambar, resistir e existir.

82

Palavras-chave: Corporeidades; escola de samba; letramento racial.

Referências

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU
Faculdade de Formação de Professores – FFP
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** 22. ed. - Petrópolis: Vozes, 2014.

LARROSA, Jorge. **Esperando não se sabe o quê:** sobre o ofício de professor. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

NAJMANOVICH, Denise. **O Sujeito Encarnado – questões para pesquisa no/do cotidiano.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Flecha no tempo.** 1. Ed. Rio de Janeiro – Mórula, 2019.

SOUTO, Stéfane. É tempo de aquilombar: da tecnologia ancestral à produção cultural contemporânea. **Políticas Culturais em Revista.** Salvador, v. 14, n. 2, p. 142-159, jul./dez. 2021.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

EXPERIÊNCIAS FORMADORAS: reflexões docentes com as mandalas narrativas

Clarissa Moura Quintanilha, clarissa.mouraquintanilha@gmail.com

Helena Amaral da Fontoura, helenafontoura@gmail.com

PPGEDU/FFP/UERJ

Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas.

Grupo de Pesquisa Formação de Professores, Processos e Práticas Pedagógicas

Resumo

Este trabalho foi um recorte da tese “Mandalas narrativas: uma proposta de dialogar com as experiências formadoras docentes.” (Quintanilha, 2023). A teia que sustentou esta pesquisa foi a busca de sentidos sobre as experiências formadoras docentes, por meio das oficinas reflexivas com mandalas narrativas. Traçamos como objetivo identificar experiências formadoras através das mandalas produzidas pelos docentes, das escritas e do compartilhamento das memórias, em oficinas realizadas de forma remota em agosto de 2020 e março de 2023, além dos possíveis impactos no campo da formação de professores. No cenário atual, narrar com as mandalas com o intuito de dinamizar um diálogo que integre as dimensões sensível, afetiva, intuitiva e consciencial do professor é recurso formativo ainda pouco explorado. Nesse sentido, no escopo da pesquisa qualitativa, nossa proposta teórico-metodológica contou com os subsídios da pesquisa narrativa ancorada em Marie-Christine Josso (2010) e Delory-Momberger (2014a; 2014b; 2016); com o estudo sobre a formação de professores de Antônio Nóvoa (1992; 2010; 2022), Bernadete Gatti (2018; 2021), Christopher Day (2001; 2004) e Paulo Freire (1991; 1999; 2013) com a teoria da complexidade em diálogo com Edgar Morin (2000, 2003); com as mandalas e as contribuições de Carl Gustav Jung (2000) ; e com a tematização de Fontoura para dialogar com as narrativas docentes. Identificamos experiências potentes para o campo da formação de professores, permeadas pelo corpo sensível, pela importância da ecoformação, autoformação e heterofomação na gênese humana, pelo processo identitário docente,

84



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

que é fluido, tecido em uma teia complexa singular e plural. Refletir sobre essas experiências sublinhou marcas individuais e coletivas no processo formativo docente; essa dimensão se fez presente e evidente, o que corroborou para nossa posição de contextualizar as experiências formadoras nas situações em que elas aconteceram. Cada professor tem uma trajetória única, influenciada por fatores sociais, culturais, econômicos e históricos específicos. Ao considerar esses elementos, somos capazes de compreender alguns sentidos formativos e como eles podem ter impacto no pessoal e no coletivo. Com as mandalas narrativas, elencamos múltiplas experiências formativas, revelando assim como essas histórias de vida são entrelaçadas com memórias, emoções e significados singulares e plurais. Cada professor ofereceu insights valiosos, compartilhou histórias e trouxe sentidos diversos aos elementos das mandalas, a partir de sua própria bagagem de vida. Ao dialogar sensivelmente, por meio das mandalas narrativas, com as experiências formadoras, estamos reconhecendo a importância dos fatores ambientais, sociais, culturais e históricos que marcaram a trajetória dos docentes. Ao considerar esses elementos, somos capazes de construir uma visão mais ampla e inclusiva, promovendo um diálogo enriquecedor e uma visão mais profunda dessas experiências formativas. Para isso, foi preciso espaço, encontros, abertura, escuta amorosa, uma rede de acolhimento e confiança para compartilhar, dialogar e refletir com memórias tão marcantes e essenciais na vida dos professores. Este trabalho nos nutriu, nos moveu e nos auxiliou na busca de vivências não vislumbradas previamente. Narrar com arte apresentou uma possibilidade criativa, sensível, amorosa, acolhedora; estimulou a imaginação, a criatividade, o pensamento crítico dos docentes; trouxe sentidos e tornou visíveis experiências formadoras docentes, podendo se configurar como um dispositivo potente de formação de professoras e professores.

85

Palavras-chave: experiências formadoras, narrativas docentes, formação de professores.

Referências

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU
Faculdade de Formação de Professores – FFP
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Biografia e educação:** figuras do indivíduo-projeto. 2ª ed. Natal: Ed. UFRN, 2014a.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **As histórias de vida:** da invenção de si ao projeto de formação. Trad. Albino Pozzer. Natal: Ed. UFRN; Porto Alegre: Edipucrs; Brasília: Ed. UnB, 2014b.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Construção e transmissão da experiência nos processos de aprendizagem e de formação. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo; BARREIRO, Cristhianny Bento (org.). **A nova aventura (auto)biográfica:** tomo I [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Edipucrs, 2016.

DAY, Christopher. **Desenvolvimento profissional de professores.** Adapt. para língua portuguesa de Assunção Flores e Elodie Martins. Porto: Porto, 2001.

DAY, Christopher. **A paixão pelo ensino.** Porto: Porto, 2004.

GATTI, Bernadete. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 721-737, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/viewFile/8429/1773>
9. Acesso em: 23 abr. 2018.

GATTI, Bernadete; MENEZES, Luís. Educação e futuros: desafios em busca de equidade. **Revista Lusófona de Educação** v. 52 n. 52 p. 153-167, 2021. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7974>. Acesso em: 4 dez. 2022.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiência de vida e formação.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos do inconsciente coletivo.** Petrópolis: Vozes, 2000.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro.** 2ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Trad. Eloá Jacobina. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

QUINTANILHA, Clarissa Moura. **Mandalas narrativas:** uma proposta de dialogar com as experiências formadoras docentes. 2023. 180f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**LIÇÕES DO COTIDIANO DA SALA DE AULA NO ENCONTRO COM O FUNK
CARIOCA**

**CEPT – Campus de Educação Pública Transformadora Leonel Brizola –
Conversas necessárias**

Cristiane Barroso Dias, cbd.pedagoga@gmail.com

Alessandra da Costa Abreu, alessandra.uerj2005@gmail.com

Mairce da Silva Araújo, mairce@hotmail.com

PPGEDU/FFP/UERJ

Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas do PPGEDU
ALMEFRE – Alfabetização, Memória, Formação Docente e Relações Etnorraciais

Resumo

O presente trabalho socializa experiências vividas no/com o cotidiano de uma escola pública do Município de Maricá, no Campus de Educação Pública Transformadora Leonel Brizola. Experiências que constituem a base empírica de uma *investigação formação* (ARAUJO e MORAIS, 2013), em curso no Mestrado em Educação: processos formativos e desigualdades sociais. A investigação realizada no/com cotidiano (GARCIA, ALVES, 2012) se inspira nos aportes da pesquisa (auto)biográfica (BRAGANÇA, PRADO, ARAUJO, 2022) e tem as narrativas da experiência e a conversa como metodologia (RIBEIRO, SOUZA E SAMPAIO, 2018) como caminhos metodológicos. Defendemos junto com Lima, Geraldi e Geraldi (2015) que para compreender as práticas docentes, é preciso ouvir os/as professores/a, como narradores/as do próprio trabalho e do seu *saberfazer* docente, condição que nos permitirá elaborar uma epistemologia da prática, temos feito o exercício de narrar nossas próprias experiências docentes. Trazemos a seguir uma narrativa da prática que tem inspirado nossas reflexões. Era mais uma manhã corrida para a *professora orientadora educacional* em Maricá e com situações inúmeras para resolver, porém com o coração cheio de esperanças pelo sucesso da ação pedagógica por nós nomeada “Quem falta faz falta”. Essa ação faz parte do planejamento da Orientação Educacional dessa unidade escolar e tem como objetivo promover o debate com o grupo de estudantes do 1º segmento do Ensino Fundamental sobre a importância da presença na escola. O diálogo com as crianças buscou favorecer a compreensão da escola enquanto um direito dos meninos e meninas e que a frequência é condição

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU

Faculdade de Formação de Professores – FFP

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

central para que a aprendizagem significativa aconteça. Um outro ponto que o projeto buscava marcar era o sentido coletivo do compromisso de cada turma com a frequência de todos/as na escola. Nenhum a menos era o lema do projeto. Foi assim falado com as crianças que ao final de cada mês do ano letivo iríamos conversar sobre a frequência escolar da classe de acordo com a LDB 9.394 de 1996 que cita a frequência e o percentual de faltas da turma e que era necessário que os estudantes se ajudassem na escola para assim colocarmos uma estrela na porta sinalizando a importância da coletividade. Até que um menino perguntou a professora: “Professora, porque não entrega uma estrela para cada aluno e aluna que apresentou uma boa frequência escolar?” E a professora respondeu: “O objetivo não é premiar cada criança e sim motivar o fazer coletivo, um ajudando o outro!” O entendimento parecia acontecer no primeiro momento e todas as vezes que a temática era abordada a *professoraorientadora* reafirmava a importância da escola, do valor social da mesma e da ação coletiva da classe. Um menino assim disse: “Professora, nossa porta vai virar uma constelação até o final do ano!” Obteve como resposta: “Que bacana, esse é o objetivo!” Até que ainda em meados do mês de agosto, numa classe do 5º ano o assunto voltou a aparecer. Ao final do dia, quando o professor regente já estava organizando a classe para o término da aula, João se levanta de sua cadeira e começa a cantar: “Eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela onde eu nasci”. Neste momento a *professoraorientadora* que estava organizando os registros da classe, associou a letra da música que a criança cantava ao projeto “Quem falta faz falta” e deu continuidade à canção: “ E poder me orgulhar”, seguida pelo professor da classe que concluiu: “E ter a consciência que o pobre tem o seu lugar”. Vale ressaltar que esse evento aconteceu na semana da despedida do Mc Marcinho, nome consagrado do FUNK, do Rio de Janeiro, que faleceu aos quarenta e cinco anos de idade. O Mc era reconhecido por suas canções de amor que enaltecia a periferia e os guetos do Rio de Janeiro. João estaria relacionando o vazio provocado pelas ausências de cada criança no cotidiano da sala de aula à falta que o MC fará na cena musical do Rio de Janeiro? A reação do/da professor/a ao canto de João traz indícios de uma epistemologia da prática que emerge no cotidiano? Pensemos... Alguns diálogos

88



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

iniciais com a experiência vivida nos permitiram perceber o poder aglutinador de um gênero musical, que por sua origem popular, nas favelas cariocas, tem sido marcado pelo preconceito e associado à produção da marginalidade: o FUNK. A música favoreceu encontros e sintonias geracionais e culturais entre um menino de 10 anos, uma mulher professora e um homem professor, numa sala de aula no bairro de Itaipuaçu, distrito de Maricá/RJ. Lições do cotidiano, que tantas vezes nos passam despercebidas, mas que trazem indícios de processos formativos que a reflexão sobre a prática possibilita acessar.

Palavras-chave: frequência escolar, cultura popular, funk carioca.

Referências

ARAÚJO, Mairce da Silva, MORAIS, Jaqueline de Fátima dos Santos. A memória que nos contam: narrativas orais e escritas como dispositivo de formação docente. **Interfaces da educação**, Paranaíba, v.4, n.10, p.134-148, 2013. ISSN2177-7691.

BRAGANÇA, Ines F S; PRADO, Guilherme V T; ARAÚJO, Mairce S. Sobre pesquisa formação, itinerários e diálogo. **Revista Educação Unisinos**, 2021, vol 25, p.1-17. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/2226>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9394**, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: DOU, 1996.

GARCIA, R.L; ALVES, N. Sobre a formação de professores e professoras: questões curriculares. In: LIBÂNEO, J.C.; ALVES, N. **Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo**. São Paulo: Cortez, 2012.

RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches. **Conversa como metodologia de pesquisa: por que não**. Rio de Janeiro: Ayvu, 2018.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

A EXPERIÊNCIA DA ESCRITA JUNTO AO COLETIVO DIFERENÇAS E ALTERIDADE NA EDUCAÇÃO: caminhar, ver e escutar

Daiana Pilar Andrade de Freitas Silva, daianapilar@hotmail.com
PPGEDV/IBC e PPGEDU/FFP/UERJ

Débora de Souza Santos Madeira, debossmadeira@gmail.com
IBC e PPGEDU/FFP/UERJ

Sheila Martins dos Santos, smartins@ines.gov.br
INES e PPGEDU/FFP/UERJ

Anelice Ribetto, anelatina@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ

Políticas, Direitos e Desigualdades
Coletivo Diferenças e Alteridade na Educação

Resumo

Este ensaio é um desdobramento da experiência de três educadoras, movidas pelos efeitos da composição de suas pesquisas produzidas junto ao Coletivo Diferenças e Alteridade na Educação da FFP/UERJ, com o desejo de dar a ver esse movimento de escrita como um gesto coletivo. Trata-se de três pesquisas, uma de mestrado, que resultou na dissertação “Cartografia do caminhar com estudantes (entre diários de pesquisa) no Instituto Benjamin Constant” (MADEIRA, 2022), uma de doutorado, que resultou na tese “Paisagens tecidas na diferença: modos babélicos de ver, sentir e aprender conversando com crianças no Instituto Benjamin Constant em pandemia” (SILVA, 2023) e outra de mestrado que resultou na dissertação, “Escrevivências: denegrir (-se) e ensurdecer (-se) com estudantes negras surdas” (SANTOS, 2022), ambas sob orientação da professora Anelice Ribetto que também compõe este ensaio. Buscamos ao ensaiar, pensar o processo de produção da escrita como algo que se compõe entre muitos, dando a ver o modo como o Coletivo Diferenças e Alteridade age nesse movimento. Para tal fazemos o uso de nossos cadernos de anotações, com ênfase em três gestos que se enunciaram nas referidas pesquisas: caminhar, ver e escutar. Nosso coletivo, coordenado pela Professora Anelice Ribetto, reúne desde 2011, professoras, gestoras, famílias de pessoas ditas com deficiência, estudantes de graduação, mestrado e doutorado. Trata-se de uma rede em que problematizamos a



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

produção da normalidade como política presente no campo da educação e que, de algum modo, contribui para a exclusão de pessoas que se afastam da norma criada como forma de padronização, assim como o modo padronizado de escrita acadêmica, como forma única de escrita, visto que nem sempre esse modo dá conta de expressar a singularidade do encontro, por isso fazemos o uso de diários, cartas, expressões poéticas, escrevivências, entre outros que suportam a diferença que há na relação. Acreditamos com Deleuze e Guattari (2011) que o conhecimento se produz em Rizoma, isto é, como uma rede que se desenha horizontalmente pelas suas conexões. Junto a este grupo que produzimos: escrevemos. De acordo com Clareto e Veiga (2016) a “Escrita por um grupo junta em si várias vozes, vozes que perturbam a noite, ressoam no corpo, insônia. Falas do não falante e também do falante, pausas e não falas, silêncios, quietudes esburacadas *com corpo*” (CLARETO; VEIGA, 2016, p. 33). Desse modo, o Coletivo Diferenças e Alteridade na Educação age em nós, movimentando os nossos pensamentos, nos inquietando. Assim daremos visibilidade brevemente neste resumo e aprofundarmos no trabalho completo, o modo como experimentamos nossas pesquisas junto ao coletivo, a partir de três gestos que se enunciaram cada um em uma pesquisa e que escolhemos trazê-los neste ensaio afirmando a escrita como produção coletiva. A dissertação “Cartografia do caminhar com estudantes (entre diários de pesquisa) no Instituto Benjamin Constant” (MADEIRA,2022), buscou problematizar os efeitos dos encontros com os estudantes, a partir da percepção de uma educadora que experimenta esse espaço institucional, na condição de assistente de alunos, movimentada pelo caminhar com estudantes em sua maioria nomeados como indisciplinados. O caminhar com estudantes se materializa no próprio processo de fazer da pesquisa, quando a autora se vê caminhando junto ao Coletivo no processo de composição da dissertação “Assim penso que junto ao coletivo pude forjar um novo caminho para a pesquisa, no qual pude indagar algumas certezas que se incidem sobre nossas vidas tentando impedi-las de vibrar” (MADEIRA, 2022, p. 28). A tese “Paisagens tecidas na diferença: modos babélicos de ver, sentir e aprender conversando com crianças do instituto Benjamin Constant em pandemia” (SILVA,2023), buscou dar a ver os efeitos dos encontros entre uma professora e crianças ditas com deficiência

91



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

múltiplas, movimentada pelo ver entre estudantes da educação infantil. O gesto de ver na pesquisa é materializado não só no encontro com os estudantes, mas também junto ao Coletivo que movimenta o olhar da autora: “Lembro-me das inúmeras vezes em que era surpreendida por um olhar outro em relação a minha escrita, em relação ao que pensava, olhares que me tiravam do lugar...” (SILVA,2023, p.56). Na dissertação “escrevivências denegrir(-se) e ensurdecer(-se) com estudantes negras surdas, a autora teve como proposta dar a ver os efeitos dos encontros com as estudantes negras-surdas e as literaturas negras, movimentada pela escuta atenta no que acontece, no encontro entre as literaturas negras e estudantes negras-surdas na luta pelas múltiplas possibilidades de se afirmar-narrar-viver no mundo. Um gesto de escuta que se enunciou no seu fazer, no processo de encontro junto ao coletivo: “É no coletivo que aquilombo... cartografo... componho minhas escrevivências... com outras” (SANTOS, 2022, p.54). Desse modo pensamos o caminhar, o ver e o escutar como gestos se enunciaram nos encontros, em cada desejo de pesquisa, no fazer de cada uma de nós, ao ler, escrever, estar juntos, no INES, no IBC, na UERJ, nas idas e vindas da vida que se agenciam nos permitindo transitar pela pesquisa, a fim de afirmar uma composição coletiva.

92

Referências

CLARETO; VEIGA. Uma escrita de muitos ou uma escrita em travessia. In: CALLAI, Cristiana; RIBETTO, Anelice. (Org.). **Uma escrita acadêmica outra: ensaios, experiências e invenções**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016, p. 31-47.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. vol. 1. (2ªed). Tradução de Ana L. de Oliveira, Aurélio G. Neto e Célia P. Costa. São Paulo: Editora 34, 2011.

MADEIRA, Débora de Souza Santos Madeira. **Cartografia do caminhar com estudantes (entre diários) no Instituto Benjamin Constant**. 2022. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2022. Disponível em: <https://www.btdt.uerj.br:8443/handle/1/19328> . Acesso em 25/08/2023.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

SANTOS, Sheila Martins dos. **Escrevivências:** denegrir (-se) e ensurdecer (-se) com estudantes negras-surdas. 2022. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2022. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/19813> . Acesso em 25/08/2023.

SILVA, Daiana Pilar Andrade de Freitas. **Paisagens tecidas na diferença:** modos babélicos de ver, sentir e aprender conversando com crianças do Instituto Benjamin Constant em pandemia. 2023. 127 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/19927> . Acesso em 25/08/2023.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

INSURGÊNCIAS PEDAGÓGICAS: corpos engajados

Daniele Abreu Migon, migon.danieleabreu@gmail.com

Dinah Teba, dinahteba@gmail.com

Lilliane Carvalho, lillianecarvalho98@gmail.com

Rosa Malena de Araújo Carvalho, rosamalena@id.uff.br

PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de pesquisa do PPGEDU: Políticas, Direitos e Desigualdades
Grupo de pesquisa da orientadora – ELAC (PPGedu/FFP/UERJ;UFF)

Resumo

Este trabalho é fruto dos potentes entrelaçamentos de nossas pesquisas com os encontros no grupo de pesquisa Educação física escolar; experiências Lúdicas e Artísticas; Corporeidades (ELAC), no processo de reconhecer os diálogos, as narrativas e a escuta para transformação, produção de cultura e (re)conhecimento de todos os sujeitos. Aqui, objetivamos ressaltar possibilidades de ações educativas e, nesse processo, contribuir para fortalecer a docência no enfrentamento das estruturas de dominação e das desigualdades sociais, éticas, estéticas e políticas. O chão dos espaços formativos é um campo de disputa não só educacional, mas política. Nesse sentido, a metodologia se desenvolve nos e com os cotidianos, pelas experiências enquanto professoras e pesquisadoras, como fonte e produção de dados para nossas pesquisas. E para isso, autores/as como André Bocchetti, Andreza Berti, bell hooks⁴, Rosa Malena Carvalho e Miguel Arroyo orientam o debate repensando os currículos e seus preceitos homogeneizadores, sexistas e heteronormativos, assim como mudanças efetivas sobre as experiências com os discentes e os docentes para além da sala de aula, no que diz respeito à problematização da diferença. Nossos estudos destacam a “Pedagogia dos corpos” (ARROYO, 2016) e a “Pedagogia engajada” (hooks, 2013) como propostas educativas que possam transgredir e desmoronar as fronteiras, priorizando e valorizando os sujeitos nas instituições educativas. A prática educativa e

94

⁴ Forma como a autora pede para ser nomeada.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

política acontece em todos os espaços, na sala de aula e na construção social cotidiana. Há corpos resistindo às normas e aos controles impostos por projetos educativos, corpos que assumem e fortalecem suas identidades, histórias, valores e/ou a própria vida. Nesse contexto, na tomada de consciência de um processo, em que espaço público e privado não se dissociam, a prática pedagógica é concebida com base nas experiências e conscientização construídas no cotidiano da vida. “Desses corpos resistentes vêm o apelo à Pedagogia, à Educação Física, aos Currículos por outras pedagogias dos corpos. Por outra Base Nacional Comum” (ARROYO, 2016, p. 23). Corporeidades precarizadas e silenciadas com “[...] essa imposição de uma Cor, um Corpo, um Gênero da nação como único, Comum, Nacional” (*idem*, p.16). Nesse sentido, pensar um currículo que inclui esses sujeitos produtores de culturas, culturas corpóreas, esses corpos reais, seus coletivos, sua arte, sua sexualidade, é pensar em outra pedagogia, uma pedagogia para todos os corpos. Entretanto, uma prática de ensino engajada, tanto dos e das professores/as quanto dos estudantes, exige coragem e disponibilidade para correr riscos para uma “[...] educação libertadora que liga a vontade de saber à verdade de vir a ser” (hooks, 2013, p. 32). Sujeitos inseridos em um processo educativo que inclua a consciência de raça, do sexo ou de classe social sem medo das emoções e das paixões que esses encontros possam despertar, ou seja, “[...] professores se aproximam dos alunos com a vontade e o desejo ao ser único de cada um, mesmo que a situação não permita o pleno surgimento de uma relação baseada no reconhecimento mútuo” (hooks, 2013, p. 25). O reconhecimento do outro enquanto sujeito histórico e cultural permite encontros com modos outros de ser e estar no mundo, são encontros que oportunizam, quando realmente presentes e disponíveis, “[...] a liberdade do imprevisível, pois depois de algo ter acontecido, não sabemos o lugar que habitaremos e o que passará a nos constituir – até a próxima experiência” (BERTI, CARVALHO, 2022, p.190). E assim, é necessário acolher as múltiplas experiências dos sujeitos em uma decisão e ação política de responsabilização coletiva para reconhecer e incluir a multiplicidade histórica e cultural brasileira. Não é uma experiência fácil, pelo contrário, é áspera, incômoda, uma perspectiva da e pela diferença, engajada na descentralização ocidental exige

95



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

mudanças de paradigmas, permitir outras maneiras de partilhar o conhecimento. Não é de imediato que se percebe a riqueza dessa experiência, e para que possa acontecer alguma instabilidade para a mudança é necessário centralizar nas expressões e produções dos outros, como a voz. Ouvir o outro, jeitos de falar e vozes diferentes, é um exercício de reconhecimento, de visibilidade. “A oralidade e a produção de corporeidades estão imbricadas de modo complexo. Podemos dizer que elas se agitam sobre um mesmo plano, promovendo composições diversas: corpo e fala escorregam um sobre o outro e se produzem mutuamente” (BOCHETTI, 2022, p. 106). O atravessamento e essa rede de vozes abrem espaço para outras vozes. “Qualquer corpo é, então, a materialidade (extensiva e intensiva) de uma posição definida no cruzamento de forças, sejam elas sensíveis, políticas, históricas, etc. Por seu caráter instável, merece ser sempre pensado como corporeidade” (BOCCHETTI, 2022, p. 107). Por tudo isso, torna-se importante estudar, compreender e discutir corporeidades para afirmar a inclusão em qualquer espaço e tempo, não apenas em encontros que intencionem promover a multiplicidade dos sujeitos, mas a vida valorizada em todo e qualquer lugar. Pedagogias que provoquem refletir e agir para a transformação do mundo e, nesse movimento, a valorização de todas as vozes, todos os corpos, todas as vidas. O que buscamos em nossas pesquisas, brevemente apresentado nesse trabalho, é fortalecer o entendimento de que as lutas por direitos é um exercício público, e ao nos atermos aos espaços educativos, se faz necessário destacar a importância e o reconhecimento dos corpos como produtores ativos de cultura, pois nossa cultura corpórea, nossos corpos possuem histórias singulares e coletivas.

96

Palavras-chave: pedagogia dos corpos, pedagogia engajada, corporeidade.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. Corpos resistentes produtores de culturas corporais. Haverá lugar na Base Nacional Comum? **Revista Motrivivência**. Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 15-31, set. 2016.

BERTI, Andreza; CARVALHO, Rosa Malena. Experiência. In: REIS, Graça, et al.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Dicionário de pesquisa narrativa. Rio de Janeiro: Ayvu, 2022. p. 189-196.

BOCCHETTI, André. Corpo-Oralidades. In: REIS, Graça, et *al.* **Dicionário de pesquisa narrativa.** Rio de Janeiro: Ayvu, 2022. p. 105-111.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla - São Paulo: Martins Fontes, 2013.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

NARRATIVAS DOCENTE DE MEMÓRIAS DOS PRIMEIROS ENCONTROS PÓS PANDEMIA: reencontrando o caminho

Débora Santos Molinário Vieira, deboramolinariorio@hotmail.com
Maria Luísa Furlin Bampi, maria.bampi@uerj.br

PPGEDU/FFP/UERJ
Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas.
GFDPINE - UERJ/FFP

Resumo

Este trabalho é um resgate de memórias e registros dos primeiros encontros presenciais após o período crítico da pandemia da Covid-19. Utiliza a perspectiva metodológica as narrativas de formação “que focaliza a experiência no processo educativo e os professores e professoras como narradoras de suas histórias, por meio de cartas, jornais e biografias” (Bragança, 2018, p. 67). Aborda inicialmente o ingresso da professora na Rede Pública Municipal de Educação de Niterói por concurso público e a narrativa de experiência vivida numa turma de 3º ano do ensino fundamental, última etapa do 1º ciclo. Etapa esta em que as crianças se encontravam em processo de alfabetização. Importante lembrar da oficialização do Ensino Remoto Emergencial pelo MEC e os poucos dias letivos que os alunos haviam estudado na modalidade presencial. Durante esse tempo, a escola, lugar de aprendizagem coletiva, de encontros e de formação, atravessou um momento pelo qual os profissionais da educação não imaginavam vivenciar. Este momento marcou o início de um novo capítulo para a escola que conhecíamos. A Covid-19 descortinou a necessidade de mudanças das e nas suas práticas educacionais. Foi necessário que a escola adentrasse nas transformações da era digital, mesmo despreparada. Nóvoa e Alvim (2021, p. 02) indicavam a necessidade de mudanças na educação. “Desde o início do século XXI que se vêm reforçando as tendências de crítica à escola e sobretudo à escola pública e aos professores”. Sinalizam que as mudanças evidenciaram as desigualdades sociais; a falta de acesso às tecnologias e a impossibilidade do acesso às aulas pelos meios digitais às crianças das classes populares. O distanciamento da rotina diária de estudos

98



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

na escola denominado por Bourdieu (1997), excluídos *do interior*, estudantes excluídos “dentro da escola”, ainda no processo de escolarização, foi atualizado com maior intensidade nas nossas escolas durante esse período. Diferentemente dos estudantes das classes mais favorecidas que mesmo afastados das escolas, já possuíam recursos para adaptarem-se ao ensino dito “emergencial”. Essas e outras questões são tema da presente reflexão acerca das dificuldades enfrentadas por muitas crianças e professore(a)s de classes populares durante o período pandêmico. Para garantir o anonimato da criança, Maria será o nome fictício dado a ela para a narrativa da experiência vivida. Antes do período de reclusão social, observei que a estudante estabelecia poucas relações com a construção da escrita e da leitura, considerando as leituras que fazia sobre a construção do processo. Maria, assim como tantas outras crianças, foi prejudicada por falta de recursos tecnológicos. A começar pela comunidade escolar, que não estava preparada. Levamos algum tempo *tateando e batendo-cabeças* para “ajustar” modos outros de ensinar ou ainda de nos reaproximar das crianças. Somado a isso, a falta de acesso à internet, de pacotes de dados para o acesso ao celular. Para os estudantes e professores que tinham acesso enfrentávamos dificuldades de administrar a rotina diária de estudos. A seguir o estudo revela a experiência do retorno à escola. Em 2021, com a vacinação disponível e um certo controle sobre a doença e a as mortes, foi possível a implantação do ensino híbrido. Assim, voltamos às aulas presenciais, em sistema de rodízio de grupos de alunos. O reencontro com os estudantes foi de muita alegria e emoção. Maria, a estudante em questão, chega à escola. Já nos primeiros dias, durante uma aula de produção textual e leitura compartilhada, Maria apresentou o livro que pegou na biblioteca da escola e expôs para turma sua produção escrita, com o registro em desenho sobre a leitura realizada. A experiência com a Maria remeteu-me a Freire (1989) em “A importância do ato de ler”, quando retoma lembranças significativas e revive momentos em que ainda não lia a palavra, marcado pela infância em sua cidade natal, onde brincava à sombra das árvores. Segundo Freire (1989, p. 19) “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Assim, nos interrogamos sobre o caso da Maria. Como foi possível construir, praticamente sem as aulas presenciais, a construção da leitura e da escrita?

99



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Que leituras de mundo havia construído antes do movimento de fechamento da escola? Será, que como Freire, Maria teria sido alfabetizada no quintal da sua casa enquanto brincava às sombras das árvores? O entusiasmo e a alegria de Maria e das outras crianças com o reencontro e a volta às aulas marcam a importância da escola para a continuidade do processo de alfabetização. A experiência relatada neste trabalho e o reencontro com o ensino presencial revelam a importância da escola como afirma Castro (2013, p. 109) “A escola é uma das experiências mais marcantes na vida de uma criança”. A escola atravessa a formação do indivíduo de maneira que os estudantes aprendem e vivenciam experiências marcantes de vida e de transformação social. No mundo letrado em que vivemos, a alfabetização é uma questão de cidadania e está relacionada diretamente ao desenvolvimento humano. A partir da aprendizagem da leitura e da escrita, a criança amplia sua cultura e sua visão de mundo para além da previamente vivida em seu núcleo familiar.

Palavras-chave: memórias docentes; pandemia; alfabetização;

Referências

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos no interior. In: BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 481-486. Disponível em: (PDF) Os Excluídos Do Interior - PDFSLIDE.TIPS_ Acesso em: 9 de set. 2023.

BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza. Pesquisa formação narrativa (auto) biográfica: trajetórias e tessituras teórico-metodológicas. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. CUNHA, Jorge Luiz. BÔAS, Lúcia Villas. (Orgs.) **Pesquisa (auto) biográfica: diálogos epistêmico-metodológicos**. Curitiba: Editora CRV, 2018.

CASTRO, Lúcia Rabello de. **O Futuro da Infância e outros escritos**. Rio de Janeiro: 7letras, 2013.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

NÓVOA, Antônio. ALVIM Yara Cristina. Os Professores Depois da Pandemia. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 42, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.249236>. Acesso em: 9 de set. 2023.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

EDUCAÇÃO E GÊNERO EM MOÇAMBIQUE: desigualdades no acesso à educação formal de raparigas/mulheres das regiões urbanas versus das regiões rurais

Domingos Neto João Joaquim;
PPGEDU/FFP/UERJ
Linha Políticas, Direitos e Desigualdades
Denize Sepulveda - Orientadora

Resumo

Tudo de sensato e fundamentado que se fizer e propuser no sentido de acelerar a inclusão social e política das populações pobres no desenvolvimento económico, para com ele compatibilizar o ritmo do desenvolvimento económico e o ritmo do desenvolvimento social, será historicamente bem-vindo. Tanto no âmbito do Estado e das políticas públicas quanto no âmbito da sociedade civil. Seria igualmente perverso recusar a diversidade das inspirações e das ações de intervenção na realidade problemática (MARTINS,2002). A Educação formal de raparigas/mulheres das regiões urbanas versus as das regiões rurais é um debate que vem ilustrar o quão é necessário e urgente apostar nesta educação para reverter a situação de atraso, opressão e submissão das raparigas/mulheres causada pelas estruturas patriarcais e pós-coloniais. Dados estatísticos do ano 2017, apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), revelam que 51,3% da população moçambicana é composta por mulheres. No total, 49,3% são analfabetas. No meio urbano, 18,9% são analfabetas e no rural 51,6%. 61,8% dos rapazes/homens concluíram o curso de nível superior e 39,3% de raparigas/mulheres também concluíram. Esta realidade mostra a necessidade de investir e dar mais acesso as raparigas/mulheres, tanto no aumento da alfabetização assim como em criar mecanismos e/ou políticas públicas para que mais mulheres consigam ingressar, frequentar e concluir os cursos. É importante desconstruir as barreiras culturais e socialmente construídas e estabelecer um diálogo entre a escola e as práticas tradicionais que fortifique a necessidade de empoderar as raparigas/mulheres, torná-las livres e autônomas em suas decisões, erradicando os casamentos prematuros e todas as práticas culturais nocivas para o seu desenvolvimento, do país e das futuras gerações. Os procedimentos metodológicos

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU
Faculdade de Formação de Professores – FFP
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

usados para a efetivação do estudo são as análises bibliográfica e documental. A primeira apoiada em bibliografias que discutem sobre gênero a partir de autoras como Gabriela Maria Moreira da Silva (2007), Paulina Chiziane (2013), Gayatri Spivak (2010), Chimamanda Adichie (2015), e autores como Martins (2002) e outros e a segunda em documentos como a primeira e segunda Constituição de Moçambique (1975 e 2004), as leis sobre o Sistema Nacional de Educação e o Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta e os dados Estatísticos actualizados do último Censo Populacional de Moçambique. Michel Kimmel enfatiza que a igualdade de gênero é benéfica para todos, incluindo os homens, e cita pesquisas que mostram que empresas e países com maior igualdade de gênero são mais felizes e produtivos. Ele também destaca como os homens se beneficiam da igualdade de gênero em suas vidas pessoais. Chimamanda Ngozi Adichie observa como a repetição de práticas sexistas normaliza a desigualdade de gênero, enquanto Gayatri Spivak questiona se o "subalterno" (especialmente as mulheres) pode realmente se fazer ouvir em uma sociedade patriarcal. O estudo mostra que quanto maior é o nível acadêmico, menos raparigas/mulheres encontramos e que a educação formal para todos, sem exceção, é uma das soluções mais viáveis para pôr fim às desigualdades de gênero. E sugere-se a inclusão social e política de todos para o desenvolvimento igualitário em todas as vertentes. Contudo, destacar a importância da educação como um alicerce crucial para a vida em sociedade, promovendo conhecimento pessoal, cidadania e integração. Em Moçambique, a realidade revela altas taxas de analfabetismo, especialmente entre as mulheres, principalmente nas áreas rurais devido à influência da educação tradicional e à falta de recursos. A sociedade moçambicana, em grande parte patrilinear, relega as mulheres a uma posição de submissão e silêncio, questionando se o "subalterno" (especialmente as mulheres) pode realmente falar em um contexto patriarcal e pós-colonial. As crianças são educadas de maneira diferente, com meninos sendo ensinados a comandar e meninas a obedecer, perpetuando estereótipos de gênero. A escola desempenha um papel fundamental na desconstrução desses estereótipos, demonstrando que homens e mulheres são igualmente capazes em todas as áreas de estudo. Incluir mais mulheres na educação formal pode contribuir para o



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

desenvolvimento do país, reduzir a pobreza e empoderar as mulheres, criando novos modelos de ser mulher e mãe. Para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento, é necessário repensar as estruturas sociopolíticas, rompendo com as normas estabelecidas e promovendo o acesso ao poder independentemente de classe, casta, etnia e gênero. Isso requer uma tomada de consciência interna e políticas públicas baseadas no bem comum e na igualdade de gênero.

Palavras-chave: Moçambique, educação formal, desigualdade de gênero

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CHIZIANE, Paulina. “Eu, mulher... Por uma nova visão do mundo”. **Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF**, vol. 5, nº 10, Abr. 2013.

MARTINS, José, **A sociedade vista do Abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais, Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

KIMMEL, Michael. **Porque ela é boa para todos – incluindo os homens**.

TEDWomen. [s./l.], maio 2015. Disponível em:

https://www.ted.com/talks/michael_kimmel_why_gender_equality_is_good_for_everyone_men_included?language=pt-br .Acesso em: 10 maio. 2022.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

103



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**OS DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO PLANO ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO: a exclusão da comunidade no
processo de seleção de seus diretores escolares**

Eduardo Gomes Neto
Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UERJ
GRUPEFOR/UERJ - Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais,
Formação de professores, democracia e direito à educação.
Bolsista Capes

Nesse trabalho, utilizamos como ferramenta analítica o ciclo de política formulado por Stephen Ball e colaboradores (Ball, 1998; Ball, Bowe, 1992; Ball; Maguire; Braun, 2012), que propõem a leitura da política através de uma abordagem cíclica: um movimento contínuo, no qual diferentes sujeitos posicionados em uma diversidade de espaços da política influenciam a sua construção. Ball e Bowe (1992) caracterizam o ciclo de políticas em três contextos distintos. O primeiro contexto é o da influência, no qual ocorre o início das políticas públicas e a construção dos discursos políticos. Nesse estágio, as partes interessadas lutam para exercer sua influência. O segundo contexto é o da produção dos documentos políticos, nos quais as políticas são transformadas em documentos oficiais. Por fim, o terceiro contexto é o da prática, no qual a política é implementada e direcionada para aqueles que serão impactados por ela. Ball destaca que:

[...] qualquer política, quanto mais distante a concepção da prática [...], menor a probabilidade de ser acomodado em forma não mediada no contexto da prática; confronta outras realidades, outras circunstâncias, como pobreza, salas de aula perturbadas, falta de materiais. Algumas políticas alteram algumas das circunstâncias em que trabalhamos; eles não podem mudar todas as posturas (BALL, 1994, p.19).

Mainardes (2018) explica que Ball, em 1994, expandiu o ciclo de políticas, adicionando mais dois contextos: o contexto dos efeitos e resultados e o contexto da estratégia política. Mainardes (2018, p. 4) ressalta que o contexto dos resultados/efeitos está relacionado ao contexto da prática, enquanto o contexto das estratégias políticas pode

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU

Faculdade de Formação de Professores – FFP

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

ser explorado no contexto da influência, o que mostra que os contextos do ciclo de políticas estão interligados e não seguem uma ordem linear. Utilizamos o contexto da produção de texto, uma vez que, ao fazer uma comparação do que preconiza o PNE (2014-2024) com o Plano Estadual de educação (PEE), observamos que há, por parte da política estadual, uma interpretação de gestão democrática que não corresponde ao que se expressa no Plano Nacional, como observaremos no quadro a seguir:

Quadro 1: Seleção de diretores PNE e seleção de diretores PEE

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO LEI Nº 13.005/2014	PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO LEI 16.279/2016
Estratégias	Estratégias
19.1) priorizar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola , critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar;	19.3). Garantir que o provimento do cargo de Diretor das escolas públicas da rede estadual dar-se-á por critério meritório, conforme previsto na Constituição Federal - por concurso público de provas e títulos - para professores de carreira.

Elaborado pelo autor. Fonte: PNE 2014 e PEE - São Paulo (2016)

Nesse contexto, Gomes Neto (2021, p. 71) destaca que “o debate sobre mérito do candidato, associado ao seu desempenho na prova, somado à trajetória, confere um *status* legitimador do diretor desejado pela rede de educação”. Podemos observar, no quadro 1, que o plano estadual de educação paulista exclui a participação da comunidade escolar do processo de seleção de diretores, anunciando assim que, no PEE paulista, a gestão democrática não se apresenta na política educacional de forma a contemplar as dimensões anunciadas por Lima (2014): a eleição; a colegialidade e a participação, como é anunciada no PNE. Assim, Gomes Neto (2021, p.71) compreende que:



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Nesse aspecto, acreditamos que a perspectiva da gestão democrática das escolas, para os atores na cena paulista que atuam nos contextos de influência e produção de texto, poderá se materializar sem a participação da comunidade no processo de seleção de diretores.

Ball (1998) deixa claro que mudanças textuais podem alterar significativamente as intenções dos autores. Como apontado pelo autor e evidenciado no quadro 1, as mudanças nas estratégias da meta 19 para a produção do texto do plano estadual paulista provoca a exclusão da comunidade escolar e silencia a comunidade escolar na seleção de diretores no cenário paulista. Como evidenciado, podemos observar que há um movimento que busca silenciar a gestão democrática na política educacional brasileira. Para a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE, a gestão democrática passa a ser um importante instrumento contra o autoritarismo dentro dos ambientes escolares. Dourado (2006, p. 45) nos lembra que “a defesa da gestão democrática como princípio faz parte da história de luta dos trabalhadores em educação”. Nesse contexto, evidencia-se a importância da manutenção e valorização dos princípios democráticos para promover um sistema educacional mais justo e inclusivo no Brasil.

106

Referências

ANFOPE. Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação. Documento Finais do I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII Encontro Nacional. Consultado a 1983 a 10 de 2023. <https://www.anfope.org.br/documentos-finais/>

BALL, S.J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BALL, Stephen. **Education Reform: A Critical and Post Structural Approach**. Editora Open University Press, 1994.

BRASIL. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Diário Oficial da União - Seção 1 - Edição Extra - 26/6/2014, Página 1

BRASIL. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação** - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão da educação escolar** – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/06gesteducesc.pdf>

GOMES NETO, Eduardo. (2021). **História e política de seleção de diretores no estado de São Paulo**: conflitos, disputas e gramáticas em cena. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro

LIMA, Licínio C. A gestão democrática das escolas: Do autogoverno à ascensão de uma pós democracia gestonária? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1067-1083, out.-dez., 2014

MAINARDES, Jefferson. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 12, n. 16. agosto de 2018

SÃO PAULO. Lei Nº 16.279, de 08 de julho de 2016. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Volume 126, número 127 página 1.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE UMA PROFESSORA DAS INFÂNCIAS: (auto)biografia em construção a partir do diário de uma mulher analfabeta

Eliete Marcelino Dias Andrade, professoraeliete2022@gmail.com
Inês Ferreira de Souza Bragança, orientadora, inesfsb@unicamp.br
PPGEDU/FFP/UERJ e UNICAMP
Formação de Professores História, Memória e Práticas Educativas
Grupo Interinstitucional de *Pesquisaformação* Polifonia

Resumo

Uma menina recebeu um caderninho de sua mãe. Era um diário: “o diário da parteira dona Sebastiana”, estava escrito desta forma na parte interior da capa do mesmo. A menina guardou-o com todo cuidado e o esqueceu. Um dia, reencontrou o caderninho e perguntou-se: como/quem/de que forma havia sido escrito? Agora já não é mais uma menina, mas sim uma professora-pesquisadora e especialmente: neta. Ao presente trabalho interessa mobilizar as memórias educativas e pedagógicas entre as experiências formativas de uma parteira analfabeta e uma professora das infâncias, fazendo circular saberes e práticas ordinárias (CERTEAU, 1994). Escolher um caminho a seguir pressupõe disposição para caminhar e toda escolha tem uma consequência. O modo de caminhar escolhido para tanto é o da *pesquisaformação* narrativa (auto)biográfica (BRAGANÇA, 2018; MOTTA; BRAGANÇA, 2019, p.1038), uma vez que envolta nas memórias pessoais-coletivas da autora, sigo em um movimento implicado de produção do conhecimento e de formação. Nessa jornada de pesquisa e formação, formação e pesquisa, seguirei dialogando com autoras e autores que ajudem na tessitura de relações a serem construídas. Dentre elas e eles estão Walter Benjamin, Michael de Certau, Ecléa Bosi, Michel Polak, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro, Maria Helena Abrahão, Inês Bragança, dentre outros. O principal objetivo deste trabalho consiste em entrelaçar as histórias de vida de uma parteira e de uma neta - menina - mulher - negra - professora - pesquisadora - narradora - autora, que trabalha como professora das infâncias, a partir de memórias coletivas, dando a ver/sentir os movimentos *heteroautoecoformativos* ao longo da

108



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

vida. Os objetivos específicos são: investigar de que maneira os movimentos *heteroautoecoformativos* (PINEAU, 2010; BRAGANÇA, 2022) mobilizaram/mobilizam a história de vida da parteira e da professora das infâncias; compreender o que ensina a história de vida de uma mulher - negra - analfabeta - parteira - contadora de histórias sobre os processos formativos e desigualdades sociais; tematizar quais os desdobramentos da presença (formadora) da Dindinha na vida-formação da neta-mulher-mãe-professora-narradora-autora. Considerando os caminhos já percorridos, tendo em vista que a pesquisa teve seu prelúdio há mais de vinte anos, iniciei um inventário de fontes primárias, registrando o que já tenho para, a seguir, realizar a produção de textos a partir de narrativas que serão necessárias, tendo em vista o objetivo e as questões de estudo. As fontes para o diálogo são: o Diário da parteira, transcrições de conversas com familiares, vizinhos e outros, documentos recolhidos sobre a história da Dindinha, bem como narrativas da autora e materiais do seu trabalho como professora das infâncias, os seus diários rascunhos. São muitas as denominações atribuídas aos diários - íntimo, de bordo, de pesquisa, de campo, entre outros. Tomo como referência as contribuições da proposta de Barbier (2002) e assumo a escrita de um diário de itinerância na construção de minha dissertação. A itinerância como o percurso das memórias e histórias partilhadas e da *pesquisaformação*, nas palavras do autor, “tal qual se manifesta pouco a pouco, de uma maneira inacabada, no emaranhado dos diversos itinerários percorridos por uma pessoa ou por um grupo” (2002, p. 134).

109

Palavras-chave: (Auto)biografia, Diários, Formação Docente.

Referências

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano Editora, 2002.

BRAGANÇA, I. F. de S. Sobre narrativas, pesquisa (auto)biográfica e formação docente na escola e na universidade. In: COSTELLA, R. Z.; MENEZES, V. S. (Orgs.) **Retalhos em trama: entre fios do narrar, docenciar e geografar**. Porto Alegre, RS: IGEO/UFRGS, 2022.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

BRAGANÇA, I. F. S. *Pesquisaformação* narrativa (auto)biográfica: trajetórias e tessituras teórico-metodológicas In: ABRAHÃO, M. H. M. B.; CUNHA, J. L.; BÔAS, L. V. ***Pesquisa (auto)biográfica: diálogos epidêmico-metodológicos***. Curitiba: CRV, 2018a, v.1, p. 65-81.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. 2. ed. Artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 2014.

MOTTA, T. DA C.; BRAGANÇA, I. F. DE S. *Pesquisaformação*: uma opção *teoricometodológica* de abordagem narrativa (auto)biográfica. Artes de *dizerfazerdizer* os saberes da experiência. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, v. 4, n. 12, p. 1034-1049, 26 dez. 2019.

PINEAU, G. A autoformação no decurso da vida: entre o hetero e a ecoformação. **O Método (auto) biográfico e Formação**. Natal, RN: EDUFRN, p. 97-118, 2010



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

INVENTIVIDADE DOCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Elisângela Gomes Martins Pinto, elisangela.educ@gmail.com

Sandro Tiago da Silva Figueira, figueiras.tiago@gmail.com

PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de pesquisa do PPGEDU – Formação de professores

Grupo de pesquisa do orientador - Núcleo de estudos, pesquisas e ensino ViDA -
Vivências Didáticas Autorais

Resumo

Tomando o contexto da pandemia provocada pelo Corona vírus SARS-CoV-2, o referente trabalho, integrante de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento, tem como objetivo investigar as autorias docentes na produção inventiva de respostas pedagógicas aos desafios impostos pela pandemia por meio das narrativas de professores que atuaram nas turmas de Ensino Fundamental – Anos Finais no pós-2020 (2021-2022). Focaliza três experiências, fruto de um trabalho coletivo entre professores e equipe de suporte pedagógico (pedagogos) a partir da narrativa da autora ¹⁵ mobilizada pela inventividade da prática educativa no pós-2020. Compreendemos a inventividade como processo de criação e nesse sentido, Freire (1996) ao propor uma educação dialógica, fundamenta a criatividade, estimulando a criticidade do sujeito em construção sobre a realidade, uma experiência vital “como me experimento enquanto ser cultural, histórico, inacabado e consciente do inacabamento” (FREIRE, 1996, p.50). Inspirados nas aulas-passeio de Célestin Freinet (2010), as quais valorizam a experiência do ambiente sendo uma importante estratégia de ensino, apresentamos no texto, três experiências narradas, afirmando que somos professores e/ou pedagogos que atuam com os discentes do ensino fundamental – anos finais na rede pública de São Pedro da Aldeia/RJ. A metodologia está embasada na abordagem qualitativa, tendo como aporte teórico-metodológico a pesquisa-

111

⁵ Nomearemos Autora 1 para fazer referência ao sujeito que aborda a experiência formadora explorada no texto.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

formação apoiado nas narrativas de si (JOSSO, 2004), porque ao narrar o que vivemos, contamos para o outro aquilo que dá sentido à nossa experiência de vida. Nesse sentido, optamos para o espaço deste resumo, revisitar os registros reflexivos do diário de bordo (FALKEMBACH, 1987), da autora da pesquisa para compreender as possíveis mobilizações inventivas registradas no período de conversas com os docentes. Assim sendo, buscamos apresentar três narrativas de experiências, fruto do desenvolvimento do projeto Cidadania, o qual se deu em atividades realizadas em sala, no ambiente escolar e em três aulas-passeio nos seguintes espaços: Fórum, Câmara Municipal e Prefeitura Municipal (Gabinete do Prefeito), com o objetivo de promover o conhecimento e reflexão sobre educação cidadã dialogando com outros espaços de construção de saberes vivenciadas em tempos de pandemia, mas sobretudo em contextos de aprendizagens significativas potencializadas pelo diálogo, a qual nos propomos anunciar (FREIRE, 1996) o que é feito no cotidiano da escola e sobretudo as práticas inventivas docentes evidenciando a potência da educação pública e a força do coletivo. As experiências foram vivenciadas com professores, pedagogos e discentes. Como integrante da equipe de suporte pedagógico, a autora 1 atuou no ensino fundamental – anos finais e ressalta que a relação com os professores deste segmento sempre foi de parceria, porque sempre fez parte do próprio processo formativo. Em discussão com os professores percebemos a necessidade de trabalharmos com o tema educação cidadã, pois se tratava de um ano de eleição presidencial e porque tínhamos o intuito de promover a disponibilidade para o diálogo (FREIRE, 1996). Ao realizarmos a primeira aula-passeio com os alunos do 9º ano de escolaridade, a autora 1 relembra: chego à escola ansiosa e entusiasmada, mas ao mesmo tempo pensando em como eles iriam se comportar. Observava as reações dos alunos em cada ambiente que entrávamos e as conversas entre eles e com os juízes os quais se dispuseram a nos receber. Ao retornamos para a escola, refletia sobre o quanto a atividade desenvolvida num espaço público, para além dos muros da escola podem oportunizar um encontro marcado pelas vivências e pelas emoções, mediados pelo conhecimento e cultura (NÓVOA, 2022). A segunda experiência que transcorreu na Câmara Municipal de Vereadores, observamos que a partir do diálogo com um

112



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

vereador a qual surgiu a primeira pergunta feita por um discente, promoveu abertura para outras perguntas. A referida visita proporcionou-nos a refletir sobre as questões pontuadas pelos discentes, ou melhor, pela percepção dos problemas que os afetam sinalizados mediante um encontro aberto ao diálogo (FREIRE,1996). A terceira experiência foi uma visita ao gabinete do prefeito. Nesta aula-passeio, a autora 1 relata que contou apenas com a sua participação, a professora da disciplina de ciências e três alunos, com o objetivo de entregarmos uma carta produzida pelos alunos do 6º ano sob orientação da referida professora. Apesar do número reduzido nesta visita por meio da representatividade, o sentimento coletivo em prol da escola os tomou conta e sobretudo o engajamento dos alunos em prol do lugar de pertencimento ao conversarem com o prefeito solicitando o recebimento de uniforme, a construção de uma quadra e de mais salas de aula, evidenciando o sentido do coletivo da escola, (NÓVOA, 2022). Apreendemos que as narrativas de experiências que emergem do cotidiano da escola potencializam a reinvenção das práticas e o saber-fazer sobre a possibilidade de desenvolver novos recursos, estratégias e solidariedades que estão por descobrir ou inventar. Ouvir as perguntas dos discentes nesse movimento de visitas, interação e diálogos, percebemos que havíamos alcançado os objetivos propostos do projeto, porque acreditamos que educar é um ato político e que por meio da educação dialógica e emancipatória, podemos ampliar o nosso conhecimento de mundo e de vida, tornando-nos agentes transformadores do mundo que nos cerca (FREIRE, 1996). Sendo assim, como considerações parciais, entendemos que dar visibilidade às potentes práticas cotidianas inventivas no interior da escola cujas experiências trazemos, ocorridas no período pós-2020, constitui momento oportuno para reafirmarmos à dimensão intelectual, criativa e emancipatória da profissão docente nos apontando caminhos para uma educação democrática em tempos de reconstrução e superação das desigualdades.

Palavras-chave: pandemia, inventividade, narrativas.

Referências



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

FALKEMBACH, Elza Maria F. **Diário de campo**: um instrumento de reflexão. Contexto e educação. Ijuí, RS Vol. 2, n. 7 (jul./set. 1987), p. 19-24.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de Vida e Formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

LEGRAND, Louis. **Célestin Freinet**. Tradução e organização: José Gabriel Perissé. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores)

NÓVOA, António. **Escolas e professores**: proteger, transformar, valorizar. Salvador: SEC/IAT, 2022. 116p. Colaboração de Yara Alvim.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

SABERES, IDENTIDADE E VALORIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS NEGROS: vivências no quilombo de Monte Alegre

Érica Renata Vilela de Morais1

Universidade do Estado do Rio de Janeiro PPGEDU/FFP/UERJ

eridressa@hotmail.com

Eneida da Silva Fiori

Universidade do Rio de Janeiro PPGEDU/FFP/UERJ

Luiz Fernando Conde Sangenis

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FFP)

Linha de Pesquisa: Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas

Grupo de Pesquisa Seraphicus

Resumo

Há lugares que guardam histórias que atravessam o tempo e o espaço, habitados de memórias, anseios, aspirações e invenções da vida de gerações. Alguns lugares são verdadeiros guardas tradicionais, carregam marcas dos encontros e atendem o grito aclamado de uma identidade pulsante. São lugares, territórios e espaços produzidos historicamente, que passaram por transformações influenciadas por fatores políticos, sociais, econômicos e culturais. São ambientes potentes de reencontro com as experiências que nos constituem e, portanto, não se limitam ao tempo e ao espaço. São lugares que guardam imagens, signos, sons, cheiros, espiritualidade e força. Essas breves colocações nos provocam a conhecer um pouco mais sobre o passado histórico dos lugares e das vozes que ecoam no presente. Esta é uma caminhada que cabe olhar para trás, não no sentido raso, mas pela via do conhecimento sistemático, crítico, sensível e humano. Um olhar que provoque a tomada de consciência da nossa formação e da nossa identidade. Há na tradição africana um conceito que capta o essencial dessa prática, o “Sankofa”, um símbolo que faz parte de um conjunto de ideogramas chamados “adinkra”, o qual é representado por um pássaro mítico que volta a cabeça à cauda. O conceito de Sankofa (Sanko = voltar; fa = buscar, trazer) origina-se de um provérbio tradicional entre os povos de língua Akan da África Ocidental, em Gana, Togo e Costa do Marfim. O símbolo pode ser interpretado a partir do entendimento de que não é um erro voltar atrás e buscar o que foi esquecido.

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU

Faculdade de Formação de Professores – FFP

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Nunca será tarde demais para esse encontro. Os símbolos “adinkra” são exemplos importantes e, de fato, muito significativos, pois evidenciam o impacto prejudicial do etnocentrismo e da narrativa eurocêntrica na percepção e na compreensão da história e das culturas de outras regiões, como a África. A afirmação de que os povos africanos não tinham história devido à falta de sistemas de escrita é um exemplo clássico de como preconceitos culturais e visões limitadas podem distorcer a compreensão da complexidade e da riqueza dos povos africanos. Do saber africano, o “Sankofa”, molda uma visão projetiva aos povos milenares e aqueles desterritorializados pela modernidade colonial do Ocidente. Partindo desses apontamentos, este estudo tem como objetivo compartilhar uma experiência educativa vivenciada na comunidade quilombola de Monte Alegre, distrito de Pacotuba, município de Cachoeiro do Itapemirim, no estado Espírito Santo (ES). A atividade foi realizada com estudantes do curso de licenciatura em Letras Português, do Instituto Federal do Espírito Santo (ES), *campus* de Venda Nova do Imigrante, no dia 19 de novembro de 2022. A proposta dessa atividade compreendeu uma visita à comunidade quilombola com o intuito de conhecer aspectos sobre a cultura, os saberes, as práticas e as experiências que constituem a identidade dessa comunidade. Além disso, a visita teve como foco evidenciar lugares de memória da região (próxima a cidade de Venda Nova do Imigrante) com potencial educativo para abordar conhecimentos afro-brasileiros no ensino com práticas pedagógicas voltadas para uma formação humana integral, em conformidade com a Lei 10.639/03, que acaba de completar 20 anos. A Lei tem sido um marco importante na promoção da igualdade racial e na construção de uma educação mais inclusiva e representativa, contribuindo para a conscientização dos estudantes sobre a importância da cultura negra na formação da identidade nacional.

116



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Imagem 1 – Aula no Quilombo Monte Alegre (ES)



Fonte: Autores (2022)

No Espírito Santo, os territórios negros quilombolas estão organizados em várias partes do estado e suas formações decorrem das relações de trabalho e de manutenção da vida de cada comunidade, responsáveis por variados processos de territorialização e construção identitária. Conforme destacado por Almeida (2008) e O’Dwyer (2012), especialistas em histórico e conflitos nas comunidades de quilombos, esses processos são moldados pela interação complexa de fatores históricos, políticos, sociais, econômicos e culturais. No período colonial, a definição de quilombo era atribuída a toda habitação de negros escravizados fugidos com mais de cinco pessoas (SCHIMTT, TURATTI E CARVALHO, 2002). Ainda que os registros da historiografia apontem para essas formas de caracterização, o modo como viviam e vivem configuram símbolos de resistência. A Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, se alinha à percepção sociopolítica dos autores acima citados, na medida em que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, em que as prescrições contidas desde o 1º artigo compreendem a história, os modos de vida, as formas de organização, a ocupação e usos do espaço, ou seja, características particulares do povo quilombola. De tal forma, procuramos retomar o sentido de “Sankofa” - uma realização do eu individual e coletivo, como ponto de partida para a reflexão sobre a prática pedagógica. “O que quer que seja que tenha sido perdido, esquecido, renunciado ou privado, pode ser reclamado, reavivado, preservado ou perpetuado” (SANKOFA, 2013, p. 4). Representa os conceitos de autoidentidade e redefinição; simboliza uma compreensão do destino individual e da



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

identidade coletiva do grupo cultural; faz parte do conhecimento dos povos africanos; e expressa a busca de sabedoria em aprender com o passado para entender o presente e moldar o futuro.

Palavras-chave: quilombolas; identidade; educação

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: Editora da UFAM, 2008.

BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 8, de 20 de novembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 21 nov. 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/17417-ceb-2012>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais:** O caso das Terras de Quilombo do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: E - Papers, 2012.

SANKOFA. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana.** Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política, n. 12, ano 6, dez. São Paulo: NEACP, 2013.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambient. soc.**, Campinas nº 10, p. 129-136, jun. 2002.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/asoc/a/3zsW4C3r6CFYcnx8sPSDrjk/abstract/?lang=pt>>

Acesso em: 24 dez. 2021



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

EFEITOS DA PANDEMIA NA VIDA DE PROFESSORAS

Evelin Mariana Claro Barbosa, evelinclaro@gmail.com
Alexandra Garcia, alegarcialima@hotmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ

Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas
Grupo de pesquisa “Diálogos escolas-universidade: processos formativos, currículos e cotidianos”.

Resumo

Este trabalho compõe a pesquisa desenvolvida no curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Processos Formativos e Desigualdades Sociais e tem como objetivo produzir visibilidade às criações presentes em práticas comuns de professoras em pandemia para ampliar os modos de compreender conhecimentos escolares. Para tanto aproxima-se político-epistemológica e metodologicamente dos movimentos das pesquisas com os cotidianos. Como nos ajuda a pensar Boaventura de Sousa Santos (2020), já havia um estado de crise preexistente à pandemia, uma crise permanente e sem qualquer objetivo de ser resolvida, uma crise que se mantém sustentada em dois objetivos principais e são eles “legitimar a escandalosa concentração de riqueza e boicotar medidas eficazes para impedir a iminente catástrofe ecológica” (Santos, 2020, p. 3). Os sujeitos e suas singularidades, corporeidades e afetos foram transformados em números de mortos. Uma experiência devastadora que, marcada pelo medo, modificou nossas formas de perceber a vida e os nossos modos de viver. “A ideia conservadora de que não há alternativa ao modo de vida imposto pelo hipercapitalismo em que vivemos cai por terra” (Santos, 2020, p. 3). Mudamos a forma de trabalhar, estudar, os modos de praticar a fé, as opções de lazer e os meios de nos comunicar uns com os outros. Um dos fatos que se destacou marcando o abismo social em que vivemos foi a quarentena. “Qualquer quarentena é discriminatória” (Santos, 2020, p. 12), pois apenas alguns puderam se manter em casa para manutenção da saúde e segurança de si e de sua família. Muitos outros não tiveram a mesma garantia. Se viam obrigados a se expor ao risco para conseguir o

119



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

“pão de cada dia”. Existem também aqueles grupos cuja vulnerabilidade precede a quarentena: mulheres, trabalhadores informais, moradores de rua e/ou de periferias, pessoas com deficiência e idosos. A pandemia potencializou a crise da desigualdade que já vivíamos. E o que dizer da educação? A pandemia nos tirou da escola, de sua estrutura física e daquilo que, de certo modo, tínhamos como lócus do trabalho pedagógico, nos trouxe para lugares outros do fazer docente. Foi preciso tempo, estudo, longas conversas, para começar a pensar como, quando e o que a escola poderia fazer imersa num contexto totalmente inóspito, imprevisível e cruel. O caos potencializado pela pandemia trouxe à tona reflexões importantes acerca da escola pública e de seu papel fundamental para o exercício da democracia. Ainda que diante da dor de tantas perdas e do medo, “recolhemos nossos cacos” e fomos em busca de novos saberes. Espaços de formação continuada ganharam força. Videochamadas, livros, *lives*, cursos assíncronos, reuniões, tentativas, erros, recomeços. Reuniões pedagógicas tornaram-se ainda mais frequentes do que estávamos habituados. Os encontros virtuais nos mantinham unidos. Tentávamos pensar nos meios, nas estratégias para que os estudantes pudessem ter a escola como parceira neste momento conturbado. Sim, estávamos preocupados com a aprendizagem dos nossos alunos, mas, no primeiro momento, a preocupação era se eles estavam bem, se suas famílias estavam passando por dificuldades ainda maiores do que aquelas já conhecidas. Nos inquietavam os riscos que esse tempo longe da escola poderia representar para cada um deles. Esta ruptura física inesperada provocou-nos a olhar para os *espaçostempos* da escola real/virtual. Fomos buscando formas para criar uma rotina. Agora éramos professoras e estudantes, cada um em sua casa, tentando estabelecer algum contato. Entretanto, por muitas vezes, o que parece um simples contato virtual para quem tem acesso às ferramentas tecnológicas representa em paralelo um abismo entre os sujeitos, tendo em vista a disparidade econômica que caracteriza o modo de vida em que estamos inseridos, pois muitas famílias não têm acesso à internet ou aparelhos eletrônicos e, quando tem, este acesso é precário. A experiência da docência em pandemia nos levou a conhecer, viver e sentir experiências de reinvenção. A tecnologia é um exemplo de que a existência humana se reinventa

120



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

em diversos *espaçostempos* (Ferraço; Soares; Alves, 2017, p. 90), inclusive diante das instabilidades e contradições, circunstâncias que, muitas vezes, oportunizam possibilidades de criação e descobertas. Deste modo, nós, professoras, fomos buscando alternativas para, aos poucos, transformar a realidade caótica que estávamos vivendo em processos formativos. Produzimos novos sentidos e conhecimentos à medida que forjamos um outro cotidiano educativo. Talvez seja essa uma das principais características da docência: ressignificar. Daqui, do nosso lugar de professoras, já estamos familiarizadas com a necessidade diária de reinvenção e resistência. Na escola, estamos acostumados a lidar com desafios. Porém este desafio, de “fazer escola” fora do ambiente físico escolar que proporciona o encontro, foi, de longe, um dos maiores. A escola passou por “rearranjos” (Nóvoa, 2017, p. 15) para adentrar aos ambientes familiares, o que nos levou a conhecer outras formas de *aprenderensinar*.

121

Palavras-chave: pandemia, professoras, formação docente.

Referências

FERRAÇO, Carlos Eduardo; SILVA SOARES, Maria da Conceição; ALVES, Nilda. Michel de Certeau e as pesquisas nos/dos/com os cotidianos em educação no Brasil.

Pedagogía y Saberes [online], n. 46, p. 7-17, 2017. ISSN 0121-2494.

NÓVOA, Antônio. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente.

Cadernos de Pesquisa, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, out./dez. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO DE 0 A 3 ANOS EM SÃO GONÇALO/RJ:
interesses em disputa na ampliação do direito à educação das infâncias**

Fabiana Pessanha, e-mail: pessanhafabi@gmail.com
FME-Niteroi/RJ; SEEDUC/RJ;

Maria Tereza Goudard Tavares, e-mail: mtgtavares@yahoo.com.br
PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de pesquisa do PPGEDU: Políticas, Direitos e Desigualdades
Grupo de pesquisa do orientador - GIFORDIC

Resumo

O presente trabalho intenciona compartilhar pesquisa recentemente concluída, em nível de doutorado, que objetivou investigar as disputas de interesses no campo do financiamento educacional à faixa etária de 0 a 3 anos, destacando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) como uma importante política nacional de financiamento da educação. Em contexto de enxugamento do Estado e poucos recursos para o financiamento da educação pública, gratuita e estatal, a pesquisa acenou para a função indutora das políticas neoliberais como elemento de fundo no campo do financiamento educacional à pequena infância. Estudos recentes têm mostrado que apesar dos avanços no campo das políticas públicas para o financiamento e a expansão de vagas no segmento creche, evidenciando o crescimento de matrículas de crianças na faixa etária de 0 a 3 anos em diversas redes públicas de educação, no país, as assimetrias para a garantia desse direito legal, expresso na CF de 1988 e na LDBEN, nº. 9.394/96, ainda atingem milhares de crianças da pequena infância brasileira, sobretudo as pertencentes às camadas mais pobres da população. Apesar dos desdobramentos positivos a partir da inclusão da Educação Infantil no FUNDEB, Lei nº. 11.494/07, atualizada pela Lei nº. 14.113/2020, ainda há muito a se avançar em termos de ampliação do acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada às crianças de 0 a 3 anos, em todo o país. Refratária dos legados assistencialista e compensatório e desafiada pela escassez de recursos, a

122



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

educação das crianças de 0 a 3 anos ainda não avançou, a contento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n. 13.005/2014 (BRASIL 2014) que prevê “[...] ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência [do] PNE”. De acordo com o Observatório do Plano Nacional de Educação (OPNE) (2019), apenas 37.0% das crianças em idade de 0 a 3 anos estavam matriculadas, em 2019, restando, ainda, 13% da meta a ser atendida no prazo estabelecido. Diante do exposto, o objetivo central da pesquisa consistiu em investigar os interesses em disputa no âmbito do direito educacional às crianças de 0 a 3 anos, no que diz respeito à oferta e ao financiamento, destacando o FUNDEB enquanto uma importante política nacional de financiamento a esse segmento educacional. Do ponto de vista teórico-metodológico a pesquisa se desenvolveu a partir da concepção investigativa do Estudo de Caso (STAKE, 2013), corrente de cunho etnográfico e qualitativo, que possibilitou a problematização do objeto de investigação em consonância com as especificidades do município gonçalense, esfera local estudada, buscando tensioná-las em relação às questões políticas, econômicas e educacionais mais amplas. A pesquisa buscou, ainda, interlocução com os estudos sobre Poder local e políticas públicas educacionais, particularmente, em periferias urbanas, contexto em que se insere o município investigado, compreendendo a dinâmica do poder local no complexo conjunto das relações históricas, sociais, políticas e econômicas, o que permitiu compreender e problematizar os conflitos de interesses no campo da educação da pequena infância na esfera local gonçalense. O município de São Gonçalo/RJ, recorte geopolítico e campo empírico de estudo e análise, está localizado na periferia da região leste metropolitana do estado do Rio de Janeiro, que se configura na segunda maior e das mais complexas do país. Com uma população estimada em quase 1 milhão de habitantes (IBGE, 2022), ocupa o 2º lugar no estado e 18º no país, em contingente populacional. Além do aspecto demográfico, a cidade também se destaca por ser o 2º colégio eleitoral do estado e o 15º do Brasil, dentre os 5.570 municípios da federação, chegando a ocupar a 3ª posição, se desconsideradas as capitais. Entre outros fatores, o conjunto desses elementos justifica a importância e a representatividade do

123



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

município gonçalense no que se refere às pesquisas no campo das políticas públicas educacionais, especialmente, no campo do financiamento à creche, principalmente quando considerada a alta demanda local na faixa etária de 0 a 3 anos, que alcança a média de 41.500 crianças (MP/RJ, 2022), aproximadamente. Apresentado o panorama de alguns dos principais indicadores que contextualizam o município gonçalense e, por conseguinte, o nosso objeto de investigação, explicitamos a questão central que orientou o percurso investigativo: Quais principais dilemas e tensões, com ênfase nas relações entre o poder local e as políticas educacionais, influenciam o cenário das políticas de financiamento à creche e a oferta de vagas para a faixa etária de 0 a 3 anos, no município investigado? A pesquisa constatou a importância dos recursos do FUNDEB para o financiamento da educação pública, na cidade. Entretanto, também foi possível constatar a expansão muito diminuta da rede municipal estatal de creches, que saiu de 379 para 1.332 matrículas, entre 2007-2020, representando um aumento de, apenas, 953 vagas. Por outro lado, a rede de creches conveniadas aumentou expressivamente, particularmente, após início da vigência do Fundo, a partir de 2008, revelando que o aumento considerável dos recursos da educação, no município, esteve associado às disputas por parte dos setores privatistas não-estatais, pelo fundo público da educação. Em síntese, a pesquisa revelou que a política de financiamento à creche, na esfera local gonçalense, é fortemente condicionada ao padrão das relações políticas locais, de modo que o financiamento educacional à faixa etária de 0 a 3 anos ainda não consegue romper a lógica peculiar do Estado brasileiro, expressando traços de um padrão histórico com forte incidência de práticas conservadoras e patrimonialistas, compreendidas, principalmente, como o privatismo da esfera pública, no campo da educação da pequena infância.

124

Palavras-chave: financiamento, direito à educação, infâncias.

Referências



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Brasil. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014 - Edição extra.

Ibge. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. São Gonçalo. População estimada. 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MP/RJ. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP/RJ). **Panorama Educação**. 2022. Disponível em: <https://public.tableau.com/app/profile/cao.educa.o/viz/PanoramadaEducao-V2_0Pacote2/PAM1Creche>. Acesso em: 15 set. 2022.

Opne. Observatório do Plano Nacional de Educação. Objetivos da Meta 1. 2019. Disponível em: <<https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-infantil>>. Acesso em: 31 jan. 2023.

Stake, R. E. Pesquisa qualitativa/naturalista: problemas epistemológicos. **Educação e Seleção**, Rio de Janeiro, n.7, p. 19-27, [1983 impresso] 2013.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

NOVO ENSINO MÉDIO E A INDUÇÃO AO SETOR PRIVADO: quem são os novos atores da educação pública do estado do Rio de Janeiro?

Fabiano Viana Andrade, f.andrades@hotmail.com;
Carlos Soares Barbosa, profcarlosoares@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de pesquisa do PPGEDU: Políticas, Direitos e Desigualdes
Grupo de pesquisa do orientador: JUVENTE

Resumo

Em 2016, durante uma grave crise política, institucional e financeira no Brasil, a presidente Dilma Rousseff foi destituída da presidência da República do Brasil, dando início ao governo Michel Temer e a retomada da agenda neoliberal. Entre as mudanças realizadas pelo governo está a Reforma do Ensino Médio, instituída por meio da MP 746/2016 e transformada na Lei nº 13.415/2017. Já em 2018, o Ministério da Educação (MEC) assinou acordo de empréstimo de 250 milhões de dólares com o Banco Mundial (BIRD), destinado ao "Projeto de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio". Esse projeto abrangeu quatro áreas: revisão de currículos, flexibilização curricular nas escolas, planejamento logístico e ampliação do tempo integral. A reforma entrou em vigor em 2022, trazendo mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), gerando críticas e protestos públicos pela sua revogação. Para pesquisadores como Fornari e Deitos (2021) a reforma do Ensino Médio revela-se como uma “reforma mercadoria” por congregar interesses hegemônicos representados pelo grande capital, e se materializa, entre outras ações, por meio da produção e comercialização de material didático para o “Novo Ensino Médio”, assessoramento técnico para capacitações e flexibilização do currículo, contratação de empresas para a oferta da educação técnica presencial ou a distância – EaD, assim como pela via dos arranjos curriculares de itinerários formativos parcerias com setor privado, sobretudo às EdTechs. No que se refere a terminologia, EdTechs são associadas às startups de educação projetadas visando criar produtos e serviços de forma escalonável, rápida

126



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

de base tecnológica. Focadas na produção de conteúdos didáticos, 70% das startups brasileiras atuam no campo das EdTechs e é o setor que mais cresce no mercado global de educação inteligente (BURIN, 2021). Incorporando para si roupagem tecnicamente transformadora, neutra e solucionadora de problemas (NETO et al., 2018), seu crescimento e inserção denota preocupação, tendo em vista o conjunto de contrarreformas educacionais de caráter neoliberal e neoconservador em curso e sua significativa indução a iniciativa privada como forma de redução do aparelho estatal. Dentro do exposto, constata-se que a implementação da reforma do Ensino Médio e a necessidade de informatizar todo sistema educacional de forma ligeira e em larga escala, proporcionaram a entrada nunca antes vista da iniciativa privada nesta etapa da educação pública. Uma das frentes onde esse processo se materializa é por meio das EdTechs, cuja atuação já ocorre na preparação de pacotes de conteúdo, gestão escolar e formação continuada de professores. Ao trazerem o slogan “solucionar problemas”, essas empresas têm se tornado uma alternativa rápida e atraente para o Estado em um contexto onde a escola se tornou obsoleta e os professores vistos como “atrasados, não adaptáveis e ineficientes em lidar com a tecnologia”. O estado do Rio de Janeiro foi uma das últimas Unidades da Federação a implementar a reforma devido a múltiplas razões. Ações mais robustas por parte da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) começaram a ser percebidas em 2022. No entanto, contratos na ordem de R\$ 89.546.337,09 entre SEEDUC e empresas de telefonia CLARO, TELEFÔNICA BRASIL e TIM encontravam-se em vigor desde o ano de 2021 com o objetivo de fornecer navegação para docentes e discentes, prestação de serviços especializados de aplicativo móvel para a transmissão de aulas ao vivo e gravadas, comunicação entre docentes e estudantes, bem como o acesso aos conteúdos disponibilizados pela SEEDUC. Essas mesmas empresas vêm promovendo eventos sobre educação e conectividade com maciça participação das Edtechs e aprofundadas discussões sobre a reforma do Ensino Médio. Em pesquisa em seus sites, se observa nos últimos anos um ganho de espaço maior para ações no campo da educação, sobretudo durante e após a pandemia. Portanto, pode-se afirmar que há hoje no país um movimento crescente de transmutação de empresas de telefonia em EdTechs e um exemplo disso

127



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

é a plataforma Órbita Trajetórias Educacionais, uma empresa do Instituto Oi Futuro em parceria com o British Council. Esta plataforma hoje atua junto a SEEDUC por meio de convênios com Firjan, Sesi e Sebrae desenvolvendo cursos para formação de alunos e professores no estado. Sendo assim, buscaremos neste texto analisar como vem ocorrendo a inserção e atuação das EdTechs na rede estadual de educação do Rio de Janeiro no contexto da reforma do Ensino Médio, entendida como um viés da privatização da educação pública justificada em nome de soluções digitais. Trata-se de um pequeno recorte da pesquisa de doutoramento iniciada em 2023, de abordagem qualitativa e documental, fundamentada no método do materialismo histórico-dialético (MARX, 1988). Os resultados da análise dos contratos e convênios firmados entre as EdTechs e a SEEDUC possibilitam compreender os motivos que levam o empresariado a ser um potente defensor da reforma do Ensino Médio.

Palavras-chave: EdTech; educação; ensino médio.

Referências

BRASIL. Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), 2019.

BURIN, Fátima Osmari. **EdTechs: panorama de startups de educação no Brasil e suas inserções na educação básica**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS. Porto Alegre, 2021.

FORNARI, Márcia; DEITOS, Roberto Antonio. O Banco Mundial e a Reforma do Ensino Médio no Governo Temer: Uma análise das Orientações e do Financiamento Externo. **Trabalho Necessário**, v.19, n. 39, mai.-ago., 2021.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. 3ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

NETO, Octavio Ribeiro de Mendonça; VIEIRA, Almir Martins; ANTUNES, Maria Thereza Pompa. Industrialização da educação, EdTech e prática docente. **EccoS – Revista Científica**, n. 47, 2018.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

FORMAÇÃO OU FORMATAÇÃO DOCENTE? A diversidade formativa dos cotidianos escolares frente às políticas formativas de bases comuns

Fernanda de Araújo Dias, fernandaadidas.rj@gmail.com
Alexandra Garcia/orientadora, alegarcialima@hotmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de pesquisa: Formação de professores, História, Memória e Práticas Educativas
Grupo de pesquisa do orientador: Diálogos Escolas-Universidade

Resumo

O cenário atual das políticas públicas da educação nacional caminha em direção a padronização e ao estabelecimento de bases que se pretendem comuns para macro áreas educacionais como o currículo, a avaliação, a produção de materiais didáticos e a formação docente. A primeira base comum instituída, a BNCC, acelerou o processo de estruturação da base que incide sobre a formação docente, a BNC-Formação, que institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) por meio da resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 e a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-FC) por meio da resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020. Muito embora a noção do estabelecimento de bases comuns possa ser facilmente assimilada por alguns segmentos e atores da área educacional, esta noção é passível de questionamentos. Documentos “basilares” precisam ser flexíveis o suficiente para acolherem a diversidade sobre a qual legislam. Por isso, esta pesquisa questiona a ideia de “base” enquanto documento externo, pautado em lógicas que não contemplam a escola e o trabalho que os professores fazem, e visa privilegiar a ideia de ter como “base” para a formação de professores as redes de conhecimento que são construídas no cotidiano das escolas pelos próprios professores, alunos e pela comunidade escolar. Que seja possível ouvir o que os praticantes das escolas têm a dizer a respeito do seu trabalho, dos seus currículos e de suas vivências profissionais. Desta forma, espera-se vislumbrar outras possibilidades de formação docente, mais ricas, vivas e aderentes com as redes de saberes e fazeres educacionais. Isto não significa desconsiderar a relevância dos conhecimentos teóricos e da organização

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU
Faculdade de Formação de Professores – FFP
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

documental dos processos de formação docente. Mas sim reconhecer e visibilizar conhecimentos de outras matrizes e dialogá-los com as pesquisas e produções acadêmicas sobre a formação docente. Defendemos que não é possível pensar a formação docente excluindo os professores desta discussão. Logo, olhar para os cotidianos escolares, que são os espaços em que a prática docente se consolida, se apresenta como uma opção de resistência a um processo de precarização e simplificação do trabalho docente; que pode ser endossado através de documentos normatizadores que associam a formação docente majoritariamente ao desenvolvimento de um conjunto de competências. Metodologicamente a pesquisa se afilia ao campo das Pesquisas com cotidianos e ao trabalho com narrativas; por meio de rodas de conversas espera-se mobilizar questões, tensões e com isso contribuir com a produção de saberes em coletivo a partir das narrativas de professoras que integram o primeiro segmento do ensino fundamental regular, indígena e na EJA. Para mergulhar neste processo investigativo e perceber que tipo de diálogo é estabelecido entre a BNC-Formação e os processos de formação docente vivenciados e narrados pelas professoras que compõem a pesquisa, faremos uso das resoluções relativas a esta base, bem como de referenciais teórico-conceituais que discutem currículo, narrativas, formação docente e cotidiano, tais como Alexandra Garcia (2023) e Certeau (1994). Também serão utilizadas contribuições dos estudos pós-coloniais, decoloniais e contra coloniais com autores como, Nelson Maldonado-Torres (2019), Geni Nuñez (2022) e Nego Bispo (2015) para ampliar as reflexões a respeito da formação coletiva, da circularidade e pluralidade na produção de conhecimentos, a partir de cosmovisões não eurocentradas. Esse referencial, ainda será colocado em diálogo com as reflexões produzidas no contexto do grupo de pesquisa que integramos, o Diálogos Escolas-Universidade, em especial com as compreensões de Garcia (2023).

130

Palavras-chave: formação docente no cotidiano escolar; BNC-Formação; formação coletiva; circularidade de saberes.

Referências

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU
Faculdade de Formação de Professores – FFP
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GARCIA, Alexandra; MOREIRA, Maria Alfredo; AMORIM, Antônio Carlos Rodrigues. Narrativas, conversas e as múltiplas grafias de vida: reverberações curriculares. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, p. 1-22, 2023.

NÚÑEZ, Geni. **Nhande ayvu é da cor da terra**: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude. 2022. 132 f. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte, Autêntica, 2020, pp. 27-53.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombo**: modos e significados. Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: formando identidades na educação infantil

Fernanda Lopes Braga, fernandalopesbraga@gmail.com

Fabiane Santana Falci, fabianefalci@hotmail.com

Nilda da Silva Nogueira, nildanog83@gmail.com

Lucília Augusta Lino (orientadora), prof.lucilia.uerj@gmail.com

PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de pesquisa: Formação de Professores, História, Memória e Práticas
Educativas

Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, Formação de professores,
democracia e direito à educação - GRUPEFOR

Resumo

Este trabalho traz reflexões sobre a diversidade étnico-racial dentro do espaço educativo, em especial, na Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Niterói, RJ. Dialogando com o cumprimento da Lei 10.639/2003, ressaltamos a relevância da formação continuada de professores, com foco na educação antirracista, objetivando a superação do preconceito, da discriminação e das desigualdades raciais. As redes de ensino devem enfrentar o desafio de fomentar esse debate formativo, em caráter permanente, na Educação Infantil, visando a discussão sobre a questão étnico-racial. Como explicita Nóvoa (1995, p. 25), a formação do professor “não se constrói por acumulação de cursos, de conhecimentos ou de técnicas, mas sim, através de um trabalho de reflexão crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente da identidade pessoal”, defendendo uma formação permanente e de forma constante, no espaço escolar. A Formação Continuada dos professores, desde que construída em perspectiva crítica, de forma democrática e dialógica, voltada para as demandas formativas de professores e alunos, pode se tornar um espaço de formação coletiva que permita a elevação da qualidade do ensino público. A rede municipal de Educação de Niterói investe em formações continuadas para professores, com um horário reservado, semanalmente, para a sua realização, sob a responsabilidade da própria unidade escolar ou da Secretaria Municipal de Educação. Consideramos, a urgência de uma formação docente voltada para a educação das relações étnico-raciais,

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU

Faculdade de Formação de Professores – FFP

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

possibilitando reflexões e questionamentos sobre a persistência de uma mentalidade discriminadora e racista, fruto de estruturas socioeconômicas desiguais, presentes na história do Brasil. A formação continuada pode desvelar a ideologia presente nas bases teóricas construídas historicamente, e que legitimavam uma divisão social, ancorada nas diferenças étnico-raciais, em categorias de inferioridade/superioridade, e no mito da ‘igualdade racial’. A escola precisa reconhecer a importância do pertencimento étnico-racial das crianças e dos professores, incentivando processos de afirmação da identidade negra, com práticas orientadas no sentido de resgatar a contribuição dos negros e negras na história, na cultura e na política de Niterói, do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil. Só a partir desse reconhecimento é possível construir um currículo fundamentado na cultura afro-brasileira, que permita construir uma identidade afirmativa das crianças negras. No que tange ao cotidiano da escola e às relações entre a professora e as crianças, é necessário reforçar atitudes positivas de valorização da identidade, visando o desenvolvimento das crianças e da sua autoestima. De acordo com Cavalleiro (2023, p, 100) “a escola grita inferioridade, desrespeito e desprezo” quando opta pela omissão e pelo silêncio, naturalizando injúrias raciais. O silêncio, que permite à criança branca ver o diferente como inferior, faz com que a criança negra, internalize valores negativos em relação ao seu corpo e a respeito de si própria, afetando a construção de sua identidade. A Educação Infantil não está isenta de situações de racismo, pois as escolas vivenciam continuamente, no cotidiano, a discriminação racial, muitas vezes de maneira sutil, necessitando de atenção e sensibilidade do professor, para que não passem despercebidas. As crianças, ao ostentarem atitudes discriminatórias, reproduzem suas vivências sociais, devendo ser orientadas para perceberem sua impropriedade, e como elas afetam seus colegas, que “começam a criar uma identidade negativa em relação ao grupo étnico ao qual pertencem” (Cavalleiro, 2023, p. 10). A escuta sensível e atenta do professor de Educação Infantil é essencial, e deve ser pauta da formação sobre a educação para as relações étnico-raciais. Adotar a educação antirracista não é uma tarefa apenas da escola, mas das ações da rede de ensino, revendo escolhas que dizem respeito não apenas as atividades extracurriculares ou comemorativas, mas a projetos e ações

133



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

afirmativas, que ressignifiquem a representação da população negra e promova a igualdade de oportunidades. Para superar o racismo, faz-se necessário que o professor tenha uma formação que o auxilie no combate ao preconceito racial que existe na escola, e reproduz concepções e representações sociais. No âmbito das noções e concepções das crianças sobre a cor da pele, Tebet (2017, p. 139) questiona “que imagens de crianças têm sido produzidas ao longo da história?”, e demonstram sentidos e significados construídos em torno da noção de cor, que podem ser ressignificados, por meio de práticas antirracistas no contexto escolar da Educação Infantil. Assim, representações sociais de crianças negras sobre a cor, podem ser utilizadas como recursos pedagógicos, de modo a apreender e vivenciar situações que contribuem para compreensão de si próprio e suas reconstruções enquanto sujeitos. Esta é uma forma dos educandos, negros e brancos, superarem processos que desvalorizam e inferiorizam o povo negro, construindo o respeito às diferenças de cor, raça ou religião. As políticas públicas educacionais antirracistas devem fundamentar propostas de formação de professores para a Educação Infantil, assegurando a valorização das crianças negras e o processo de construção de identidade.

134

Palavras-chave: formação continuada, educação infantil, educação antirracista.

Referências

BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003** que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União, 2003.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2023.

NÓVOA, António. **Os professores e sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1995.

TEBET, Gabriela. Desemaranhar as linhas da infância: elementos para uma cartografia. **Infância e pós-estruturalismo.** Anete Abramowicz, Gabriela Tebet (org). São Paulo: Porto de Ideias, 2017.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

A REFORMA GERENCIAL DA SEEDUC-RJ E O ALINHAMENTO À PEDAGOGIA DO CAPITAL

Filipe Cavalcanti Madeira, fcmadeira1985@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ

Carlos Soares Barbosa, profcarlossoares@gmail.com
PPFH/UERJ

Linha de pesquisa: Políticas, Direitos e Desigualdades
Grupo de pesquisa do orientador - JUVENTE

Resumo

A dualidade estrutural que historicamente marca o Ensino Médio brasileiro pode ser compreendida como reflexo das estruturas do modelo de capitalismo dependente do país, como bem demonstrara Florestan Fernandes (1972). O aprofundamento da hegemonia do capitalismo neoliberal provocou alterações na relação entre o Estado e sociedade por meio de um conjunto de reformas de cunho gerencialista que enaltecem a perspectiva de um Estado “mínimo” para a área social e de relações sociais orientadas pela lógica do mercado. É neste contexto que se institui a atual reforma do Ensino Médio, implementada pela Lei n.º 13.415/2017. De um modo geral, nesta etapa da educação básica as disputas ocorrem, sobretudo, em torno de sua identidade e finalidades. De um lado, os que defendem um percurso formativo fundado na separação entre trabalho manual e intelectual; do outro, os que advogam a favor de uma formação integral no qual o trabalho se configura como um princípio educativo. A partir de uma abordagem crítica da atual reforma, optamos pelo termo “contrarreforma do Ensino Médio” por tratar-se de “um ataque desferido contra as últimas conquistas do ensino médio na perspectiva da formação unitária e integrada dos jovens brasileiros” (RAMOS, FRIGOTTO, 2017, p. 30). No Rio de Janeiro, o movimento em torno da reestruturação do Ensino Médio teve início uma década antes da atual contrarreforma. A partir de 2007, na gestão do então governador Sérgio Cabral, a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC-RJ) colocou em execução diversos arranjos curriculares defendidos pelo segmento empresarial, favorecidos pela

135



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

presença cada vez mais intensa deste segmento, através de seus institutos e fundações, no gerenciamento pedagógico e nas políticas públicas educacionais da rede estadual. Diante deste contexto, para o presente texto elegemos como objeto de análise as reformas gerenciais e o processo de privatização do currículo, que ocorre por dentro da Seeduc-RJ sob forte influência do setor privado, com destaque para o Instituto Ayrton Senna. Estas reformas buscam promover mudanças não apenas na gestão, como também nos currículos escolares privilegiando um conjunto de competências e habilidades para atender a formação imediata de um trabalhador de novo tipo (flexível, produtivo e competitivo), adequado às demandas do mercado. Trata-se de excerto da dissertação de mestrado, finalizada no ano de 2023, de abordagem qualitativa e documental, fundamentada teórico-metodologicamente no materialismo histórico e dialético. Neste recorte, privilegamos a Resolução Seeduc-RJ n.º 5.424/2016, que versa sobre o Programa de Educação Integral do Estado do Rio de Janeiro. Os resultados indicam que a rede serviu como “laboratório” da atual reforma do Ensino Médio, dado os vínculos entre a organização curricular instituída e os arranjos curriculares desenvolvidos na rede, sob forte influência do Instituto Ayrton Senna. Por fim, além de demonstrar que o referido Programa tem privilegiado a pedagogia das competências, com o objetivo de desenvolver junto aos jovens as habilidades necessárias para a vida no século XXI. A questão a ser problematizada é: quem define as competências a serem privilegiadas e quais as suas reais intencionalidades na atual fase do regime de acumulação flexível e tendo em vista a especificidade histórica brasileira.

136

Palavras-chave: ensino médio, reformas gerenciais, Seeduc-RJ;

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação,



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MADEIRA, Filipe Cavalcanti. **O Novo Ensino Médio e a formação omnilateral: concepções docentes sobre Ensino Médio em Tempo Integral com Ênfase em Empreendedorismo Aplicado ao Mundo do Trabalho da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro**. 2023. 120f. Dissertação de Mestrado; Educação – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

RAMOS, Marise Nogueira.; FRIGOTTO, Gaudêncio. Medida Provisória 746/2016: a contrarreforma do ensino médio do golpe de estado de 31 de agosto de 2016. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 16, n. 70, p. 30–48, 2017.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SEEDUC n.º 5.424**, de 02 de maio de 2016. Estabelece o conceito para a implementação do Programa de Educação Integral, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Diário oficial [do] Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 03 maio 2016.

137



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

INSERÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE: revisão sistemática de literatura

Flaviane Coutinho Neves Americano Rego, flavicoutinho@hotmail.com
Vania Finholdt Angelo Leite, vfaleite@uol.com.br
PPGEDU/FFP/UERJ

Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas
Tri Vértice: Formação de Professores, Didática e Educação Matemática

Resumo

A revisão de literatura é um pequeno recorte da pesquisa de Doutorado em desenvolvimento que objetiva compreender a relação da formação de professores com o trabalho docente de professores/as iniciantes. Fizemos um levantamento de pesquisas realizadas no Brasil para conhecer a produção dessa temática. Utilizamos o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) como fonte de dados que é uma ferramenta de busca e consulta, com resumos relativos a teses e dissertações defendidas. Na perspectiva da revisão sistemática, o levantamento foi realizado no período de 09 a 19 de janeiro de 2023, com os seguintes procedimentos metodológicos para desenvolvê-la nesta primeira etapa: i- o levantamento de dados foi realizado no Portal de Teses e Dissertações da Capes; ii- as palavras-chave foram Formação de Professores, Narrativas, Educação Básica e Brasil; iii- foi aplicado o filtro Ano com o recorte temporal dos últimos cinco anos (2018 a 2022). Após o primeiro resultado da busca, ainda foram aplicados os filtros descritos: 1- Tipo: Mestrado e Doutorado Acadêmico; 2- Grande Área: Ciências Humanas; 3- Área de Conhecimento: Educação; 4- Área de Concentração: Educação. Em busca de estudos que dialogassem com a temática em tela, evidenciamos os componentes apontados por França (2023) com base em Callahan (2014). A revisão sistemática de pesquisas possibilita “revelar áreas em que mais pesquisas são necessárias” (CALLAHAN, 2014, p. 275). Foram encontradas 2017 dissertações e 1137 teses pelas palavras-chave, totalizando 3154 pesquisas. Após leitura dos resumos, descartou-se 2916 trabalhos. Foram selecionadas para análise



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

232 pesquisas que abordavam os temas de Formação de Professores e Narrativas como metodologia, constituídas de 135 dissertações e 97 teses. A partir desta primeira seleção, criamos 3 categorias de análise: Desenvolvimento Profissional Docente (83 pesquisas); Educação Básica (49 pesquisas) e outros (100 pesquisas). Vamos abordar a categoria de Desenvolvimento Profissional Docente subdividida em 3 subcategorias, a saber: a) formação inicial (37 pesquisas); b) inserção profissional docente (14 estudos); c) formação continuada (32 pesquisas). Para fins deste resumo iremos focar na subcategoria *Inserção Profissional Docente* por ser um processo vivenciado pelos professores em início de carreira, por se tratar de um dos ciclos mais importantes da carreira profissional docente. Este período é crucial no desenvolvimento profissional docente, como destacam Pacheco e Flores (1999), Huberman (2000), Tardif (2014). Na subcategorização de inserção profissional docente foram encontrados 14 estudos. Destes, 5 dissertações em que 2 estudos se referem a narrativa apenas como metodologia e 3 como metodologia e dispositivo potencializador de formação. Das 9 teses, 4 fazem uso da narrativa somente como metodologia e 5 como metodologia e, também dispositivo potencializador de formação de docentes. Ao ler e reler essas pesquisas, fizemos um novo reagrupamento, identificando que abordam 1- *identidade profissional docente*, na qual os professores se percebem na constituição identitária no fazer docente; 2- *inserção por meio de programas* destacando a importância da indução profissional docente como uma política voltada a contribuir e favorecer os processos de inserção e socialização profissional docente de professores iniciantes; 3- *aprendizagem docente* na qual os docentes vão aprendendo ser professores sendo professores. Quanto à identidade profissional docente foram destacadas 4 pesquisas que tratam dos processos de construção de identidade de professores da educação básica. Na inserção por meio de programas foram apresentados 3 programas, com destaque para um deles, cuja temática se faz emergente, que aborda um programa de indução profissional de professores iniciantes com projeto “*Diálogo intergeracional na indução de professores: o estabelecimento de um contínuo de formação docente*”; salientamos ainda que a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) é a que apresenta os 3 programas de indução. Em aprendizagem docente foram encontradas

139



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

6 pesquisas, com ênfase na aprendizagem profissional de professores dos anos finais da Ensino Fundamental que lecionam áreas como Ciências, História e Matemática. Concluímos que as pesquisas dialogam e contribuem com a investigação, apontando os seguintes achados: a) demanda por uma contínua formação de professores; b) o sensível como um saber, mobilizado pela experiência estética nas práticas docentes; c) o PIBID enquanto potência de vivência de um programa de formação que adentra o dia a dia da escola antes mesmo da conclusão da graduação; d) iniciativa de formação e profissão docente por meio de programas de indução de professores iniciantes contribuíram para a aprendizagem e desenvolvimento profissional, destacando-se ainda que as principais motivações para participação nos programas estavam associadas à possibilidade de partilhar experiências, conhecimentos e aprender com professores com mais tempo de carreira. Quanto à inserção profissional docente, as 3 pesquisas encontradas nos indicam que os professores iniciantes elencaram as seguintes expectativas: a) aperfeiçoamento em relação ao conhecimento para o ensino e o processo de raciocínio pedagógico; b) aprendizagem sobre a profissão, formação, identidade e responsabilidade docente; c) percepção do que é ser um ‘bom professor’ em relação ao domínio de sala de aula, alunos e sobre a prática docente; d) acolhida e colaboração de docentes mais experientes.

140

Palavras-chave: inserção profissional docente, professores iniciantes, revisão sistemática.

Referências

CALLAHAN, Jamie L. Writing Literature Reviews: A Reprise and Update. **Human Resource Development Review**, v. 13, n. 3, p. 271–275, jun. 2014. Disponível em: [Escrevendo Resenhas de Literatura: Uma Reprise e Atualização - Jamie L. Callahan, 2014 \(sagepub.com\)](#). Acesso em: 12 abr. 2023.

HUBERMAN, M. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Porto: Porto, 2000. p.31-61.

PACHECO, José Augusto; FLORES, Maria Assunção Flores. **Formação e avaliação de professores**. Porto: Editora Porto, 1999.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

PENSAR A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM MOÇAMBIQUE EM TEMPOS DE INCERTEZAS: novas identidades docentes

Florentino Maria Lourenço, florentinomarialourenco@gmail.com
Maria Tereza Goudard Tavares, mtgtavares@yahoo.com.br
PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de pesquisa do PPGEDU – Área de Políticas, Direitos e Desigualdades
Grupo de pesquisa da orientadora – Grupo de Estudos e Pesquisas da(a)s Infância(s),
Formação de Professores (as) e Diversidade Cultural – GIFORDIC.

Resumo

O presente artigo é resultante de um conjunto de questões que vimos pesquisando em nosso processo de doutoramento, inspirados pelas mutações sofridas no campo da formação docente (CUNHA, 2015) no período pós-pandêmico. Em diálogo com autores que encaram a profissão docente como de alto risco, dada a sua complexidade de atuação nos espaços sociais, bem como das exigências de produzir e ampliar possibilidades de reflexão para o surgimento de novos saberes (CORREIA, 1991), compreendemos ser urgente pensar a “Profissão Professor” em tempos de incertezas e desafios à escola enquanto lócus de formação humana. Esta necessidade se comprova nas primeiras décadas do século XXI, no qual somos desafiados a compreender “que aquilo que, na história, aparece como eterno não é mais que o produto de um trabalho de eternização que compete a instituições interligadas, tais como a Família, a Igreja, a Escola [...], reinserir na história e, portanto, devolver à ação histórica” dos homens enquanto promotores e pensadores da sua própria existência (BOURDIEU, 2023, p.8). Nessa perspectiva, olhar a *Educação e Democracia em tempos de reconstrução*, interrogando de forma coletiva os desafios da escola pública na superação das múltiplas desigualdades que atravessam a instituição escolar torna-se fulcral nos tempos que nos atravessam – caracterizados pelas mudanças sociais radicais – , que para além de desafiar a escola pública a (re)ocupar o espaço desalojado pela pandemia da COVID-19, se vê confrontada pela crise das políticas

142



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

capitalistas de cunho neoliberal (SAUL, 1993), que acrescentam à precarização das estruturas escolares a reprodução das ideologias de subalternização em forma de imposições de políticas que não visam formar cidadãos livres, autônomos e reflexivos. A nosso ver, esta crise não resulta de inadequações ou conflitos internos ao sistema educacional, mas sim, de uma crise formada e importada do campo político-econômico exterior a ela e mais amplo. Para o contexto específico de nosso estudo na formação docente, parece-nos que não se pode pensa-la fora de questões que revestem o debate atual: por um lado, o monoculturalismo – que defende que os povos partilham contextos semelhantes de uma cultura 'universal' –, fundamentada na necessidade de se privilegiar o domínio científico na formação –, por outro lado, a interculturalidade que considera que cada cultura tem as suas necessidades singulares, sendo que os processos de formação precisariam articular saberes docentes, conhecimento científico e saberes epistêmicos. Diante do exposto, o objetivo do texto implica em compreender as relações e tensões entre os saberes epistêmicos e os saberes práticos na formação docente, tendo como fundamento a formação intercultural enquanto *espaçotempo* de diálogo e de humanização de práticas formativas; ampliando possibilidades reflexivas que subvertem e rompem a inércia e o fechamento dos campos de escuta e diálogo na formação de professores. A interculturalidade nos permite entender as políticas e os currículos de formação de professores como territórios de construção e invenção de novos significados e/ou como *espaçotempos* de negociação e consolidação de identidades que se formam na relação horizontal e dialógica. Nesse diálogo, entendemos que o/a docente no seu processo formativo, é investido não só dos seus papéis tradicionais (lecionar aulas e orientar a aprendizagem discente), mas também da urgência de articular a sua função às novas demandas emergentes da escola de massas e da globalização, realizando intervenção nas ações coletivas que visam combater as assimetrias sociais (CUNHA, 2015). É nesse cenário que nos desafiamos a pensar a reconstrução do sistema educacional a partir de políticas de formação de professores, que por ser um processo que se localiza no campo das incertezas, urge questionar: que pontos de resistências a formação docente dispõe e/ou precisa construir para efetivamente influenciar o tecido social? Quais contribuições os

143



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

diferentes saberes, as diferentes culturas oriundas dos sujeitos classes populares, bem como os saberes da prática e da teoria científica podem oferecer à formação docente? Consideramos que colocar essas interrogações marcam um mergulho na ordem de afirmação da profissão docente e do seu reconhecimento social. Em busca de possíveis respostas, como procedimento metodológico, vimos investindo na revisão bibliográfica e análise reflexiva enquanto um caminho fértil para superar as *situações-limites* e incertezas que caracterizam a formação docente, buscando assim, *inéditos-viáveis* (FREIRE, 2004) nas políticas formativas valorizadoras da interculturalidade; tensionando as fronteiras culturais, epistemológicas e científicas fixadas pelo colonialismo; oportunizando outras formas de pensar, formar e reconhecer a formação docente em sua capacidade *crítica-transformadora* (FREIRE, 2004). Como (in) conclusões, apontamos que a resistência e a permanência dos modelos monoculturais de formação de professores que exercem a exclusão epistêmica e ontológica se localizam num imenso campo das relações que partem das instituições iniciais de formação de professores primários em Moçambique, até o seu nível mais elevado. A sua ideologia é estrutural e intersubjetiva, uma vez que suas práticas não se localizam em um espaço visível e determinado – não estão apenas ao nível da política formativa –, o que faz com que efetivamente ainda não atendam às necessidades de cada formando. Assim, “os eixos básicos do programa de formação de educadores precisam atender à fisionomia da escola que se quer, enquanto horizonte da nova proposta pedagógica” (SAUL, 1993, p.64). Ademais, em tempos de reconstrução social, a formação de professores é desafiada a ressignificar suas práticas e sua dimensão ontológica, colocando a interculturalidade como central em sua abordagem, a fim de desenvolver e propiciar a interação, reciprocidade, partilha e uma retroalimentação entre grupos diferentes. Em tempos de incerteza em que somos desafiados a reconstruir o tecido social a partir da escola, a troca de experiências e o estar atento à escuta se mostram centrais, na medida em que compreendo a interculturalidade como um constructo epistêmico capaz de promover identidades outras. Assim, reconstruir a escola pública implica na aposta de uma educação por vir propondo processos e experiências de formação docente que estimulem e celebrem a

144



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

diversidade cultural, as diferenças entre sujeitos ancorando-se nos contextos socioculturais das comunidades e/ou sociedades dos seus formandos e de seus/suas estudantes.

Palavras-chave: Formação de Professores, tempos de incertezas, Interculturalidade.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina:** a condição feminina e a violência simbólica. Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 2023.

CORREIA, A. Mudança educacional e formação: venturas e desventuras do processo social da produção da identidade profissional dos professores. **Revista Inovação.** Lisboa, v.4, n.1, p.149-166, 1991.

CUNHA, António Camilo. **Ser professor:** bases de uma sistematização teórica. Chapecó: Argos, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

SAUL, A. M. Formação permanente de educadores na cidade de São Paulo. **Revista da Associação Nacional de Educação,** São Paulo, v. 12, n. 19, p. 63-68, 1993.

145



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

PESQUISA NARRATIVA E CURRÍCULO DA PAZ NA COLÔMBIA

Francy Gizella Marroquín Rincon, rincon.francy@posgraduacao.uerj.br
Alexandra Garcia/orientadora, alegarcialima@hotmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de pesquisa: Formação de professores, História, Memória e Práticas Educativas
Grupo de pesquisa do orientador: Diálogos Escolas-Universidade

Resumo

A cultura da paz é uma questão prioritária na agenda política e social da Colômbia. Isso se deve às negociações entre o Governo nacional e a guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, que resultaram na assinatura do Acordo Final para o Término do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura em 24 de novembro de 2016. Esse Acordo significa um evento histórico relevante e transformador no qual o diálogo foi priorizado em relação ao confronto armado. Para a transição de uma guerra prolongada para a reconstrução de um país em paz, em 2014 o governo nacional criou a Cátedra de la Paz, que é obrigatória em todas as instituições educacionais. O principal objetivo dessa iniciativa é criar e consolidar um espaço de aprendizagem, reflexão e diálogo sobre a cultura da paz e o desenvolvimento sustentável que contribua para o bem-estar geral e a melhoria da qualidade de vida da população. Assim, há um currículo oficial determinado pelo Ministério da Educação Nacional que inclui diretrizes pedagógicas para a educação para a paz, sequências didáticas para todos os níveis escolares e uma proposta para apresentações de educação para a paz. Nesse contexto, quase dez anos após sua implementação, a pesquisa sobre o currículo da paz é relevante e necessária. Nesse sentido, há produções acadêmicas que abordam o tema, mas principalmente a partir de uma abordagem teórica, documental e avaliativa. No entanto, esta pesquisa opta por ir além das visões unidimensionais e abordar a Cátedra da Paz a partir de uma perspectiva mais complexa, profunda e integradora. Tudo isso com o objetivo de dar conta das formas como o currículo é produzido, existe, resiste, constrói a paz e atravessa a vida escolar. Assim, a pesquisa que está sendo desenvolvida assume uma

146



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

visão não hegemônica do currículo, na medida em que reconhece a ideia de um currículo vivo que é criado e recriado na vida cotidiana. Um currículo que, em sua dimensão ampla, engloba conhecimentos e experiências construídos na escola. Assim, a vida cotidiana é vista como o rico *espaçotempo* de ações, criações, reinvenções, relações sociais e valores que ocorrem no mundo escolar. Para complementar a perspectiva conceitual desta pesquisa, é importante considerar a experiência docente como constituidora de um saber legítimo, que vai além da formação profissional e que reúne *saberessignificações* que operam com diversas redes de conhecimento (Suárez, 2023). Isso implica reposicionar os professores como produtores de um conhecimento próprio e coletivo. A abordagem de pesquisa apresentada considera que sempre houve formas de resistência nos *espaçostempos* escolares e que o *saberfazer* dos professores encontra e cria caminhos para a paz como um projeto inacabado e necessário. Nesse sentido, García e Rodrigues (2019) destacam que "não é raro encontrar em pesquisas com currículos no cotidiano que determinadas circunstâncias mobilizam ou potencializam as produções, especialmente quando são consideradas em termos de seu caráter emancipatório (presente ou latente)" (p. 9). A experiência de ensino mencionada anteriormente, que molda o currículo cotidiano, manifesta-se por meio da narração de histórias. A narrativa é uma forma de expressar conhecimentos, significados e valores em palavras. Portanto, a proposta de pesquisa sobre o currículo da paz baseia-se na pesquisa narrativa como metodologia, que se apoia na experiência individual e se concentra na compreensão das pessoas dentro de sua própria esfera de referência. Nessa metodologia, todos os cenários e perspectivas têm valor e são dignos de estudo. Além disso, a pesquisa narrativa é ética e esteticamente comprometida com a produção de novos conhecimentos, envolve o pensamento metacognitivo e, acima de tudo, representa coerência epistemológica (Prado; Soligo; Simas, 2014). Nessa perspectiva, a pesquisa narrativa está localizada dentro de metodologias horizontais. Essas metodologias "[...] tienen el objetivo de la descolonización de saber a través de la producción horizontal del conocimiento [...] implican una lógica mutualista que se enfrenta a la lógica de la acumulación individual, sea del capital o del conocimiento" (Cornejo; Rufer, 2020, p. 307). Assim, a abordagem

147



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

narrativa é estabelecida como uma contrapartida ao silenciamento epistemológico. Pesquisar o currículo da paz sob a perspectiva da narratividade significa uma postura em favor da justiça epistemológica e da superação das desigualdades sociais. Em suma, o encontro com as histórias dos professores e seu conhecimento inerente, não apenas a partir de uma perspectiva individual, mas também coletiva, nos permite considerar o currículo vivo e cotidiano no qual um país é reconstruído em direção à paz. Isso significa a profunda convicção que orienta esta pesquisa em direção a um currículo no qual diferentes significados humanos são encontrados e gerados “[...] pedagogías vitales, dislocadas, de resistencia, de contratransformación y de las atmósferas sensibles. Con ellas habitamos las comunidades en nuestros territorios, cuidamos, mejoramos y expandimos sentidos para la educación” (Nieto-Bravo, 2022, p. 87).

Palavras-chave: Educação para a paz, pesquisa narrativa, currículo.

148

Referências

CORNEJO, Inés. **Horizontalidad:** hacia una crítica de la metodología. RUFER, Mario (ed.). Buenos Aires: CLACSO, 2020. ISBN 978-987-722-741-3.

GARCIA, Alexandra; RODRIGUES, Allan. Existir é ordinário: mapas de resistências nos currículos e na docência. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, ano 2019, v. 44, ed. 3, p. 1-20, 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623684915>.

NIETO-BRAVO, Johan Andrés. **Investigación narravita em educación:** reflexiones metodológicas. Bogotá: Ediciones USTA, 2022. 187 p. ISBN 978-958-782-511-4. *E- book* (187 p.).

PRADO, Guilherme do Val Toledo; SOLIGO, Rosaura; SIMAS, Vanessa França. **Pesquisa narrativa em três dimensões.** VI CIPA - Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica - Modos de Viver, Narrar e Guardar, Rio de Janeiro, p. 1-13, 1 jun. 2014.

SUÁREZ, Daniel Hugo. A virada pedagógica no currículo, a formação e o ofício de ensinar: experiências, princípios e inspirações com a pesquisa narrativa em educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, 30 mar. 2023. Dossiê ABdC: Narrativas, conversas e as múltiplas grafias de vida, p. 1-24. DOI <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2023v21e60011>.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

DESIGUALDADES SOCIAIS E AS QUESTÕES DE GÊNEROS NA ESCOLA VOCACIONADA AO ESPORTE: o projeto político pedagógico do ginásio educacional olímpico Juan Antonio Samaranch

Gabriel Coelho, gabrielmrc@hotmail.com
Denize Sepulveda, denizesepulveda@hotmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ
Processos Formativos e Desigualdades Sociais
GESDI

Resumo

Este trabalho consiste em uma análise do projeto político pedagógico (PPP) da primeira escola vocacionada ao esporte do município do Rio de Janeiro, focalizado nas ações descritas em relação a processos pedagógicos e ações no âmbito escolar que estejam alinhadas intencionalmente com a mitigação das desigualdades relacionadas as questões de gêneros e direcionadas para a promoção do respeito às diferenças. No ano de 2012 teve início a implementação das escolas vocacionadas ao esporte no município do Rio de Janeiro/RJ, atualmente chamadas de Ginásio Educacional Olímpico (GEO). A primeira escola neste formato, nomeada de Juan Antonio Samaranch, localizada no bairro de Santa Teresa, nasceu como uma unidade do Sistema Municipal de Ensino do Rio de Janeiro (SME-RJ), com a intenção de atender crianças e adolescentes com idades para os anos escolares do 6º ao 9º ano. Esse projeto firma uma estrutura que centraliza o esporte nas ações escolares, atendendo xs alunos em tempo integral (SILVA, 2014). Posteriormente outras unidades foram inauguradas no mesmo modelo. Segundo a resolução SME nº297, de 17 de novembro de 2021 a matriz curricular do GEO apresenta 8 tempos de treinamento esportivo somados a dois tempos de Educação Física, totalizando 10 tempos semanais direcionados para atividades com professores de Educação Física. O esporte no GEO, conteúdo prioritário na estrutura curricular da escola, precisa estar alinhado com alguns princípios que garantam o direito à diversidade e o respeito às diferenças. No entanto, segundo Saraiva (2005), existem correntes que negam os princípios democráticos das aulas. “A corrente tradicional da Educação Física, baseada no pensamento positivista, tem

149



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

construído uma imagem de homem e sociedade atrelada aos princípios de rendimento, da produtividade, da concorrência, entre outros” (SARAIVA, 2005, p. 32). Sobre o PPP da escola, foi realizada uma análise documental observando a inclinação da unidade em discutir e trabalhar temas como a desigualdade de gêneros e a diversidade. De acordo com Sá-Silva, Almeida & Guindani (2009), a riqueza de informações que se pode ser extraído e resgatado dos documentos justifica o seu uso, uma vez que possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização sociocultural. A Educação Física no GEO, como já foi dito, ganha um caráter de grande protagonismo no currículo, passa dos tradicionais dois tempos de aula das escolas de currículo básico para um total de dez tempos. No que se refere à garantia da igualdade de oportunidade e protagonismo para todos os alunos na escola fica evidente que é necessário ter um olhar para as práticas curriculares e as relações de gêneros. Nos últimos anos houve um avanço do conservadorismo oriundo das movimentações políticas das últimas eleições. Essa movimentação política atravessou as práticas escolares e, até mesmo, diretamente a ação docente, principalmente pelo movimento que ficou conhecido como Escola Sem Partido (SEPULVEDA; SEPULVEDA; LUZ, 2016). É possível que esse atravessamento conservador favoreça a reprodução de práticas não equitativas que podem separar meninas e meninos, inclusive excluindo das aulas esportivas os corpos que não se encontram no padrão hegemônico. As competições escolares também categorizam os alunos por gêneros. Segundo Brito (2015) essa classificação que normatiza os sujeitos através dessas categorias de feminino e masculino reforça a dicotomia de gêneros no espaço escolar e de certa forma nega as diferenças. Foi analisado o PPP da escola vigente para o triênio 2021-2022-2023, com o seguinte título: “Construindo saberes, praticando esportes, promovendo relações: Uma escola viva – um legado para o futuro” (PPP, grifo do autor). Logo após a missão da escola, observa-se que a escola pretende, segundo o PPP: “estimular a solidariedade e a cultura da paz em atitudes diárias de respeito e gentileza, dentro e fora da sala de aula” (PPP, grifo do autor). Essa passagem apresenta-se com a primeira maneira de expressar questões atitudinais de respeito ao próximo. Na proposta educacional, encontra-se o eixo esporte, nele não foi encontrado

150



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

objetivamente nenhuma informação relativa a desigualdades ou questões de gêneros. No entanto, neste mesmo item, referente a proposta global, encontra-se como valores da escola: “respeito; cooperação; comprometimento; solidariedade; perseverança; superação” (PPP, grifo do autor). É interessante observar que quando se trata de esporte, algumas questões das desigualdades não aparecem explicitamente. Contudo, valores como respeito, cooperação e solidariedade são caminhos interessantes para mitigação dessas desigualdades. Ainda na proposta educacional são expostos os temas transversais desenvolvidos pela escola, aonde destaca-se: “ética (respeito mútuo); diversidade cultural; identidade de gênero e orientação sexual” (PPP, grifo do autor). Neste item destaco que é importante a dedicação da escola analisada em ter uma proposta voltada para identidade de gênero e orientação sexual. Por último, em projetos extracurriculares, encontra-se descrito um “projeto de valorização da mulher” (PPP, grifo do autor). Nos demais itens não foram encontrados referências sobre questões das desigualdades de gêneros, diversidade ou respeito às diferenças. Na análise do PPP observo que há uma intencionalidade da escola em dialogar com as temáticas de gêneros, do respeito às diferenças e a valorização da mulher. No entanto, não ficou claro como fazer essas abordagens na Educação Física e nos esportes, conteúdos centrais nesse tipo de escola.

151

Palavras-chave: Desigualdades, Escola, Gêneros.

Referências

BRITO, Leandro Teofilo de. Gênero no espaço escolar: normatizações e deslocamentos cotidianos. **Caderno Espaço Feminino**, [S. l.], v. 28, n. 1, 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/29708>. Acesso em: 28 maio. 2023.

SARAIVA, MARIA DO CARMO. **Co-educação física e esportes**: quando a diferença é mito. 2 ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos.; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, Julho, 2009.

SEPULVEDA, Denize.; SEPULVEDA, José Antonio; LUZ, Luiz Otavio Ferreira. **A**

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU
Faculdade de Formação de Professores – FFP
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

sexualidade e o gênero nos cotidianos das escolas: a questão da diferença e o padrão heteronormativo. IV Seminário Internacional de educação e sexualidade: Fundamentalismos e violências, Vitória-ES. 2016. Disponível em: <<http://www.gepsexualidades.com.br/site/anaiscomplementares>>. Acesso em 15 de Set. 2020.

SILVA, Carlos Alberto Figueiredo da (org.). **ALUNO – ATLETA – CIDADÃO – Estudos no Ginásio Experimental Olímpico**. Rio de Janeiro, RJ: HP Comunicação Editora, 2014.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

RESSIGNIFICANDO AS CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS E INDÍGENAS EM SALA DE AULA

Geiziane Angelica de Souza Costa, geizianecosta@gmail.com
Luiz Fernando Conde Sangenis; lfsangenis@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ

Resumo

O presente trabalho se propõe a promover a reflexão sobre a cultura afro-brasileira e indígena, no passado e no presente, a fim de destacar a reflexão sobre os temas do racismo e da valorização da diversidade. O objetivo é ampliar a compreensão sobre os direitos de cidadania, a partir do pensamento decolonial, e desconstruir o olhar preconceituoso sobre a cultura afro-brasileira e indígena. Trata-se de um modo de enriquecimento cultural de todos os sujeitos envolvidos. Deseja-se refletir criticamente acerca da forma pela qual a cultura destes povos foi historicamente ensinada nas nossas escolas e como aprendemos e reproduzimos a mentalidade outrora enraizada. A educação para a diversidade tem a responsabilidade de expandir os horizontes e desfazer conceitos e visões limitadoras a fim de promover a prática de valores essenciais para o convívio social, como o diálogo, a tolerância, a solidariedade e o respeito às diferenças étnicas, raciais e sexuais, bem como à liberdade de escolha política, ideológica e religiosa. A escola pública é um espaço democrático e laico, cujo processo histórico e civilizacional a torna uma das principais mediadoras entre a criança e a sociedade. Como tal, a escola não pode ignorar as questões que envolvem conflitos causados pelo preconceito e pela intolerância em relação a escolhas e visões de mundo distintas. Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs preconizam um modelo de ensino-aprendizagem que valorize o aluno como um agente ativo do processo de construção do conhecimento, capaz de compreender conceitos fundamentais como o de cidadania, a fim de se tornar um cidadão pleno com participação social e política. É preciso desenvolver reflexões críticas em relação a diversos assuntos. A responsabilidade do Estado em proteger e valorizar as manifestações culturais

153



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

populares, especialmente as indígenas e afro-brasileiras, se efetiva, principalmente, por meio da educação escolar. A mediação da escola é capaz de expandir os horizontes e vivências do indivíduo. Devido às suas peculiaridades, a escola tem a responsabilidade de combater todos os tipos de discriminação e preconceito, expandir horizontes, lançar luz sobre a diversidade a fim de formar indivíduos melhores para que a sociedade seja mais harmônica. É crucial que a Lei nº 11.645/08 e a lei nº10.639/03 sejam cumpridas por nós, profissionais da educação, e que os materiais didáticos permitam a presença das vozes dos representantes dos povos indígenas e negros como protagonistas de suas próprias histórias a fim de cumprir seu papel na educação. Percebe-se que ainda não há mecanismos mais eficazes para que a legislação se faça na prática. É importante compreender que o dia 19 de abril não é uma data para comemorar o "Dia do Índio", nem o dia 20 de novembro é apenas um feriado sobre a "Consciência Negra" limitada a figura de Zumbi dos Palmares. Em vez disso, essas datas representam um dia de luta e resistência para trazer à tona a evidência social e cultural dos diferentes povos, e as leis não são apenas dispostas para ressignificação cultural e sua importância para a sociedade, mas também e sobretudo para abrir caminho à reparação histórica (RODRIGUES, 2023). "É preciso que o ensino esteja relacionado às práticas cotidianas. Não basta ensinar os conteúdos do currículo, é preciso refletirmos sobre questões que impactam a vida em sociedade" (BORGES & SILVA, 2022, p. 147). Portanto, a compreensão da identidade cultural dos estudantes afro-brasileiros e indígenas é influenciada pelo contexto em que vivem, pelas relações com suas famílias e pela sua posição na sociedade. A identidade desses sujeitos não é formada, e menos ainda determinada, pelas pinturas corporais feitas, pelos adornos que utilizam, se vivem em meio a mata ou nas grandes cidades, se utilizam arco e flecha ou celular (BORGES & SILVA, 2022). A identidade deles não pode ser medida apenas pela quantidade de "melanina" existente em sua pele, do quão retinta se é, se possuem o cabelo mais crespo, liso ou ondulado. A identidade de cada um se institui também pela herança cultural, pelas práticas cotidianas e pela conexão com seus antepassados e ancestrais que foram vítimas de genocídio e escravidão e que permaneceram às margens da sociedade, longe das narrativas e da imposição de



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

voz em primeira pessoa ao longo da história. Hoje, cabe a cada um de nós, educadores, proporcionar uma nova narrativa.

Palavras-chave: educação; cultura afro-brasileira e indígena; decolonialidade

Referências

BRASIL. **Lei 10.639/2003.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 22março de 2023.

BRASIL. **Lei 11.645/2008.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 22março de 2023.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.** (Parte IV: Ciências Humanas e suas tecnologias). Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso 20 mar. 2023.

BORGES, Cláudia Cristina. & SILVA, Vania Cristina. LEI N. 11.645/08: O que Devemos Aprender com os Indígenas? **Revista História em Reflexão**, Vol. 15, N. 31 | 2022 | Dossiê Ensino de História e Cultura Indígena nas escolas. Disponível em: file:///C:/Users/Leonardo/Downloads/REHR_v15_n31_14659_Lei+11645-08+O+que+devemos+aprender.pdf Acesso em 29 de abr. de 2023.

RODRIGUES, José Roberto da Silva; ARAUJO, H. M. M. Construindo currículos de História decoloniais, interculturais, antirracistas e transmodernos nas salas de aula da Educação Básica. In: Vera Maria Candau. (Org.). **Cotidiano, educação e culturas:** realizações, tensões e novas perspectivas. 01ed. Rio de Janeiro: Ed. dos Autores, 2023, p. 122-140.

155



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

INFÂNCIAS NEGRAS: rastros da colonialidade e perspectivas antirracistas

Geni de Oliveira Lima, genilima@gmail.com
Thaís Pio Marques, thaispiomarques14@gmail.com
Mairce Araújo, mairce@hotmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ

Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas
ALMEFRE – Alfabetização, Memória, Formação de Professores e Relações Étnico-
Raciais

Resumo

O objetivo do presente trabalho é investigar as contribuições dos entrelaçamentos de narrativas de professoras negras para a educação das relações étnico-raciais, no contexto formativo do Grupo de Pesquisa ALMEFRE. Com enfoque nas micro-ações afirmativas (JESUS, 2009), na escrevivência (EVARISTO, 2020) e no estudo dos cotidianos (ARAÚJO e MORAIS, ANO), esse trabalho coteja diálogos estabelecidos nas experiências narradas por duas professoras negras em nossas trajetórias de vida, cotejando aspectos das histórias vividas no espaço escolar, enquanto professoras, mas também enquanto estudantes negras que fomos. Entrelaçamos nossas escrevivências embasadas no conceito desenvolvido por Evaristo (2020). Para a autora, a atitude de escrever possui uma dimensão significativa para mulheres negras ao demarcar o direito da liberdade, alcançado na pós-abolição, e a conquista do auto pronunciamento pelas mulheres negras. Como demarca a autora: “[...] a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos” (EVARISTO, 2020, p. 30). Tecemos nossas narrativas inspiradas na dimensão coletiva anunciada por Evaristo (2020), e por isso, nos comprometemos com a sensibilidade do olhar para as infâncias negras, pardas e pretas, filhas das classes populares. A escola, como espaço de educação formal, reúne crianças e adultos de distintas origens étnico-raciais. Entendemos que no cotidiano vivenciado nesse espaço as tensões étnicas próprias de nossa sociedade reverberam. Por outro lado, não encaramos a escola como território exclusivo de ausências, e junto de Jesus (2009) reconhecemos

156



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

as micro-ações afirmativas desempenhadas por professoras engajadas com práticas pedagógicas antirracistas. No entrelaçamento de nossas escrituras, buscamos pelo desvelamento das práticas coloniais, que ainda permeiam os cotidianos escolares. Neste sentido destacaremos a estética das crianças negras, que está intimamente relacionada a autoestima, aos condicionantes socioeconômicos, que historicamente determinaram os lugares sociais das pessoas negras, as imagens sociais da criança negra e a religiosidade de matriz afro-brasileira. Nas diversas posições que assumimos incorporamos a formação docente, o estudo das infâncias, dos/no cotidiano, a educação para as relações étnico raciais e as desigualdades sociais, por isso, surgiram questões que desafiam cotidianamente as práticas escolares. Será que na condição de docente estamos sensíveis para diversidade que tange o público infantil? O termo infância é mais adequado no plural ou no singular? Existe infância negra? Estas e muitas outras questões movimentam nossa ação pedagógica e as interações com os estudantes que fomentam a escrita deste trabalho. Como apontam Feital, Melo e Soares (2023) o olhar atento às ações de autoafirmação das crianças negras contribuem para nossas aprendizagens cotidianas enquanto docentes. Muitas vezes, essas ações ocorrem nos momentos de brincadeira livre, quando as crianças reagem a comentários racistas de colegas de classe, “acabam” com uma brincadeira ou “ficam de mal”. Essas expressões também podem aparecer nas cantigas de pontos de terreiro, nas (re)produções das gargalhadas típicas do povo de rua. Ao percebermos a escola como encruzilhada, lugar de encontros, tensionamentos e existências das crianças negras, aprendemos, junto delas, modos de repensar nossas práticas. Como primeiros resultados, destacamos as potências emergentes dos diálogos entre narrativas de professoras negras. Nossas escrituras se encontram na valorização do sentido coletivo de nossa pesquisa e no compromisso na tecitura de um caminho antirracista com as crianças negras e não negras.

Palavras-chave: infâncias negras, micro-ações afirmativas, escrituras.

Referências

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU
Faculdade de Formação de Professores – FFP
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

ARAÚJO, Mairce da Silva.; MORAIS, Jacqueline. Memoriais e escritas de si: as narrativas (auto)biográficas como processo formativo. In: PEREZ, C. L. V. (ORG.). **Experiências e narrativas em educação**. Rio de Janeiro, Editora: EDUFF, 2016. p. 211 – 232.

EVARISTO, C. A escrevivência e seus subtextos. In.: DUARTE, C. L. e NUNES, I. R. **Escrevivência - a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina comunicação e Arte, 2020.

FEITAL, Lisa Minelli, *et al.* Lutas antirracistas: a voz de meninas negras na Educação Infantil. In.: ARAÚJO, Marlene de e GOMES, Nilma Lino (org.). **Infâncias negras**: vivências e lutas por uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2023.

JESUS, Regina de Fátima de. Práticas pedagógicas evidenciam micro-ações afirmativas cotidianas. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 32, 2009, Caxambu. **Anais da 32a Reunião Anual ANPED**. Caxambu: ANPED, 2009.



FORMAÇÃO INVENTIVA DE PROFESSORES E CUIDADO DE SI: reflexões sobre encontros e desencontros do trabalho de uma pedagoga na pandemia

Giselle da Cunha Fuly, gisellegisa2@yahoo.com.br
PPGEDU/FFP/UERJ

Resumo

Este artigo se move pelo desejo de pensar as experiências com a Educação Infantil em um momento inédito de interrupção das interações e das brincadeiras diárias e do atendimento presencial nas unidades municipais de educação. É fruto da problematização dos movimentos experimentados por uma pedagoga da Rede Municipal de Ensino de Niterói durante a pandemia da Covid-19 e das afetações de um trabalho marcado pelo distanciamento social imposto pela realidade que enfrentamos no Brasil e no mundo recentemente. A investigação é tecida pela análise de materiais utilizados em reuniões de planejamento virtuais, fotos, vídeos, revistas produzidas coletivamente, conversas e pelas vivências da pedagoga, itinerário traduzido em fragmentos do seu diário de pesquisa levando em consideração o que nos diz Lourau: “O exercício cotidiano de escrever sobre o cotidiano constrói e se apropria de realidades, num movimento espetacular”. A costura também é feita por linhas da cartografia, que como proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2004), é um método que acompanha processos de produção de subjetividade e constituição das experiências territoriais na escola. Trazemos alguns autores como Rosimeri Oliveira Dias que nos ajuda a pensar sobre formação inventiva de professores e Michel Foucault quando trata do cuidado de si como modo de produção de subjetividade e como forma de voltar o olhar para si mesmo. Nos primeiros meses do ano de 2020 fomos surpreendidas/os pela pandemia da Covid-19 e a distância física para contê-la fez reverberar a necessidade de encontrarmos formas outras de nos manter presentes nas vidas das crianças, de nos fortalecermos para seguirmos em meio à dores, perdas e incertezas. Nesse caminho fomos nos aquecendo nas conversas e nos encontros. Encontros com a leitura, com as ferramentas digitais, com os pares, com as crianças, com as famílias, com o diário de pesquisa, com o cuidado de si e do outro, com a



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

invenção.... Assim chegamos à formação inventiva de professoras/es, que se apresentou como possibilidade de deslocamento, de invenção, de reinvenção e de produção de práticas de afeto e de liberdade em tempos tão duros. Entendemos essa formação como uma “experiência modificadora de si e do mundo” (DIAS, 2012), que pode ser experimentada nos encontros e nas conversas, ou em pequenos acontecimentos do cotidiano que forçam nosso pensamento a se movimentar produzindo assim um deslocamento. Como uma forma de resistência e uma busca pelas brechas. A aproximação com as ideias do cuidado de si emerge nesse espaço-tempo e nos faz pensar sobre como nos relacionamos com nós mesmos, com os outros e com o mundo; sobre como nos constituímos enquanto humanos. Coloca uma luz sobre a nossa existência, sobre os nossos pensamentos, sobre as nossas ações e aponta para práticas de cuidado com o corpo e com a mente e com novas formas de viver.

Palavras-chave: educação infantil, formação inventiva, cuidado de si.

Referências

DIAS, Rosimeri de Oliveira. Formação inventiva de professores por entre tessituras ética, estética e política de escritas acadêmicas. **Childhood & philosophy**, vol. 15, e44236, 2019, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: **Dois Regimes de loucos: textos e entrevistas (1975- 1995)** / Gilles Deleuze; Tradução de Guilherme Ivo; revisão técnica de Luiz B. L. Orlandi. – São Paulo. Editora: 34, 2016. (1ª ed.).

FOUCAULT, Michel. Escrita de si. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos V: Repensar a política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 144-162.

LOURAU, René. **Análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro, UERJ, 1993.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**PROGRAMA NOVOS CAMINHOS: há um novo caminhar na oferta da
educação para a juventude trabalhadora?**

Glasielle Lopes de Carvalho Ribeiro, ribeiroglopes@gmail.com
Marcia Soares de Alvarenga, msalvarenga@uol.com.br

PPGEDU/FFP/UERJ

Políticas, Direitos, Desigualdades

Políticas Públicas e Educação de Jovens e Adultos da Classe Trabalhadora- PPEJAT

Resumo

Este texto apresenta encaminhamentos de uma pesquisa de Doutorado, em curso, em que abordamos os desdobramentos do “novo ensino médio” (NEM), por meio do Programa Novos Caminhos (PNC) na formação de jovens da classe que vive do trabalho. Esforçamo-nos para compreender se os elementos do PNC e do NEM, especialmente os itinerários formativos se inter cruzam, porque entendemos o Programa como braço da “contrarreforma” do ensino médio, Lei nº 13.415/2017, que por via desses itinerários dá ênfase à formação profissional e técnica. Apresentado no mês de outubro de 2019, na gestão do ex-ministro da educação Abraham Weintraub, o PNC tem como objetivo elevar de 8% para 80%, até 2023, a educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil, assim, o Programa é “[...] um conjunto de ações para o fortalecimento da política de Educação Profissional e Tecnológica, [...] alinhada às demandas do setor produtivo (MEC, 2019)”. Impulsionado por políticas públicas educacionais anteriores, em particular, o NEM, o PNC encarna investidas do projeto político liberal, ao reforçar a proposição de que aos(as) jovens da classe trabalhadora deve-se ofertar majoritariamente educação para o trabalho simples/ manual. Desse modo, os itinerários formativos do NEM, especialmente o V, tem na educação profissional e técnica – processo ofertado à escolarização da juventude trabalhadora, o reforço da dualidade estrutural na educação básica; a precarização do trabalho docente, por meio do notório saber; a ausência de diálogo entre os(as) atores/atrizes do campo da educação na construção de políticas públicas educacionais; as tentativas de retorno à educação profissional e técnica, implementadas em conjunturas Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

anteriores; a pressão sobre a elaboração e aprovação da BNCC; a ampliação das desigualdades sociais; a carência de docentes nas redes estaduais, onde prioritariamente é ofertado o ensino médio; a condição de infraestrutura das escolas, relação de totalidade no sistema do Capital, nos possibilitam compreender o engodo apresentado nas políticas de Estado para a Educação, como parte das estratégias do desmonte do Estado neoliberal. De acordo com Frigotto (2018), a reforma do ensino médio, consolidada, cria um *apartheid* social na formação desses(as) discentes. O domínio do “espírito comercial” nos processos formativos não é restrito ao governo de extrema direita, contudo, a imediatividade do capital neoliberal e das novas dimensões da sua sociabilidade, em particular, no trabalho uberizado, digital e empreendedor; na indústria 4.0 (ANTUNES, 2020) são estruturantes na elaboração de políticas públicas educacionais para essa conjuntura de desemprego estrutural e capitalismo de plataforma. A lógica destrutiva do trabalho que se espraia em outras esferas da vida social, tem expressões mais ofensivas nas atuais normativas de educação no Brasil, uma vez que, engendram as disputas por hegemonia e elementos corrosivos do neoliberalismo, correspondentes aos ditames da cosmologia econômica liberal, em que o propósito é formar para produzir mais para o mercado nacional e internacional, não interessando como se garante esse processo formativo. Entretanto, o que temos visto no horizonte formativo ofertado pelo Estado neoliberal é a redução de possibilidades de formação do indivíduo pleno, criativo, emancipado. Essas apostas na destruição da formação crítica em razão de preceitos de flexibilização das forças produtivas e do individualismo são estruturantes no escopo liberal de sociedade e confluem para a destruição e restrição da esfera pública e, conseqüentemente, da escola. O PNC, bem como a contrarreforma do Ensino Médio, que, em 2017, emergiu como mais uma política de ataque à formação humana “demonstram configurar-se em mais uma ameaça para a formação sólida e emancipadora da classe trabalhadora” (SOUZA, 2022, p. 39866). Dito isso, ambos não vislumbram novos caminhos para a educação dessa juventude, ao contrário, precarizam ainda mais os processos formativos dos(as) mais pauperizados(as). É na perspectiva da subordinação dos(as) que vivem do trabalho pela avidez de mais-valia e de trabalho excedente, que localizamos o PNC, posto que



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

na ótica liberal, para que os(as) capitalistas acumulem cada vez mais riqueza é necessário que as barreiras/limites que os impedem sejam devastados.

Palavras-chave: Programa Novos Caminhos, novo ensino médio, itinerários formativos.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0** – 1ª. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre a alteração da lei nº 9.394/96 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Novos Caminhos**. 2019. Disponível em: <http://novoscaminhos.mec.gov.br/>.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Reforma de temer legaliza o 'apartheid educacional' no Brasil**. SINPRO-DF, 2018.

SOUZA, Fernanda, Ribeiro de. Relação entre a reforma do ensino médio e o programa novos caminhos: a retomada de velhas direções para a educação técnica no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.8, n.5, p. 39866-39887, may., 2022. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/48443/pdf>.

163



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO COMO UMA EXPRESSÃO POLÍTICA DO AUTORITARISMO NO CAMPO EDUCACIONAL

Handerson Fábio Fernandes Macedo, handersonfabio@gmail.com
Marcia Soares de Alvarenga, msalvarenga@uol.com.br
PPGEDU/FFP/UERJ

Políticas, Direitos e Desigualdades
Políticas Públicas e Educação de Jovens e Adultos da Classe Trabalhadora

Resumo

Essa pesquisa se insere no âmbito das discussões sobre o Movimento Escola Sem Partido (MESP). Entendemos esse movimento como uma manifestação orgânica do conservadorismo que vem ganhando cada vez mais terreno com o avanço do neoliberalismo a partir da década de 1990, intensificando-se nos últimos anos, sobretudo a partir de 2013, quando no Brasil surgiu o que alguns autores denominaram de “Onda Conservadora” (DEMIER, HOEVELER, 2016), que culminou no golpe de 2016 e na eleição de Jair Bolsonaro como presidente em 2018. Nosso objetivo é discutir, a partir do materialismo histórico e dialético e com base nas contribuições de Antonio Gramsci, a compreensão do MESP como uma espécie de partido político, possuindo seus próprios intelectuais e concepção de mundo, atuando na organização de determinados setores da sociedade, buscando estabelecer e consolidar sua hegemonia por meio da perseguição e censura aos profissionais da educação. Desenvolvemos nossa pesquisa dividindo-a em três seções, além da introdução e considerações finais. Na primeira seção debatemos sobre o conceito de Hegemonia a partir da compreensão de Gramsci. Para o autor, hegemonia se traduz a partir de um importante equilíbrio entre coerção e consenso. Mesmo quando o uso da força torna-se necessário, esta deve parecer fundamentada a partir do consenso da maioria (GRAMSCI, 2002a). Ou seja, podemos considerar que é a conquista do consenso e da hegemonia pela classe dominante que vão legitimar o uso da força e da coerção. Na segunda seção introduzimos o conceito de Partido Político, conforme definido pelo mesmo autor. Nossa compreensão é que o partido político é um aparelho privado de hegemonia,



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

funcionando como uma ferramenta da classe dominante para consolidar e exercer seu domínio. Da mesma maneira, as classes dominadas ou subalternizadas também podem e devem estabelecer seus próprios partidos a fim de desafiar a hegemonia da classe dominante. Na terceira e última seção, com base nos conceitos anteriormente abordados, conduzimos uma análise aprofundada do MESP. Nessa análise, examinamos o programa do movimento, utilizando postagens do perfil no Twitter e do site do próprio movimento como fontes empíricas. Tornou-se evidente para nós que o MESP exibe uma marca que o caracteriza como um partido político, uma vez que representa a perspectiva de grupos sociais que estão envolvidos na disputa pelo papel e direção da educação escolar. Concluímos, portanto, que o MESP, apesar de alegar ser neutro, opera, na realidade, como um verdadeiro partido político, conforme a perspectiva desenvolvida por Antonio Gramsci. Sua estratégia visa consolidar um consenso conservador na sociedade, o que se traduz na imposição de sua agenda dentro das instituições de ensino, denunciando o que interpretam como doutrinação. Essa ação é colocada em prática por meio de métodos coercitivos, que incluem a perseguição, intimidação e censura de profissionais da educação através de denúncias, notificações extrajudiciais, processos legais e, principalmente, pela exposição dos mesmos nas redes sociais. Dessa forma, entendemos que Gramsci nos fornece algumas ferramentas analíticas que possibilitam melhor compreensão e interpretação desse movimento. Compreender o movimento nos permite sairmos da aparência fenomênica e apreendermos sua essência (NETTO, 2011).

165

Palavras-chave: Movimento Escola Sem Partido; Hegemonia; Partido Político.

Referências

DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Orgs.). **A onda conservadora:** ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Os Cadernos do Cárcere.** V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

O QUE APRENDE QUEM ENSINA? Lições cotidianas de educadores em diferentes formas de ser escola

Hélida Gmeiner Matta, hgmatta@hotmail.com;
Inês Ferreira de Souza Bragança, inesfsb@unicamp.br;
UNICAMP e PPGEDU/FFP/UERJ

Formação de Professores História, Memória e Práticas Educativas
Grupo Interinstitucional de *Pesquisaformação* Polifonia

Resumo

Minha dissertação de mestrado “Crônicas de uma professora pesquisadora: lições que o cotidiano revela”, foi escrita há mais de uma década, defendida em abril de 2011. Retorno a ela agora para refazer-me perguntas, e constatar o quanto essas questões constituem expectativas que se intensificaram ao longo do tempo. Chego aos 35 anos de docência ainda encantada, um tantinho frustrada, mas muito envolvida com o cotidiano escolar. Já me é possível dizer: permaneço comprometida com uma produção que amplie o diálogo entre ciência e arte, através da narrativa, buscando mais espaço na construção do saber científico. Ao mesmo tempo, afirmando a intenção de ultrapassar os muros da academia e levar comigo uma produção que “pertença” também e principalmente ao cotidiano da escola. Sempre soube que a dissertação estava encerrada, mas se abria numa espécie de utopia, como disse Galeano (1995): um horizonte a ser perseguido, para, na verdade, manter o caminhar. Nesse sentido sigo “caçando” lições cotidianas. Lições que nos ajudem a construir, muitas vezes reconstruindo a esperança, uma educação que seja emancipadora. Sobre o que entendo por lições cotidianas, cabe um aprofundamento epistemológico. O interesse por lições nasceu de uma provocação/proposta da orientadora, Jacqueline Moraes. Foi dela a ideia. Brilhante, eu diria. À época, as fontes que tratassem de lições enquanto conceito eram escassas, foi desafiador aproximar o que pesquisava, costurando um sentido. Claro que se tratava de algo bastante preliminar, quase simplório. Ainda assim, possibilitou uma escrita que me fez mestra, portanto motivo de orgulho. Hoje, ao contrário, diversos pesquisadores, alguns de relevante



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

importância, como Morin (2020 e 2021) e Harari (2018 e 2020) recorrem a ideia para recolher dos cotidianos o que é relevante saber. Uma certa dose de orgulho e contentamento me toma ao poder me debruçar em obras como essas. Penso que a mentora desse caminho, onde quer que esteja, orgulha-se também. As questões e reflexões dissertação se desdobram na pesquisa em desenvolvimento junto ao "Programa Específico de Formación en Investigación Narrativa y (Auto)biográfica en Educación, perteneciente al Doctorado en Educación (Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional de Rosario, Argentina), indicando aprofundamentos quanto aos pressupostos acerca da abordagem narrativa (auto) biográfica. Minha desconfiança sobre a chegada de um tempo em que os saberes precisam ser democratizados na busca por uma sociedade menos desigual, vem sendo confirmada em diálogo com Cinelli: “para que se possa caminhar no sentido de criar novos conhecimentos – prudentes – menos assimétricos e mais ecológicos e contribuir para que ... inclusive – tenhamos (cada vez mais e no presente) um mundo mais democrático – decente”. (2009, p.46), mesmo porque ela própria confirma meu entendimento, me ajudando a intensificar a certeza da escolha pelo campo da Educação, espaço que chamo de meu, a ser pesquisado a partir de seu cotidiano e memória, numa perspectiva narrativa. Benjamin (1987) ajuda a pensar o trabalho do narrador, como o trabalho do artesão, como alguém que, necessariamente, trabalha com detalhes, tecendo e desmanchando a narrativa para de novo tecer. Assim, tomo as narrativas como caminho legítimo, de ir reunindo histórias e experiências vividas ou ouvidas em escritos, e escrevendo de novo, costurando sentidos. Construindo com diversos escritos, histórias que só se relacionam quando se entrelaçam. Sua completude não pertence ao texto escrito apenas, ao contrário, só será possível sob a leitura de alguém, pensando sobre elas. Assim como é “quando nos propomos a investigar com os/nos cotidianos e assumimos os riscos e dificuldades”, duvidando de verdades estabelecidas e desnaturalizando o que se afirmavam práticas banais, ao problematizar as ações cotidianas (ARAÚJO; PEREZ, 2006). Posso finalmente, quem sabe, afirmar a potencialidade formadora nas narrativas em diálogo com Bragança (2009). Apesar da “incompletude (in)conclusiva das narrativas”, talvez a grande lição

167



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

que se revela nela ou através dela é ir aprendendo a ser professora, e assim talvez, ajudando a ensinar outros e outras. Mergulhar novamente nas caudalosas correntes das narrativas, margeadas pelo cotidiano e pela memória num Programa acadêmico me encanta, inquieta e assusta. Nunca deixei de fazê-lo, desde que aprendi sua potência e o prazer fácil de sentir aprendendo cotidianamente, mas a responsabilidade acadêmica é desafiadoramente sedutora. Assim mergulho na questão que intitula meu projeto: "O que aprende quem ensina?", com o qual desejo pensar em que medida as aprendizagens que construímos cotidiano escolar diferem, além das subjetividades de acordo com o sistema, bem como, das premissas políticas e pedagógicas da instituição em que acontecem. Penso que a experiência vivida no mestrado é um potente ponto de partida para a pesquisa com o Programa Específico de Doctorado. Será uma bonita forma de honrar os saberes que construímos, Jacqueline e eu.

Palavras-chave: Narrativas (auto)biográficas, saberes docentes, lições cotidianas.

168

Referências

ARAÚJO, Mairce; PEREZ, Carmen Lúcia Vidal. Um jogo de luz e de sombras: lógicas de ação no cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Educação**, Dez 2006, vol.11, no.33, p.461.

BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas:** Magia e Técnica, Arte e Política. 3ª ed. SP: Ed. Brasiliense, 1987.

BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza. **Histórias de Vida e Formação de Professores/as:** Diálogos entre Brasil e Portugal. Tese de Doutorado. Universidade de Évora. Évora, 2009.

CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano:** 1. Artes de Fazer. 15ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CINELLI, Maria Luiza Sussekind Veríssimo. **Teatro de Ações:** arqueologia dos estudos nos/dos/com os cotidianos Relatos das práticas pedagógicas emancipatórias nas escolas. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. RJ, 2007.

GALEANO, E. **O livro dos abraços.** Trad. Eric Nepomuceno. 9. ed. Porto Alegre:



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

L&PM, 1985.

HARARI, Y. N. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____, Y. N. **Notas sobre a pandemia**: e breves lições para o mundo pós-coronavírus. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MATTA, H.G. **Crônicas de uma professora pesquisadora**: lições que o cotidiano revela. 2011. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Orientadora: Jacqueline de Fátima dos Santos Moraes.

MORIN, Edgar. **É hora de mudarmos de via**: as lições do coronavírus. Colaboração ABOUESSALM, Sabah ; tradução Ivone C. Benedetti. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020. Recurso digital



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

A INFÂNCIA NA CONTEMPORANEIDADE: entre o devir da criança e imposições do sistema

Hugo Melo, hugomeloassis12@gmail.com
Alexandre Guerreiro, alexandrequeiro@hotmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ
Políticas, direitos e
desigualdades

Resumo

A infância na contemporaneidade pode ser pensada dentro de um sistema de repressão e cerceamento, no qual a criança é censurada e privada de seus desejos e possibilidades criativas para se moldar ao que é posto pela sociedade e pelo capital. Essa criança é agredida e reprimida, roubada de seu *devir* para se encaixar nos moldes preestabelecidos. A sala de aula e o próprio sistema educacional, como um todo, promovem um engessamento dos corpos, seja impondo modos de comportamentos, seja enxergando que a rotina massacrante e exaustiva são o melhor para essa criança. Esse modo de disciplinar atravessa a Educação Infantil e faz com que tenhamos uma infância ausente e infeliz, não vivida, não experimentada, mas sim corrida, que gera marcas de frustrações que podem se arrastar e fazer que essa seja passada de geração em geração, ou até mesmo que a criança perca o interesse de frequentar os espaços escolares. Desta forma, este trabalho tem por objetivo problematizar o quanto o sistema educacional arranca a infância do seu lugar de potencialidade e criação, gerando uma educação voltada para a docilização dos corpos. Um corpo pensado para ser o que esperam dele, um corpo submetido a exercer determinado “papel” e função na sociedade. O tipo de comportamento que as crianças têm, pelos seus impulsos, não seria conveniente ao mundo adulto e no qual, brutalmente, devem se encaixar. Nesse ínterim, vale questionar se essa educação atende aos princípios de “liberdade”, ou se a mesma não se confunde com provisão, no sentido de abastecimento, em que a criança é vista, ainda, como na educação tradicional, vazia e a espera de conhecimento a ser depositado, promovendo correções e moldando seu comportamento. Frente a

170



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

isso, quais os desafios que o docente encontra na contemporaneidade, no chão da escola, chão que, para além de um espaço físico, emerge como força de resistência, de inclusão, um lugar de urgência, que convida a pensar a infância também como premente, a fim e com o processo de (des)educação, que siga pelas brechas, fugindo da realidade imposta. (Des)educar envolve pensar numa sociologia da infância que abre possibilidade para que a criança seja a protagonista num espaço que foi pensado para ela. É encarar a pedagogia como base que só existe por causa da infância, que pense na criança num mundo diferente do adulto: no seu mundo próprio. Ao pensar na possibilidade de seguir pelas brechas, pelo ponto que une um remendo ao outro, como metodologia usaremos os remendos cartográficos de um professor de Educação Infantil, que inclui memórias de sua infância e de retalhos da sua vivência na prática de sala de aula. A intenção é propor um emaranhado ético, estético e político, que possa caminhar pelos percursos de análise de implicação das experiências na Educação Infantil. Como base para esta pesquisa intervenção, além do que é experimentado do dia-a-dia no espaço escolar, pensaremos com os retalhos de autores como Ana Cruz, Anete Abramowicz e René Schérer que discutem e trazem a possibilidade de garantir pequenos gestos que possam intervir numa Educação Infantil decolonial, que abra um sentido diferente para a infância, um sentido de pertencimento e reconquista do seu espaço.

171

Palavras-chave: Infância, (des)educação, devir, docente.

Referências

ABRAMOWICZ, Anete, CRUZ, Ana. Cartografias em Educação Infantil: o espaço de diáspora. In: FARIA, Ana L. G et all. **Infâncias e Pós-colonialismo:** pesquisas em busca de Pedagogias descolonizadoras. Campinas: Leitura Crítica, ALB, 2015.

ABRAMOWICZ, Anete, CRUZ, Ana. Infância na contemporaneidade: questões para os estudos sociológicos da infância. **Crítica Educativa.** (Sorocaba/SP), v. 2, n. 2, p. 25-37, jul./dez. 2016.

KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade / orgs. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Liliana da Escóssia. - Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROLNIK, Suely. Pensamento corpo e devir: uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. **Cadernos de subjetividade**. São Paulo: PUC 1993, nº 2.

SCHÉRER, René. **Infantis**: Chales Fourier e a infância para além da criança/ René Schérer; tradução Guilherme João de Freitas Teixeira; Belo horizonte (MG): Autentica Editora, 2009.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA PERSPECTIVA DA ESCOLA EM TEMPO
INTEGRAL: a experiência do Centro de Educação Pública Transformadora
(CEPT) Zilca Lopes da Fontoura**

Ivana A. C. Oliveira,, ivanaaraujocampos@yahoo.com.br
Marcia Soares Alvarenga, msalvarenga@uol.com.br
PPGEDU/FFP/UERJ
Processos Formativos e Desigualdades Sociais

Resumo

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a participação da comunidade escolar, sob a perspectiva da gestão democrática, a partir da experiência da escola de tempo integral CEPT Zilca Lopes da Fontoura em Maricá/RJ. Para alcançar esse objetivo busca-se inicialmente investigar a educação integral no contexto histórico e nos documentos legais brasileiros; verificar a construção da proposta de ampliação da jornada escolar na rede pública de Maricá e examinar a relação escola e comunidade dentro de uma visão democrática no CEPT Zilca Lopes da Fontoura. Nesse contexto, serão analisados três dos mecanismos essenciais na construção da gestão democrática que vem sendo implantados/implementados na escola em estudo: a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP), o funcionamento do Conselho Escolar e da Assembleia Estudantil. “A relação escola e comunidade pode ser marcada pela experiência de diálogo, de trocas, de construção de saberes e pela possibilidade de, juntas, constituírem-se em uma comunidade de aprendizagem” (BRASIL, 2009, p. 30). Maricá é um município localizado na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro próximo à região das Baixadas Litorâneas que aumentou muito sua arrecadação nos últimos anos devido aos royalties do petróleo. O enriquecimento do município possibilitou um grande investimento em programas sociais e no desenvolvimento estrutural da cidade. Desde 2009 o Partido dos Trabalhadores está à frente do governo municipal e vem implementando políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades sociais no município, colocando em prática, em tempo recorde, um amplo programa de distribuição de renda, auxílio assistencial e liberação de

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU
Faculdade de Formação de Professores – FFP
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

microcrédito para pequenos comerciantes, sendo destaque nos noticiários nacionais e internacionais devido à qualidade de seus programas. A cidade também vem investindo de significativamente na área de educação, e, nos últimos quatro anos, vem especialmente se dedicando ao programa de ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola através das escolas de educação em tempo integral. Sendo assim, “Uma análise das desigualdades sociais ... é requerida para a construção da ... Educação Integral ... no Brasil, e é contemporânea aos esforços do Estado para ofertar políticas redistributivas de combate à pobreza” (BRASIL, 2009, p. 30). Atualmente a rede municipal de ensino de Maricá possui 28 escolas no formato de educação integral, sendo duas delas nomeadas como *Campus de Educação Pública Transformadora* (CEPT) por terem sido elaboradas desde o início com a proposta de que sejam ambientes de transformação, onde exista uma educação qualificada, em tempo integral. A escola Zilca Lopes da Fontoura, inaugurada em 2020, foi o primeiro CEPT da rede tendo sido anteriormente uma escola da rede privada que foi adquirida pela prefeitura e reformada para iniciação desse projeto. Dentro do espaço escolar os alunos dividem seu tempo das aulas da base curricular obrigatória com atividades do núcleo integral, tais como esportes coletivos, dança, natação, robótica, espanhol, música e muitas outras atividades. Dentro da visão democrática do ensino, é necessário que a escola de tempo integral busque a participação da comunidade escolar em suas decisões, buscando agir em prol do aluno, considerando seus interesses e buscando a formação de cidadãos críticos. Entretanto, “numa perspectiva realmente progressista, democrática e não autoritária, não se muda a “cara” da escola por portaria. Não se decreta que, de hoje em diante a escola será competente, séria e alegre. Não se democratiza a escola autoritariamente” (FREIRE, 2000, p. 25). Torna-se fundamental que a equipe gestora, formada por diretores, orientadores e coordenadores, juntamente com o corpo docente da escola, busque que a escola seja um espaço democrático através de ações coletivas que envolvam toda a comunidade escolar: alunos, responsáveis, funcionários e interessados no bem da escola. Mas isso não se faz por decreto ou de forma coerciva. Se faz no dia a dia da escola, nos projetos, nas ações e surge das necessidades individuais e coletivas, “é um processo

174



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

extremamente complexo que envolve vontade política, posicionamento crítico por parte dos educadores e apoio da sociedade em geral” (OLIVEIRA, 2010, p.23). No caso do CEPT Zilca Lopes da Fonseca alguns mecanismos de gestão democrática foram implantados por necessidade e por força da lei, como o PPP e o Conselho escolar, porém o movimento de implementação deles seduziu parte da comunidade e acabou desencadeando ações democráticas coletivas. O projeto político pedagógico vem sendo discutido por um grupo de professores, gestores, alunos e pais, de forma híbrida. Foi feito um pré-projeto apenas pró forma, por exigência da secretaria de educação, porém, o projeto real está em construção, pois o PPP “[...] deve ser compreendido como um instrumento e processo de organização da escola” (LIBÂNEO 2008, p.152). Já a Assembleia Estudantil surgiu dos debates iniciados nas aulas de um professor de Língua Portuguesa que acabaram se ampliando por todas as turmas da escola. “O modelo das assembleias é o da democracia participativa que tenta trazer para o espaço coletivo a reflexão sobre os fatos cotidianos, incentivando o protagonismo das pessoas” (ARAÚJO, 2008, p.119). A base metodológica da pesquisa será qualitativa, de caráter exploratório, realizada por meio de uma pesquisa de campo que utilizará a análise de documentos e entrevistas. O estudo pretende contribuir com as reflexões sobre a gestão democrática nas escolas públicas de educação integral, suscitando os desafios que se enfrentam para atingir tal forma de gestão.

175

Palavras-chave: gestão democrática, educação integral, assembleia estudantil.

Referências

- ARAÚJO, Ulisses F. **Assembleia escolar:** um caminho para a resolução de conflitos. São Paulo: Moderna, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Educação integral:** texto referência para o debate nacional. Brasília: MEC, 2009. (Série Mais Educação).
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LIBÂNEO, José Carlos. O planejamento escolar e o projeto pedagógico-curricular. IN: **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2008, p.147-2002)



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

OLIVEIRA, Ivana A. Campos. **O Conselho Municipal de Educação como mecanismo de instituição da gestão democrática**: um estudo de caso sobre as ações do Conselho Municipal de Educação de Maricá – Dissertação de Mestrado. UERJ/FFP. São Gonçalo, 2012.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

GESTÃO DEMOCRÁTICA E TRABALHO COLETIVO: caminhos para a qualidade de ensino na escola pública

Izabel Cristina Marçal Gonçalves, izabelmarcal@live.com;
Secretaria Municipal de Educação/PCRJ; Fundação Municipal de Educação de Niterói
Lucilia Augusta Lino, prof.lucilia.uerj@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ

Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas
Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Educacionais, Formação de
Professores, Democracia e Direito à Educação - GRUPEFOR

Resumo

Este trabalho apresenta um recorte dos resultados obtidos através da dissertação de mestrado defendida no Programa PPGEDU/FFP/UERJ em 2023. Destaca a atuação do diretor escolar e equipe na promoção e resignificação do trabalho coletivo, sob o viés da gestão democrática em busca da qualidade de ensino. A investigação teve como objetivo analisar a experiência de gestão democrática realizada em uma escola da rede municipal do Rio de Janeiro. O trabalho está ancorado nas concepções da Pedagogia histórico-crítica (Saviani, 2007), e da Pedagogia freireana, em especial na sua perspectiva emancipatória (Freire, 1979). Os estudos de Paro (2001, 2018), sobre a administração da escola pública e a figura do diretor escolar enriquecem o diálogo acerca das demandas impostas à gestão escolar. Pautada numa abordagem qualitativa, a pesquisa contemplou as seguintes etapas tendo Minayo (2002) como referencial teórico: revisão de literatura, análise documental, pesquisa de campo e análise dos dados coletados. A partir da metodologia proposta, com as entrevistas aos docentes e lideranças compostas pelo Conselho Escola-Comunidade pudemos trazer apontamentos quanto ao compromisso social dos educadores na escola investigada e sua relação com a qualidade de ensino. A pesquisa mostrou que a atuação da gestão escolar de forma democrática e coletiva, promoveu a participação da comunidade escolar, impactando positivamente a aprendizagem dos alunos. Neste contexto, faz-se necessário desmitificar as avaliações em larga escala dado seu caráter meritocrático

177



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

em sua relação com a qualidade do ensino. Esclarecendo que o desempenho obtido nas provas aplicadas com vistas a obter o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) são apenas indicadores de percurso, logo não são capazes de refletir ou inferir sobre a qualidade do ensino nas instituições avaliadas. O estudo evidencia que a atuação da equipe gestora e sua relação com as práticas democráticas são determinantes para o que chamamos de gestão da qualidade de ensino. Incluir a comunidade escolar nas decisões cotidianas e envolvê-la nas práticas educativas são ações valorosas na ressignificação do termo participação, comumente referenciado nas discussões que envolvem o princípio da gestão democrática. Entendemos que a participação é condição para o efetivo exercício da democracia, mas que garantir a participação na escola demanda muito mais do que convidar os pais para as reuniões bimestrais. Defendemos o compromisso com a educação emancipadora e o exercício da democracia como pilares para a garantia da qualidade na educação, capazes de viabilizar o enfrentamento das políticas educacionais neoliberais que se impõem por uma concepção gerencialista às escolas. Nesta perspectiva, o exercício da gestão democrática mostra-se imprescindível no combate às desigualdades.

178

Palavras-chave: gestão democrática; gestão escolar; políticas educacionais.

Referências

FREIRE, Paulo. **Conscientização:** teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org); DELANDES, Sueli Ferreira; NETO, Otávio Cruz; ROMEU, Gomes. **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. 21^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** 3^a ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.

_____. **Gestão escolar, democracia e qualidade de ensino.** 2^a ed. ver. São Paulo: Intermeios, 2018.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação política. 39^a ed. Campinas: SP: Autores Associados, 2007.

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU
Faculdade de Formação de Professores – FFP
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

ACHADOUROS DE MEMÓRIAS: escritas de narrativas docentes

Jane Marchon Cordeiro Celestino, janemarchoncc@gmail.com;
SEMED Itaboraí

Roberta Dias de Sousa, betadidas3112@gmail.com;

Mairce da Silva Araújo, mairce@hotmail.com;

PPGEDU/FFP/UERJ

Processos formativos

ALMEFRE

Resumo

O presente trabalho apresenta a oficina 'Achadouros de memórias: escrita de narrativas docentes', como movimento formativo entre pares de seis mulheres, colegas de profissão. Professoras concursadas que atuavam na Educação Infantil em diferentes escolas do município de Itaboraí, localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro. Um convite para escrever, fiar, bordar, costurar, narrar, escrever. A oficina fez parte da pesquisa de mestrado de uma das autoras como *espaçotempo* de rememorar e narrar de diferentes formas constituindo assim, um modo outro de pesquisar, que se pretende ser com e não sobre o pesquisado. Na proposição, a reflexão do processo formativo, a partir dos guardados de professoras como achadouro de memórias, reflexionados na escrita de narrativas. Após o aceite, cada professora recebeu em sua casa uma *caixachadouro* para selecionar em seus guardados de professora aqueles que reportavam as memórias do vivido. Junto a caixa foi entregue um Caderno coleção para registrarem suas narrativas e materialidades para uso durante os encontros (cola, agulha, linha, papéis, tecidos variados, fitas, entre outras miudezas de criar). Importante ressaltar que a oficina foi realizada no ano de 2021, ainda em tempos pandêmicos vividos com o surgimento da COVID-19 desde o ano de 2020. Assim, seguindo os conselhos do povo Krenak, como modo de empurrar o céu para cima (KRENAK, 2019), reuniam-se pela plataforma Meet nas noites de terça-feira, para tecer como proposta artesanal do "feito à mão" a escrita de narrativas docentes. Durante os seis encontros realizados, percebemos as riquezas do cotidiano. Entre os guardados- os achados: um caderno, uma xícara de chá, uma foto, um relato, uma proposta

179



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

realizada com as crianças, compuseram os Achadouros de memórias que entre risos, choros, lembranças, movimentavam escritas narrativas das experiências do vivido. Na oficina acolheu-se o conselho benjaminiano de que “a experiência que passa de pessoa em pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores” (BENJAMIM, 1994, p.198). Como modo de intercambiar experiências, as narrativas produzidas trouxeram em seus detalhes, indícios formativos como achados da pesquisa apresentada na dissertação de Mestrado. No aceite de fazer um inventário (PRADO; MORAIS, 2011), ao organizar os achados de pesquisa atravessada por tantas outras professoras, desejou o encontro com professoras com quem caminhou em seus percursos formativos, por isso o convite para oficinas. As narrativas revelaram pistas que indicariam os achados da pesquisa: os guardados de professora como parte integrante do processo formativo; a escrita de narrativas docentes como dispositivo de formação, o registro da história da docência e as contribuições da escrita de narrativas para a construção de um saberfazer autoral como compromisso ético, estético e político por uma escola outra. Durante a oficina, os ecos da possibilidade de aprender a partir do que se diz, com o que perguntamos e narramos, foram reverberados na escrita, sem julgamentos sobre o saberfazer, pois para o meu gosto como o de Manoel, a palavra não precisa significar – é só entoar (BARROS, 2008). Penso ter pelos versos de Manoel, mais uma vez, encontrado os sentidos da pesquisa e da proposição do oficina com professoras escritas de narrativas docentes, não por ser um gesto de significar palavras, mas de entoá-las.

180

Palavras-chave: narrativas docentes, memórias, oficinas

Referências

BARROS, M. de. **Memórias inventadas. As infâncias de Manoel de Barros.** São Paulo: Planeta, 2008.

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

KRENAK, Ailton. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. Companhia das Letras: São Paulo, 2019.

PRADO, G. V. T; MORAIS, J. F. S. Inventário: organizando os achados de uma pesquisa. **EntreVer**. 2011, v. 1, n. 1, p. 137-154



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA A COMPREENSÃO DO FENÔMENO DA DISTORÇÃO IDADE-CICLO NO MUNICÍPIO DE NITERÓI

Jessé Rodrigues Magalhães, jessermagalhaes@gmail.com
Marcia Alvarenga/orientadora, msalvarenga.uerj@uol.com.br
PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de pesquisa: Políticas, Direitos e Desigualdades.

Grupo de pesquisa do orientador: PPEJAT – Políticas Públicas e Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores

Resumo

Este trabalho pretende abordar a importância do rigor teórico-metodológico na pesquisa em educação, estabelecendo uma profunda reflexão crítica sobre o fenômeno da distorção idade-ciclo, termo empregado pela Secretaria Municipal de Educação de Niterói para designar a não correspondência entre a idade e o ciclo no qual a criança ou adolescente deveriam estar matriculados. O fenômeno presente em muitos sistemas educacionais, ocorre quando estudantes estão matriculados em um ano de escolaridade ou nível de ensino que não corresponde à faixa etária esperada para aquela etapa, conforme assevera a Lei de Diretrizes Bases – LDB nº 9.394/1996 ao assinalar que este se caracteriza “[...] quando a diferença entre a idade do aluno e a idade prevista para a ano é de dois anos ou mais”. Contudo, tal fenômeno começou a despontar em estudos realizados desde o início da década de 1990 no Brasil. A pesquisa de Ribeiro (1991) examina os efeitos da distorção sobre outras variáveis escolares, como o desempenho dos estudantes ao inter-relacionar repetência e o abandono escolar, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1982. Por sua vez, Patto (2015) nos ajuda a interpretar o fenômeno do que veio atualmente a se convencionar com *distorção idade-série*, como um eufemismo de *fracasso escolar* dadas as dimensões psicossociais de um fenômeno complexo. No entanto, as determinações que produzem um fenômeno social são produzidas histórica

182



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

e socialmente. Neste sentido, acompanhamos Ianni (2011), quando enuncia que toda reflexão sobre a realidade social é um resgate do aqui e do agora, considerando o que veio antes e o que novamente será. “É o pretérito imediato num longínquo. E sempre naquela acepção de que o passado não é o passado que está na cronologia. É o passado que é responsável pela constituição deste presente e este presente não é cronologia” (IANNI, 2011, p. 339-340). Apesar de ter a ver com a cronologia, esta é apenas um gancho para se conhecer o presente. Neste sentido, podemos retomar o fluxo histórico do objeto de nossa dissertação quando voltamos o nosso olhar para a forte influência dos Organismos Internacionais (OIs), como o Banco Mundial (BM), nos quais o fenômeno em tela passa a ser tratado dentro de um conjunto de problemas originado da reestruturação produtiva na qual a educação é alçada a minimizar a pobreza e o desemprego estrutural. O papel dos OI’s será o de influenciar e estabelecer uma série de receitas para atender as necessidades básicas, emitindo orientações e documentos para esta finalidade. **Pode-se afirmar que as políticas para o enfrentamento da** distorção série-idade emergem deste contexto, conforme iremos desenvolver em dissertação no PPGEDU. Com o objetivo, conforme Ianni (2011), “de provocar o entendimento do “conceito”, da “definição”, da distorção idade-ciclo de modo que a realidade que o cerca seja alargada para além do óbvio e apareça como de fato é”, portanto, sendo necessário um debruçar-se sobre uma observação da realidade de forma reiterada para que descortinemos o objeto e possamos enxergar as dimensões, ainda, não visíveis é que se posiciona, nesse contexto, a importância da reflexão dialética sobre o fenômeno da distorção idade-ciclo e que deve, além de considerar a totalidade da realidade, também, através da contradição, refazer perguntas, e ressignificá-las neste percurso da pesquisa, (re)incorporando ideias e fazendo novas perguntas. A proposta aqui apresentada é uma instigação para um olhar rigoroso e criterioso na investigação científica sobre esta questão, a fim de compreendermos este fenômeno para além do olhar comum. Neste sentido, podemos concordar que as pesquisas científicas em educação na perspectiva de análise do “materialismo histórico-dialético, possuem como premissa central a necessidade de compreender e de explicar os objetos e fenômenos investigados, tais quais eles

183



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

verdadeiramente são na prática” (MARTINS; LAVOURA, 2018). Concordando com tais apontamentos, o enfoque teórico, metodológico e analítico do materialismo histórico-dialético se apresenta como um caminho para a compreensão da dinâmica dos processos de produção do fracasso escolar evidenciada na forma do fenômeno da distorção idade-ciclo, uma vez que um dos objetivos da análise nesta perspectiva metodológica “é a produção de um conhecimento crítico que altere e transforme a realidade anterior, tanto no plano do conhecimento quanto no plano histórico social, de modo que a reflexão teórica sobre a realidade se dê em função de uma ação para transformar” (GOMIDE; JACOMELI, 2016). Assim, há de se ponderar sobre as múltiplas determinações da distorção idade-ciclo, incluindo, sobretudo, os fatores socioeconômicos, a falta de acesso à educação, a retenção e a evasão escolar, dentre outros os quais, historicamente, vão se repetindo e reforçando um caráter segregacionista na educação manifestados, por vezes, de formas sutis e veladas de discriminação e exclusão social. As “explicações do fracasso escolar baseadas nas teorias do déficit e da diferença cultural precisam ser revistas a partir do conhecimento dos mecanismos escolares produtores de dificuldades de aprendizagem” (PATTO, 2015, p. 355). Finalizamos, provisoriamente, nosso esboço de pesquisa a partir de uma aproximação teórica do fenômeno da distorção idade-ciclo na rede municipal de educação de Niterói, argumentando de nos empenharmos em entender e interpelar a política em curso a partir de uma perspectiva histórica do materialismo dialético que busca na historicidade de um fenômeno suas contradições e possíveis superações.

184

Palavras-chave: pesquisa, materialismo histórico-dialético, distorção idade-ciclo

Referências

GOMIDE, D. C., & JACOMELI, M. R. M. (2016). O Método de Marx na Pesquisa sobre Políticas Educacionais. **Políticas Educativas – PolEd**, 10(1). 2016. Recuperado a partir de <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolEd/article/view/69759>

IANNI, O. A Construção da Categoria. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, número especial, p. 397-416, abr. 2011.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

MARTINS, L. M., & LAVOURA, T. N.. (2018). Materialismo Histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar Em Revista**, 34(71), 223–239. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.59428>

PATTO, M. H. S. (2015). **A Produção do Fracasso Escolar**: histórias de submissão e rebeldia (4ª ed). São Paulo: Intermeios.

RIBEIRO, S. A Pedagogia da Repetência. **Estudos Avançados**, 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/JyfPSdxSCrxKHxV6H3whNNz/?format=pdf&lang=pt>.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

A LUDICIDADE E O GÊNERO NA FORMAÇÃO DOCENTE: uma proposta democrática ao lecionar

Joana Nély Marques Bispo, bisjoana@gmail.com
Denize Sepulveda, denizesepulveda@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ
Políticas, Direitos e Desigualdades
GESDI

Resumo

O presente trabalho pretende refletir a respeito das temáticas do lúdico e dos gêneros, sob o viés da formação docente de estudantes/xs do Curso Normal no IECN (Instituto de Educação Clélia Nanci) e do Curso de Pedagogia da UERJ/FFP (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ Faculdade de Formação de Professores), no município de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro. Tais cursos praticam tessituras de formação de professoras/es/xs que lidam com os processos de *ensinaraprender* para crianças, onde um curso é de nível superior, em licenciatura plena e o outro de nível médio, na modalidade normal para o magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental. Este estudo tem como embasamento teórico metodológico os/as autores/as: Alves (2002) com a metodologia nos/dos/com os cotidianos; Almeida (2013) que destaca o lúdico; e para debater gênero na formação docente, Sepulveda & Sepulveda (2018). A ludicidade e o gênero na formação docente são primordiais na educação brasileira, por esse motivo debater tais temáticas se faz necessário no contexto atual. As crianças precisam usufruir de aulas produtivas e significativas levando em consideração o seu universo infantil de forma interacionista entre seus pares no cotidiano escolar. Segundo Almeida (2013), o educador e pesquisador Vygotsky (1991) defendia que brincar é a relação imaginária criada pela criança e afirma que o brinquedo é a representação física desse imaginário, pois o simples ato de brincar preenche as suas necessidades. Deste modo, os interesses dos/as pequenos/as se alteram conforme a idade e o contexto onde estão inseridos. Assim, o universo brincante acompanha o desenvolvimento infantil com brinquedos,

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU
Faculdade de Formação de Professores – FFP
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

brincadeiras e jogos. Portanto, a formação de professoras/es/xs requer debates que possam auxiliar nas tessituras das práticas dos/as/xs futuros/as/xs docentes, por isso tecer conversas a respeito do lúdico para o *ensinoaprendizado* de crianças, respeitando as relações de gêneros, auxilia na ampliação do olhar pedagógico. É necessário mencionar que por nos ampararmos na pesquisa com a metodologia nos/dos/com os cotidianos, idealizada por Nilda Alves (2002), utilizamos a junção de palavras, pois consideramos que seus significados estão interligados, por isso se faz necessário evitar a dicotomia entre elas. Trabalhar com os entrelaces das questões do lúdico e dos gêneros possibilita a tessitura de momentos reflexivos com os *sujeitospraticantes* da pesquisa, no que tange a diálogos que abranjam os cotidianos de docentes e discentes nas aulas diante de suas possibilidades, potencialidades e limitações. Portanto, em nossa pesquisa percorremos caminhos que dão vez e voz a todas/os envolvidas/o, sempre tendo uma escuta sensível para a prática pedagógica. A maioria dos cursos de formação dx professorx não trabalha com a temática de gênero, pois estão voltados para os conteúdos cognitivos específicos de suas formações (SEPULVEDA & SEPULVEDA, 2018). Sendo assim, consideramos que o debate sobre o lúdico e as questões dos gêneros são pertinentes para serem pesquisados nas duas instituições de formação de professoras/es gonçalenses. A ludicidade nas atividades educativas das/os alunas/os concede oportunidades de *ensinaraprender* brincando, envolvendo as dimensões da educação: sociológica, pois é uma atividade de caráter social e cultural; psicológica, por tratar do desenvolvimento do ser humano; e pedagógica, por servir de aporte teórico nas experiências educativas. As ações pedagógicas com a ludicidade ficam mais significativas e atraentes tendo o bem-estar intrínseco na relação discente e docente, efetivando na Base Nacional Comum Curricular em sua segunda competência geral ao indicar que o pensamento científico, crítico e criativo exercita a curiosidade intelectual, a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade (...) (BRASIL, 2018, p. 9). A pesquisa já está sendo tecida nos/dos/com os cotidianos das duas instituições desde o ano de 2022, por meio de rodas de conversas, uma foi tecida com uma turma do 3º ano do Curso Normal no IECN e a outra com a turma da disciplina Educação Infantil I na UERJ/FFP. Nas duas atividades

187



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

foram praticados momentos de debates numa perspectiva freireana, com e na presença de uma práxis democrática, à luz de uma prática lúdica educativa imersa de narrativas a respeito dos gêneros das crianças e do lúdico ao lecionar; priorizando o prazer ao *ensinaraprender* sem a distinção de gêneros. Concluímos que numa perspectiva de equidade de gênero, a formação de futuras/os/xs professoras/es/xs precisa ser articulada com práticas pedagógicas que promovam a justiça, a liberdade, a afetividade, a felicidade, o pensamento científico, crítico e criativo e a liberdade para todxs gêneros. Deste modo, meninos e meninas se socializam em suas diferenças e por meio do brincar constroem conhecimentos sob viés da coeducação. Parafraseando Freire, a prática educativa é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança (FREIRE, 1996). E quanto mais docentes estejam engajados em debates que promovam a superação de desigualdades, poderemos ver ações nos/dos/com os cotidianos escolares reverberando a equidade entre gêneros com ludicidade. Por fim, a inclusão das concepções de gênero e lúdico na formação docente formaliza reflexões que são pautadas nas relações sociais com princípios na construção de cidadania e democracia em nossa sociedade.

188

Palavras-chave: ludicidade; formação docente; gênero.

Referências

- ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação lúdica:** teorias e práticas. São Paulo: Loyola, 2013.
- ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho — o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa; _____ **Pesquisa no/do cotidiano das escolas:** sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13-38.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular.** Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 29 jan. 2022.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

SEPULVEDA & SEPULVEDA. José Antonio. Menina que se comporta como menino, menino que se comporta como menina: o que podemos aprender com essas crianças que teimam em ser dissidentes? IN: RODRIGUES, Alexsandro(org). **Crianças em dissidências**: narrativas desobedientes da infância. Salvador: Devires. 2018.p. 88-101.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

TRAMA DE ESCRITOS, GESTOS E EXPERIÊNCIAS NA PRODUÇÃO DE DIFERENÇA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE DE NITERÓI

Joyce da Silva Costa, joyce.costag06@gmail.com;
PPGEDU/FFP/UERJ e
Fundação Municipal de Educação de Niterói - FME
Raquel Rosa Reis Monteiro, raquel.rosa.reis@gmail.com
UERJ-FFP/FME/PMSG
Vívian Padial Leão, vivianpadial@gmail.com;
PPGEDU/FFP/UERJ e
Fundação Municipal de Educação de Niterói - FME
Anelice Ribetto, anelatina@gmail.com ;
PPGEDU/FFP/UERJ
Linha de Pesquisa: Política, Direitos e Desigualdades.
Coletivo Diferenças e Alteridade na Educação/FFP-UERJ

Resumo

190

Esta composição se vincula à escrita de três pesquisas inscritas numa trama de formação entrecruzada à vida, no meio do exercício da docência. Trata-se da experiência de três pesquisadoras na produção de suas pesquisas: uma de mestrado que resultou na dissertação: “Anotações de Improviso e problematizações - Efeitos de encontros entre estudantes e uma professora na escola que acontece no hospital” (LEÃO, Vivian. 2022) e duas de doutorado em curso: “Narrando experiências com professoras de Apoio Educacional Especializado egressas da FFP/UERJ: modos de produzir escolas em Niterói - RJ” (COSTA, Joyce) e “Tramas gestuais como liga e possibilidade de experimentar o entre práticas e políticas de Educação Especial na perspectiva Inclusiva em uma escola pública de Niterói” (REIS, Raquel). O texto oferece experiências formativas nas trajetórias de uma pedagoga da escola regular da rede, de uma professora da escola no hospital e de uma coordenadora de polo regional da Diretoria da Educação Especial, todas elas vinculadas à rede de Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. As trajetórias se mostram afetadas pelos encontros entre famílias, professoras e estudantes diagnosticados com deficiência na educação básica. Estes



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

encontros nos convidam a dar a ver um jeito outro de olhar acontecimentos que nos afetam no percurso da docência e da produção de pesquisas no Curso de Mestrado e Doutorado em Educação pelo Programa: Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FFP), junto ao Coletivo Diferenças e Alteridade na Educação, e, em articulação com os saberes entremeados nas aulas da disciplina: Sujeitos e Sociedade ministrada pela professora Rosimeri Dias no primeiro semestre dos anos de 2021 e 2023 do mesmo programa de pós-graduação. Nessa trama diáricos e nos perguntamos com os gestos que se produzem para além dos dispositivos de poder nos espaços institucionais onde nos juntamos a professores, pedagogos, estudantes e profissionais de outras áreas, como a área médica no caso da escola que acontece no hospital. Tramamos, inicialmente, pensares com Foucault (2005) tentando dar a ver as relações do biopoder como processo que age sobre a vida e corpos e normatiza práticas educacionais. O biopoder penetra nas relações como nas instituições médicas, por exemplo, e nas educacionais, legitimando saberes que incidem sobre os corpos, conseqüentemente, sobre os processos de formação, aparelhando o sistema escolar, controlando o modo de trabalhar dos professores, as formas de avaliações e criando saberes que se organizam em cima de uma norma. Assim, seguimos problematizando a produção da normalidade como política presente no campo da pedagogia, na mesma perspectiva com Martins (2017) que percebe em que medida o surgimento de discursos e saberes que procuram atuar sobre os corpos, transformando-os, se une à lógica que preside as relações de poder na sociedade moderna. Deleuze (1996) entra nessa trama de pensares nos ajudando a apostar em linhas que rizomaticamente se movimentam em múltiplas direções. Tais linhas não se prendem a um sistema homogêneo. Escapa dele. Produz algo outro. Não entra numa relação linear com o sistema. Essas linhas traçam pontos, direções singulares dentro de uma relação de poder. É neste sentido que nos movimentamos em outras direções para tentar produzir uma educação que não represente a ordenação sistemática de sujeitos supondo debilidade, falta, medicalização, incapacidade dos outros para a repetição do mesmo como norma nos corpos. Por fim, concordando com Skliar (2005), suspeitamos dos argumentos produzidos no campo



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

educativo e que se preocupam obsessivamente por aquilo que é pensado como “anormal”: uma obsessão com aquilo que difere do modelo instituído pelo sistema. Desta forma, convidamos a problematizar e pôr em xeque o modelo do sistema de ensino pensando numa educação que não esteja presa apenas aos processos pedagógicos oficiais, instrucionais, mas que escape por muitas direções dando entrada a outras práticas, atentas aos gestos. Enunciamos que tais gestualidades marcam experiências singulares nas maneiras de sentir e pensar destas pesquisadoras que se hibridizam num entre com outros, num entrelaçamento agenciado pela própria vida; pelos gestos que habilitam a conversar, a estarmos atentas à escuta, ao mínimo, ao que nos afeta na docência; gestos pequenos que nos levam à fugacidade de cada instante. Gesto educativo, responsável, diário, mínimo, de cuidado com o outro, com qualquer outro, gesto político. A aposta destas pesquisas se faz dentro de uma relação da vida, como uma micropolítica que acolhe as relações próprias do cotidiano, como modo de fazer que talvez desafie o saber oficial no campo das práticas escolares recriando outras lógicas e sentidos no interior de uma relação educativa. No emaranhado de acontecimentos desde dentro dos contextos educativos, cujos efeitos se misturam por entre escolas, vida, universidade, pesquisas, intencionamos pensar com os autores e com tudo aquilo que entra no meio de uma trama de escrita, de formação e de pesquisa, outros sentidos do educar e habitar, por entre gestos, as escolas.

Palavras-chave: Biopoder; Educação Especial; Gestos Mínimos

Referências

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? Retirado de: **O mistério de Ariana**. Ed. Veja- Passagens. Tradução e Prefácio de Edmundo Cordeiro. Lisboa: 1996, n.p

FOUCAULT. Michel. **Em defesa da Sociedade**. Aula do dia 10 de fevereiro de 1982 do Curso: A Hermenêutica do Sujeito. Martins Fontes. 2005

LEÃO, Vivian Padial. **Anotações de Improviso e problematizações** - Efeitos de encontros entre estudantes e uma professora que acontece no hospital. 2022. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Formação de Professores,

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU

Faculdade de Formação de Professores – FFP

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em:
<https://www.btdt.uerj.br:8443/handle/1/19615> Acesso em: 19 ago. 2023

MARTINS, Bruno. Deficiência e a biomedicina: o corpo e as lutas pelo sentido. In: Moraes, Marcia ...[et al] **Deficiência em questão**: para uma crise da normalidade. Rio de Janeiro: Nau, 2017. p. 21-49

SKLIAR, Carlos. Ponder en tela de juicio la normalidad, no la anormalidad: políticas y falta de políticas en relación con as diferencias en educación. **Revista Educación y Pedagogía**, Medellín, v. 17, n. 41, p. 11-22, 2005.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

FORMAÇÃO DOCENTE EM ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL: movimentos instituintes de pesquisa formação

Juliana Godói de Miranda Perez Alvarenga (DEF/ CAP-UERJ),
juliana.alvarenga@uerj.br
Dayse Gonçalves Fontenelle (FME-Niterói), daysefontenelle@gmail.com
Inês Ferreira de Souza Bragança (UNICAMP- UERJ), inesfsb@unicamp.br
PPGEDU/FFP/UERJ – FE/UNICAMP
Formação de Professores História, Memória e Práticas Educativas
Grupo Interinstitucional de *pesquisaformação* Polifonia (UERJ - UNICAMP)

Resumo

A compreensão nas pesquisas (auto)biográficas em educação favorece uma relação entre teoria e prática, vivida ao longo das experiências docentes. Esse caminho de pesquisa foi percorrido pelas professoras Juliana Alvarenga, em sua dissertação de mestrado – defendida em 2017 – e Dayse Fontenelle, em sua dissertação de mestrado e processo doutoral – defendidos em 2018 e 2023, respectivamente – todos os trabalhos desenvolvidos no PPGEDU/FFP/UERJ e orientados pela professora Dr^a Inês Bragança. As pesquisas supracitadas apresentam duas linhas mestras em comum: 1) a *pesquisaformação* (BRAGANÇA, 2018) desenvolvida sobre a própria prática das docentes e em suas escolas de atuação no período de estudo na pós-graduação; 2) A proposta da escola de tempo integral como uma possibilidade de favorecer uma ampliação nos processos formativos cotidianos, como, também, na formação docente no período extraclasse nas escolas. As pesquisas se encontram nesses vieses, e, sobretudo, se ampliam quando observamos a importância da docência nos movimentos educativos nos quais o período extraclasse é voltado para estudo, planejamento e avaliação, como descrita na lei 11.738 de 2008, de 16 de julho de 2008, que prescreve sobre o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) dos docentes. Foi com base na premissa da lei que tanto Escola Municipal Juíza Patrícia Lourival Acioli, localizada no município de Itaboraí, quanto a Escola Municipal Antinéia Silveira Miranda (EMASM), localizada no município de Niterói, utilizam do tempo extraclasse docente na escola para estudar sobre a escola de tempo integral e suas possibilidades.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

De forma mais ampliada, a Escola Municipal Antinéia Silveira Miranda tem sua experiência estudada de forma mais sistematizada ao ser lócus de investigação, tanto de mestrado quando do doutorado da docente Dayse Fontenelle, e sendo possível, dessa forma, tematizar sua trajetória em uma perspectiva longitudinal. É a partir da perspectiva do estudo, planejamento e avaliação que podemos interpelar a presente proposta tendo se aprofundando na experiência da especialização em currículo, realizada no interior da unidade escolar, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no período remoto - entre 2020 e 2021. A experiência produzida e vivenciada pelas autoras tomou o período extraclasse docente para contribuir para com um movimento instituinte nas brechas produzidas pelo processo institucionalizado pela especialização ofertada pelos docentes da UERJ – Maracanã. É neste ambiente propício para novas formas de pensar formação e escola, que cresce a possibilidade de compreender a inspiração de docentes que se apropriam das possibilidades da lei e estabelecem um legado passado entre pares com desenvolvimento de pesquisas em educação no interior das escolas, para as escolas e pelos docentes. Assim, a escola torna-se um período de formação na jornada de trabalho, herança deixada pelo legado de Darcy Ribeiro nas escolas de tempo integral favorecidas pelas experiências dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). A escola torna-se epicentro formativo para todos os sujeitos escolares, como um espaço favorável à pesquisa e a criação de saberes. Para além a formação de professores passa a ser pensada por e para as demandas das unidades escolares favorecendo a produção docente de forma autoral, autônoma e sobretudo instituinte.

195

Palavras-chave: narrativas, *pesquisaformação*, período extraclasse docente.

Referências

ALVARENGA, Juliana Godói de Miranda Perez. **Narrativas-Formadoras na Escola de Tempo Integral de Itaboraí:** formação docente no período extraclasse. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2017.

BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza. *Pesquisaformação: narrativas (auto)biográficas -*



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

trajetórias e tessituras teórico-metodológicas. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; VILLAS-BÔAS, Lúcia; CUNHA, Jorge Luiz da (org.) **Pesquisa (Auto)biográfica**: diálogos epistêmico-metodológicos. Curitiba: CRV, 2018. (Coleção Pesquisa (auto)biográfica, Modalidades, Incertezas e Refigurações Identitárias, v. 1). p. 65-81.

BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza; PEREZ, Juliana Godói de Miranda. Formação Continuada em Escolas de Tempo Integral: narrativas de professoras. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre. v. 41. n. 4. p. 1161-1182, out./dez. 2016

FONTENELLE, Dayse Gonçalves. **Narrativas sobre a implantação da jornada ampliada na Escola Municipal Antinéia Silveira Miranda**: movimentos de transformação. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2018.

ROSA, Camila Petrucci dos Santos; FONTENELLE, Dayse Gonçalves; BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza; ALVARENGA, Juliana Godói de Miranda Perez. Polifonias teoricometodológicas em *pesquisaformação* narrativa (auto)biográfica. **Crítica Educativa**, v. 8, n. 2, p. 1-18, 2022.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

A ESCRITA DE SI COMO POLÍTICA DE AFIRMAÇÃO DA VIDA: experiência em pandemia e pandemônio

Jussara Silva Cavalcante, jussarasxavalcate@gmail.com
Líbia da Silva Soares Busquet, mcpessin@gmail.com
Liliana Secron Pinto, lsecron@gmail.com
Rosimeri de Oliveira Dias, rosimeri.dias@uol.com.br
PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de pesquisa: Políticas, direitos e desigualdades
Grupo de Pesquisa: Oficina de Formação Inventiva de Professores – OFIP/CNPq

Resumo

As águas de março de 2020 inundaram o nosso tempo com o inusitado de uma pandemia que desestabilizou nossas formas de ser e de estar no mundo. Chegou potencializando novos espaços e tempos por onde fomos inventando modos de nos encontrar e circular, de aprender e ensinar, de ler e de escrever, de officinar e (des)subjetivar. Ela pôs em xeque os nossos modos de se fazer/pensar a presença e a ausência, o concreto e o remoto, o individual e o coletivo, o distante e o “de pertinho”, a dimensão do que é do corpo, o movimento e a inércia, as formas de afetação. Como se isso já não bastasse, vivemos uma pandemia na vigência de um pandemônio. A governamentalidade do país optou por uma política do “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 2005, p. 294) seja pela Covid19, pela fome e/ou pelo adoecimento psíquico que a implantação de uma política do medo, da desvalorização e perseguição da diversidade de formas de existência e de nossos fazeres profissionais. Um movimento que foi cada vez mais nos isolando, superficializando, dispersando, imobilizando e controlando nossos corpos. Nesse contexto, nós, do Grupo de Pesquisa Oficinas de Formação Inventiva de Professores (OFIP/CNPQ) da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ), nos propusemos a produzir um modo de trabalhar em que pudéssemos compor, com as sensações e experiências do presente, um modo de nos fazer ver e falar sobre nós mesmas, sobre os outros, sobre o mundo, como forma de nos manter vivas e sãs o Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU

Faculdade de Formação de Professores – FFP
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

suficiente para atravessarmos aquele momento tão conturbado. Optamos, assim, por manter a regularidade de nossos encontros às segundas-feiras, mesmo que de forma remota. E o fizemos por pensar que encontrar e conversar é nossa forma de enfrentamento, nosso modo de fazer política, de nos manter em movimento, em estado de afetação e de afeto. Nossos encontros e conversas, quando possíveis, tomaram uma outra corporeidade. Eliminamos o corpo na sua integralidade e potência enunciativa e passamos a nos ver em close. A distância. Numa presença-ausência que pôs em xeque tanto o sentido de coletivo e das relações, quanto o de intimidade. Assim como nossos rostos, nossas vidas foram postas em telas, em close. A sociedade, as instituições, tudo em close (DIAS, SECRON, BUSQUET, 2022). Enquanto nos víamos em close-up no mosaico das telas de nossos computadores e celulares, íamos compondo, remotamente, o coletivo que nós somos por entre a processualidade do nosso trabalho. E pelo exercício de escrita (poética) de si (FOUCAULT, 2002) – uma prática da formação inventiva de professores (DIAS, 2019) e do nosso modo de pesquisar –, fomos enfrentando, juntas, aquele primeiro momento pandêmico. Neste artigo, colocamos em análise e intervenção o que fizemos de nós durante esse período, a cartografia (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009) de nossos gestos, nossas escolhas, nossos modos de fazer, para poder acompanhar processos e seguir, sem negar as dores que nos foram sendo impostas. Buscamos, com ele, dar a ver nossa travessia com a escrita poética que se fortalece, se tece e firma em nossos encontros virtuais em tempos de isolamento e transborda aqui como produção a oito mãos que tocam direto na e com a experiência singular de uma formação realizada entre nós. Escrever com e entre não é simples, pois toca na emergência dos bons encontros que tecemos vida afora. Eles precisam de cuidado e fazem eco quando outros tantos bons encontros atravessam com eles uma prática. Por isso, trazemos para conversa, além de nossas parceiras do grupo de pesquisa, autores que pensam a filosofia, a educação e a arte como práticas de enfrentamento do presente. E nos perguntamos: que subjetividades e desubjetividades se constituem para subverter uma situação imposta (como uma pandemia)? Como os afetos se movimentam e se criam laços diante da limitação de possibilidade enunciativas e relacionais dos corpos? Ainda que

198



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

distanciados, como manter esses afetos e realizar proximidades entre pares? Como fazer de um mosaico de closes, um coletivo? No que a escrita pode contribuir para a provocação de movimentos de composição desse coletivo? Como o impacto do atravessamento do presente nos compõem a nós e a nossas escritas? Agora que retornamos aos encontros presenciais e sem máscara, o que trazemos de marcas daquele tempo? No que em nós, enquanto coletivo, em nossas práticas somos outras e o que ainda permanecemos as mesmas?

Palavras-chave: formação inventiva de professores, escrita de si, educação remota.

Referências

DIAS, Rosimeri de Oliveira. Modos de trabalhar uma formação inventiva de professores: escrita de si, arte, universidade e escola básica. In: DIAS, Rosimeri de Oliveira; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. **Escritas de si**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019, p. 13-36.

DIAS, Rosimeri de Oliveira; SECRON, Lílina; BUSQUET, Líbia. Educação remota e pandemia em *close-up*. **Revista Práxis Educacional**. Vitória da Conquista, v. 18, n. 49, 2022. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v18i49.9121>

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Veja, 2002, p. 129-160.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Líliana da. **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2009.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

A TRAJETÓRIA DOCENTE DA PROFA. HAYDÉE FIGUEIRÊDO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA

Karyne Alves dos Santos E-mail: karynealves586@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ; PROPED/UERJ/C.E Trasilbo Filgueiras

Profa. Dra. Jacqueline Morais (in memoriam)

Resumo

Esta pesquisa pretende compartilhar fragmentos da história da educação fluminense a partir da trajetória profissional da professora Haydée da Graça Ferreira de Figueirêdo. Com uma história de vida voltada para a docência nas séries iniciais e ensino médio nas escolas públicas do município de São Gonçalo, e anos depois como docente da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – FFP/UERJ, foram inúmeras as contribuições no campo da formação docente, história e preservação das memórias no campo educacional fluminense. A professora Haydée Figueirêdo foi uma das responsáveis pela implantação do campus da Universidade Federal Fluminense – UFF no município de Oriximiná – Pará, e do Núcleo de Pesquisa e Extensão Vozes da Educação: Memória, História e Formação de Professores no ano de 1996, juntamente as professoras Marta Hees e Maria Tereza Goudard Tavares, realizou diversas pesquisas sobre a educação fluminense, em especial na Cidade de São Gonçalo, utilizando fontes orais, documentais e jornalísticas, como o jornal “O São Gonçalo” e a “Gazeta”. Sua curta trajetória de vida confunde-se com a consolidação dos cursos de Graduação da FFP/UERJ, em especial o de Pedagogia e História, e nos dias atuais é reconhecida pela comunidade acadêmica como uma “mulher-memória” (TAVARES apud OLIVEIRA, 2016) da historiografia educacional da Cidade. Os estudos relacionados à história local mediante observação dos “indícios/pistas” (GINZBURG, 1989) e a rememoração das memórias dos sujeitos alunos/as e professores/as, apontam que as produções da professora Haydée Figueirêdo atravessam tempos e espaços, favorecendo à “compreensão do local e suas análises históricas” (FIGUEIRÊDO, 2004). As variáveis da trama social e as experiências sociais e escolares presentes em suas reflexões, fortaleceram o binômio Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

pesquisa/ensino, com foco na ação pedagógica, na valorização da escola pública e da história local. Assim, esta comunicação pretende compartilhar a importância das produções realizadas pela professora Haydée Figueirêdo, sua importância na educação e nas comemorações dos 50 anos da FFP/UERJ. A importância da FFP/UERJ na formação de professores no Estado do Rio de Janeiro revela-se na quantidade de alunos/as formadas em exercício profissional nas redes de ensino espalhados no território fluminense, e a professora Haydée Figueirêdo foi uma das primeiras pesquisadoras a investigar a criação e fortalecimento da instituição em sua tese de Doutorado em Educação a ser defendida na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, interrompida por sua partida tão precocemente no ano de 2003. No entanto, as vozes da “mulher-memória” continuam ecoando nas produções do Núcleo “Vozes da Educação”, que há quase três décadas se dedica a estudar a escola pública como espaço produtor de conhecimentos e ação docente como central na educação pública e cidadã. A produção dos conhecimentos produzidos pelo Núcleo Vozes da Educação, fundado pela professora Haydée e suas parceiras de trabalho, oferecem outra compreensão “sobre formas e meios em que a escolarização e a formação de professores estão sendo reconstituídos historicamente nas últimas décadas na cidade de São Gonçalo. Desde 1996, o Grupo Vozes busca produzir pesquisa educacional ligada à realidade regional, dando atenção especial à realidade das redes públicas de ensino e aos espaços não formais de educação nos diferentes municípios do Estado (OLIVEIRA, 2016). Finalizando, a comunicação pretende rememorar a vida e obra da professora Haydée Figueirêdo apresentando suas digitais na preservação da educação local.

201

Palavras-chave: Educação, Haydée Figueirêdo; Núcleo Vozes da Educação

Referências

FIGUEIRÊDO, H. Educação em São Gonçalo: Tensões e Perspectivas. IN: **Vozes da Educação**:500 anos de Brasil. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2004.

FIGUEIRÊDO, Haydée. Vozes da Educação. In: NUNES, Clarice. (Org.). **Docência e**



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Pesquisa em Educação: na visão de Haydée Figueiredo. Rio de Janeiro: Literis, 2010.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

_____. **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

_____; Castelnuovo, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Difel: 1991.

NUNES, Clarice. Representações Políticas de Formação Docente no passado e no presente: questões para reflexão. IN: **Anais do II Seminário de Educação, Memória(as), História(as) e Educação:** Fios e Desafios na Formação de Professores. São Gonçalo: Armazém das Letras, 2004.

OLIVEIRA, Elaine Ferreira Rezende de. 20 anos do Grupo Vozes da Educação: memórias de uma história construída coletivamente - entrevista realizada com uma de suas fundadoras, Professora Maria Tereza Goudard Tavares. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, V. 2 N. Especial – pág. 280-296 (jun - out 2016): “Vozes da Educação”

SANTOS, Karyne Alves dos. **A Educação escrita nas páginas do O São Gonçalo:** política educacional no município de São Gonçalo (1963-1967). 2023. 268pág. (Tese de Doutorado: história da educação) – UERJ, Rio de Janeiro, 2022.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. Percursos e movimentos: dez anos do Vozes da Educação em São Gonçalo. In: ARAUJO, Mairce da Silva et al. **Vozes da Educação:** memória, história e formação de professores. Petrópolis, RJ: DP et al.; Rio de Janeiro: Faperj, 2008

202



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

ORIENTANDOS/AS E ORIENTADOR/A ACADÊMICA: relações girassolenísticas fontoureas

Laís Lemos Silva Novo Pinheiro, laislemosnovo@hotmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ
UNIVASSOURAS
SEMED-SG

Orientadora: Helena Amaral da Fontoura, helenaf@uerj.br
PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de pesquisa do PPGEDU: Formação de Professores, História, Memória e
Práticas Educativas

Grupo de pesquisa Formação de Professores, Processos e Práticas Pedagógicas

Resumo

Este trabalho tem por objetivo destacar a importância de relações orientandos/as-orientador/a saudáveis e afetivas para promoção de autoestima e repercussão positiva no desenvolvimento da pesquisa em âmbito acadêmico. Para tanto, por meio da metodologia da narrativa (JOSSO, 2010), apresentamos um relato de experiência vivenciada durante o processo de doutoramento em Educação pela Faculdade de Formação de Professores da UERJ no Grupo de Pesquisa *Formação de Professores, Processos e Práticas Pedagógicas*, sob orientação da professora Helena Amaral da Fontoura. Por conseguinte, também se configura como objetivo da escrita que segue inaugurar a expressão “relações girassolenísticas fontoureas”, a fim de homenagear Helena Fontoura e eternizar a relevância de sua postura e atitude de orientação humanizada para inspirar demais profissionais da área. A expressão inaugurada é formada por um neologismo que abraça termos equivalentes como “girassol” e “Helena” que aglutinados e acrescidos do sufixo “ística” (exprimindo relação ou qualidade correspondente ao sentido da palavra primitiva, no caso “Helena”), acaba por constituir o termo girassolenística. Como forma de caracterizar e personalizar ainda mais o termo, acrescentamos o composto fontoureano e suas variações em alusão ao sobrenome da orientadora homenageada “Fontoura”. Advertimos que os termos “girassol” e “Helena” são entendidos como equivalentes, ao passo que Helena Fontoura se configura como a própria personificação do girassol, simbolizando luz e

203



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

vivacidade. Não por acaso a logotipo escolhida para representar o grupo de pesquisa supracitado é um girassol, carregando em sua essência a busca pela luz e emanção solar, sendo esta a flor preferida da líder do grupo. Estabelecer relações girassolenísticas fontoureas na seara acadêmica é privilégio de poucos e desejo de muitos. Não é segredo para ninguém que diversas realidades áridas e tóxicas são presenciadas em várias universidades mundo afora. Relatos de estudantes adoecidos por sistemas pautados em metas, produções e prazos são constantes pelos corredores institucionais e terapêuticos. Rufato, Rossetto e Wilkon (2022), ao pesquisarem acerca do adoecimento psíquico em jovens universitários, alertam para o aumento significativo, nas últimas décadas, de universitários com transtornos mentais que chegam a abandonar os estudos. Dessa maneira, ratificamos a importância de relações saudáveis e afetivas em detrimento a relações puramente “científicas tradicionais”, frias, objetificadas e quantificadas em publicações. Precisamos estabelecer relacionamentos acadêmicos sintonizados nos ensinamentos de Josso (2010) quando diz que a experiência implica a pessoa em toda sua globalidade de ser psicossomático e sociocultural, comportando as dimensões sensíveis, afetivas e conscienciais, gerando (trans)formações. Logo, defendemos o desenvolvimento de relações girassolenísticas fontoureas, entendendo a universidade como instituição formadora, humanizadora e crítica. Nesse sentido, orientadores e orientadoras, líderes dos grupos de pesquisa dos quais seus/suas orientandos/as participam, desempenham papel fundamental como potenciais agentes (trans)formadores, articuladores do diálogo e promotores de ambiente acadêmico acolhedor. O envolvimento no Grupo de Pesquisa *Formação de Professores, Processos e Práticas Pedagógicas* e a convivência com a orientadora Helena Amaral da Fontoura, juntamente com demais participantes do *Grupesq* proporcionam uma experiência bem humanizada, inspiradora e reveladora de processos autorais e fortalecimento de autoestima. Entendemos que a formação não é construída por acumulação de cursos, técnicas e conhecimento, mas através da reflexividade crítica acerca das práticas e construções de identidade pessoal (NÓVOA, 2022). Fontoura desperta autonomia, sem deixar de garantir o rigor acadêmico. Ela incentiva a pesquisa como um todo, fazendo-nos descobrir investigadores de nós

204



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

mesmos. A orientadora em questão revela atitudes que fazem a diferença em uma realidade que, muitas vezes, pode ser desafiadora; concebendo o aluno, professor, orientando enquanto gente dotada de emoções. Embora Day (2004, p. 78-79) nos lembre que “falar sobre emoção gera sentimentos fortes e a sua relevância para a formação de professores continua a ser vista por muitos como controversa”, ele afirma que “ter consciência das tensões que surgem ao gerir as nossas emoções faz parte da salvaguarda e da alegria do ensino” (DAY, 2004, p. 78). As tão comentadas relações universidade-escola e universidade-sociedade estão para além da relação binária teoria-prática, e a participação em grupos de pesquisa ratifica essa questão, uma experiência coletiva que colabora para o crescimento científico, teórico, profissional e pessoal de orientandos/as e orientadores/as, contribuindo para a formação de pesquisadores. Contudo uma relação girassolenística fontoureana que emergiu da vivência no *Grupesa* experienciada por uma então doutoranda e agora doutora em Educação pela FFP-UERJ representa senso de pertencimento e harmonização das divergências, vislumbrando cenários mais esperançosos no seio da academia. Assim, o vínculo orientandos/as-orientador/a extrapola o âmbito acadêmico-científico e experimentamos as lindezas (palavra fontoureana frequente) dos processos formativos emancipatórios. Acreditamos na potência das narrativas como forma de coletivizar o individual, pois conforme destaca Fontoura (2019, p.264-265) “a narrativa se constitui numa possibilidade de contar o caminho e ao mesmo tempo um caminhar novo por entre as experiências vividas”. Nóvoa (2022, p. 96), metaforicamente, esclarece que “um pássaro não voa dentro de água. Um peixe não nada em terra. Um professor não se forma nos atuais ambientes universitários, nem em ambientes escolares medíocres e desinteressantes”. Portanto, fica, aqui, o desejo do florescer de relações girassolenísticas fontoureanas que iluminem trajetórias acadêmicas de vida e formação.

205

Palavras-chave: relações orientando-orientador; universidade; Helena Fontoura.

Referências

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU
Faculdade de Formação de Professores – FFP
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

DAY, Christopher. **A paixão pelo ensino**. Adaptação para língua portuguesa Assunção Flores/Elodie. Martins. Portugal: Porto Editora, LDA, 2004.

FONTOURA, Helena A. da. Escrita de si como processo (auto)formativo docente: uma experiência de oficina de produção coletiva. In: SEMINÁRIO VOZES DA EDUCAÇÃO, 12, 2019, São Gonçalo, RJ. **Anais [...]** São Gonçalo, RJ: Faculdade de Formação de Professores, 2019. p. 262-276.

JOSSO, Marie Christine. **Experiências de vida e formação**. Tradução de José Cláudio, Júlia Ferreira; revisão científica Maria da Conceição Passeggi, Marie Christine Josso. 2.ed. re. e ampl. Natal: EDUFERN; São Paulo: Paulus, 2010. (Coleção Pesquisa (auto)biográfica & Educação. Série Clássicos da Histórias de Vida).

NÓVOA, Antônio. **Escolas e Professores proteger, transformar, valorizar/** Antônio Nóvoa, colaboração Yara Alvim. – Salvador: SEC/IAT, 2022.

RUFATO, Fabrício D.; ROSSETTO, Elisabeth; WILKON, Nickson W. V.. O adoecimento psíquico em jovens universitários. **Revista Tempos e Espaços Em Educação**, e16903, vol. 15(34), março 2022. Disponível em:
<https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/16903> Acesso em 07 set. 2023.

206



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EJA: por uma educação antirracista

Lara Holmes de Rezende Serrano, laraholmes@id.uff.br
Rosa Malena de Araújo Carvalho, rosamalena@id.uff.br
PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de pesquisa do PPGEDU - Políticas, direitos e desigualdades
Grupo de pesquisa do orientador – ELAC/UFF

Resumo

Este texto é fruto de dissertação de mestrado em educação desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação – Processos formativos e Desigualdades sociais - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ). Na pesquisa realizada, problematizamos, em conjunto com a literatura, em como a sociedade ainda manifesta preconceitos generalizados que afetam de forma avassaladora a população negra, resultando em desigualdades presentes em todos os âmbitos sociais. Nesse sentido, o Conselho Nacional de Educação (CNE), convencido das desigualdades e discriminações que atingem a população negra até os dias atuais, interpretou que as determinações da Lei 10.639/2003, que introduziu essa discussão na Lei 9394 /1996 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, levou à obrigatoriedade do ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana (SILVA, 2007). Para enfrentar essas questões, é necessário fazer uma abordagem histórica conceitual, analisar os motivos desse abandono escolar e o porquê desses estudantes buscarem a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como forma de continuar seus estudos, os quais foram negados ou interrompidos em algum momento da infância ou juventude. Nesse contexto, buscamos compreender como as aulas de Educação Física podem ser importantes para a desconstrução da negação desse corpo através de uma condução pedagógica com ênfase na cultura corporal – quando essa está aliada a uma concepção crítica de educação, favorecendo atuar e ajudar nessas questões, através da realização de práticas corporais e debates. A metodologia dessa pesquisa incluiu relatos de experiências no campo formativo, como o realizado através do estágio docente durante

207



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

o mestrado; a observação participante em unidade escolar de professora colaboradora do grupo de pesquisa ELAC; o diálogo com outros/as pesquisadores/as desse grupo; a presença em eventos acadêmicos. O trabalho foi desenvolvido qualitativamente, através de pesquisa bibliográfica e por essas experiências, buscando entender melhor a realidade na qual esses estudantes estão inseridos, gerando um “(...) conhecimento para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 37). Por meio dessa metodologia, a autora principal da pesquisa buscou aguçar o olhar para essa realidade, identificando as pistas que indicam as formas de relações sociais que promovem as interações da EJA com as questões etnicorraciais, assim com o processo educacional que a Educação Física pode proporcionar. Na organização da pesquisa, buscamos entender os conceitos de branquitude e negritude como sendo parte de uma importante compreensão da constituição e interações desses corpos que ocupam e nos formam enquanto sociedade. Na sequência, apresentamos a modalidade educacional e a prática pedagógica que delimitaram esse estudo, destacando a importância desse elemento curricular e a relevância dessa modalidade aliada a questões sociais que a cercam e nos permitem refletir sobre direito à educação, luta de classes, gênero e as questões raciais. No desenvolvimento, exploramos as experiências do campo formativo, abordando como a escola tem um papel fundamental para uma educação antirracista. Ao perspectivar uma educação crítica, para inserir e manter a discussão antirracista nas aulas de Educação Física, alguns jogos africanos, como o *shisima* e o *mancala*, foram materiais excelentes para o debate sobre racismo e a valorização da cultura africana. Ou seja, a cultura corporal como fio condutor da realização dessa prática pedagógica e, esses jogos como conteúdo a serem contextualizados. As oficinas com esses jogos, com estudantes da EJA, com professores de educação física de vários segmentos, como graduados, pós-graduandos da UFF e professores do Colégio Pedro II fizeram entender a abrangência de trabalhar o assunto em escolas, contribuindo para a formação inicial e a continuada, pois esses jogos ensinam a preservação cultural, a cooperação e valores não hegemônicos como respeito e solidariedade. Ao estudar esses jogos, percebemos como eles estão enraizados nas tradições e histórias

208



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

das comunidades africanas, transmitindo conhecimentos sobre os antepassados e estimulando a criatividade das gerações mais jovens. Os resultados demonstraram que os jogos africanos podem ser valiosos no campo educativo, oferecendo uma abordagem lúdica, engajadora e de estratégias. Esses jogos podem ser adaptados para contextos educacionais, beneficiando estudantes de todas as idades, principalmente quando pensamos em turmas intergeracionais como a EJA. Embora haja desafios a serem enfrentados, a popularização e a apreciação desses jogos podem desempenhar um papel importante na preservação das tradições e na promoção de um maior entendimento e valorização da cultura africana. Através dessa pesquisa, compreendemos com mais intensidade o corpo afrodescendente lutando contra todas as formas de opressão, não somente para sobreviver, mas como uma forma de construir suas identidades, como pertencimento no mundo. Junto com isso, a branquitude surge com um propósito de reconhecimento enquanto uma racialidade que se construiu como algo dito "superior", e que produz e legitima a violência do racismo. Pensar processos formativos contra as desigualdades sociais requer, portanto, diálogos e propostas de educação antirracistas.

209

Palavras-chave: Educação antirracista; Educação de Jovens e Adultos; Educação Física.

Referências

- SILVA, Petronilha Beatriz. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. Porto Alegre /RS, **Educação**, ano XXX, n.3(63), p. 489-506. Set. /dez, 2007.
- SILVEIRA, Denise; CÓRDOVA, Fernanda. A pesquisa científica. In. GERHARDT, Engel; SILVEIRA, Denise. **Método de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

TORNANDO-SE NEGRA E PROFESSORA ANTIRRACISTA: narrativas de formação para pensar a educação das relações raciais

Leidiane dos Santos Aguiar Macambira, leidianesamacambira@gmail.com
Valter Filé/orientador (Doutorado), jvpereira@id.uff.br;
PPGEDU/UFF

Estudos do Cotidiano e Educação Popular
Anelice Astrid Ribetto/orientadora (Mestrado), anelatina@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ

Políticas, direitos e desigualdades;
LEAM | Laboratório de Estudos e Aprontos Multimídia:
a educação da relações étnico-raciais na cultura digital;
Coletivo Diferenças e Alteridade na Educação

Resumo

Será que uma professora negra que não se reconhece como tal pode ter atuação efetiva para uma educação antirracista? O esforço empreendido aqui concentra-se no campo da Educação, inspirado nos estudos dos cotidianos, com foco na formação de professoras e professores, tendo como preocupação, conhecer os modos como as mulheres negras vivem suas trajetórias formativas. Entendendo aqui que a nossa formação não se restringe apenas aos cursos “técnicos” (os espaços formais), mas também aos cursos de nossas vidas, aqueles acontecimentos que nos interpelam e produzem transformações em nossos modos de agir, pensar e atuar. A pesquisa pretendeu enfrentar a seguinte questão: como (diferentes) mulheres têm forjado seus processos de se tornarem negras e como têm atuado nas lutas antirracistas? Esse problema surgiu de uma experiência singular, que foi o fato de ter me percebido negra apenas na vida adulta. E, junto a esse processo, percebi-me “massacrada em [minha] identidade, confundida em [minhas] perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas” (SOUZA, 1983. p. 18). Atravessamentos que também tocavam e forjavam a minha atuação enquanto professora da rede pública de ensino no Rio de Janeiro, cuja maioria de seus estudantes são meninas e meninos negros. A fim de enfrentar esse problema, acompanhei a trajetória de vida de 5 mulheres negras que atuam na educação antirracista. As conversas aconteceram em encontros ao vivo

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU
Faculdade de Formação de Professores – FFP
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

e remotos no ano de 2019 com uma equipe toda formada por mulheres negras. Todo o material produzido - estudos, gravações das conversas e videochamadas, produções artísticas, literárias e audiovisuais compostas por elas gerou um acervo que demandou elaborar outras formas de narrar a pesquisa. Inspirei-me, portanto, no conceito de biografema de Roland Barthes (1984), para tecer narrativas possíveis a partir do encontro com as histórias e produções acumuladas ao longo da pesquisa. Percebi que suas histórias se entrelaçavam, levando-me a compreender que por mais que as experiências sejam singulares, porque vividas por cada uma, elas são efeito de um contexto social marcado pelo patriarcado e pelo racismo estrutural. Diversas instituições sociais com diferentes linguagens se articulam e produzem uma trama de representações que educam a nossa sociedade, moldando o modo como olhamos a nós mesmas e como agimos coletivamente. Os estudos realizados sobre o conceito de imagem de controle de Patrícia Hill Collins (2019) me ajudaram a compreender como foi formado o imaginário social que tenta aprisionar mulheres negras a espaços e papéis sociais. Na tese, chamei essa tentativa de aprisionamento de biografias coletivas, que se constituíram e se constituem por meio de imagens veiculadas por linguagem visual e não visual, por meio de fotografias, literatura, documentos históricos, telenovelas, filmes, desenhos infantis etc. Outra consideração importante a ser ressaltada foram os modos como as biografias coletivas se apresentam de modos sutis e articulados a diversas dimensões – sociais, culturais e religiosas. Colocando-se para nós como condições impostas, soando como naturais e inevitáveis. Trazendo consigo a exigência do abandono das nossas origens afrodiáspóricas, levando-nos a uma situação que poderíamos chamar de morte em vida, como disse Azoilda Loretto da Trindade (2000). Para isso, as imagens de controle permanecem em constante processo de atualização a fim de firmar a manutenção das biografias coletivas, as quais tentam nos impor os lugares de opressão, de subserviência e deferência à casa-grande. Desde a escravidão, quando nossas antepassadas foram espoliadas e retiradas de suas terras, vivemos fora de lugar, habitando o espaço do opressor. Mulheres negras têm transitado por muitos desses “não-lugares”: a língua oficial, a cultura oficial, a educação com raízes coloniais, a casa-grande e os seus lugares mais íntimos,

211



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

como os quartos dos senhores, as relações familiares e a educação de seus filhos. É nesses “não-lugares” que temos forjado nossas táticas de sobrevivência. Na posição de “outsider – forasteira de dentro” (RIBEIRO, 2017) é que mulheres negras se percebem nas imagens de controle e empreendem “uma série de negociações que visam conciliar as contradições que separam nossas próprias imagens internas [...] com nossa objetificação como o Outro” (COLLINS, 2019, p. 183). Ao perceberem-se, buscam táticas para a criação de outras imagens, agora autodefinidas. Todas as mulheres com as quais me encontrei, ao perceber as opressões a que estavam submetidas, produziram para si e para outras, modos de vida possíveis de serem vividos, os quais puderam romper com os percursos impostos pelo racismo e pelo machismo. “É a luta pela sobrevivência do grupo, que consiste em ações que levam as mulheres negras a criarem esferas de influência no interior das estruturas sociais existentes” (COLLINS, 2019, p. 332). Mesmo sendo excluídas e exploradas, muitas mulheres negras articulam-se em redes de apoio e solidariedade e criam modos de vida que visam — para si e para comunidade onde vivem — o enfrentamento às múltiplas formas de violência, sejam elas materiais, religiosas, econômicas e simbólicas.

212

Referências

- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento Justificando, 2017.
- SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- TRINDADE, Azoilda Loretto da. Reinventando a roda: experiências multiculturais de uma educação para todos. In: TRINDADE, Azoilda Loretto da; SANTOS, Rafael dos (Orgs.). **Africanidades brasileiras e educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: ACERP, 2013. p. 7-16.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**DOMÍNIO DE TURMA: as relações de uniformização nos espaços e tempos
do cotidiano de sala de aula**

Leonardo Albuquerque, albuleo@yahoo.com.br
Alexandra Garcia, alegarcialima@hotmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de pesquisa do PPGEDU
Diálogos Escolas-Universidade: Processos Formativos, Currículos e Cotidianos

Resumo

Esse trabalho busca tensionar e problematizar como a ideia de *domínio de turma* é atravessada pela relação de controle sobre os corpos no cotidiano da sala de aula, isso para questionarmos como os controles sobre os corpos produzem impactos que subalternizam suas presenças nos espaços e tempos de dentro e fora da escola, podendo ser duradouros e até permanentes. Essa é uma pesquisa com os corpos na escola, em como os estudantes buscam escapar aos controles disciplinares por meio de poéticas que performatizam esteticamente o vivido da sala de aula e na escola. Pois significa exercitar alternativas às experiências hegemônicas de controle por meio do exercício da racionalidade estético-expressiva (SANTOS, 2007) se permitindo narrativas incorporadas pelos sentidos dos corpos, exercícios estéticos que produzam reconciliações com os inacabamentos dessas corporeidades (LE BRETON, 2012). Desse modo, problematizo como as singularidades dos estudantes no cotidiano escolar vão sendo produzidas por tensionamentos frente ao processo uniformização que incide sobre eles ao frequentarem uma escola pública popular de periferia na baixada fluminense. E como os processos de uniformização que atravessam as relações estabelecidas no cotidiano da sala de aula são sentidas nos encontros entre professores e estudantes e entre os estudantes. Partindo da ideia de que “*o professor precisa ser professor-cidadão e um ser humano rebelde*” (FERNANDES, 2020, p. 246) o tensionamento se estabelece ao se exercitar práticas performativas que possibilitem que as relações que partem dos encontros (GARCIA, 2015) da sala de aula produzam

213



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

presença (GUMBRECHT, 2010) contra o controle e uniformização que tem, por exemplo, no uso do uniforme, indícios de que o controle se utiliza do uniforme para expressar algo que vai além da cobrança da vestimenta. Problematizar como esses corpos são conduzidos para ocuparem os espaços e tempos da sala de aula e da escola é perceber com seus corpos como os condicionamentos políticos, sociais, culturais, éticos e estéticos perpassam e afetam sua permanência na escola durante sua escolarização no ensino básico. Partindo da afirmação de que os sujeitos que ocupam os espaços e tempos do cotidiano escolar são impregnados por formatações que podem desmobiliza-los ao enquadra-los e imobiliza-los em identidades pré-definidas para desempenharem aquilo que se esperam deles, essa pesquisa é o exercício de práticas político, estético e epistemológicos para romper uma ideia de ordem “natural” que os classificam como estudantes-matrículas, e os grupos que eles fazem parte, suas turmas, ao comando ou à obediência que os desvitaliza por meio da homogeneização . Para tal, pesquisamos e atuamos com eles, reescrevendo de modo performativos o estar presente para questionarem os processos de resignação que são fomentados por uma lógica de uniformização, que se alimenta e é alimentada por contradições que se valem de polarizações ideológicas ao convencerem os mais prejudicados, os estudantes das periferias, a aderirem à obediência e resignação que os configuram como desqualificados para vida na sociedade moderna. A resignação cobra um preço muito alto para aqueles que já vivem historicamente nesse país os grilhões que os prendem diariamente. Para sentirem como são agrilhoados precisamos problematizar e tensionar os solipsismos que a prisão do automatismo técnico-científico (SANTOS, 2007, p. 76) tendem ao alienarem e segregarem seus corpos como inábeis aos ditames modernos. A racionalidade moderna produz indivíduos funcionais, que na periferia para estarem aptos aos automatismos estudantis, laborais e religiosos, precisam ser controlados e mediados, além de ideologicamente terem suas mentes separadas de seus corpos. Visto que, ampliando os processos de separação de mentes e corpos que na sociedade moderna já são agressivos, os corpos da periferia precisam ser mais domesticados, por conta de “suas deficiências e faltas”, de controle em suas vivências a servirem para alguma coisa. Nesse contexto, a escola acaba corroborando na

214



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

produção de subalternidades ao se colocar com um lugar em que a emancipação é um fim a ser alcançado, um ponto de chegada, para poucos. Contraditoriamente à essa subalternidade, performatizar as práticas cotidianas é transitar nos entretempos do cotidiano da escola como momentos possíveis, que em si já são momentos emancipatórios, exercitando a cada momento formas de escapar as vivências subalternizadas que preparam os corpos sob uma programação cuidadosa e vigilante. Performatizar as práticas cotidianas é se pôr em relação a programação burlando a ideia de incapacidade dos corpos que não podem ser controlados facilmente por serem classificados como corpos perigosos, rebeldes, desobedientes, eróticos, pervertidos. Sendo assim, transgredir as vigílias que recaem sobre esses corpos é se relacionar no cotidiano se percebendo como corpos fora da forma, desconstruídos da ideia de função, disfuncionais que tensionam essas práticas que classificam suas vivências performativas somente como contratempos individualizados de indisciplinas na escola.

Palavras-chave: Domínio de turma, cotidiano; corporeidade.

215

Referências

GARCIA, Alexandra. **O encontro nos processos formativos:** questões para pensar a pesquisa e a formação docente com as escolas. In: 37ª Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2015, Florianópolis. Anais da 37ª Reunião Científica da ANPEd.. Florianópolis: ANPEd/UFSC, 2015. v. 1.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de Presença.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional.** São Paulo: Expressão popular, 2020.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da Razão indolente:** contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2007.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

A INFLUÊNCIA DA FFP/ UERJ NO TRABALHO COM A EJA: estudo com egressos do curso de Letras-Português/Inglês

Letícia Miranda Medeiros, letymime@yahoo.com.br
Helena Amaral da Fontoura, helenafontoura@gmail.com.br
PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de pesquisa: Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas
Grupo de Pesquisa: Formação de Professores, Processos e Práticas Pedagógicas

Resumo

Este artigo é fruto da pesquisa de Doutorado de uma das autoras, no Programa de Pós-Graduação em Educação-Processos Formativos e Desigualdades Sociais. Após a análise do ementário do curso de Letras-Português/Inglês e de depoimentos de quatro egressos da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), que são participantes da pesquisa, foi discutida a influência da FFP/UERJ no trabalho docente de Inglês com a EJA. Os professores selecionados para esta pesquisa, além de egressos da FFP/UERJ, trabalham na Rede CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos), que oferece Ensino Fundamental II e Médio, na modalidade semipresencial. Esses docentes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) que garante o anonimato dos mesmos, por isso eles serão nomeados como Docente de Inglês 1, Docente de Inglês 2 e assim por diante. A pesquisa passou pelo crivo do Conselho de Ética em Pesquisa da UERJ sob o número 5.341.388, e também obteve pareceres favoráveis na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro e também na Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro. Os depoimentos foram obtidos *online* por meio de entrevistas escritas e solicitação de cartas aos formadores da FFP/UERJ. Os participantes da pesquisa foram convidados a abordar nessas cartas alguns temas imprescindíveis na formação docente atual para o trabalho com a EJA. A metodologia utilizada para análise do material foi a tematização proposta por Fontoura (2011), que, em linhas gerais, consiste em uma leitura atenta dos depoimentos, reflexão,

216



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

demarcação de palavras e/ou expressões relevantes para a análise e posterior entrelaçamento com os teóricos. Após a análise do material, seis temas foram encontrados, porém o que será discutido neste texto refere-se à influência da FFP/UERJ no trabalho de Inglês com a EJA. Autores como Freire e Arroyo foram utilizados como aporte teórico para dialogar com os escritos dos participantes, a fim de discutir a necessidade da formação inicial/continuada voltada para as peculiaridades da EJA. Em entrevista, todos os participantes desta pesquisa responderam negativamente quando perguntados se haviam cursado, na FFP/UERJ, alguma disciplina sobre a EJA. Porém, o Docente de Inglês 4 relatou que “*Especificamente não tive nenhuma disciplina sobre o EJA, mas tive uma cadeira intitulada Educação Popular que de forma indireta, contemplava esse público*”. A disciplina “Educação Popular” que ele cursou é oferecida como eletiva a todas as Licenciaturas da FFP/UERJ. De acordo com a ementa, tem a tarefa de promover a reflexão do papel da Educação junto aos setores populares, de forma a articular o conhecimento formal com o conhecimento popular, valorizando as múltiplas formas de saberes presentes nas comunidades. De fato, refletir sobre os conhecimentos das camadas populares é primordial para quem quer trabalhar na EJA, porém essa reflexão apenas não é suficiente para atuar nessa modalidade. É importante que os professores que vão trabalhar na EJA tenham uma visão holística dessa modalidade, conheçam as características dos seus estudantes, os marcos legais que regem a EJA e o modo de trabalho pedagógico com esse público. A Docente de Inglês 1 relatou em sua carta que “*Não foi falado/ensinado, durante as aulas da faculdade, sobre o ensino de Língua Inglesa na EJA em específico. Por esse motivo, acho relevante que a Faculdade prepare os futuros profissionais para esse ambiente tão peculiar de ensino de Inglês.*” De igual modo, a Docente de Inglês 3 relatou que “*Quando eu comecei a atuar com a modalidade Educação de Jovens e Adultos, já tinha concluído a graduação, mas não tinha cursado nenhuma disciplina que pudesse me preparar para este segmento.*” Esses relatos deixam claro que os inúmeros desafios da prática docente na EJA (diversidade etária, baixa autoestima dos educandos, modo próprio de ensinar, entre outros) precisam ser trabalhados nos cursos de formação. Porém, um ponto positivo foi encontrado nos escritos da Docente

217



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

de Inglês 1. Ela escreveu que “*Já havia lido, durante a graduação, alguns dos livros de Paulo Freire [...] Isso muito me ajudou a lidar com o público da EJA*”. O fato de ter estudado livros de Paulo Freire e seu trabalho com adultos, durante a graduação, trouxe pistas de como lidar com o público da EJA e reduziu o impacto negativo costumeiro, quando no primeiro contato com turmas dessa modalidade. Esse público tem peculiaridades que requerem do professor muito mais que estar apto a ensinar. Como lembra Arroyo (2007, p. 38), os alunos “exigem respostas no plano da educação, dos valores e do sentido do bem e do mal. Da ética ou falta de ética de nossa sociedade. Não é por acaso que a letra E de EJA não é de ensino, mas de educação de jovens e adultos”. Segundo a visão freireana de ensino (2013) é importante tomar conhecimento da bagagem cultural dos estudantes e ir prosseguindo com o conteúdo para que as atividades educativas façam sentido para esse público. Em linhas gerais, é possível afirmar que a FFP/UERJ tem contribuído para a preparação de profissionais pesquisadores e a sua principal contribuição para o campo da EJA é o incentivo à leitura de livros de Paulo Freire.

218

Palavras-chaves: educação de jovens e adultos, egressos, língua inglesa.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzáles. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino. (orgs.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 19-50, 2007.

FONTOURA, Helena Amaral da. Tematização como proposta de análise de dados na pesquisa qualitativa. In: FONTOURA, Helena Amaral da (Org.) **Formação de professores e diversidades culturais**: múltiplos olhares em pesquisa. Niterói: Intertexto, pp. 61-82, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. [recurso eletrônico]. 1. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

FIOS DE OURO EM SEGREDO E AS POSSÍVEIS DIFICULDADES DE ENSINAGEM

Lidia Soares Pereira, lidiasoareseducadora@gmail.com
Helena Amaral da Fontoura, helenafontoura@gmail.com
Sandro Tiago da Silva Figueira, figueiras.tiago@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ
Formação de Professores, Processos e Práticas Pedagógicas

Resumo

O presente trabalho visa compartilhar o alinhavar e o resultado da investigação da dissertação de mestrado desenvolvida na Faculdade de Formação de Professores/UERJ, no Programa de Pós-graduação em Educação Processos Formativos e Desigualdades Sociais, elaborada no intuito de compreender a relação ensino-aprendizagem pois, de acordo com as narrativas docentes, os desafios têm sido constantes. Ensinar: instruir; doutrinar; educar; treinar; adestrar. À luz da palavra dicionarizada, a ensinagem é o processo vivenciado pelos professores no que tange à práxis pedagógica, no intuito de potencializar o desenvolvimento e o aprimoramento da aprendizagem dos estudantes. A dissertação intitulada “Fios de ouro em segredo e as possíveis dificuldades de ensinagem” traz as análises das narrativas de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental que atuam com alunos identificados com possíveis dificuldades de aprendizagem. Os docentes fazem parte de uma escola pública municipal de Macaé/RJ. O estudo se embasou em uma pesquisa de abordagem qualitativa, por possibilitar um olhar investigativo/reflexivo com as contribuições de autores que problematizam a questão das dificuldades/das aprendizagens dos sujeitos como Fernández e Sampaio. No que tange à prática docente, apoiamo-nos em Tardif e Arroyo. A análise dos achados foi feita através da Tematização proposta por Fontoura. Neste cenário, tivemos como instrumento da pesquisa quatro entrevistas narrativas, realizadas com as professoras participantes. Consideramos que as principais contribuições desta pesquisa foram a produção de conhecimentos

219



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

construídos pelas professoras em uma relação transformadora no cotidiano escolar no que tange ao ensino e à aprendizagem dos estudantes, assim como um olhar outro para lidar com rótulos atribuídos a alunos que desenvolvem mais lentamente seus processos de aprendizagem. Assim, o processo ensino- aprendizagem é algo contínuo, que em cada nova experiência o indivíduo se refaz, podendo se considerar este processo para ambos, tanto o docente quanto o discente. Percorremos caminhos cujas experiências e saberes práticos e reflexivos nos fizeram sentir inquietação por investigar os sentidos produzidos no que tange ao ato de ensinar em relação àqueles que são ditos com possíveis dificuldades de aprendizagem. Foram indagadas sobre que estratégias as professoras-ensinantes têm buscado no intuito de potencializar conhecimentos e saberes neste processo de desenvolvimento que faz parte do ser-humano, ser-pensante, ser-democrático, este ser que sempre deseja ser. Entendemos que o processo de ensinagem é o conjunto de conhecimentos inerentes à docência na arte de ensinar e na compreensão sobre o discente como sujeito único em sua aprendizagem, tendo como pilares básicos do processo a formação docente, os saberes, a prática e a experiência da profissão. Além destes pilares, a história de vida também se configura fundante, uma vez que as vivências são inerentes às escolhas, mediadas pelos contextos social/político/cultural/econômico, o que as tornam singulares em suas práxis. Sendo assim, as entrevistas narrativas compartilhadas pelas professoras colaboradoras da pesquisa nos fizeram refletir e analisar as possíveis dificuldades de ensinagem no dia a dia da sala de aula. Foi possível perceber na fala das quatro professoras sobre as variáveis que inviabilizam o aprendizado dos estudantes, sendo um dos exemplos mais recente a Covid-19, que segundo os argumentos, possibilitou uma lacuna de defasagem no ensino, principalmente no que tange a escola pública cujo o acesso à tecnologia foi feito de um modo muito incipiente, levando-se em consideração o baixo recurso econômico da comunidade local. Cada dia é um novo dia e o profissional professor se reserva o direito de tornar cada aula com possibilidade de novos conhecimentos e novas aprendizagens. Arroyo (2011, p.64) revela que determinada “matéria somente se aprende em um clima humano, em interações humanas, quando nos revelamos como humanos, quando os educandos

220



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

convivem com seus semelhantes e diversos”. É preciso que haja motivação, desejo e interesse. Em se tratando do professor, no que tange ao saber e formação, Tardif (2012, p. 228) afirma que “em seu trabalho cotidiano com os alunos, são eles os principais atores e mediadores de cultura e dos saberes escolares. Em suma, é sobre os ombros deles que repousa, no fim das contas, a missão educativa da escola”. Percebemos que as salas de aula, principalmente, das escolas públicas, recebem um quantitativo bastante expressivo de alunos, o que torna menos produtivas as atividades realizadas com os estudantes com as possíveis dificuldades de aprendizagem, ou seja, demanda tempo conseguir entender quais são as reais necessidades do *aprendente*; entretanto, o professor (*ensinante*) precisa estabelecer um vínculo de afetividade a fim de alcançá-lo, buscar compreender o sujeito como ser único, ou seja, na sua individualidade, trazê-lo cada vez mais para perto de si. Paraphrasing Arroyo (2011), afirmo que não nascemos professores, nos fazemos. *Aprendemos a ser*. No movimento da investigação da pesquisa e das análises foi possível contextualizar que as relações ensino/aprendizagem vivenciadas pelas quatro professoras regentes no que concerne ao arcabouço de suas práticas são ancoradas por estratégias de ensino voltadas para um currículo que visa atender às demandas conteudistas institucionalizadas, como também propostas de atividades lúdicas no intuito de potencializar a aprendizagem dos educandos. Todavia, no que tange ao arcabouço metodológico, o planejamento precisa estar direcionado para os fazeres-didáticos-pedagógicos voltados para pesquisa e reflexão dos processos de ensino-aprendizagem em uma perspectiva formativa afinal, sendo preciso sempre buscar uma visão positiva de si, do outro e do mundo que nos cerca.

221

Palavras-chave: dificuldades de ensinagem, entrevista narrativa, tematização.

Referências

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre:** imagens e autoimagens. 13^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FERNÁNDEZ, Alícia. **A inteligência aprisionada.** Porto Alegre: Artmed, 1991.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

FONTOURA, Helena Amaral. Tematização como proposta de análise de dados na pesquisa qualitativa. In: FONTOURA, H. A. (Org.). **Formação de professores e diversidades culturais**: múltiplos olhares em pesquisa. Niterói: Intertexto, 2011, p. 61-82.

SAMPAIO, Simaia. **Dificuldades de aprendizagem**: a psicopedagogia na relação sujeito, família e escola. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 14^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

A EDUCAÇÃO FEMINISTA NA CORDA BAMBA DO DIREITO BRASILEIRO (2003-2023): a escola pública como berço da reconstrução democrática de direitos

Livia Martins Barbosa Pereira, liviambpereira24@gmail.com;
Denize de Aguiar Xavier Sepulveda, denizesepulveda@hotmail.com;
PPGEDU/FFP/UERJ
Linha de pesquisa Políticas, Direitos e Desigualdades
GESDI

Resumo

O presente estudo teve como objetivo expor as leis de proteção à mulher nos últimos vinte anos (2003-2023) para fornecer subsídios aos professores para trabalhar com a temática em sala de aula. O conhecimento das legislações analisadas é ferramenta necessária para realizar o trabalho de conscientização sobre a igualdade entre os gêneros na educação básica, tendo em vista que essa é uma condição primordial para o efetivo exercício da democracia. Considerando-se que a educação pública é o berço formativo da maioria da população brasileira, nela reside a tão almejada chance de formar uma nova geração consciente dos seus direitos, deveres e ciente da necessidade de sermos todos iguais jurídica e socialmente. Vivemos, desde 2016, quando ocorreu o golpe contra o governo da Presidenta Dilma Roussef, ataques sucessivos à democracia no Brasil. Grupos extremistas passaram a ganhar cada vez mais seguidores fiéis e inaptos ao pensamento crítico. Em 2018, Jair Bolsonaro se elegeu com um discurso autoritário, fascista e segregador: tratou logo em seu primeiro discurso após eleito de deixar claro que as minorias deveriam se curvar à maioria. Fomos lançados em um mar de indiferenças por uma gestão eleita democraticamente e que claramente se voltava contra o próprio sistema que a elegeu. Nesse contexto de atentados diários à democracia, ainda resistiam os grupos supostamente minoritários – que não o são frisa-se. Negros, mulheres, LGTQIAP+, deficientes deveriam se curvar para quem? A quem interessa fazer acreditar que essa população é inferior em números e direitos? São questões complexas em que o capital e as religiões passaram a exercer forte controle. Em que pesem todas essas indagações, este trabalho pretende tratar dos direitos das mulheres para contribuir para a construção de uma

223



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

educação feminista e democrática, a partir do chão da escola pública. Lá esse nó precisa ser desfeito para que as massas das futuras gerações sejam formadas com capacidade crítica para que não se tornem massa de manobra e, principalmente, tenham consciência social e política. Às mulheres foi imposto o dever do cuidado para com a família e o lar. Com o devido recorte de classe, fomos criadas para cuidar do outro, não para o mundo do trabalho; tampouco para integrar democraticamente espaços políticos. No entanto, os feminismos abriram as portas para que nós passássemos a disputar espaços de poder na sociedade e, com isso, lutar pelas nossas pautas. Assim, o cuidado doméstico ficou em segundo plano e tornou-se um novo espaço em disputa: quem irá assumir aquele trabalho invisível antes exercido exclusivamente pela mulher? Biroli (2018, p. 53-54) afirma que “(...) uma perspectiva ética fundada no cuidado e na interdependência permitiria, assim, avaliar o caráter da democracia, tendo como referência o provimento igualitário e adequado do cuidado a todas as pessoas (...)”. A autora reafirma que as teorias feministas da democracia diferem-se das demais justamente pelo entendimento do que o cuidado representa na nossa sociedade. Para Wollstonecraft (2021), a educação ideal deve fortalecer o corpo e formar o coração para capacitar as pessoas para serem independentes. Infere-se que a independência aqui citada versa sobre todas as formas do amadurecimento, desde a infância, para que os indivíduos sejam capazes de gerir sua própria existência. Aos homens, a independência da sobrevivência doméstica; às mulheres, a independência desse dever forçado do cuidado. hooks (2017, p. 35) ressalta que “a pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos. (...) será também local de crescimento para o professor, que será fortalecido e capacitado por esse processo”. Analisando-se o recorte temporal proposto, resta evidente que os últimos vinte anos foram de grandes avanços legais para a proteção das mulheres no Brasil. Não houvesse uma disparidade tão gritante entre os gêneros, não haveria necessidade de criar leis e programas de proteção à mulher. Tal desigualdade é um fator determinante que impossibilita o efetivo exercício da democracia. Por essa razão, foram promulgadas as leis 9.000/95 e 9.504/97 cujos textos preveem ações afirmativas com a criação de cotas para aumentar o número de mulheres na política,



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

tanto candidatas quanto eleitas para as casas legislativas. Desta forma, a proposta, aqui, é que possamos conhecer e utilizar dessas leis para falar sobre igualdade de gênero, proteção à mulher, prevenção de novos casos de violência doméstica dentro das escolas. A escola pública deve prestar esse serviço de informar e conscientizar seus alunos sobre a importância democrática de buscar a igualdade entre os gêneros. Utilizemos, assim, os ensinamentos da pedagogia libertária de Paulo Freire para alcançarmos a liberdade de pensamento, nos limites da ética e moral, dentro da sala de aula. Para Freire (2021, p. 59), “qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar”.

Palavras-chave: educação, democracia, feminismo.

Referências

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades:** limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir:** educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 71. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher.** São Paulo: Lafonte, 2021.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIAS E PEDAGOGIA SOCIAL: um estudo a partir de educadores atuantes no Complexo do Salgueiro-RJ.

Lucas Salgueiro Lopes, salgueirollucas@gmail.com
Arthur Vianna Ferreira, arthuruerjffp@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ

Políticas, Direitos e Desigualdades
Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Fora da Sala de Aula

Resumo

Este trabalho, oriundo de dissertação defendida em 2023, tem como ideia central aprofundar a compreensão das representações sociais de violências entre educadores que atuam em um projeto socioeducativo situado no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo-RJ. Esse projeto tem uma abordagem religiosa, seguindo uma matriz cristã protestante interdenominacional, e é voltado para a prestação de oficinas socioeducativas e assistência social a crianças e adolescentes que vivem no Complexo do Salgueiro, um ambiente marcado pela marginalização e elevados índices de criminalidade. Os principais objetivos desta pesquisa envolvem a investigação das representações de violências entre esses educadores e a análise de como essas representações sociais moldam suas práticas no contexto de trabalho. A escolha de explorar as representações sociais de violências nesse contexto específico é justificada pela constatação de que, ao adotarmos uma perspectiva ampla da violência, podemos identificar uma série de situações que são frequentemente consideradas violentas no Complexo do Salgueiro. Isso abrange desde a pobreza e desigualdade social até confrontos violentos com grupos criminosos e forças policiais, além da ausência de acesso adequado à educação e outros serviços essenciais. A metodologia adotada nesta pesquisa é qualitativa e inclui a realização de entrevistas semiestruturadas e a manutenção de diários de campo como principais ferramentas de coleta de dados. A análise do material das entrevistas é conduzida com base na análise retórico-filosófica do discurso, alinhando-se especialmente com as contribuições iniciais de Aristóteles

226



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

(2015). Para contextualizar adequadamente o conteúdo do estudo, recorreremos a alguns referenciais teóricos e metodológicos essenciais. Primeiramente, situamos nossa pesquisa dentro do campo da Pedagogia Social (PS). No contexto brasileiro, esse campo está em constante desenvolvimento, e neste estudo, o concebemos de acordo com a perspectiva de Caliman (2010). Segundo essa visão, a Pedagogia Social é uma ciência que faz parte das Ciências da Educação e se concentra na educação social de indivíduos historicamente situados, especialmente em locais onde as instituições “formais” de educação não conseguem alcançar. Além disso, nossa pesquisa se baseia na Teoria das Representações Sociais. Essa teoria foi introduzida por Moscovici nos anos 60 e se tornou uma corrente sociopsicológica importante. Nesse contexto, adotamos a abordagem societal de Willem Doise, que enfatiza as condições sociais e a posição dos indivíduos e grupos na produção das representações sociais (DOISE, 2002). No que diz respeito à tipologia da violência, adotamos o modelo de Galtung (2016), que divide a violência em três categorias: direta, estrutural e cultural. Além dessas, destacamos a "violência da positividade", um conceito introduzido por Byung-Chul Han (2017), que se refere à violência praticada por uma pessoa contra si mesma em uma sociedade que exige um superdesempenho, resultando em desgaste nas relações sociais e exaustão psíquica. Os resultados desta pesquisa indicam que a violência direta é amplamente percebida pelos educadores, que identificam situações de agressão direta à vida como algo comum no ambiente do Complexo do Salgueiro. De forma surpreendente, também identificamos que a violência estrutural é reconhecida e percebida pelos educadores, o que indica desigualdades nas condições de vida dos moradores da favela. Por outro lado, a violência cultural e da positividade são mencionadas com menos frequência e não emergem como representações sociais proeminentes no grupo de educadores estudados. No entanto, consideramos que essa lacuna na discussão enfatiza a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre essas formas de violência em contextos educacionais. Em termos de representações sociais, notamos que as ideias de "desvio" e "criança" ocupam um lugar central no discurso dos educadores. Eles frequentemente explicam a violência como um desvio social ou espiritual e recorrem



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

a metáforas relacionadas às crianças para ilustrar essas representações. As crianças são vistas tanto como vítimas das violências (a "criança com medo", "desviada de sua natureza") quanto como possíveis agentes dessa violência (os "meninos do tráfico", aqueles que "desviam"). Em resumo, esta pesquisa destaca a complexidade das representações sociais de violências em um contexto marcado pela marginalização e pela presença de múltiplas formas de violência. A predominância da violência direta e a identificação da violência estrutural apontam para desafios significativos que precisam ser abordados. No entanto, a falta de discussão sobre a violência cultural e da positividade sugere a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre essas formas de violência em contextos educacionais. Esses resultados têm implicações importantes para a formulação de políticas e práticas educacionais que buscam lidar com a complexa realidade das comunidades afetadas pela violência e pela desigualdade. A pesquisa reforça o compromisso de continuar investigando as interações entre violências e educação, especialmente em contextos vulneráveis, com o objetivo de promover mudanças sociais significativas.

228

Palavras-chave: Pedagogia Social, violências, representações sociais.

Referências

ARISTÓTELES. **Retórica**. São Paulo: Folha de SP, 2015.

CALIMAN, Geraldo. Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador. **Revista de Ciências da Educação**, Americana, n. 23, p. 341-368, 2010.

DOISE, Willem. Da Psicologia Social à Psicologia Societal. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, Brasília, v. 18, n.1, jan./abr., p. 27-35, 2002.

GALTUNG, Johan. La violencia: cultural, estructural y directa. **Cuadernos de estratégia**, Espanha, n. 183, p. 147-168, 2016.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da Violência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

CORPOREIDADES MASCULINAS NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA INFANTIL

Marcia de Oliveira Romão, marciaoromao@gmail.com
Fundação Municipal de Niterói
Grupo de pesquisa do orientador – ELAC/UFF
Rosa Malena de Araújo Carvalho, rosamalena@id.uff.br
PPGEDU/FFP/UERJ
Linha de pesquisa do PPGEDU - Políticas, direitos e desigualdades
Grupo de pesquisa do orientador – ELAC/UFF

Resumo

Este resumo apresenta os resultados da dissertação de Mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa analisou o fenômeno das masculinidades no espaço da Educação Infantil, tomando como base pesquisas que já investigaram o quanto à docência se estabelece como um espaço do feminino, no qual, apesar das transformações históricas, sociais e legislativas se mantém ainda como uma cultura de estereótipos que gera um “perfil” esperado de docente, principalmente para aquele que ocupa o espaço da Educação Infantil. Ao analisarmos aspectos da narrativa que fixa docentes homens em certos lugares e não em outros, entramos na reflexão em curso, relacionada a gênero e corpo. O problema investigado envolve a inserção da figura masculina nas salas de Educação Infantil (EI). O campo de pesquisa são instituições escolares que integram a rede pública do município de Niterói, situado na região metropolitana do Rio de Janeiro. Selecionamos documentos que registram o deslocamento de docentes homens, em efetiva regência, nas turmas de crianças pequenas em idade (2 a 5 anos) de ocupar as unidades públicas, bem como a exclusão desses sujeitos do segmento infantil. O “estranhamento” institucional daqueles que insistem em adentrar esses espaços nos leva a um caminho investigativo, no qual se fez necessário observar o processo de construção de corpo e gênero dentro da sociedade para, então, discutirmos sobre o papel das masculinidades no espaço

229



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

escolar. Qual processo naturalizou a ausência do corpo docente masculino nas salas da EI e vem expulsando-o desse contexto, em virtude de um rearranjo que, frequentemente, o desloca desse ambiente? Como subsídio teórico, elegemos autores como Louro (2018) e Butler (2019) para tratar o gênero como uma categoria de análise, gerada dentro das relações políticas e sociais, pelas quais se concretizam as desigualdades que são alicerçadas por uma noção centralizadora de poder, no caso, o poder hegemônico masculino. O gênero, como conceito essencial dessa discussão, é aqui concebido como construção sócio, histórico e cultural, fato que afasta a perspectiva determinista, impregnada de cientificismo biológico que explica, ou melhor, minimiza o conceito de gênero, associando-o, exclusivamente, à noção binária e antagônica do corpo, através da delimitação de papéis do que é ser homem e mulher introjetadas nos sujeitos desde o nascimento. Outro conceito essencial para o desenvolvimento desta pesquisa é o de corpo, que pode ser considerado por muitos nossa primeira e maior marca identitária, uma vez que através dele nos relacionamos e somos reconhecidos no mundo, desde antes do nascimento e mesmo após a morte. Se considerarmos que ao corpo vão se juntando diferentes histórias e narrativas que, ao longo da vivência, constituem nossa subjetividade, podemos encará-lo como “produto e produtor de cultura” (CARVALHO, 2021), ou seja, um complexo e potente construto histórico-social capaz de viabilizar nossa existência e permanência neste mundo. Nessa perspectiva, abordamos a corporeidade de docentes e de crianças da EI, ao refletirmos sobre práticas sociais controladas por dispositivos de poder (FOUCAULT, 1979) que visam domesticar os corpos. Porém, para além da materialidade, o corpo possui também uma dimensão discursiva (BUTLER, 2020) que transborda as práticas regulatórias normativas elencadas por Foucault: a noção de performatividade. Para a estudiosa, “a performatividade deve ser entendida não como um “ato” singular ou deliberado, mas como uma prática reiterativa e citacional por meio da qual o discurso produz os efeitos daquilo que nomeia” (BUTLER, 2020, p. 16). Assim, a necessidade de reiteração da norma de regulação sobre gênero, reafirma a ideia de que o corpo, em sua materialidade, nunca está completo, por isso afirmamos sua constante e simultânea elaboração/desconstrução de processos. Estudos recentes

230



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

sobre gênero e corpo vem descortinando certezas fincadas pelo patriarcado, um dos pilares do conservadorismo sobre o qual sociedades, como a brasileira, se apoiaram. Para Butler (2020) e outros pesquisadores, parte dessa desnaturalização do corpo emerge sob uma nova compreensão: agora como constructo histórico-cultural e em constante transformação, fato que advém da contribuição dos estudos foucaultianos sobre as práticas sociais que atuam na constituição corpórea. O conceito de infâncias soma-se a essa investigação ao expor fatos que demonstram que nem sempre a sociedade compreendeu a criança como a percebemos na atualidade: um sujeito de direitos que possui um mundo próprio e que necessitaria de um período para se adentrar na vida adulta. Em nossa reflexão abordamos as especificidades, características e circunstâncias históricas, sociais e culturais que englobam os meninos e meninas nessa fase da vida, de forma compreender melhor a Educação Infantil na FME de Niterói, tendo como foco o modo de concepção, ao longo dos tempos, da Educação Infantil no Brasil e o jogo de forças complexo em relação às questões de gênero no ocidente. Uma vez apresentados e discutidos os conceitos de gênero, corpo e infâncias, assim como a história e estrutura da FME, discorreremos sobre os dados verificados a partir das entrevistas a docentes atuantes na Educação Infantil. Através dos depoimentos dos sujeitos da pesquisa, foi possível confirmar a ausência das masculinidades, enquanto componentes do grupo de magistério da educação pública, fato visível também através dos levantamentos realizados do quantitativo de docentes “homens” lotados no segmento infantil, assim como os processos de cerceamento e exclusão sofridos por esse público. Em nossas considerações finais indicamos o quanto o discurso conservador se espalhou em vários campos do conhecimento, inclusive na Educação Infantil, segmento educacional originado pelo movimento de mulheres, mães, trabalhadoras. Desse modo, vimos o quanto os componentes de gênero e corpo estão implicados nessa construção desigual entre docentes masculinos e femininos e seus fazeres na EI, espaço em que as práticas são permeadas pela relação do cuidado e, conseqüentemente, acabam por reproduzir ações e comportamentos vinculados às raízes patriarcais.

231



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Palavras-chave: Gênero; Corpo; Educação Infantil.

Referências

BUTLER, Judith. **Corpos que importam** – Os limites discursivos do “sexo”; tradução Verônica Daminelli, Yago Françoli. São Paulo: Crocodilo Edições, 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão de identidade. 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARVALHO, Rosa Malena (orgs). **Lições da Pandemia:** movimentos sociais e lutas por direitos no Brasil. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2021, p. 267-282.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LOURO, Guacira L. **Gênero sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2018.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

UM OLHAR SOBRE A TRANSIÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE (Pós) PANDEMIA DA COVID-19 EM ITABORAÍ/RJ

Márcia Mary Nunes, nunesmarciamary@gmail.com
Maria Tereza Goudard Tavares/orientadora, mtgtavares@yahoo.com.br
PPGEDU/FFP/UERJ
Linha de pesquisa: Políticas, Direitos e Desigualdades
GIFORDIC

Resumo

O presente trabalho é resultante de questões que me atravessam como uma professora pesquisadora da(s) infância(s), que vivencia o cotidiano da Educação Infantil em duas redes públicas municipais, suas especificidades, práticas, questões e desafios. Em 2022, após o processo seletivo, ingressei no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação da UERJ/FFP, procurando investigar uma questão muito cara em meu percurso, e também dos coletivos de docentes com os quais trabalho, que é compreender como aconteceu o processo de transição das crianças da Educação Infantil para o primeiro ano do Ensino Fundamental no período da pandemia da Covid-19(2020-2022). E mobilizada pelos desafios e especificidades da Rede Municipal de Educação Infantil de Itaboraí, direcionei minha pesquisa à essa rede, pensando-a a partir das experiências vivenciadas durante o período pandêmico (2020-2022). O anúncio da pandemia da Covid-19 pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020 foi impactante, com medidas rigorosas de segurança para prevenir a proliferação da doença. No entanto, mesmo com todos os cuidados que parte da população estava tomando para evitar o contágio, muitos aderiram ao negacionismo à ciência, menosprezando a gravidade da situação fazendo com que a pandemia produzisse “repercussões e impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história recente das epidemias”, conforme anunciado pela Fiocruz (2023) sobre os impactos da pandemia. Minha entrada no PPGedu acontece no momento em que a pandemia estava minimamente controlada, em função do avanço da vacinação, mas o início ainda realizado de forma híbrida. Devido à

233



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

necessidade de distanciamento dos corpos, os espaços se tornaram insuficientes para comportar todos os estudantes de forma totalmente presencial. Do ponto de vista social, este foi um fator que considero desfavorável, dada à impossibilidade de estarmos mais próximos uns dos outros, ou mesmo de ver o rosto do/a colega e professores/as, em função do uso obrigatório das máscaras. Do ponto de vista de minha pesquisa já em realização, entendemos que o tema transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental vem sendo estudado e discutido no Brasil há quase duas décadas, principalmente a partir da Lei 11.274/2006 que institui o ensino fundamental de nove anos, antecipando a entrada de crianças de 6 anos no ensino fundamental. Nesse sentido, Kramer, Nunes e Corsino (2011) destacam a importância da reflexão sobre as transições e desafios na organização dos sistemas de ensino, ao invés de conceber as duas etapas de forma dicotômica, sendo necessário pensar na forma como as ações pedagógicas, principalmente o acolhimento das crianças da EI está se desenvolvendo no contexto escolar, a fim de que não haja ruptura, descontinuidades e fragmentação. Buscamos refletir ainda, acerca das concepções de criança e Infância às quais pesquisamos, dialogamos com Sarmiento (2011 e Corsaro (2005, 2013), principalmente, com base nos estudos da Sociologia da Infância. Do ponto de vista das reflexões sobre o período (pós)pandêmico, destacamos as condições de trabalho(docentes) e participação(crianças) nas escolas públicas, principalmente aquelas localizadas em periferias urbanas das cidades do Leste Metropolitano, pensando com Cachopo (2021, p. 22) que “Nenhuma dessas tecnologias era nova”, a pandemia só fez apressar o que já estava anunciado, fazendo com que as desigualdades sociais ficassem mais evidentes. Ao contextualizar o tema/problema da pesquisa em tela, apresento algumas questões que atravessam o cotidiano das crianças e suas infâncias com a intenção de refletir como ocorreu a transição da Educação Infantil para o primeiro ano do Ensino Fundamental. Que experiências as crianças e professoras vivenciaram? Como se deu a relação escola-família? Afinal, como aconteceu a “passagem” das crianças da EI para o primeiro ano do EF na Rede Municipal de Itaboraí? Diante dos inúmeros desafios que as comunidades escolares e a sociedade de modo geral tiveram de enfrentar, a começar

234



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

pela banalização da “necropolítica” (MBEMBE, 2018) praticada durante a Pandemia da Covid-19, onde sobreviver sem vacina, e ou protocolos da saúde pública que pudessem garantir uma maior sobrevivência à exposição ao vírus (que não ‘era uma gripezinha’!), conjugadas as questões socioeconômicas, impactaram fortemente os processos educacionais, sobretudo para as famílias das classes populares, que não tinham renda fixa, e que vivendo na informalidade, diante de uma realidade de não poderem sair de casa para trabalhar e levar o sustento para a família, tampouco tinham condições de adquirir telefone celular, ou ainda, planos de internet que fossem capazes de suportar a demanda de dados móveis. Colocadas brevemente essas questões que atravessaram a experiência pandêmica e o meu ingresso no mestrado, bem como a lenta e complexa “artesanaria da construção da pesquisa” (TAVARES, 2003), creio ser fundamental apresentar o objetivo geral que vem inspirando a presente pesquisa: investigar o processo de transição da Educação Infantil pública para o primeiro ano do Ensino Fundamental, em Itaboraí/RJ, no período da pandemia da Covid-19(2020-2022).

235

Palavras-chave: transição, educação infantil, (pós)pandemia.

Referências

CACHOPO, João Pedro. **A torção dos sentidos:** pandemia e remediação digital. São Paulo: Elefante, 2021.

FIOCRUZ. Impactos da pandemia. **Observatório Covid-19:** informação para a ação. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>. Acessado em 04/09/2023.

KRAMER, Sônia; NUNES, Maria Fernanda R.; CORSINO, Patrícia. Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.1, 220p. 69-85, jan./abr. 2011

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. **Os pequenos e a cidade:** o papel da escola na construção de uma alfabetização cidadã. 2003. 203f. (Tese de Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**A CIDADE DE TERESÓPOLIS ESCAVADA NO BARRO E TRILHOS: em busca
de vagões ainda vazios**

Maria de Fátima Rodrigues Viana Machado, negra.fa@hotmail.com
Maria Tereza Goudard Tavares/orientadora, mtgtavares@yahoo.com.br
PPGEDU/FFP/UERJ

Processos Formativos e Desigualdades Sociais
Grupo de Estudos e Pesquisas da(s) Infâncias, Formação de Professores(as) e
Diversidade Cultural - GIFORDIC

Resumo

O presente trabalho foi extraído da dissertação “*Uma pandemia com cor na Educação Infantil: construindo relações educativas entre telas em tempos de (Pós) pandemia da Covid-19*” defendida no PPGedu/UERJ. O estudo é resultante de minha experiência como professora de Educação Infantil durante o período pandêmico. Conviver com uma pandemia terrível, que desencadeou questões epidemiológicas, sociais, culturais e políticas, que trouxe inquietações a várias áreas da ciência, incluindo o campo educacional, nos obrigou, enquanto sociedade, a buscar algumas alternativas de enfrentamento à pandemia. Dessa forma, a contextualização do território da pesquisa desempenhou um papel crucial no desenvolvimento do trabalho. A cidade Teresópolis está situada no interior do estado do Rio de Janeiro, na região serrana e possui 165.123 habitantes (IBGE, 2022). Além de se reportar como sede dos treinamentos da seleção brasileira, ela ocupa um lugar entre as cinco cidades mais favelizadas do estado, com 41.809 habitantes em favelas segundo o IBGE (2010). Nesse sentido, como mulher preta e professora das infâncias no mesmo município, investiguei nos registros da escassa bibliografia sobre a cidade, a histórica da presença dos povos africanos, partindo de uma valorização da contribuição dos europeus representada pela figura da presença colonial do proprietário de terras, nascido na Inglaterra, o senhor George March, que ao desbravar as terras das montanhas serranas estabelece

236



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

uma união matrimonial com uma mulher negra gerando dois filhos, sendo esta mulher citada apenas pelo seu nome: Ignácia Alves. Quem foi Ignácia Alves? Sendo mulher por certo já seria negada, negra duplamente. Por que os viajantes não deixaram nada sobre ela? Como era sua relação com os outros negros/as escravizados/as? A invisibilidade da mulher na sociedade patriarcal é uma realidade histórica, no entanto, no caso de uma mulher negra, essa inexistência impediu que as próximas gerações pudessem conhecer e apropriar-se de sua identidade local. Para aqueles que conhecem a cidade, os bairros pertencentes as “terras dos ingleses” em seu processo histórico, até a presente data, mantém-se como áreas nobres de moradias. Sendo a formação da cidade constituída no contexto colonial, no qual a economia do país se baseava num regime escravocrata, seria essa uma das principais razões da invisibilidade da presença de negros e índios nos relatos históricos sobre o território? (TAVARES, 2022). O desafio de localizar nos vagões do esquecimento os/as negros que, como construtores deste País, ainda não são passageiros, é um obstáculo que foi despertado no trabalho pedagógico com crianças pequenas, isto é, inspirando o encorajamento para que pudéssemos difundir uma outra narrativa sobre Teresópolis, explicitando a presença de vozes negras e de suas mãos negras na construção da cidade (MACHADO, 2023). Desde os quatro anos de idade, as crianças da fazenda March trabalhavam em campos verdes com suas próprias mãos delicadas, resultando na criação de belos gramados inspirados nas pastagens europeias (FERREZ, 1970). Talvez uma das funções da escola, e começando pelas crianças pequenas, seja viajar pelo conhecimento em trilhos nos quais os vagões da história possam ser preenchidos por outras compreensões da história brasileira, trazendo memórias subterrâneas dos “condenados da terra” (TAVARES, 2022). Neste sentido, as/os pesquisadores/as negros/as podem contribuir para que nos mesmos trilhos da história de Teresópolis, o currículo escolar de visibilidade a participação não hierárquica de saberes e contribuições de vozes invisibilizadas na construção da cidade. Portanto, há vagões que precisam ser preenchidos pelas vozes Infantis, que além do direito a ter uma infância digna e feliz, com o reconhecimento de sua potência ancestral e corporeidade negra (MACHADO, 2023), possam (re)conhecer a presença negra e de suas culturas

237



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

nos territórios da cidade, reivindicando direitos e combatendo privilégios, sobretudo no que tange o direito à cidade (TAVARES, 2022).

Palavras-chave: Território, invisibilidade negra, memória a contrapelo.

Referências

FERREZ, Gilberto (1970). **Colonização de Teresópolis: À sombra do Dedo de Deus, 1700/1900, da Fazenda March a Teresópolis**. Rio de Janeiro: Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (nº24).

IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/teresopolis/pesquisa/23/25359?detalhes=true>

IBGE, Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/teresopolis/panorama>

MACHADO, Maria de Fátima Rodrigues Viana. ***Uma pandemia com cor na Educação Infantil: construindo relações educativas entre telas em tempos de (Pós) pandemia da Covid-19***. Orientadora: Maria Tereza Goudard Tavares. 2023. 162f. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais). São Gonçalo/RJ, Faculdade de Formação de Professores/FFP/UERJ, 2023.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. Decifra-me Ou Devoro-te: Por que ler e escrever a cidade de São Gonçalo com as Crianças. In: SILVA, Marta Regina; MAFRA, Jason Ferreira. (orgs.). **Paulo Freire e a Educação das crianças: Infância e Cidadania**. Jundiaí: Paco Editorial, 2022.

238



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**RACISMO RELIGIOSO E ASSISTÊNCIA RELIGIOSA NA SOCIOEDUCAÇÃO:
reflexões sobre a garantia de direitos**

Maria Priscila dos Santos de Jesus, pri_aiye@yahoo.com.br

Denize Sepulveda, denizesepulveda@hotmail.com

PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de pesquisa Políticas, Direitos e Desigualdades

Grupo de pesquisa GESDI

Resumo

O presente artigo pretende trazer reflexões sobre a desproporção oferecida na assistência religiosa no que tange a atuação de grupos religiosos cristãos e de matriz africana na socioeducação do Rio de Janeiro. Sobretudo como essa oferta é intencionalmente ineficiente do ponto de vista da garantia de direitos. Nosso objetivo é de problematizar sobre a ausência de referências religiosas de matriz africana nos espaços de socioeducação, especialmente na unidade socioeducativa feminina, em contraposição a hegemonia crista protestante e como essa ausência se configura dentro do que conceituamos como racismo religioso. O tema da assistência religiosa relacionado às relações etnorraciais é de grande valia para analisarmos o quanto o racismo basila todos os âmbitos sociais brasileiros. Sendo a assistência religiosa uma prerrogativa legal que garante o direito a todos/as aqueles/as que, por alguma razão, estão privados/as do acesso ao núcleo religioso com o qual se identifica, como doentes hospitalizados, militares em missão e pessoas privadas/ restritas de liberdade, é interessante entender sobre a funcionalidade desse direito dentro dos espaços socioeducativos. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) também faz referência à assistência religiosa, destacando-a na sessão relativa aos direitos humanos. Tendo como premissa básica a necessidade de se constituir parâmetros mais objetivos e procedimentos mais justos que evitem ou limitem a discricionariedade, o SINASE (2016) reafirma a diretriz do Estatuto sobre a natureza pedagógica da medida socioeducativa. A utilização do termo Racismo Religioso vem sendo amplamente defendido por grupos religiosos de matriz africana e por diversos

239



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

intelectuais que se debruçam sobre os estudos raciais no Brasil. As reflexões acerca do racismo religioso são necessárias para compreendermos mais sobre os desdobramentos do racismo enquanto estrutura de poder que retira de determinados sujeitos o direito a exercer sua humanidade plenamente. “O racismo, cuja essência reside na negação total ou parcial da humanidade do negro e outros não brancos, constituiu a justificativa para exercitar o domínio sobre os povos de cor” (GONZALES e HASENBALG, 1982, p.69). Ao priorizar o atendimento religioso de determinado grupo, em detrimento a outros, se institucionaliza um modo de pensar e agir que busque comungar com os princípios doutrinários destes mesmos. É sabido que grupos cristãos, especialmente os neopentecostais, condenam algumas práticas que acontecem no cotidiano dos ambientes de privação de liberdade, que para eles são consideradas “pecado”, especialmente as relações homoafetivas. No âmbito da socioeducação a perspectiva pedagógica mais recomendada seria a da Educação Social que segundo Costa (2006) a educação social seria constituída pela escolarização formal, educação profissional, atividades artístico-culturais, abordagem social e psicológica de cada caso, práticas esportivas, assistência religiosa e todas as demais atividades que estejam associadas ao propósito de desenvolver no jovem seu potencial para ser e conviver, prepará-lo para relacionar-se com ele mesmo e com os outros. Partindo da concepção de educação social, “a socioeducação deveria ser um conjunto articulado de programas, serviços e ações desenvolvidos a partir da articulação entre práticas educativas, demandas sociais e direitos humanos com o objetivo de mobilizar nos jovens novos posicionamentos sem, contudo, romper com as regras éticas e sociais vigentes” (BISINOTO, 2015, p. 576). No contexto da socioeducação, tal cenário contribui com a indiferença de educadores/as, gestores/as e agentes públicos diante da experiência de adeptos juvenis, que vivem com medo de dizer o nome da religião a que pertencem. Refletir sobre essa perspectiva é reconhecer a existência de um racismo religioso e epistêmico que perpassa as Instituições e as engrenagens básicas do Estado, na manutenção de um pensamento colonial estruturado na exclusão de direitos, inclusive de fé, aos/as privados/as de liberdade.

240



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Palavras-chave: assistência religiosa, socioeducação, racismo religioso

Referências

BISINOTO, Cynthia. Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 20, n. 4, p.575-585, out./dez. 2015.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Levantamento Anual Sinase 2016**. Brasília, 2016.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Parâmetros para formação do socioeducador:** uma proposta inicial para reflexão e debate. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

GONZALES, Lélia; HASENBAL, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

ALFABETIZAÇÃO MATEMÁTICA E A PROPOSTA REDUCIONISTA APRESENTADA PELA BNCC

Marla Lobôsko Pinto, marlalobosco@yahoo.com.br
Vania Finholdt Angelo Leite, trivertice.extensao@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ
Linha de pesquisa do PPGEDU
Grupo Tri Vértice

Resumo

A educação brasileira vive um enorme retrocesso nos últimos anos. Apesar dos pesquisadores e formadores defenderem há bastante tempo o protagonismo dos profissionais da educação, há um esvaziamento desse papel na construção dos objetivos e finalidade da educação escolar. Apesar da BNCC não ser um currículo e sim uma referência para a elaboração dos currículos escolares municipais e estaduais, a elaboração do documento em sua versão final, em 2018, já era referência para a reforma educacional de estados e municípios. A forma como a BNCC foi construída demonstra que os profissionais da educação foram pouco considerados no processo de construção do documento. Neste artigo, pretendemos discorrer um pouco sobre a construção histórica da base e analisar os retrocessos que a BNCC traz para a Educação Matemática. A BNCC aprovada associa o letramento matemático às habilidades e competências, entendendo este letramento como uma capacidade individual do estudante e não como uma constituição histórica e cultural. A BNCC utiliza o conceito de competência ancorado, de acordo com o próprio documento, nas discussões pedagógicas e sociais das últimas décadas, mas não sinaliza ou divulga os teóricos utilizados na discussão do conceito. Os profissionais da educação que ensinam matemática rejeitam o ensino pautado em habilidades e competências, suas produções não têm sido levadas em consideração pelos reformadores curriculares que participaram da criação da BNCC. Como afirmam Venco e Carneiro (2018, p.9), “é possível afirmar que o padrão de competências assume um caráter científico, mas atende diretamente aos interesses do atual estágio do capitalismo”. Tanto a BNCC quanto a Educação Matemática fazem referência a uma metodologia de projetos como

242



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

possibilidade de um trabalho mais bem estruturado para ser trabalhado em sala de aula, mas a BNCC apresenta um caráter bastante prescritivo. A educação Matemática apoia uma discussão que surja das experiências e necessidades dos estudantes, de modo que o que for aprendido em Matemática seja uma ferramenta para o desenvolvimento de um conhecimento de mundo. Antes da BNCC, o ensino fundamental estava fortemente influenciado pelo construtivismo e essa filosofia de trabalho foi bastante defendida no que se referia ao ensino de Matemática. O país, antes disso, saía de um ensino tecnicista vindo da Matemática Moderna, movimento anterior a ideia de construção do conhecimento. Na era construtivista, muitos documentos foram produzidos pelos profissionais da educação e também eram oferecidos, em prefeituras, cursos de formação. Havia uma preocupação em estar junto aos professores apresentando atividades para que eles pudessem contribuir para reelaboração dos documentos desenvolvidos. Entender as entrelinhas desses documentos passa a ser primordial para que possamos lutar contra a mercantilização da educação imposta. Os documentos citam reformas, projetos inovadores, mas apresentam mais do mesmo. Há um impacto muito importante quanto a quantidade de estudantes que serão prejudicados por essa base. Muitas escolas particulares, as que formam a elite do país, não estão se submetendo a BNCC por entenderem que ela é um retrocesso. Nós professores precisamos lutar contra essa lógica neoliberal. O contexto exige movimento de resistência indo na contramão dos modelos impostos, visando autonomia profissional para o ensino da matemática. Práticas reflexivas precisam ser oferecidas à formação dos educandos. Não podemos desistir da busca de uma educação social e cultural.

243

Palavras-chave: Educação Matemática, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Ensino Fundamental.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília, DF, 2017.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

MARTINS, Erika. M. **Todos pela Educação?** Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2016.

NACARATO, A. M.; MENGALI, B. L. S.; PASSOS, C. L. B. **A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental:** tecendo fios do ensinar e do aprender. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** 30ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

VENCO, S. Precariedades: desdobramentos da Nova Gestão Pública. **Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política.** v. 6, n. (1), 2016. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/36341>> Acesso em 19.abr.2018.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

PENSANDO EXPERIÊNCIAS COM A FORMAÇÃO COMPARTILHADA ENTRE ESCOLAS E UNIVERSIDADE NO ESPAÇOTEMPO E NOS PROCESSOS FORMATIVOS DOS ESTÁGIOS

Michele Barreto Nunes, m.barretonunes@bol.com.br
Alexandra Garcia/orientadora, alearcialima@hotmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de pesquisa: Formação de professores, História, Memória e Práticas Educativas
Grupo de pesquisa do orientador: Diálogos Escolas-Universidade

Resumo

O presente trabalho tem origem no conhecimento da proposta do “LABORATÓRIO DE APRENDIZAGENS REMOTAS: o estágio supervisionado e as novas possibilidades para a formação inicial e continuada de professores de escolas públicas no município de São Gonçalo/RJ” (UERJ/FFP) que me fez interrogar a ideia de uma formação partilhada em que estudantes de licenciatura e professores em atuação na Educação Básica possam formar-se de forma mais colaborativa. Tendo essa experiência como ponto de partida, o projeto propõe-se a estudar propostas pautadas nessa partilha que Garcia (2014) nomeia como formação com-partilhada, destacando a ideia de que as redes de saberes que cada um tem e traz para as práticas docentes e curriculares nas escolas pode contribuir com os processos formativos em espaçotempos mais coletivos e através de lógicas mais solidárias de produção dos saberes profissionais docentes. Justifica-se pela percepção da necessidade de processo formativos mais cooperativos diante dos desafios que cotidianamente enfrentamos na docência e que especialmente nos foram mais enfatizados diante do período de pandemia. Nesse período, em contato com a experiência do Laboratório enquanto docente de uma escola pública pude conhecer a experiência do estágio em um modelo de formação virtual. Tendo acompanhado os desafios que se colocaram a esse formato e também considerando as potenciais contribuições que possam ter emergido pelo uso de alternativas mediadas pelas tecnologias, indago quanto aos desafios e enfrentamentos de um trabalho cooperativo em formação representado pelos estágios nesse formato. Assim,

245



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

buscarei levantar experiências em formação que abordem processo de cooperação e partilha entre escolas e universidade, tendo como parâmetro processos mais solidários e horizontalizados, bem como a problematização das contribuições e limites de um trabalho online para o estágio na formação de professores. A pesquisa tem como objetivo geral: Investigar os processos formativos e as experiências na formação docente de estagiários de um curso de licenciatura da UERJ e professores de escolas públicas parceiras. Objetivo Específico: Compreender através das narrativas docentes e discentes, a construção de novos fazeres/saberes com o uso de recursos digitais. Objetivo específico 2: Discutir quais os desafios para utilização dos dispositivos tecnológicos abertos, da internet e de adventos produzidos com a cultura digital na formação inicial de professores na cidade de São Gonçalo/RJ. A metodologia está pautada no campo das pesquisas com os cotidianos e no trabalho com narrativas em pesquisas e na formação docente. Do ponto de vista teórico, trabalharemos com a noção de ecologia de saberes do pensamento de Boaventura Sousa Santos (2020), e com a discussão quanto as trajetórias na formação docente e a especificidade do saber docente destacada por Antônio Nóvoa (2017). Ainda, tendo como base o pensamento quanto aos cotidianos e seus praticantes no sentido de identificar e pensar com as criações cotidianas das escolas os processos de formação em diálogo com Certau (1994). Espera-se que com esse trabalho possamos compreender um pouco dos currículos construídos no período pandêmico, desinvisibilizando o cotidiano como espaço de experiências curriculares reflexivas e colaborativas. Nesse sentido, interessa para pensar os saberes docentes, as práticas pedagógicas e os processos de formação de forma mais ampla (GARCIA, MOREIRA E AMORIM, 2023) como no ciberespaço. Acredita-se que a participação é um processo educativo, um ato político voltado para o exercício da cidadania, permitindo a tomada de decisões em coletivo desmontando, desse modo, o autoritarismo persistente na cultura brasileira, visando construir uma maior integração social e transparência administrativa. Lembrando que é essencial que os canais de participação sejam acessíveis a todos, sem qualquer tipo de discriminação. Concebe-se, ainda, que o trabalho pedagógico como uma rede de relações entre sujeitos, o que requer uma atitude, necessariamente, democrática que

246



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

respeite o outro em sua dimensão subjetiva e histórica. O estudioso Boaventura nos chama a atenção ao esclarecer mudanças que passam despercebidas em cada época histórica, e a exigência de medidas drásticas em decorrência da chegada de uma pandemia sem deixar de lado medidas democráticas para tal, como aponta Santos (2020). As conversas com outros professores no cotidiano escolar, favorece a construção de aprendizagens significativas que contribuem muito para a prática docente. Esses currículos se tornam possíveis a partir de nossas redes que emprestam fios para tecê-los e deles se alimentam também (GARCIA, 2020). Metodologia: A pesquisa é qualitativa, utilizando a pesquisa bibliográfica, o campo das pesquisas com os cotidianos e as narrativas como orientações na metodologia. Considerações parciais: Como compreensões iniciais desenvolvidas com base na interação como o projeto do laboratório, foi possível pensar que as narrativas indicam serem processo de formação mais partilhada entre estudantes e professores de maior envolvimento de ambos nos questionamentos e produção de novos saberes profissionais. Também favorece compreender que os diálogos entre escolas e universidades favorecem importantes redes de mobilização dos diferentes saberes entre esses dois espaços formativos e que podemos investigar formas mais ecológicas de produção de conhecimentos com professores e licenciandos. Na experiência que deu origem ao projeto de pesquisa observou-se que na interação entre professores e estagiários as trocas aconteceram contribuindo para se pensar outros fazeres, uma nova articulação *teoriaprática*. Nesse sentido, processos formativos pautados na partilha podem nos auxiliar a pensar caminhos outros para formação e construção do aprendizado como forma de luta e resistência da escola pública. Cabe ainda investigar os limites que aparecem quanto à insuficiência de recursos tecnológicos e de formação para sua utilização diante das demandas que se colocam sobre as escolas como os professores têm expressado no contexto das narrativas produzidas atualmente com a pesquisa em desenvolvimento.

Palavras-chave: Pesquisa nos/dos/com os cotidianos, currículos em rede, narrativas docentes e discentes.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Referências

BOAVENTURA, S. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Almedina, 2020.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GARCIA, Alexandra; MOREIRA, Maria Alfredo; AMORIM, Antônio Carlos Rodrigues. Narrativas, conversas e as múltiplas grafias de vida: reverberações curriculares. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, p. 1-22, 2023.

NÓVOA, Antônio. Firmar a posição como Professor, afirmar a profissão Docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.47, n.166, p. 1106-1133, 2017.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO GONÇALO/RJ (Meta 1: desafios e perspectivas)

Mônica de Souza Motta - e-mail: monica_mtt2004@yahoo.com.br
Maria Tereza Goudard Tavares-Orientadora e-mail: mtgtavares@yahoo.com.br
Linha de pesquisa do PPGEDU Políticas, Direitos e Desigualdades
Grupo de pesquisa do Orientador - GIFORDIC
Linha de Pesquisa do PPFH/UERJ: Estado e Políticas Pública
Grupo de Pesquisa em Educação, Estado, Sociedade Civil e Participação Política
(Gpesp)

Resumo

O trabalho resultante de uma Dissertação defendida no PPGedu-FFPUERJ busca reportar algumas tensões, possibilidades e limites frente aos desafios e perspectivas no âmbito da consolidação dos Planos de Educação enquanto efetivo movimento de caráter democrático. Neste sentido, temos o Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024), marco legislativo que protagonizou a elaboração dos Planos Municipais de Educação vigentes no país. Ao nos aproximarmos do término de vigência do atual PNE somos impulsionados aos estudos e análises dos possíveis impasses e avanços frente a elaboração, planejamento e efetivação das políticas públicas educacionais. Assim, ao nos depararmos com o monitoramento realizado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, divulgado em 20 de junho de 2023, observamos que 13 das 20 metas que compõem o PNE se encontram em retrocesso, o que nos alerta para um suposto contexto de abandono do Plano, visto a redução substancial da progressão do cumprimento das mesmas, além de nos indicar que cerca de 90% dos dispositivos referentes às metas não devem ser consolidadas. A vigência do PNE vem sofrendo com a política recorrente de austeridade fiscal que se intensificou na última década, em especial, com a aprovação da EC 95/2016, que tratou dos limites do Teto de Gastos, influenciando de forma direta os recursos financeiros destinados à educação pública. O estudo investigativo está referendado no campo teórico-metodológico do

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU

Faculdade de Formação de Professores – FFP

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

realidade, conseqüentemente de mundo e de vida em seu conjunto, o que nos leva à compreensão de um contexto frente às variadas determinações produzidas pela práxis humana. Neste sentido, Frigotto (2010) nos adverte que o materialismo histórico-dialético se constitui em uma forma de mediar o processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e a transformação dos respectivos fenômenos sociais. O trabalho encontra-se ancorado em um estudo de caso realizado no município de São Gonçalo, cidade da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, com especial recorte referente à meta 1 do PME (2015-2024), em interface com o PNE (2014-2024), no âmbito do direito à Educação Infantil. O disposto na meta 1 do PNE com indicativo de universalização do acesso às crianças na faixa etária de 4 a 5 anos, previsão para 2016, ainda não tinha sido efetivado em 2022, e diante do prognóstico do atendimento divulgado pela *PNAD Contínua*, tivemos o indicativo de retrocesso desde 2019, período anterior à pandemia da COVID-19. A meta ainda define que, no ano de 2024, o percentual de atendimento para as crianças na faixa etária de 0 a 3 anos de idade deveria configurar 50%. Nos anos de 2014 a 2022, o percentual apresentado aumentou em torno de 29,6% para 37,3%, caracterizando um leve avanço rumo ao seu cumprimento, embora pouco expressivo. Cabe destacar, que o cenário anterior à COVID-19 já configurava o não cumprimento da meta de expansão do atendimento para a faixa etária de creche, fato que se agravou durante a pandemia. Neste sentido, ao caminharmos para o término de vigência do atual PNE observamos a ausência de consolidação da respectiva meta. No tocante às políticas públicas de atendimento à Educação Infantil no município de São Gonçalo/RJ, os dados apresentados no relatório de avaliação do Plano Municipal de Educação/SG (2015/2024), realizado no ano de 2017, retrataram o quantitativo reduzido de matrículas efetivadas pela rede pública municipal de educação, o que configura um grande desafio no contexto da consolidação da meta frente à expansão e universalização do atendimento à Educação Infantil, na cidade. Conseqüentemente, o cumprimento da meta 1 (PME), que determina a universalização (100%) da pré-escola (4 e 5 anos) até o ano de 2016, apresentou o resultado de apenas 22,4%. No contexto referente à expansão da oferta de vagas no segmento da creche (0 a 3 anos),

250



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

foi verificado o atendimento de 12,8%. Vale ressaltar que a meta 1 do PME (2015-2014) (SÃO GONÇALO, 2022) define a expansão para o segmento da creche, em torno de 70%, até os três primeiros anos de vigência do PME. Neste sentido, o estudo aponta que o direito à Educação Infantil precisa avançar no âmbito da garantia da expansão e universalização do acesso. E desta forma, entendemos que o direito social das crianças pequenas em serem atendidas em creche e pré-escolas foi determinado pela Constituição Federal de 1988, que definiu como dever do Estado a garantia de “Educação Infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade” (art. 208, inciso IV). Em síntese, o trabalho procurou dialogar com os apontamentos políticos educacionais voltados à expansão e a universalização da Educação Infantil, em conformidade com os princípios constitucionais e as determinações do Plano Municipal de Educação.

Palavras-chave: Política pública, Plano Municipal de Educação, Direito à Educação Infantil.

251

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014 - Edição extra.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12^a ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SÃO GONÇALO (RJ). PREFEITURA. Lei nº 658, de 09 de dezembro de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação do município de São Gonçalo e dá outras providências. **Diário Oficial Eletrônico (DOE)**, São Gonçalo, 09 dez. 2015.

_____. _____. Lei nº 1.067, de 2020. Altera a Lei nº 658/2015, que aprova o Plano Municipal de Educação do município de São Gonçalo e dá outras providências. **Diário Oficial Eletrônico (DOE)**, São Gonçalo, 09 jan. 2020.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**“O PROGRAMA CONTA PRA MIM”: uma análise sobre políticas para leitura
no governo Bolsonaro (2019-2022)**

Naila de Figueiredo Portugal, portugalnaila440@gmail.com
Maria Tereza Goudard Tavares, mtgtavares@yahoo.com.br
Fundação Municipal de Educação de Niterói - FME
Grupo de Estudos e Pesquisas da(s) Infâncias, Formação de Professores(as) e
Diversidade Cultural – GIFORDIC

Resumo

A Dissertação “Políticas de leitura para a infância no Brasil: Investigando o Programa Conta pra Mim (2019-2022)”, defendida no PPGedu em junho de 2023, foi realizada através de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e de análise documental, na qual buscamos ler e analisar de forma atenta as 72 páginas do Guia do Programa *Conta pra Mim* – Guia de Literacia Familiar/MEC-Brasil, problematizando um *corpus* de 5 títulos escolhidos, dentre os 44 livros disponíveis para *download*. Ambos estão à disposição na página do programa (BRASIL, 2022). Para tanto, foi feita a análise dos materiais disponíveis em PDF no site do programa – procurando observar se nesses materiais há o compromisso de princípios éticos, pedagógicos, políticos e estéticos com crianças pequenas, assim como atentando para possíveis características ideológicas presentes no material produzido pelo governo Bolsonaro. Para a análise documental, recorri à obra de Le Goff (2013), *Documento/Monumento*, tendo em vista que, por configurar um documento do nosso tempo, foi preciso necessário estar atenta que “o documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando o seu significado aparente. O documento é monumento” (Le Goff, 2013, p. 15-16). Partindo da compreensão do documento enquanto monumento, os estudos e as considerações acerca do programa sobre o qual me debrucei na pesquisa, também levaram em consideração que “não há documento de cultura que não seja também documento de barbárie. E, do mesmo modo que ele não pode libertar-se da barbárie, assim também não o pode o processo

252



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

histórico em que ele transitou de um para o outro” (Benjamin, 2018, p. 13). Neste sentido, buscamos estudar o Programa *Conta pra Mim*, “escovando-o a contrapelo”, lendo-o como resultante de embates e disputas ideológicas, compreendendo-o como parte de uma atualidade, de uma história que nos perpassa, na qual estamos inseridos (as) e da qual não estamos desassociados(as). Em meus posicionamentos acerca do Programa, o intuito foi levantar algumas questões na tentativa de vislumbrar quais problemáticas o atravessam, e quais as possíveis intencionalidades que fundamentaram a sua produção/divulgação. Ainda neste sentido, recorro a Evangelista (2012, p. 9-10) para pensar em como os documentos “expressam e resultam de uma combinação de intencionalidades, valores e discursos; são constituídos pelo e constituintes do momento histórico”. Ciente de que uma pesquisa sobre uma política pública de distribuição de livros nos exigiria estudos sobre o processo histórico de políticas públicas que antecederam o *Conta pra Mim*, procurei dialogar com Bastos (2005); Brandão (2022); Lima (2014); e Pinheiro (2020). E, para refletir sobre o comprometimento ético, político e estético dos livros que são destinados às infâncias, dialoguei com Andruetto (2012); Benjamin (2009); Candido (2004); Larrosa (2009); Lima (2008); Manguel (2009); e Lopéz (2018). No campo dos estudos acerca da ideologia presente no programa, me ancorei nas reflexões de Chauí (1984) e Faria (2017). Acerca da discussão sobre literacia, alfabetização e leitura, procurei me fundamentar nas contribuições de Araújo e Pérez (2011); Bunzen (2019); Paulo Freire (1967, 1997, 2011); Moraes e Sampaio (2011) e Tavares (2014). Dando continuidade ao trabalho de constituição da pesquisa, a partir do diálogo com autores (as) que foram referenciados (as) anteriormente, em especial no campo das políticas de leitura e educação infantil, procurei discorrer sobre alguns caminhos percorridos ao longo das políticas de leitura em nossa sociedade e sobre como vêm sendo efetivadas tais políticas atualmente no Brasil. Diante do exposto, ressalto o impacto que as políticas públicas de leitura podem ter nos processos formativos e na produção das subjetividades de crianças pequenas. No caso do Programa *Conta pra Mim*, a partir do estudo realizado sobre os seus documentos, em especial os 5 livros analisados, foi possível tecer algumas considerações sobre os possíveis impactos

253



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

desse livros à luz de temáticas específicas, tais como as concepções de infância, família e sociedade, bem como ideologias conservadoras e neoliberais presentes no material investigado.

Palavras-chave: Literatura infantil; Políticas Públicas de Leitura; Infâncias; Programa Conta pra Mim.

Referências

BENJAMIN, Walter. **O Anjo da História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson S. (org.). **A Pesquisa em Trabalho, Educação e Políticas Educacionais**. Campinas: Alinea, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

254



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

VIVÊNCIAS POPULARES E APRENDIZAGENS: pensando a decolonialidade das festas escolares

Nãnaira Ferreira, nanairaf@gmail.com
Alexandra Garcia/orientadora, alegarcialima@hotmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de pesquisa: Formação de professores, História, Memória e Práticas Educativas
Grupo de pesquisa do orientador: Diálogos Escolas-Universidade

Resumo

Considerando o contexto social e político e os desafios que ele traz para pensarmos com as escolas a produção de conhecimentos que contribua para formas mais justas e igualitárias de vivermos em sociedade implica problematizar as bases epistemológicas e políticas dos currículos. No enfrentamento das desigualdades sociais, nos atentando ao modo como nelas estão presentes visões excludentes reproduzidas ou não problematizadas pelos currículos na escola, faz-se necessário pesquisar e pensar currículos capazes de abordar a pluralidade dos saberes e considerar os estudantes e seus corpos para além da sala de aula, como sujeitos carregados de desejos e experiências. Considerar os saberes e a presença dos sujeitos nas escolas para pensar com eles e a partir das questões que trazem os currículos, talvez pareça o óbvio, no entanto, muitas vezes nas lutas políticas que se fazem ou podem fazer com a contribuição de nossas pesquisas, é necessário dizer o aparentemente óbvio. As marcas da colonização ainda se fazem presentes no nosso dia a dia e presenciar no cotidiano escolar fortes marcas desse período, inclusive do modo como a colonização marca os corpos e nossa relação com eles ao naturalizar padrões de pertencimento que negam ou invisibilizam as questões étnico-raciais, ainda faz parte de nossa rotina. Ao mesmo tempo, a razão ocidental moderna, na qual o modelo de escola se alimenta, nega ao corpo o protagonismo e mesmo a presença na escola. O corpo na escola é constantemente monitorado e os estudantes, assim, são, com frequência, desencorajados a movimentar-se, desde a educação infantil até os

255



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

anos finais do ensino médio, na tentativa de manter um controle maior dos espaços. Pensando com os sentidos atentos a essa questão, talvez isso se reflita tanto no dia a dia da escola, como nos festejos, danças, apresentações, jogos e demais momentos de brincadeiras aleatórias. Diante dessas questões, entendemos que buscamos a ampliação das discussões sobre a cultura popular para além da perspectiva cultural eurocêntrica e caminhar em direção a uma visão que dialogue, dentre outras perspectivas decoloniais, com os deslocamentos que nos provocam pensar com uma perspectiva afrocentrada, tendo em vista serem os estudantes das escolas públicas, em sua maioria pretos e pardos, pode contribuir para pensarmos currículos menos excludentes e mais identificados com os saberes e formas de ser e estar no mundo conectado à diversidade de saberes que compõem nosso manancial cultural e nossa ancestralidade. Com isso, espera-se que possamos contribuir com a produção de compreensões a partir da pesquisa comprometidos com currículos em que nossos estudantes (e nós professores também) possam se reconhecer, promovendo uma valorização cultural social em práticas educativas mais emancipatórias. Diante do exposto, o presente trabalho tem como justificativa, a importância de pensarmos a insuficiência de abordagens decoloniais nos espaçotempo e nas práticas curriculares cotidianas nas escolas. Considerando-se, também, as interfaces com cultura e corpo pautadas em padrões estabelecidos para a manutenção das relações de poder herdadas da colonialidade. Metodologicamente a pesquisa se afilia ao campo das Pesquisas com cotidianos e ao trabalho com narrativas, sobretudo no modo como vem sendo proposto pelo grupo de pesquisa que integro em rodas de conversas de forma a mobilizar questões e a produção de saberes em coletivo a partir das narrativas de estudantes e professoras. Aliada a esse caminho, serão produzidos registros que favoreçam provocar diálogos, narrativas das práticas, bem como, o mapeamento conjunto de abordagens alternativas e estratégias que proponham condições de enfrentamento ao apagamento dos saberes que por tanto tempo têm sido marginalizados e invisibilizados nos currículos. Para viabilizar as intenções acima apresentadas, teremos como objetivos do presente trabalho, nos aprofundarmos nos estudos sobre currículo, controle dos corpos e decolonialidade. Para tal,

256



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

consideraremos as Leis 10.639/03 (BRASIL, 2003) e 11.645/08 (BRASIL, 2008), que definem como “obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino”. Do ponto de vista teórico-conceitual, nos apoiaremos em alguns trabalhos que se dedicam a pensar o currículo, em particular os de Paulo Freire (1987), Nilda Alves (2001), Tomaz Tadeu da Silva (2001) e Elisabeth Macedo (2012). No que diz respeito aos estudos pós-coloniais e decoloniais, nos aproximaremos, sobretudo, das reflexões e apontamentos de Nei Lopes (2011), Nilma Lino Gomes (2017), Nelson Maldonado-Torres (2019) e Bárbara Carine (2023). E ainda na teoria de corpos dóceis de Michel Foucault (1975). Esse referencial, ainda será colocado em diálogo com as reflexões produzidas no contexto do grupo Diálogos Escolas-Universidade em especial das compreensões de Garcia (2015).

Palavras-chave: currículo-corpos-decolonialidade



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

COMO CHEGAR ÀS CRIANÇAS? Por uma pedagogia decolonial e latino-americana com as infâncias das classes populares

Nayara Alves Macedo, nayara_macedo@yahoo.com.br
Maria Tereza Goudard Tavares, mtgtavares@yahoo.com.br

PPGEDU/FFP/UERJ
Políticas, Direitos e Desigualdades
Grupo de Estudo e Pesquisa da(s) infância(s), Formação de Professores (as) e
Diversidade Cultural-GIFORDIC

Resumo

Como chegar às crianças? Retomamos a pergunta que esteve presente em todo o nosso percurso como professoras-pesquisadoras da pequena infância. Chegar, um exercício não só de reflexão epistemológica, um caminho metodológico implicado em ver, escutar e escrever (OLIVEIRA, 1996) sobre/com as infâncias que tentou ser incorporado no decorrer da nossa caminhada. Desse modo, a questão se fez caminho e de certa forma esteve refletida num modo de fazer pesquisa com crianças e em compartilhar com elas o cotidiano de uma escola das infâncias. Até que a indagação que parecia apresentar uma compreensão política e pedagógica parece desnudada quando outra pergunta em resposta a esta é levantada: De quais crianças falamos? Falamos de uma pluralidade de crianças faveladas, de periferias urbanas, negras, indígenas, quilombolas, de terreiro que vivem a negação de direitos sociais e territoriais. Filhos e filhas de trabalhadores, crianças pertencentes a movimentos sociais, em suas lutas cotidianas travadas, tornando possíveis pedagogias em movimento. Infâncias marcadas pelas desigualdades que circunscrevem nossos territórios, persistentes desigualdades que se entrecruzam, interseccionando sua classe social, etnia, gênero, raça, nacionalidade e idade. Falamos de infâncias latino-americanas (REDONDO, 2015). Assim, ao indagar a nossa própria pergunta outro movimento dá-se a conhecer, nos exigindo o aprofundamento teórico e a redefinição de estudo e investigação. Nesse sentido, o ponto de chegada do movimento que fizemos no mestrado é ressignificado como ponto de partida. No mestrado

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU
Faculdade de Formação de Professores – FFP
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

mergulhamos numa pesquisa de campo, onde nos encontramos com os “detetives da sala verde”, isto é, uma *investigação cúmplice* com 22 meninos e meninas de 04 e 05 anos de idade, numa Unidade de Educação Infantil pública. Nesta tentativa de escutar sensivelmente as crianças, percebemos que a todo momento, nas suas narrativas, gestos e movimento, elas estão a interrogar a pedagogia que lhes é direcionada (ARROYO, 2009). Após nosso percurso de estudo e pesquisa com crianças, a nossa defesa e entendimento reside na *desobediência epistêmica* das infâncias, na sua própria maneira de inventar-se no mundo, decifrá-lo e produzi-lo, estratégias para a emancipação e resistência que nos convidam a um aspecto sensível do pensar. E que nos convidam a transformação do nosso próprio modo de gerir e nos relacionarmos com o mundo, reclamando também pela descolonização das referências teóricas e práticas em que produzimos nossas pesquisas e pedagogias para a pequena infância. Então, outras questões são formuladas: Se os nossos referenciais éticos, políticos e pedagógicos buscam silenciar e colonizar suas histórias, vozes e pronúncias de mundo, quais caminhos nos conectam a experiência das infâncias latino-americanas e nos colocam no *encontro* com elas? Afinal, como propor trazer o potencial emancipador das infâncias latino-americanas, suas resistências, lógicas, modos de vida, formas de sociabilidade e relações com processos educativos, dentro e fora da escola. Se parecem estar sob o jugo de epistemologias hegemônicas que derivam da crença de uma criança universal, fundada numa imagem pré-fixada de infância invisibilizando seus atravessamentos de classe, etnia, gênero, raça, nacionalidade, território de vida e idade. É nesse sentido, portanto, que nossa aposta neste estudo reside em puxarmos os fios do domínio da colonização que nos pressiona a invisibilizar as leituras de mundo das infâncias reais, seus rostos e potências. Para tanto, somos levados a problematizar epistemologias que não refletem os interesses políticos e sociais para aqueles e aquelas que lhes são destinados. Posicionamo-nos num movimento de colocar sob suspeição, a teoria educacional-social norte-euro ocidental historicamente incorporada nos modos de construir pedagogias para as infâncias e que insistimos por tanto tempo em referenciar. O que nos leva a procura de alternativas, ao encontro de pedagogias decoloniais (WALSH, 2017) que rompem com saberes monoculturais. Neste sentido, o

259



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

caminho que tentamos delinear até aqui revela que acolher as infâncias populares na escola pública implica no desafio em reeducar a pedagogia e mobilizar lutas e processos formativos para a produção de resistências a colonialidade da educação voltada ao capital. Visto que, “a educação do oprimido exige uma dinâmica própria, que lhe permite acesso à palavra negada” (STRECK, 2006, p. 4). Considerando estes questionamentos, traçamos como objetivo investigar a intersecção da Educação infantil com a Educação popular, trazendo também para o debate os estudos decoloniais. A interseccionalidade pode nos oferecer meios para depreender os compromissos dos campos, instrumentalizando-nos para cruzar possíveis diálogos, nos conduzindo a sairmos das limitações que cada campo parece trazer e que de alguma forma obstaculizam as lutas por uma educação das infâncias decolonial. Na necessidade de identificar nos referenciais dos campos interseccionados, no que tange aos seus fundamentos epistemológicos, às suas propostas pedagógicas e ao seu horizonte ético-político apontamentos para a construção de uma pedagogia com as infâncias. Refletir e buscar na materialidade da vida alternativas a pedagogias excludentes, homogeneizantes, que reproduzem tipos ideais de crianças e infâncias constitui por muitos anos nosso interesse de estudo e pesquisa, assim como compreender as possibilidades de pedagogias abertas ao novo trazido pelas diferentes experiências de infâncias, pelos coletivos, pelas invenções criativas e críticas do dia a dia. Mas, foi a partir da compreensão que é preciso construirmos pedagogias interrogantes do euro-norte-centrismo dominante vislumbrando um projeto ético-político emancipatório de sociedade que o presente estudo é desenhado.

Palavras-chave: Educação Infantil; Pedagogia decolonial; Educação Popular

Referências

ARROYO, Miguel. A infância interroga a pedagogia. In: SARMENTO e GOUVEA (Org.) **Estudos da Infância: Educação e Práticas Sociais**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 119-140.

REDONDO, Patrícia **Infância. (s) Latinoamericana(s), entre lo social y lo educativo**. Espacios em blanco. Serie Indagaciones, vol 25 nº1 ene/jun. 2015.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

STRECK, Danilo. A educação popular e a (re)construção do público. Há fogo sob as brasas? **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, maio/ago. 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. 2ed/ Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir** (Tomo II). Quito: Ediciones Abya Yala, 2017.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**ENCONTROS E ATRAVESSAMENTOS: a formação, a pesquisa nos cotidianos
e os usos dos artefatos tecnológicos como artefatos curriculares e
artefatos de circulação científica**

Noale Toja, noaletoja22@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ

Resumo

O presente trabalho traz uma trajetória, de poucas retas e muitas errâncias, que passa pela experiência de estudante no curso de Formação de professores na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - FFP/UERJ - São Gonçalo (2004-2007) e atualmente no pós-doutorado (2023), sob a orientação da professora Nilda Alves. Neste percurso há pelo menos duas encruzilhadas atravessadas pelos usos de artefatos tecnológicos/culturais, na compreensão de como estes tornam-se artefatos curriculares e artefatos de circulação científica. Trago à esta conversa autores cotidianistas que nos ajudam a '*sentirpensar*'⁶ acerca dos usos de artefatos curriculares e de circulação científica em processos educativos democráticos e de reconstrução. Quando decidi me tornar '*professorapesquisadora*', no curso de Pedagogia na FFP/UERJ, entre os anos de 2004 e 2007, já trazia em minha bagagem '*fazeressaberes*' acerca dos usos (CERTEAU, 2014) de artefatos tecnológicos, câmeras de vídeo, microfones, computadores, compreendidos como artefatos culturais e curriculares (ALVES, 2015), por criar outras linguagens, favorecer encontros em processos pedagógicos participativos e evidenciar '*fazeressaberes*' nos cotidianos escolares. Como '*praticantepensante*' (OLIVEIRA: 2012) de movimentos da educação

262

⁶Pertenço ao grupo de pesquisa GrPesq Currículos cotidianos, redes educativas, imagens e sons, orientado pela professora Nilda Alves. Neste grupo, aprendi que podemos ir além dos pensamentos da modernidade, que até um dado momento se fizeram necessárias as dicotomias para compreendermos alguns processos na educação e na produção científica. Nas pesquisas com os cotidianos, entendemos que algumas das ações que foram dicotomizadas até então, não dão conta das expressões e dos movimentos da educação e da produção científica contemporânea. Entendemos que expressões e ações como docência e pesquisa, fazer e saber, práticas e pensamentos, dentre outras, que aparecerão neste texto, acontecem num movimento integrado, juntos, por isso, juntamos as palavras, colando a expressão em itálico e entre aspas simples.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

popular, naquela ocasião já fazia uso do audiovisual com a produção de vídeos populares em projetos sociais, como dispositivos pedagógicos, de criação de pensamentos democráticos, acentuando os *'fazeressaberes'* que nos constituem e como nos fazeres coletivos produzimos *'conhecimentossignificações'*. A pesquisa trabalhada na graduação se dedicou a pensar como esses artefatos, apropriados pela educação, podiam tornar-se criadores de conhecimentos, de experiências artísticas e de circulação de *'práticaspensamentos'* criados na educação; como a produção audiovisual, o processo de feitura de um vídeo, desde a ideia, passando pelo argumento, a pesquisa, a elaboração do roteiro, a produção, a gravação, a edição e a formação da equipe multidisciplinar, poderia ajudar a pensar a educação transdisciplinar e estimular processos criativos, coletivos e democráticos. Engajei nesse curso, trazendo a linguagem e a tecnologia do audiovisual para quase todos os trabalhos, acentuando experiências coletivas tendo o vídeo como mediador em nossos processos educacionais, que nos ajudava a compreender que nossas experiências como educadoras traziam em nossas marcas, múltiplas realidades que tramam, no sentido de trançar, tecer teias de complexidades (MORIN, 2003), e tramando, no sentido das táticas e astúcias (CERTEAU, 2014), como o audiovisual pode ser apropriados em processos pedagógicos, rompendo com a ideia disciplinar, da autoridade da especialização, para compreender que o conhecimento se faz em redes, em entrosamentos das diferentes áreas, incluindo os conhecimentos das estudantes. Na tentativa de trazer essa percepção acerca dos usos de artefatos tecnológicos como artefatos curriculares, trabalhamos no final do curso da graduação com uma oficina de produção audiovisual com estudantes das diferentes licenciaturas oferecidas pela FFP/UERJ. Esse trabalho coletivo e transdisciplinar, nos levou ao exercício de práticas democráticas, dispensando a hierarquização dos conhecimentos. Importante lembrar que nessa ocasião, o celular era um artefato restrito tanto nas ofertas de dispositivos e aplicativos, quanto em relação a democratização de seu uso. Trabalhamos com câmeras digitais leves e computadores, que faziam parte de avanços tecnológicos naquele contexto político de democratização dos meios comunicacionais e educativos. Depois que fizemos o filme, exibimos para os integrantes da oficina e suas turmas,

263



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

fazendo uma conversa acerca do processo e dos conhecimentos que aquele experimento nos possibilitou. O filme, resultado do processo daquele grupo, tratava de uma questão curricular, assim, serviu como artefato curricular para discussão daquela temática emergente, e sendo usado em outros fóruns, seminários, também trabalhamos a divulgação e a circulação das Ciências por meio dele. Entre os anos de 2008 e 2021, as andanças entre mestrado e doutorado aconteceram na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - FEBF/UERJ e na UERJ Maracanã, sempre envolvida nas pesquisas com os usos das tecnologias, aproximando as artes dessas investigações, fortaleceu em mim o desejo de ser professora na formação de professores na FFP/UERJ, um espaço de formação de afetos e que na ocasião da minha formação as questões das tecnologias e linguagens digitais, ainda eram incipientes. Em 2021, com o concurso para professora substituta em Educação e Tecnologia, retorno à FFP/UERJ como docente. Nos cursos, tratamos as tecnologias e a educação na perspectiva de práticas democráticas. Lançamos mão de artefatos culturais como artefatos curriculares e de circulação científica (CALDAS, 2015), com experimentações de linguagens e tecnologias artísticas, como podcast, vídeos de animação, peças gráficas, performance e portfólios digitais, que favorecem os registros dos processos e seus acessos. Os celulares e os aplicativos disponíveis nestes artefatos, tornam-se artefatos curriculares, tanto pelo uso na produção de conhecimentos, como na circulação dos mesmos em ambientes virtuais, trazendo à cena conversas, expressões acerca das experiências das estudantes na graduação, refletindo acerca de suas práticas como docentes, pensar a equidade na educação pública ao compreender diferentes contextos da vida, no *'dentrofora'* da escola, e evidenciar as criações éticas, estéticas e poéticas que vem desses processos como ações políticas na educação. No pós-doutorado, atuando no Programa de Pós-graduação em Educação - Processos formativos e Desigualdades sociais – PPGEDU, começamos a desenvolver um laboratório virtual de circulação científica, o LABLEIS - Laboratório Educação Imagem Sons, que reúne projetos de pesquisas que atuam com educação, imagens e sons no programa de pós-graduação em Educação PPGEDU/FFP na Faculdade Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Nossa intenção é evidenciar

264



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

a potência das pesquisas trabalhadas no programa em suas diversidades, produção acadêmica, produção de conteúdos transdisciplinares e as relações de produção de '*conhecimentossignificações*' com os usos de artefatos culturais - tecnologias e linguagens digitais, bem com as produções realizadas a partir desses artefatos, tornando-os artefatos curriculares, quando estes são usados nos movimentos pedagógicos e conseqüentemente, ao ganhar as redes sociais, plataformas virtuais passam a ser artefatos de circulação científica, criando outros, gestos e modos de acessos mais democráticos à produção científica por meio de outras linguagens, além dos livros, bibliotecas, enfim àqueles consolidados pela modernidade até então. Assim, conluo essa trajetória de experiências que podem inspirar e abrir outras possibilidades na condição de pesquisadoras permanentes que somos neste universo da educação, sobretudo quando queremos evidenciar a educação pública de qualidade que se cria nos nossos cotidianos escolares e não escolares.

265

Palavras-chave: educação democrática, artefatos curriculares, artefatos de circulação científica.

Referências

ALVES, Nilda. As pesquisas com os cotidianos das escolas: pistas para se pensar a potência das imagens narrativas na invenção dos currículos e da formação. **Espaço do Currículo**, v.8, n.3, p. 306-316, set-dez. 2015.

CALDAS, Alessandra da Costa Barbosa Nunes. **Circulação de ideias em pesquisas com os cotidianos: os necessários contatos entre os '*praticantespensantes*' de currículos**. 2015. Tese. (Doutorado em Educação). Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Editora Sulina, 2005.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. Currículos e pesquisas com os cotidianos: o caráter emancipatório dos currículos '*pensadospraticados*' pelos '*praticantespensantes*' dos cotidianos das escolas. In: Carlos Eduardo Ferraço e Janete Magalhães Carvalho (orgs.). **Currículos, pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades**. Petrópolis: DP et Alii., 2012, p. 47-70.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Oswaldo Oliveira, osvaldooliveira@rioeduca.net
Rosa Malena de Araújo Carvalho (orientadora), rosamalena@id.uff.br
PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de pesquisa do PPGEDU: políticas, Direitos e Desigualdades
Grupo de pesquisa da orientadora – ELAC (PPGedu/FFP/UERJ; UFF)

Resumo

O presente resumo destaca o objeto de estudo desta pesquisa, como sendo a formação continuada para professores/as de Educação Física escolar que atuam no Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA), da Secretaria Municipal do município do Rio de Janeiro (SME/RJ). A partir da inserção na matriz curricular do PEJA da Educação Física, como componente curricular, através da Resolução Nº 113 (2019), identificamos a necessidade de colaborar para proposições de uma prática de formação continuada de professores/as nesta área de atuação. Definimos as seguintes questões como problemas desta pesquisa: (1) quais poderiam ser os efeitos que uma política de formação docente específica, para quem atua ou pretende atuar no PEJA, na área da Educação física escolar, podem gerar na relação docente/discente? (2) por qual(uais) motivo(s) as formações continuadas desenvolvidas para professores e professoras de Educação Física da EJA, no município do rio de Janeiro, deixaram de acontecer desde o fim de 2019? Como objetivo geral, espera-se apontar as particularidades na atuação docente com a EJA, que foram abordadas em formações docentes entre 2008 e 2018, que podem contribuir nas práticas pedagógicas desenvolvidas por esse elemento curricular. E como objetivo específico, identificar respostas para o fato de ter sido efetivada a interrupção das formações continuadas, abrangendo especificamente a EJA e a Educação Física escolar, no município do Rio de Janeiro. Neste sentido dialogamos com autores/as que pesquisam a importância de uma política de formação docente específica na atuação com a EJA; o reconhecimento

266



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

desta modalidade como direito; políticas de formação docente, na educação de jovens adultos e idosos; a Educação Física escolar na EJA. Entre os/as autores/as estão: Leôncio Soares, Jane Paiva, Paula Cabral, Samira Vigano e Suraya Darido. O diálogo entre a experiência durante os anos de atuação na EJA, com materiais de autores/as, como os/as citados/as anteriormente, e ainda com registros realizados pela Gerência de Educação de Jovens e Adultos (GEJA), para acompanhar o projeto piloto, auxiliam na definição do percurso metodológico a ser utilizado. Desta maneira, para seguir este caminho a pesquisa com os cotidianos é a metodologia utilizada (ANDRADE; CALDAS; ALVES, 2019), possibilitando estabelecer diálogo entre as narrativas das experiências na atuação em turmas de EJA, desde 2008, com autores e autoras que se relacionam com os tópicos levantados durante a pesquisa. O levantamento e análise dos documentos sob a guarda do Centro Municipal de Referência de Educação de Jovens e Adultos (CREJA) podem auxiliar na compreensão da formação continuada específica em Educação Física escolar atendendo jovens, adultos e idosos, em suas diversidades. Nos encontros estabelecidos durante os cotidianos escolares com os jovens, adultos e idosos, concordamos com Cabral e Vigano (2017, p. 202), quando afirmam que este público “[...] é composto por pessoas, na maioria dos casos, economicamente empobrecidas, negras e moradores de periferias, ou seja, a EJA tem classe social, cor e espaço”. Essas diversidades encontradas devem ser consideradas na formação docente em EJA. Assim, nos interessa a aproximação com as ideias que inspiram a educação popular, que reconheçam as diversidades dos sujeitos, corpos de jovens, adultos e idosos, que partem de suas próprias culturas e das relações que estabelecem com outras e o contexto. A busca pela EJA faz parte do direito à alfabetização, ao acesso a todos os tipos de conhecimentos, assim como a formação ao longo da vida. A interação cotidiana a partir dos diálogos estabelecidos em cada encontro pode contribuir para gerar vínculos importantes entre estudantes e professores/as, uma vez que as proposições nas aulas poderiam surgir através da escuta cuidadosa, resultante destes diálogos. Nas aulas com turmas de EJA, uma reação entre alguns jovens, adultos e idosos, trabalhadores e trabalhadoras, chama a atenção, quando fazem o seguinte comunicado: “hoje não poderei fazer a ginástica porque estou cansado/a,

267



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

com dor...”. O curioso é que estas falas surgem antes mesmo de que se apresente a proposta para os encontros daqueles dias. Sinal de que a atividade docente precisa continuar esclarecendo com que concepção de Educação Física escolar se faz aproximação. A concepção da cultura é uma em que é possível identificar esta aproximação nas práticas pedagógicas da Educação Física escolar, sendo possível relacioná-la com o conceito de cultura corporal. O Coletivo de Autores (2014) apresenta bem este conceito, sinalizando que os jogos, esportes, lutas, entre outros conteúdos do componente curricular, são desenvolvidos, de forma tematizada, no decorrer das aulas. Dialogando com esta ideia, na prática seria como apresentar o futebol

para uma turma, mas não apenas demonstrando a técnica como este esporte pode ser executado. É expor o envolvimento cultural desta prática, refletindo como se tornou o esporte mais popular de nosso país. É procurar, junto com os/as estudantes, diferentes maneiras de se relacionar com esta prática esportiva, sem preocupações com as técnicas e regras oficiais, e sim com diferentes propostas desta atividade, onde seja possível incluir os/as mais habilidosos/as, junto com os/as menos habilidosos/as, tendo o resultado final de um jogo como o menos importante, valorizando o processo de desenvolvimento em aula. Seguimos a pesquisa, então, considerando a Educação Física escolar como possibilidade de atuação que devem considerar como ponto de partida os corpos e suas culturas.

Palavras-chave: Educação Física escolar, Educação de Jovens e Adultos, formação continuada

Referências

ANDRADE, Nívea, et *a/l.* In: OLIVEIRA, Inês Barbosa et *a/l.* **Estudos do cotidiano, currículo e formação docente:** questões metodológicas, políticas e epistemológicas. Curitiba, CRV, 2019.

CABRAL, Paula et *a/l.* Políticas públicas em educação para formação de professores na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, João Pessoa, PB, v. 2, n. 1, p. 201-220, jul. 2017.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. 2ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 2014.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação. Resolução nº 113, de 16 de janeiro de 2019. **Matriz curricular 2019**, Rio de Janeiro, RJ, p. 17-20, janeiro 2019.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

AS INFÂNCIAS E O DIREITO À EDUCAÇÃO: um olhar sobre estratégias familiares para a garantia de vagas na Educação Infantil em Niterói/RJ

Patricia Gonçalves Bastos, patgbastos@gmail.com
Maria Tereza Goudard Tavares, mtgtavares@yahoo.com.br
PPGEDU/FFP/UERJ
Políticas, Direitos e Desigualdades
Grupo de Estudos e Pesquisa da(s) Infância(s),
Formação de Professores(as) e Diversidade Cultural (GIFORDIC)

Resumo

O presente resumo apresenta um recorte de uma pesquisa de mestrado concluída em 2022, que investigou os impactos da pandemia da Covid-19 no cotidiano de uma instituição pública de Educação Infantil, localizada na região metropolitana de um dos estados mais populosos da Federação. A partir da temática geral, e dos itinerários da pesquisa, foi identificada como questão importante, a ausência de vagas públicas para todas as crianças de 0 a 5 anos, na Educação Infantil; e como as crianças das classes populares urbanas, que não acessam este direito social, produzem as suas culturas infantis (CORSARO, 2011). O contexto territorial investigado faz parte das periferias do município de Niterói, localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro. Um dado que a nota da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação denuncia é a privatização da educação, que coloca em risco a expansão das redes públicas de educação e a oferta da gratuidade da Educação Infantil para todas as crianças. Esta também é uma realidade problemática no município de Niterói, em que a prefeitura vem financiando bolsas de estudo em escolas privadas, por meio do Programa Escola Parceira 2022, em que repassa os recursos da esfera pública para a esfera privada. Em 06 de fevereiro de 2023, o governo municipal de Niterói instituiu o Programa Escola Parceira 2023, conforme consta no Decreto nº 14.719/2023, que regulamenta a Lei nº 3.771/2023, vislumbrando a ampliação de vagas para a Educação Infantil por meio de “bolsas de estudo em instituições privadas de educação situadas no Município para crianças indicadas pela Secretaria Municipal de Educação (SME).” (NITERÓI, 2023, art. 1º). É importante dizer que o Programa Escola Parceira existe desde 2021 e vem sendo

270



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

atualizado anualmente, com novas leis e decretos. Este documento oficial apresenta, no mínimo, dois pontos questionáveis em sua redação. Um deles é a afirmativa de que a ampliação de oferta de vagas públicas e gratuitas para a Educação Infantil acontece devido ao impacto pandêmico de maior procura por vagas. Este discurso governamental parece esquecer que a falta de vagas não é um problema oriundo da pandemia, mas da realidade da rede municipal de educação da cidade, que vem se arrastando há anos. A pandemia pode ter acentuado a precariedade da rede municipal, no que diz respeito à falta de vagas, mas este não é um problema recente e que torna as condições de vida de crianças e famílias mais agravadas e vulneráveis. Outro ponto questionável é como a Prefeitura elabora a resolução da falta de vagas, financiando bolsas de estudo em escolas privadas, ou seja, repassando recursos da esfera pública para a esfera privada. Ao invés dos esforços para a garantia do direito a Educação Infantil serem dedicados a expansão da rede municipal de educação, com a construção de novas UMEIs, o que se apresenta é um impulsionamento na privatização da oferta deste primeiro nível da Educação Básica. Nessa perspectiva, a temática da infância e cidade vem sendo estudada em diálogo com as teorias dos campos dos Estudos Sociais da Infância e da Educação Popular (SARMENTO, 2008; TAVARES, 2003), buscando diálogos com os estudos do cotidiano escolar (GARCIA, 2010). O objetivo é buscar elementos para provocar deslocamentos no campo conceitual, político e pedagógico da educação das crianças pequenas das classes populares e o direito à Educação Infantil pública e gratuita, que possam problematizar os impactos da ausência de vagas na vida das crianças e de suas famílias, investigando-as e inserindo-as no cotidiano da cidade na qual vivem e deveriam crescer com dignidade e acesso aos seus direitos fundamentais.

271

Palavras-Chave: Infâncias; Direito à Educação Infantil; Cotidiano Escolar; Processos educativos em periferias urbanas.

Referências

CORSARO, Willian. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011. Edição Kindle.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

GARCIA, Regina Leite (org.). **Diálogos cotidianos**. Petrópolis, RJ: DP&A; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010.

NITERÓI. Prefeitura Municipal de Niterói. **Decreto nº 14.719/2023**. Regulamenta a Lei Nº 3771 de 18 de janeiro de 2023, que dispõe sobre medidas de atendimento ao aumento da demanda por vagas na Rede Municipal de Educação em virtude dos impactos econômicos e sociais gerados pela pandemia do Coronavírus (COVID 19). 06 de fev. 2023.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (org.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 17-39.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. **Os pequenos e a cidade: o papel da escola na construção de uma alfabetização cidadã**. 2003. 258 fls. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2003.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA (PRP): contribuições para a Formação Docente

Priscila de Souza Costa Couto, UERJ, priscilascosta.br@gmail.com
Lucilia Augusta Lino, UERJ, prof.lucilia.uerj@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ

Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas
Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Políticas Educacionais, Formação de
Professores, democracia e direito à educação - GRUPEFOR

Resumo

Este trabalho apresenta algumas considerações tecidas a partir da pesquisa apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais, para obtenção do título de Mestre, cujo o objetivo era compreender o papel do Programa de Residência Pedagógica (PRP) na política de formação de professores para a educação básica, no cenário sociopolítico após o golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff, analisando como se deu sua recontextualização em duas Instituições de Ensino Superior (IES) – a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Nessa pesquisa, buscamos compreender que concepções de formação o programa representa e com quais projetos políticos se relaciona, bem como quais são os desafios postos à formação de professores no Brasil em um cenário de disputas em meio a processos de desmontes e retrocessos educacionais e políticos. O PRP começou a ser implementado nesse cenário social e político de crescimento das ideias neoliberais e avanço do conservadorismo, após o golpe de 2016 e as eleições de 2018, em que vimos a aceleração de um conjunto de reformas relacionadas a uma concepção de educação baseada na defesa do livre mercado, designadas de reformas empresariais da educação (FREITAS, 2018). Na educação, essas reformas foram centradas em duas importantes políticas, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio. No campo da formação de professores, a publicação da Resolução CNE/CP nº2 de dezembro de 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU

Faculdade de Formação de Professores – FFP
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) (BRASIL, 2019) pressionando as IES a adequarem seus currículos de formação inicial à BNCC. Os objetivos do PRP se colocavam na esteira desse movimento de reformas neoliberais. Além do desenvolvimento de projetos de formação que fortaleçam o campo da prática, o programa objetivava induzir a reformulação prática das licenciaturas e promover adequação dos currículos de formação inicial de professores à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, políticas e programas não se resumem ao texto e intencionalidades de seus autores. Nossa análise das experiências da UFF e da UFRJ nos permitiram identificar as contribuições do programa para a formação de professores a partir das releituras operadas por cada IES. Para nossa análise, utilizamos a abordagem do ciclo de políticas públicas, formulada por Stephen Ball (1992) e colaboradores, como ferramenta instrumental para a análise dos dados por considerarmos que este referencial nos permite explorar a natureza complexa da política, ressaltando a atuação dos agentes locais (MAINARDES, 2006) e investigamos a contribuição do PRP para a formação de professores, segundo as avaliações dos sujeitos envolvidos e o cotejamento de dados do programa numa perspectiva qualitativa a partir de uma análise referendada em uma concepção sócio histórica e crítica da educação, com base em Gramsci (2002) e Freire (2021). Um dos nossos objetivos com essa pesquisa era avaliar a influência do PRP na formação dos residentes, a partir de suas experiências no contexto da prática. Ao longo da pesquisa, nos deparamos com algumas categorias fundamentais no campo da formação de professores que a nosso ver representam um alinhamento destas IES à concepção de formação comprometida com a docência como atividade intelectual e criadora, o que implica pensar que a formação de professores ocorre em um campo maior que é a educação como prática social, constituída na totalidade da unidade teoria-prática e comprometida com sua natureza ética e política. Nos processos de interpretação e tradução estudados constatamos que os atores da política ressignificaram seus objetivos e, principalmente os docentes orientadores, resistiram às concepções contrárias do programa, constituindo o PRP como uma política de formação que

274



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

contribuiu para a construção da autonomia dos residentes e formação de suas identidades como professores. A experiência realizada pelas duas IES aproximou os residentes do cotidiano escolar, favorecendo o movimento de reflexão teórico-prático e a identificação do licenciando com a carreira de professor. Assim, o processo formativo se construiu, concomitantemente, na escola e na universidade, favorecendo uma experiência reflexiva e de construção progressiva de saberes docentes (TARDIFF, 2014), em especial os saberes experienciais, que são condição para o exercício da prática docente, e só podem ser desenvolvidos na e pela prática. Assim, podemos concluir que mesmo que haja forte pressão para conformação dos professores à lógica fatalista neoliberal (FREIRE, 2021), ainda há espaços de resistência, que os sujeitos se apropriam e ressignificam conforme sua concepção de mundo. A nosso ver a IES estudadas compartilham de uma concepção de formação que reconhece e valoriza os professores como sujeitos do conhecimento, capazes de produzir conhecimento no exercício da sua prática. Conscientes da natureza política de sua prática, vemos que é possível que os docentes exerçam o papel de intelectuais orgânicos em defesa de uma educação humanizadora que permita a constituição da consciência crítica, a autonomia e a responsabilidade ética.

275

Palavras-chave: Residência Pedagógica, políticas educacionais, formação de professores.

Referências

BALL, S.; BOWE, R.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools:** case studies in policy sociology. London: Routledge, 1992 [2017].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 70ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2021.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação** – nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular. 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Volume 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, abr. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 de julho de 2020.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

PROFESSORA, COMO O BEBÊ ENTRA NA BARRIGA DA MÃE?: possibilidades da caixinha de perguntas

Priscila Freire, priscilafreire@gmail.com;
Luciana Kuhn Nogueira, lucianakuhn2004@yahoo.com.br;
Denize Sepulveda, denizesepulveda@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ
Políticas, Direitos e Desigualdades Sociais
GESDI: Grupo de Pesquisa e Estudo de Gêneros,
Sexualidades e Diferenças nos Vários Espaços Tempos
da História e dos Cotidianos

Resumo

Perguntas nos ajudam a obter informações valiosas, esclarecer mal-entendidos e desenvolver uma compreensão mais profunda a partir da curiosidade. Em uma escola municipal na cidade de Niterói no Rio de Janeiro, as crianças do 5º ano do Ensino Fundamental I tem a possibilidade de indagar livre e anonimamente sobre sexualidade, considerando os aspectos físico, psicológico e emocional que envolvem o tema. A implementação desta atividade ocorre há 20 anos por iniciativa da professora e diretora. Com o objetivo de fornecer informações científicas sobre o corpo e os sentimentos através de uma linguagem adequada à faixa etária, a educadora utiliza a estratégia da caixa de perguntas como forma de implementar a educação em sexualidade nos/dos/com os cotidianos da escola. Associada ao plano de aula de ciências, esta ferramenta educativa permite expandir a abordagem biológica-higienista curricular da sexualidade para a abordagem dos direitos humanos e igualdade de gênero recomendada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Neste contexto, este artigo apresenta os resultados desta pesquisa-ação estruturada a partir da metodologia nos/dos/com os cotidianos, considerando as dinâmicas sociais presentes na vida dos alunos desta escola pública niteroiense. O objetivo norteador desta investigação-ação consistiu em prover às crianças informações embasadas em evidências científicas para o conhecimento dos seus corpos e suas emoções, ou seja, educação integral em sexualidade (UNESCO,

277



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

2019). Este processo de ensino-aprendizagem apresenta como objetivo transmitir conhecimentos, habilidades, atitudes e valores a crianças, adolescentes e jovens de forma a fornecer-lhes autonomia para: garantir a própria saúde, bem-estar e dignidade; desenvolver relacionamentos sociais e sexuais de respeito; considerar como suas escolhas afetam o bem-estar próprio e o de outras pessoas; entender e garantir a proteção de seus direitos ao longo de toda a vida. Ao decorrer destas duas décadas desta pesquisa-ação realizada com os alunos do 5º ano, notou-se um aumento de perguntas relacionadas ao ato sexual, à redução da timidez e uma antecipação de questões relativas à adolescência. Todo ano são coletadas dezenas de perguntas. Há algumas crianças que não gostam de participar, de todo modo, são casos bem pontuais em uma turma. Elas são respeitadas na sua escolha e costumam participar da dinâmica de resposta. Algumas mais tímidas, perguntam diretamente à professora-pesquisadora após as aulas. Outras mais curiosas, fazem o mesmo com mais perguntas demonstrando maior interesse. Além disso, este estudo resultou em objetivos não-planejados alcançados para outros públicos, estendendo o projeto às docentes da escola quando elas despertaram o interesse pelo tema, aos responsáveis quando foram conscientizados sobre o desenvolvimento em sexualidade das filhas e dos filhos, a outras educadoras da cidade por meio das trocas em eventos e a um órgão municipal quando se estabeleceu parceria. O uso da caixa de perguntas facilitou a interação entre a professora-pesquisadora e as crianças, possibilitando momentos leves, descontraídos e ao mesmo tempo um ambiente seguro para diálogos e descobertas acerca dos temas de interesse dos estudantes. Esta é uma pesquisa-ação contínua que irá prosseguir. É imprescindível que seja atendida a demanda de saber das crianças, afinal, elas são consideradas constitucionalmente sujeitos de direitos e não podem ser privadas de informações sobre quem são, quem serão e os limites alheios. Visando à promoção de um ensino de qualidade e inclusivo sobre sexualidade integral, espera-se que outros professores na escola pesquisada, bem como na rede de ensino de todo país, possam se inspirar adotando práticas de ensino-aprendizagem sobre o corpo, os sentimentos e os relacionamentos sociais.

278



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Palavras-chave: educação em sexualidade, infância, ferramenta escolar

Referências

ALVES, Nilda. **Sobre movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos.** Teias, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7-8, jan./dez. 2003.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação Sexual:** saberes essenciais para quem educa. Curitiba: Editora CRV, 2018.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula:** relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. (org.) **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

UNESCO. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade:** uma abordagem baseada em evidências. Paris. 2019.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

ESTÁGIOS CURRICULARES SUPERVISIONADOS EM CURSOS DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA DURANTE O PERÍODO DE ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Priscilla Paixão Ferreira Pereira, priscillapf208@gmail.com
FME/Niterói

Luiz Fernando Conde Sangenis, lsangenis@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ

Formação de Professores do Programa de Pós-Graduação em Educação - Processos
Formativos e Desigualdades Sociais
Grupo de pesquisa Seraphicus

Resumo

A pandemia de COVID-19 provocada pelo SARS-Cov-2 e a decretação governamental de medidas sanitárias, em que se destacou a necessidade de isolamento social a partir do mês de fevereiro do ano de 2020, obrigou a suspensão das atividades presenciais em escolas e universidades do mundo inteiro. Um novo cenário educacional se configurou: o ensino e os estágios curriculares passaram a ser oferecidos remotamente. Trabalhando no NEST (Núcleo de Estágio/FME) desde o ano de 2016, ao longo dos anos fui percebendo as dúvidas recorrentes de estudantes que nos procuravam com pouca ou nenhuma orientação sobre estágio, principalmente os que cursavam Pedagogia a Distância, provocando incertezas acerca do futuro professor formado nesta modalidade, entendendo o estágio como a articulação necessária entre teoria e prática em uma perspectiva da Práxis. O Núcleo de Estágio/FME é o setor da Fundação Municipal de Educação de Niterói (FME), responsável pela realização de convênios com as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas e escolas de nível médio que possuem o curso de formação de professores, concedendo campo para os estudantes em fase de estágio curricular supervisionado das instituições de ensino conveniadas às escolas da Rede Municipal de Educação de Niterói; estágio remunerado (realizado através de convênio com Agente de Integração), cadastro, orientações pedagógicas e encaminhamento de pesquisadores às escolas da Rede. Com a pandemia de COVID-19 e com os estágios sendo oferecidos remotamente

280



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

surgiu o interesse pela temática: “Estágios Curriculares Supervisionados em cursos de Pedagogia a distância durante o período de ensino remoto emergencial no contexto da pandemia de COVID-19”. Levantamos alguns questionamentos sobre como estaria sendo implementada a prática dos estágios remotos no que se refere à supervisão, aos processos avaliativos utilizados e à articulação universidade-escola. Com base nas questões levantadas, traçamos o percurso da pesquisa de campo, de caráter qualitativo, que teve como objetivo geral, investigar as práticas dos estágios curriculares supervisionados em cursos de Pedagogia a distância de duas instituições conveniadas à FME/Niterói, durante o período de ensino remoto emergencial. A escolha por duas universidades (UNIRIO/CEDERJ e UNESA) se fez, por serem as que mais nos enviavam estudantes do curso de Pedagogia a Distância durante o período pré-pandêmico. Dentre os objetivos específicos podemos destacar a análise dos documentos norteadores dos estágios das duas universidades pesquisadas, dos processos avaliativos utilizados nos estágios bem como a articulação universidade-escola. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com base na análise de conteúdos de Bardin (1977), com estudantes em fase de estágios supervisionados, que atuaram nas escolas da Rede Pública Municipal de Niterói, durante o biênio 2020-2021, tutores da UNIRIO/CEDERJ, coordenadores da UNESA e com os professores que os acolheram nas escolas municipais, buscando elementos que nos fizeram entender como foi a experiência dos estágios no período remoto emergencial. O estudo nos possibilitou a identificação de práticas diversas de estágio supervisionado que coexistem em realidades tão próximas, trazendo-nos a percepção do quão possível, apesar das adversidades, é a realização de bons projetos de cursos de Educação a Distância utilizando as tecnologias digitais e as estratégias pedagógicas disponíveis a favor de uma educação transformadora. Contudo, ressaltamos a necessidade de investimentos governamentais em políticas públicas de acesso à internet e às novas tecnologias digitais, formando e valorizando os profissionais da educação para a inserção destas em suas práticas pedagógicas nas escolas públicas brasileiras. Defendemos ainda, a formação de professores condizente com a atuação na Educação a Distância, valorizando os tutores como professores universitários, o que envolve

281



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

planos de carreira e vínculos empregatícios. A pesquisa está fundamentada nas contribuições dos seguintes autores: Belloni (2012), Contreras (2012), Gatti (2010), Nóvoa (2019), Petters (2006), Pimenta e Lima (2011), Tardif (2002), entre outros.

Palavras-chave: Pedagogia, estágio, pandemia.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**TECENDO OUTRAS FORMAS DE APRENDER/ENSINAR COM A EJA EM UMA
ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

Rafaela Corrêa Silva, srafaelacorrea@gmail.com
Prefeitura Municipal de São Gonçalo e FME - Niterói;
Anelice Ribetto
PPGEDU/FFP/UERJ
Coletivo Diferenças e Alteridade na Educação

Resumo

Esta escrita narra a criação e os desdobramentos de um projeto-ensaio que contempla encontros e saberes com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma escola pública no município de São Gonçalo, intitulado “Alfalettrar: construindo outras formas de aprender/ensinar com a EJA”. No entre relatos, conceitos e experiências é possível perceber reflexões acerca da alfabetização e de letramento a partir do pensamento de Paulo Freire e Magda Soares, no que se refere a alfalettrar alunos a partir de uma concepção crítica e dialógica utilizando palavras, técnicas e métodos em sua pluralidade a fim de responder às demandas sociais e aos aspectos atentos ao presente, ao que se passa (LARROSA, 2002), a experiência vivenciada na EJA. Aliado aos conceitos e a problematização de práticas, outras metodologias foram somadas e potencializadas ao processo, considerando também a diversidade do público alvo, que contempla o cenário inclusivo, abrangendo os alunos com deficiências. O método de alfabetização visomotora de Lea Dupret foi utilizado como ferramenta de auxílio nos objetivos propostos. Essa metodologia se baseia na associação da imagem com a sílaba inicial, o método começa com a apresentação das vogais e as letras consoantes, seguida da vogal A. Como por exemplo, a sílaba "ba" é representada por uma imagem da baleia, deste modo, após a apresentação das sílabas e as imagens associadas, os exercícios são projetados para desenvolver habilidades de memorização. Tal metodologia ajuda a desenvolver a coordenação motora fina, memória e a associação das sílabas com os seus sons. Aliado aos conceitos, autores, metodologias, o que se

283



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

tem é a certeza de caminhar atenta ao se passa e junto com o outro, e o saber que o outro traz e as aprendizagens que podem ser construídas coletivamente. Uma aposta de fazer da escola e especialmente da “sala de aula” um lugar de encontro, de conversas e de aprendizagens, atenta a possibilidade de um “estar juntos” (NANCY, 2007 apud SKLIAR, 2019). Nos encontros afetar e deixar-se afetar, lembrando que não há um método único e/ou técnicas definitivas, o que se tem é o caminho, e as construções e criações realizadas com os alunos. Podemos dizer, uma concepção de alfabetização baseado em escritas e práticas de Paulo Freire e emaranhado com um novo conceito, o de letramento. Como bem nos ajuda a pensar Paulo Freire, a educação é ato de amor e coragem, sustentada prioritariamente no diálogo, na discussão e no debate, na conversa. Cabe assim, olhar para os saberes dos homens e mulheres, já que não ignoramos tudo, da mesma forma que não dominamos tudo, e o caminho é traçado pautado neste pressuposto. Neste sentido, a escola é pensada mais do que um espaço privilegiado para o ensino e a aprendizagem, ela é o espaço de permitir-se encontrar, sentar, conversar e dialogar. Uma aposta de afirmar a escola como espaço de democratização, democratizar a medida em que compreende a importante relação e a partilha das experiências por meio da possibilidade do diálogo. O diálogo implica reconhecimento do outro, através do respeito a sua dignidade e o qual se fundamenta a democracia. Nos encontros com os alunos arrisca-se novas relações, outras mais democráticas dentro do ambiente escolar, em sua essência e não de suposta aparência. E é nessa perspectiva de produzir reflexão, que está escrita-experiência reforça o quanto se faz necessária a implementação de práticas docentes e de resistência (ZANELLA; FURTADO, 2012) que podem e devem estimular a redução das desigualdades e produção de possíveis medidas que auxiliem no enfrentamento das dificuldades por parte dos discentes e da evasão escolar e que possam reacender o desejo de um fazer/aprender/ensinar na escola que se apresenta na atualidade.

Palavras-chave: práticas docentes, letramento, alfalettrar.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa.

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU
Faculdade de Formação de Professores – FFP
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação** nº 19. Rio de Janeiro: jan. /abr., 2002.

SKLIAR, Carlos. **A escuta das diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2019.

SOARES, Magda Becker. **Alfabetização e letramento**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

ZANELLA, Andréa Vieira; FURTADO, Janaína Rocha. Resistir. In: FONSECA, Tânia; NASCIMENTO, Maria Lívia; MARASCHIN, Cleci. (Orgs). **Pesquisar na diferença: Um abecedário**. Porto Alegre: Editora Salina, 2012.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**PRESENÇA FRANCISCANA NO BRASIL E CRÍTICA À HEGEMONIA JESUÍTICA
NO CAMPO DA HISTÓRIA E DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO
COLONIAL BRASILEIRO: organização de repositório digital de fontes
franciscanas**

Railane Antunes Pereira, railane.apereira@gmail.com
Breno Batista Lima, batistalimabreno87@gmail.com
Luiz Fernando Conde Sangenis (orientador), lfsangenis@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ
Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas
Grupo de Pesquisa Seraphicus

Resumo

A produção historiográfica relativa à história do Brasil e, especificamente, à história da educação brasileira, é marcada por algumas importantes peculiaridades relativas às suas escolhas temáticas, seleção de fontes e demarcações temporais. Poucos trabalhos elegem o período colonial. Da diminuta produção historiográfica que se dedica ao período colonial brasileiro, as temáticas concentram-se majoritariamente e centralmente sobre questões relacionadas à Companhia de Jesus, sua atuação na conquista e colonização, a evangelização e a catequese dos gentios, a sua domesticação e a civilização dos silvícolas, e sua cooperação com as autoridades seculares. Tudo em detrimento das ações evangelizadoras-educacionais das demais ordens religiosas, franciscanos, carmelitas, mercedários e beneditinos. E quando citadas, de forma subsidiária, nem por isso deixam de ficar no limbo as obras de mesmo tipo e significado daquelas encetadas também pelos jesuítas, como parte substantiva do imenso e secular projeto civilizacional e cultural empreendido por esses variados atores. Quanto à seleção de fontes, as pesquisas têm por base os documentos produzidos pelos jesuítas e, secundariamente, por referências bibliográficas que também se baseiam nas mesmas fontes jesuíticas. Não obstante – e sobre isso desejamos chamar atenção –, há disponível outras fontes primárias, documentos, manuscritos, arquivos, e mesmo literatura bastante considerável, procedentes de atores pertencentes às citadas ordens, em que avultam aquelas da lavra dos franciscanos, em razão de sua atuação,

286



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

no Brasil, de norte a sul, e de forma ininterrupta, desde 1500, bem como por terem fundado diversas províncias e custódias cujos membros foram não apenas os mais numerosos, mas os mais complexos, haja vista a diversidade e as peculiaridades dos seus institutos. Cooperar para minorar esse desequilíbrio na área de pesquisa da História e da História da Educação sobre a época colonial está no foco dos nossos objetivos. Quanto ao aspecto metodológico da pesquisa, percebemos quão verdadeira é a afirmação de que “não há história sem documentos” (SAMARAN, 1961), cuidando-nos de tomar a palavra documento no sentido mais amplo, conforme propôs o mesmo autor. Tratam-se da matéria prima da história ou princípio da operação historiográfica. Com Febvre (1989, p. 31), podemos dizer que “se não há problema, não há história”. O que nos permite a compreensão de que o historiador tem por princípio a necessidade de construção de um problema e a partir dele constituir as suas fontes. O problema e a fonte estão intrinsecamente entrelaçados, uma vez que o problema construído pelo pesquisador sinaliza para a busca de fontes. As fontes, por sua vez, recolocam novos problemas ao pesquisador. Bloch (1997), na mesma linha de pensamento, entende que os documentos só dizem algo quando sabemos interrogá-los, isto é, quando os constituímos a partir de problemas. As fontes históricas permitem ao pesquisador o acesso a determinadas realidades ou representações que já não temos diante de nós, consentindo que se realize o “estudo do homem no tempo” (BLOCH, 1997, p. 55). Na perspectiva metodológica da história-problema, as fontes, tomadas a partir de um problema de pesquisa, contribuem para que aprendamos novas maneiras de enxergar a história e empreender outras interpretações acerca dos tempos e rumos da história. É necessário superar a alega ausência de fontes documentais que justificaria a insuficiente avaliação da historiografia acerca da obra que realizaram os franciscanos no âmbito da política e da sociedade, da cultura e da educação na época do Brasil Colonial. Não obstante a imensa quantidade de fontes jesuíticas e a facilidade de acesso a elas, há abundantes fontes franciscanas disponíveis a quem queira se dedicar à sua investigação, no que pesem a dispersão e a pouca organização dessas fontes. Quanto às fontes primárias, os manuscritos e documentos guardados nos arquivos públicos, eclesiásticos e sobretudo franciscanos, afirma Maria Adelina Amorim (1999,

287



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

p. 362-63) que “a inventariação sistemática e posterior tratamento arquivístico da documentação existente contribuiriam de forma decisiva para o reequacionamento da temática”. Em 2020, foi criada a Rede Internacional de Estudos Franciscanos no Brasil (RIEFBr), hoje, envolvendo mais de duas dezenas de pesquisadores nacionais e estrangeiros, bem como universidades, instituições de pesquisa brasileiras e estrangeira. Trata-se de uma iniciativa instituinte de pesquisa organizada com o objetivo de estudar a ação franciscana no âmbito da cultura brasileira com a colaboração de pesquisadores, universidades, institutos e instituições de pesquisa nacionais e do exterior. Os estudos sobre a presença e ação de franciscanos e franciscanas no Brasil é muito necessária e relevante. Se de um lado, há número significativo de grupos de pesquisa e de redes de pesquisadores que se dedicam à ação dos jesuítas, cuja prevalência nas produções científicas obnubila estudos sobre as demais ordens religiosas que tiveram protagonismo no Brasil, desde o início da colonização portuguesa, de outro lado, é mais que bem-vindo o mais alargado interesse no estudo das ordens e institutos de orientação franciscana – mote central de nossas investigações – para suprir importante lacuna da historiografia na América portuguesa. O objetivo principal da RIEFBr é o desenvolvimento de investigações sobre a história dos franciscanos e do franciscanismo no Brasil, bem como sobre as fontes documentais franciscanas, nas épocas colonial, imperial e republicana, a fim de responder ao desafiante trabalho de complexificar e enriquecer as produções historiográficas atualmente produzidas com a apresentação de outros atores, fontes e referenciais franciscanos. Atualmente, a RIEFBr administra o repositório digital de fontes franciscanas na América lusa, de modo a reunir em um único banco de dados fontes bibliográficas, fontes documentais, personagens, redes pessoais, circulação de pessoas, geolocalização associada a pessoas, cartografia, devoções/religiosidades, festa/cerimônias, iconografias, identidades, instituições, iure-legislação, objetivos e mercadorias, propriedades, saberes, dicionário biográfica e temático, etc.

288

Palavras-chave: Educação colonial, educação franciscana, fontes franciscanas.

Referências

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU
Faculdade de Formação de Professores – FFP
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

AMORIM, M. A. A formação dos franciscanos no Brasil-Colônia à luz dos textos legais. **Lusitania Sacra**, 2^a série, 11, 1999, p. 361-377.

BLOCH, M. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FEVBRE, L. **Combates pela história**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

IGLESIAS, T. C. **A experiência educadora da Ordem franciscana**: aplicação na América e sua influência no Brasil colonial (Tese de Doutorado - Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

SAMARAN, C. (Org.) **L’histoire et ses méthodes**. Encyclopédie de la Pléiade. Paris: Gallimard, 1961.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

REDEALE CONVIDA PARA CONVERSA: movimentos instituintes entre redes e coletivos docentes

Regina Aparecida Correia Trindade, ginatrindade@gmail.com
Danusa Tederiche Borges Faria, Danusa.Tederiche@hotmail.com
Mairce da Silva Araújo, Mairce@hotmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ

Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas do PPGEDU
ALMEFRE – Alfabetização, Memória, Formação Docente e Relações Etnicorraciais

Resumo

A REDEALE – Rede de Docente que estudam e narram sobre Infância, Alfabetização, Leitura e Escrita, da FFP-UERJ foi criada em 2015 para consolidar parcerias entre docentes e redes latino-americanas, proporcionadas entre diferentes projetos e coletivos docentes latino-americanos. Desta forma, este trabalho, busca elucidar um movimento destas ações, que tem se debruçado em promover encontros e conversas entre docentes de diferentes países/territorialidades, cotidianos e práticas docentes como oportunidades genuínas para promover a formação docente, compreendendo, sobretudo, os espaços entre redes e coletivos docentes, como fecundos neste processo de formação entre pares em movimentos de interações e compartilhamentos de práticas pedagógicas. Tendo a REDEALE nascida com o propósito de somar aos movimentos de redes e coletivos docentes pela/com/na América-latina a partir da participação de seus integrantes em encontros nacionais, internacionais e ibero-americanos, seu propósito é fomentar e fortalecer práticas inovadoras e emancipadoras como é previsto na agenda dos movimentos de coletivos latino-americanos, o qual tem como premissa a ação e investigação que se dá na articulação entre escola-comunidade-universidade-movimentos sociais. Nesse sentido, a REDEALE fortalece um canal de troca e comunicação entre professoras(es) latino-americanas(os) no qual abriu novos horizontes para a organização dessa rede de coletivos docentes em São Gonçalo que, para Araújo; Trindade e Faria (2022), tem se “caracterizado como potente espaço democrático e formativo sobre o pensar/fazer

290



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

docente a partir de trocas de experiências tecidas no diálogo entre pares latino-americanos”. Em abril de 2015 quando inicia os primeiros passos de sua criação, a REDEALE que foi fundada na Faculdade de Formação de Professores da UERJ-SG começa a escrita de sua história se organizando em redes e coletivos docentes - inspiradas nos diálogos tecidos com seus pares latino-americanos, sobretudo após a participação das professoras fundadoras nos eventos Ibero-americanos, encontros estes iniciados a partir dos Movimentos Pedagógicos da Colômbia entre as décadas de 80 e 90 – inicialmente com a pretensão de conversarem sobre suas práticas e refletirem sobre o cotidiano escolar. Contudo, ao longo destes 8 anos transcorridos desde a criação da Redeale, vários projetos, ações e produções tem sido realizada, tais como dois livros publicados em parcerias com os coletivos docentes brasileiros e peruanos, 2 dissertações de mestrado e 2 teses de doutorado, além de artigos publicados sobre os projetos realizados. Neste movimento contínuo de diálogos entre pares latino-americanos, os objetivos da Redeale têm se ampliado, implicando no surgimento de novos projetos e parcerias que se reverberam no diálogo Universidade – Escola Básica; na formação (docente) entre pares; na produção da documentação narrativa desses percursos e trajetórias; no compartilhamento de narrativas produzidas entre sujeitos educadores e docentes; na defesa do/a educador/a docente como intelectual crítico de seu fazer. Desta forma, neste movimento de promover encontros na interação e interlocução entre docentes, sobretudo dos coletivos da América Latina, a ação “Redeale Convida” para uma conversa entre docentes de diferentes contextos, cotidianos e práticas pedagógicas tem se revelado uma oportunidade genuína para pensar os movimentos formativos, *instituintes* (LINHARES, HECKERT, 2009) para pensar outros caminhos da educação latino-americana. Entendemos que a conversa entre docentes para falar de suas práticas é um excelente mecanismo de reflexão que fomenta uma transformação na ação. Para Skliar (2018), a conversação pode ser pensada como um gesto pedagógico e percebemos que a reflexão que se dá a partir desse gesto de conversar nos dá a oportunidade de experimentar um processo que é necessário para entender a si e ao outro, bem como para entender sua ação enquanto docente bem como o cotidiano escolar. Como afirma

291



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Maria Inês Copello (2022), “escutar as vozes” - aqui destacamos a escuta das vozes docentes sobre seus *saberes-fazer*es – “é um modo de conhecer o mundo desde a experiência do outro”, escutar as professoras falarem de suas práticas no “Redeale Convida” tem sido uma rica oportunidade de formação para os participantes da rede, seja este docente em formação inicial, continuada e/ou egresso da faculdade de formação de professores da UERJ/SG, tem sido um espaço instituinte que reitera o lugar do professor/a enquanto intelectual e produtor de conhecimento em educação. O REDEALE Convida, que ora vira REDEALE Conversa, pois se trata de um convite a conversa, tem nos dado pistas da importância do ato de narrar nossas experiências como processo formativo. Essa ação inicial de tecer diálogos com nossos pares, professores da escola básica e da universidade nos levou também a experimentar uma outra ação formativa dentro da rede, a da escrita sobre a experiência. Como desdobramento dos encontros na REDEALE, as professoras participantes foram convidadas a participar de um *Taller* internacional com outros pares latino-americanos. Nesse sentido, mais um movimento formativo foi sendo conduzido dentro do coletivo, o que caracteriza ainda mais a nossa crença de que a REDEALE se institui como um espaço instituinte de formação, promovendo tecituras de escritas colaborativas sobre a experiência, fortalecendo esse diálogo entre universidade e escola, sobretudo, fortalecendo um diálogo entre docente latino-americano e ampliando as trocas entre pares docentes sobre suas práticas, seus cotidianos e seus processos de (trans)formações.

292

Palavras-chave: redealeconvida; redes e coletivos docentes latino-americanos; formação entre pares.

Referências

ARAÚJO, M. da S.; TRINDADE, R. A. C. .; FARIA, D. T. B. de. Entre redes e coletivos docentes latino-americanos:: tecituras em experiências formativas. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, [S. l.], v. 31, n. 66, p. 31–46, 2022. Acesso em: 4 set. 2023.

LINHARES, Célia et *al.* Movimentos instituintes nas escolas: afirmando a potência dos espaços públicos de educação. **Revista Aleph**, n. 12, p. 5-12, set. 2009.

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU
Faculdade de Formação de Professores – FFP
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

COPELLO, Maria Inês et al. Soy y queremos ser academia, pero outra. La elaboración d la tesis d Nená como exemplo. **Revista Fermentario**, v 16, n 1, p. 70-91. 2022.

SKLIAR, C. (2018). Elogio a conversa (em forma de convite a lectura). En T. Ribeiro, R. de Souza y C. Sánchez (Eds.), **Conversa como metodología de pesquisa, ¿por qué não?**, p. 12. Ayvu.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

GÊNEROS E SEXUALIDADE NOS COTIDIANOS ESCOLARES: uma discussão necessária

Renan Corrêa, naner_rj@hotmail.com

Denize Sepulveda, denizesepulveda@hotmail.com

PPGEDU/FFP/UERJ

Políticas, Direitos e Desigualdades - PPGEDU

Grupo de pesquisa e estudos gêneros, sexualidades e diferenças nos vários *espaçostempos* da história e dos cotidianos

Resumo

O objetivo deste trabalho é evidenciar a importância da realização de discussões nas escolas sobre as questões dos gêneros e das sexualidades. No decorrer deste trabalho é evidenciado os motivos que justificam a importância de trabalharmos com essa temática nos cotidianos escolares. Metodologicamente optamos pelo Paradigma Indiciário de Carlo Ginzburg (1989), uma vez que nos remete à necessidade de se trabalhar com os indícios que a realidade apresenta. Ler pistas e sinais. Tentar entender por meio deles alguns significados daquilo que não temos capacidade de compreender de outro modo. Captar neles informações do real não acessíveis pelos meios tradicionais de pesquisa. São esses o fundamento do paradigma indiciário. É importante enfatizar que existe um padrão normativo eleito por muitas sociedades no que diz respeito aos gêneros e sexualidades. Sendo assim, em várias instituições de ensino, esse padrão da norma é produzido e reproduzido a todo momento. Aquelxs⁷ que não se encaixam dentro desse padrão normativo sofrerão processos de exclusão. Louro (2000) afirma não ser possível deixar de fora os gêneros e as sexualidades das pessoas que frequentam os espaços escolar, apesar dos esforços para tal. “A escola, ao longo da história, ao mesmo tempo que negou o seu interesse na sexualidade, dela

294

⁷ O uso do “X” nas palavras, do ponto de vista linguístico e gramatical, é uma forma de usar uma linguagem escrita que expresse maior igualdade entre homens e mulheres. A Língua Portuguesa determina que o plural dos substantivos deva usar o gênero no masculino. Essa generalização do plural é considerada sexista e machista por certos grupos e indivíduos, resultando assim em propostas por um gênero plural não sexista a ser adotado em português. O uso do “X” é uma tentativa de, no âmbito da escrita, tornar a língua mais democrática. (CORRÊA e SEPULVEDA, 2021)

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU

Faculdade de Formação de Professores – FFP

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

se ocupou” (LOURO, 2000, p.47). Muitxs professorxs têm dificuldade em lidar com alunxs que apresentam as expressões de gêneros e sexualidades dissidentes, preferem não desenvolver projetos educacionais sobre essas questões, sobre isso é importante endossar que tais dificuldades de ações muitas vezes estão relacionadas com a própria formação dxs professorxs, pois muitos cursos de licenciaturas não trabalham com disciplinas que versem sobre as questões dos gêneros e das sexualidades, portanto, não mediam conhecimentos sobre essa temática. Todavia, estamos percebendo que essa situação se agravou ainda mais a partir de ações desenvolvidas pelo “Movimento Escola sem Partido” (MESP). O movimento conservador denominado Escola Sem Partido tem como uma de suas reivindicações a defesa de que xs professorxs são merxs instrutorxs e que não podem ter liberdade de ensinar suas ideias a partir de suas concepções pedagógicas, pois isso se configuraria como doutrinação política e ideológica. Para xs conservadorxs, o papel da educação é central para a questão social, pois, por meio dela, pode-se empreender uma reforma moral de sociedade, bem como permitir a internalização de uma moralidade pelos indivíduos, com vistas a construção da ordem social (NETTO, 2011). Sendo assim, xs conservadorxs consideram que xs professorxs têm um papel com um roteiro a seguir, já que elxs são xs instrutorxs que transmitirão os valores necessários para a reforma moral da sociedade. Junqueira (2018) enfatiza que temos assistido nos últimos anos a uma presença forte e marcante de um ativismo religioso, principalmente no campo político, que usa de um neologismo denominado ideologia de gênero como artefato teórico para influenciar e desenvolver novas estratégias de mobilização política e de intervenção na esfera pública. Uma das intenções dessxs ativistas políticos é a proibição das discussões de gêneros e sexualidades nas escolas. Sendo assim, torna-se cada vez mais necessário que os debates e projetos sobre as questões de gêneros e sexualidades sejam tecidos em todas as escolas brasileiras, pois nossas pesquisas evidenciam que as crianças e xs jovens necessitam de proteção em relação às práticas misóginas e LGBTIAfóbicas. Como exemplo de tal argumentação, narramos uma experiência tecida pelo Grupo de Pesquisa e Estudos Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos *Vários Espaços Tempos* da História e dos Cotidianos (GESDI) do qual fazemos parte. Nas atividades de

295



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

intervenção que nosso grupo desenvolve nas escolas, no que diz respeito às práticas ao combate as misóginas e LGBTIAfóbicas, buscamos sempre trabalhar com dinâmicas para que xs alunxs possam se expressar. Em uma determinada turma a dinâmica foi a do “Discordo e Concordo”. A proposta consiste em uma pessoa ler uma frase e, posteriormente, xs participantes se posicionarem a favor ou contra. Um dos alunos ficou bastante emocionado. Foi um dos que mais participou e se posicionou a favor das diferenças. Em um determinado momento da dinâmica, o aluno em questão, quando foi opinar sobre a frase “Ser LGBT é opção”, disse que discordava e justificou a sua discordância dizendo: “Sou gay e não optei por isso”. Ao final da atividade, informamos que caso quisessem, poderiam produzir cartazes. Xs discentes religiosos se negaram a fazer. Na prática, aconteceu a construção de um único cartaz, produzido pelo grupo do aluno que se afirmou gay. Com isso, é possível perceber que existe uma conexão entre os pensamentos conservadores, no que se refere aos valores pessoais e crenças, e as práticas misóginas e LGBTIAfóbicas dentro e fora de muitos espaços escolares. Devido aos ensinamentos e doutrinação religiosa, há a correlação entre a LGBTIAfobia e o pecado, fazendo assim com que pessoas LGBTIA+ sofram processos de discriminação.

296

Palavras-chave: Gêneros. Sexualidades. Escola.

Referências

CORREA, Renan; SEPULVEDA, Denize. A importância das discussões sobre gêneros e sexualidades nas escolas: combatendo práticas conservadoras misóginas e LGBTIAfóbicas. Instrumento: **Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 23, n. 2, 2021.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero: a emergência de um cenário políticodiscursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 18. N. 43, p. 449-502 set. /dez. 2018.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto Editora: Porto, 2000.

NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

POLÍTICAS EDUCACIONAIS, PRÁTICAS DE ENSINO E CULTURAS

Renata Rocha, ped.renatarocha@gmail.com

Marcelo Machado, marchado171@gmail.com

Thamy Lobo, thamy.lobo@hptmail.com

Nilda Alves, nildag.alves@email.com

PPGEDU/FFP/UERJ

Políticas públicas

Currículos Cotidianos: redes educativas, imagens e sons.

Resumo

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 indicou 20 metas a serem alcançadas em prol do desenvolvimento da educação pública no Brasil, dentre elas destacamos as metas 15, 16, 17 e 18 que tratam da formação de professores e professoras e da valorização da profissão docente. Essas metas apontam as perspectivas que se tem acerca do trabalho docente e da qualidade que se espera deste trabalho. É possível entender, com a leitura dos documentos, duas ideias principais que se retroalimentam. A primeira ideia é de que a prática de ensino está intimamente ligada à formação a que professores e professoras têm acesso, e que tal formação precisa ser capaz de atender e satisfazer as necessidades da escola, sobretudo da escola pública. A segunda ideia é de que a formação que se tem hoje não é boa e, por isso, a qualidade do ensino também não é na respectiva escola. Recorremos a Alves (2014, p. 1466), para dizer que “não há existência humana sem necessidade”, sendo assim as necessidades que se apresentam continuamente nos cotidianos das escolas, são pensadas e atendidas coletivamente, ainda quando não há formação específica para a demanda ou escape do fazer pedagógico da escola. Ainda de acordo com a autora, “criamos juntos os modos de atender as necessidades e as justificativas que explicam os caminhos que tomamos para atendê-las” (ALVES, 2014, p. 1467). No bojo dessa compreensão, narramos práticas culturais e também pedagógicas que são desenvolvidas em três escolas públicas do estado do Rio de Janeiro, a saber: “Mineiro Pau”, “Abriu a Roda” e o “IIº Congresso das Normalistas” e a respectiva ligação com a formação dos

298



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

docentes envolvidos e suas redes de pesquisa, formação e circulação de conhecimentos. Essas práticas irão nos ajudar a *'fazer pensar'* e a criar caminhos outros nos cotidianos das escolas públicas e, também a entender que as políticas educacionais ou nas escolas, são fazeres sempre coletivos e que o não cumprimento de uma política educacional está, também, alicerçado em um projeto político que tenta projetar o insucesso da educação pública e justificar a necessidade, por exemplo, de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ou de uma Base Nacional Comum (BNC) para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, políticas essas que tentam regular o tipo de ensino e cultura que os estudantes, sobretudo das redes públicas, precisam ter sob a lógica econômica neoliberal, onde o trabalho docente deve estar voltado a aplicação do conteúdo de modo constante e eficaz e nos resultados das avaliações de larga escala. Por fim, pretende-se discutir aqui o PNE, a BNCC e a BNC formação na perspectiva daqueles que criam os currículos cotidianamente nas escolas: os professores e as professoras, dando a ver o *'fazer sentir pensar'* de docentes e os currículos *'praticados pensados'* por eles e elas na superação de desigualdades sociais e a “criação cotidiana de alternativas curriculares [...] pela inclusão de valores e crenças vinculados ao conhecimento-emancipação”, como diz Oliveira (2003, p. 147). Entendo que os currículos escolares e os currículos de formação de professores estão muito além daquilo que se pode exprimir por meios das disciplinas: português, matemática, história... e de outro modo, que interessa a esses currículos componentes como arte, música em igual dimensão. Na difícil tarefa de reconstrução do Brasil é preciso um tanto a mais daquilo que os currículos sempre foram: invenção de outros mundos possíveis.

299

Referências

- ALVES, Nilda. Sobre a necessidade e a possibilidade de uma BNC. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03 p. 1464 – 1479 out./dez. 2014.
- BRASIL. Plano Nacional da Educação (PNE). Ministério da Educação, 2014.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ministério da Educação, 2018.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

BRASIL. Base Nacional Comum (BNC) para Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de Oliveira. **Currículos Praticados**: entre a regulação e a emancipação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

IMPrensa OPERÁRIA E TRABALHADORES: debates em torno da educação na cidade do Rio de Janeiro nos anos 1920

Renata Rodrigues Chagas Pessoa, renata_rodrigues_chagas@hotmail.com
Sônia de Oliveira Camara Rangel, soniacamarauerj@gmail.com
(PPGEDU/FFP/UERJ)

Linha de Pesquisa: Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas
Grupo de Pesquisa: Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância (NIPHEI)

Resumo

O trabalho tem por objetivo analisar as iniciativas educacionais debatidas e realizadas por e com trabalhadores da indústria, do comércio e de serviços pela imprensa operária na cidade do Rio de Janeiro na década de 1920. No contexto urbano e industrial da cidade capital, os projetos modernizadores foram de caráter excludente para às camadas populares. Assim, elegeu-se a década de 1920 em decorrência do maior vulto de transformações que germinavam no período, tanto sob o olhar sobre a cidade carioca e suas modificações políticas, econômicas e sociais, quanto na perspectiva educacional, mediante a ênfase atribuída ao seu papel nos debates da sociedade. A cidade que se reorganizava, vivenciava relações de tensões, de conflito, de negociações e de solidariedade, de trocas e de diálogos que demonstrava vivências e experiências em seu cotidiano. Nesse pulsar de forças, as classes trabalhadoras viveram, elaboraram, atuaram e movimentaram-se em meio às condições de vida. Considerando a carestia de vida, as desigualdades sociais e as frequentes estratégias de grupos pertencentes aos grupos dirigentes, forças estatais desejosas de manter a concentração de renda e de poder, as classes trabalhadoras construíram formas de produzir seus cotidianos e de criarem espaços de crítica, de debates e de formulações sobre suas vidas. Assim, homens, mulheres e crianças pertencentes às classes populares constituíram formas variadas de atuação sobre seus modos de viver, de trabalhar, de socializar, com trajetórias distintas, interesses variados, que partilhavam

301



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

em comum o desejo pela conquista de expressão de suas vozes, espaço de debate e ação em busca de seus direitos. Neste contexto, percebe-se que diferentes ofícios e categorias de trabalhadores lançaram mão de periódicos como estratégia para fortalecer lutas e atuar frente às tensões, com experiências que demonstram as dimensões da vida humana em seus mais variados aspectos. Os jornais enquanto produto e produtor de vozes de trabalhadores, representam caminhos possíveis em analisar suas expectativas, conflitos e enfrentamentos, tanto sobre os aspectos que envolviam o universo do trabalho quanto elementos constitutivos de suas vidas no que corresponde às culturas das classes trabalhadoras. Desta forma, buscou-se como centralidade as demandas por educação, as experiências e as sociabilidades construídas vinculadas à escolarização e outras práticas educativas na cidade capital. Para este intento, a imprensa operária é compreendida como fonte privilegiada, força ativa por promover intervenção social e estratégia capaz de contribuir para o processo de educação dos e pelos trabalhadores. Foram selecionados como fonte de pesquisa os periódicos *Voz do Povo*, veiculado no ano de 1920 e *A Classe Operária*, em 1925. Por meio dos jornais, buscou-se conhecer a natureza dos periódicos, os diferentes atores sociais que o produziram e as temáticas que circularam em torno das demandas dos trabalhadores por educação. O processo buscou privilegiar os periódicos de maneira a compreender as ideias, as iniciativas dos colaboradores e idealizadores dos jornais e suas redes de comunicação no tocante à educação. O uso de palavras-chave na hemeroteca digital na busca nominal de intelectuais e demais militantes possibilitou analisar iniciativas construídas a partir das relações de sociabilidade entre diferentes atores sociais. Os registros permitiram analisar práticas que envolveram eventos de perfis variados com a circulação de ideias, proposições e iniciativas contemplando processos formativos. Buscou-se em articulação com publicações e textos dos diretores e redatores e demais intelectuais, as experiências dos trabalhadores, seja por meio de assinaturas individuais ou coletivas nos jornais. Também foram organizadas seleções com publicações que trataram de iniciativas educativas pelos jornais, a saber: publicações que envolviam temáticas de educação e instrução, criação de escolas, aulas e cursos, além de experiências educativas percebidas pelas associações de

302



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

trabalhadores. As análises permitiram perceber que as classes trabalhadoras, a partir dos conflitos e das tensões, participaram dos debates e de diferentes ações na elaboração de projetos de cunho educacional por intermédio da imprensa.

Palavras-chave: imprensa operária, educação dos trabalhadores, história da educação

Referências

CAMARA, Sônia. **Sob a Guarda da República, A infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920.** Rio de Janeiro, Quartet, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de Fazer.** 22 ed. Rio de Janeiro, Vozes, 2014.

COSTA, Ana Luiza Jesus da. **O educar-se das classes populares no Rio de Janeiro oitocentista:** escolarização e experiência. São Paulo, Paco Editorial, 2019.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do Trabalhismo.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

303



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

‘VEROUVIRSENTIRPENSAR’ IMAGENS E SONS A PARTIR DO FILME “UMA ESCOLA EM HAVANA”

Roberta Guimarães Teixeira, robegui@gmail.com
Rafaela Rodrigues da Conceição, prof.rafaelarodrigues@gmail.com
Fernanda Cavalcanti de Mello, fernandamelloffpuerj@gmail.com
Nilda Alves, nildag.alves@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ
Linha Políticas, Direitos e Desigualdades
Grupo de pesquisa: Currículos cotidianos, redes educativas, imagens e sons

Resumo

As pesquisas nos/dos/com os cotidianos ou apenas, nos cotidianos, mostram que as múltiplas histórias são sempre a melhor maneira de iniciar um novo caminho, com isso, propomos junto a Michel de Certeau (2012) entrelaçar as conversas da pesquisa, - assumidas como *locus principal* -, com as imagens e sons cotidianos a partir do filme “Uma escola em Havana” (2014) de Ernesto Daranas Serrano. O interesse é trazer o filme, como artefato cultural que transforma em artefato curricular, mediante conversas nos tantos *‘dentrofora’* dos cotidianos. Dentre os inúmeros *‘espaçostempos’* cotidianos trazemos o audiovisual como possibilidade diversa de sons, imagens, narrativas, emoções, experiências e linguagens que forjam partilhas de *‘conhecimentossignificações’*, que algumas vezes são conversas – sussurradas, normalmente travadas em qualquer momento de um encontro (OVELHA, CALDAS, ALVES e MELLO, 2022). Como bem nos disse Certeau (2012, p.38): “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada”, corroborando com as diversas criações que são feitas constantemente. Assim, pesquisar o caminhar das vidas cotidianas a partir de suas falas, sussurros, gritos, esbaforidas compreende uma complexidade da realidade educativa que engendra os cotidianos de cada um que fala. Tecemos, nessa perspectiva, redes educativas que nos formam e que ajudamos a formar (ALVES, 2019), a partir das relações diversas entre crenças, medos, dificuldades, vivências, sons, cheiros e modos outros de *‘verouvirsentirpensar’*, - tudo

304



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

junto e misturado-, com os *'praticantespensantes'* (OLIVEIRA, 2012). Certeau foi um intelectual atento a essas práticas, essas crenças e essas criações cotidianas que forjaram redes políticas microbianas de poder e de *'saberesfazer'* que existem nas redes cotidianas, explica que “sem lugar próprio, sem visão globalizante, cega e perspicaz como se fica no corpo a corpo sem distância, comandada pelos acasos do tempo, a tática é determinada pela 'ausência de poder' assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder” (CERTEAU, 2012, p. 101). O cotidiano traz consigo o inesperado, o não pensado, nossas redes de *'conhecimentossignificações'* trazem nossas bagagens, nossos pensamentos, nossas vivências. Durante as cineconversas com os filmes, foi possível reconhecer como diferentes perspectivas colocam o espectador em variadas formas de diálogo com as imagens, com os sons (e seus silêncios) e com os personagens. Tanto o que se vê quanto o que se ouve produzem sentidos de *'verouvirsentirpensa'* nos/dos/com os cotidianos, em ressonâncias nos *'docentesdiscentes'*. Assim, nessa Havana, que por ora se passa em Cuba, trazemos *'prácticasteorias'* que nos mostram outras redes de possibilidades e combinações de operações cotidianas que muitas vezes não estão nos holofotes cinematográficos. Ainda continuando com Certeau (2013) criamos *'táticas'* que se embarçam nos cotidianos descobrindo a beleza das criações, nessa pesquisa, por meio unicamente das artes. Estas são para nós, artefatos que aproxima dos cotidianos com professores, que deles resultam narrativas – sons de todos os tipos – e as imagens diversas tornam-se nossos intercessores principais de pesquisa (BRANDÃO, ALVES, CALDAS, 2017).

305

Palavras-chave: cotidianos, imagens & sons, redes educativas.

Referências

ALVES, Nilda. **Práticas pedagógicas em imagens e narrativas:** memórias de processos didáticos e curriculares para pensar as escolas hoje. São Paulo: Cortez, 2019.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

BRANDÃO, Rebeca Silva; ALVES, Nilda; CALDAS, Alessandra Nunes. ‘*Prácticasteorias*’ de docentes em formação na crítica aos clichês presentes em filmes ‘sobre professores’. **Revista Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 23, n. 52, p. 599-617, jun. a set. 2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. 19ª. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Currículos e pesquisas com os cotidianos: o caráter emancipatório dos currículos ‘*pensadospraticados*’ pelos ‘*praticantespensantes*’ dos cotidianos das escolas. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo; CARVALHO, Janete Magalhães (orgs.). **Currículos, pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades**. Petrópolis: DP et Alii, 2012. p. 47-70.

OVELHA, I. A.; CALDAS, A. N.; ALVES, N.; MELLO, F. C. A redescoberta dos sons - questão curricular atual. **Revista Espaço do Currículo**, v. 15, n. 3, p. 1-10, 2022.

Filme referenciado:

UMA ESCOLA EM HAVANA.

Disponível em https://drive.google.com/file/d/1bgGzmFMDfQpI9I_T-FvXpHbhdN6y9RD4/view?usp=sharing. Acesso em 09 de setembro de 2023.

306



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

TECENDO O CÉU PARA ADIAR O FIM DO MUNDO: reflexões e conversas com Ailton Krenak e Davi Kopenawa

Rodrigo de Moura Santos, projetos.edu.marica@gmail.com
Rosimeri de Oliveira Dias, rosimeri.dias@uol.com.br
PPGEDU/FFP/UERJ
OFIP

Resumo

A queda do céu é um livro “feito no Brasil”, mas não dá para dizer que seja um “livro brasileiro”, já que se escreve a partir de algo bem maior que o Brasil, que é anterior a ele, o transcende e o torna possível: a Amazônia. *A queda do céu* é, sobretudo, um livro programático, uma intervenção ativista desassombrada que vem acompanhada de previsões sombrias caso se mantenha o modelo imposto pelos brancos. Há parágrafos que hoje, após a pandemia do Covid-19, se deixam ler de maneira profética, como a passagem que fala da obsessão “de tatu-canastra” dos brancos. Na mesma linha, *Ideias para adiar o fim do mundo*, escrito por Ailton Krenak, traz uma esperança presente na possibilidade de “adiamento”. Estender o tempo, postergar o fim do mundo, nos permitiria vislumbrar a construção de relações sociais para além do capital. E ele, aliás, tem neste livro algumas palavras para quem pensava em termos como “novo normal”. E eis que chega o Covid-19, que confirma o que os mestres indígenas sempre disseram. Sobre “apocalipse”, Krenak só diz o que estão dizendo os cientistas do clima: isto é insustentável e o fim da espécie e da própria possibilidade de vida tal como a conhecemos está próxima se não alterarmos o rumo. Nesta perspectiva, o presente artigo propõe uma conversa teórico-epistemológico sobre algumas conversas produzidas por Ailton Krenak e Davi Kopenawa Yanomami, embasadas no compromisso com a vida do planeta, tanto em relação aos habitantes das florestas quanto aos das cidades. Essas conversas convidam o leitor a se despertar, criticar interpretações alinhadas ao projeto de construção de uma história única sobre a

307



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

formação do ideal de humanidade, promovendo olhares renovados sobre as relações que os seres humanos tecem com o mundo. Enfatizaremos a necessidade de escutarmos as vozes dos povos originários, para quem sabe, lutar para que, quiçá, seja este apenas o fim do mundo regido pelo capital e não o da espécie humana.

Palavras-chave: Ailton Krenak; Davi Kopenawa; Histórias plurais.

Referências

BRUM, Eliane. **Banzeiro Òkòtó:** uma viagem à Amazônia centro do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

CRUZ, Cristiane Bremenkamp; SILVA, Fabio Hebert da; DIAS, Rosimeri de Oliveira. **Por entre conversas e histórias com povos originários para adiar o fim do mundo.** Rio de Janeiro. Mnemosine Vol.18, nº2, p. 155-169, 2022.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu:** palavras de um xamã yanomami. Trad. De Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUNDURUKU, Daniel. **Literatura indígena e o tênue fio entre escrita e oralidade.** 2011. Disponível em: <http://sociedadedospoetasamigos.blogspot.com.br/2014/12/literatura-indigena-e-otenu-fio-entre.html>. Acesso em: 1 Mar. 2018.

308



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

INICIATIVAS EDUCACIONAIS PELO RÁDIO, ONTEM E HOJE, ENCURTANDO DISTÂNCIAS

Rosa Maria Garcia Monaco, rosamonacoprofa@gmail.com
SEEDUC/CECERJ/PROPED/UERJ

Niely Natalino de Freitas Leyendecker, nielyfreitas@yahoo.com.br
CEDERJ/UERJ

Cinthya de Oliveira Nunes, cinthyaprofi@gmail.com
PROPED/UERJ

PPGEDU/FFP/UERJ
Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas
NIPHEI

Resumo

A pandemia de COVID-19 suscitou fortes discussões frente à necessidade de manutenção do acesso ao ensino formal diante da desigualdade social já tão presente no Brasil, que no contexto pandêmico, tornou-se ainda mais severa. A realidade imposta pela doença, trouxe experiências educacionais, que não mais colocavam educador e educando no mesmo espaço físico. Os caminhos alternativos traçados pelas redes e instituições de ensino trouxeram à educação, o ensino remoto emergencial (ERE), como uma forma de virtualizar o ensino praticado em sala de aula. Com isso, as ações promovidas nesse momento de pandemia, pautaram-se na transposição do ensino presencial, para o momento não presencial, por meio das tecnologias de comunicação e informação e na internet. Na perspectiva do que relataram as pesquisas Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e da Comunicação (PNAD-2020), ano em que o ensino remoto foi instituído, um a cada três estudantes do ensino básico não tinham alcançado o ensino remoto. Nesse sentido, alertando sobre as desigualdades evidenciadas pela pandemia, Santos (2020), aponta as invisibilidades normatizadas e que entraram no cotidiano da sociedade, ao molde do que veio se costurando nas bases do “novo normal”, expressão que recaiu sobre o senso comum nas atividades de trabalho, saúde, educação e convívio mútuo. O cenário imposto naquele momento, o surgimento do ensino remoto e a ausência de acesso aos

309



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

dispositivos e à rede de internet trouxeram à tona iniciativas de cidades espalhadas pelo Brasil, que pelas ondas do rádio, conseguiram chegar onde a internet não se fazia presente. Observamos, nesse contexto, a presença do rádio na sociedade atual, à luz da discussão trazida por Le Goff (1990, p. 162), que nos ajuda a compreender a conotação do par “antigo/moderno”. O autor explica que “cada um dos termos e conceitos correspondentes nem sempre se opuseram um ao outro”. Segundo ele, a modernidade pode camuflar-se ou exprimir-se sob as cores do passado [...]. O uso do rádio educativo, há quase um século, não o inviabiliza como estratégia educacional nos tempos atuais, pelo contrário, ele se faz mais pulsante, de acordo com a efetividade demonstrada. Logo, ele não é antigo e nem ultrapassado. É importante ressaltar a trajetória histórica do rádio como meio educativo de comunicação e formação com programas que estabeleceram esse veículo como o elo entre o sujeito e o saber. De acordo com Pimentel (2010), as comemorações do Centenário da Independência registraram o início da primeira transmissão via rádio. O nascimento da Rádio Sociedade Rio de Janeiro (PRA-2) em 1923 - com seu caráter educativo - de acordo com Camara e Rangel (2017), representou o divisor de águas nas experiências radiofônicas por “tentar unir o erudito e o popular dentro de uma programação semanal”. Em 1937, o Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE) foi criado pelo Decreto de Lei nº 378/1937 com objetivo de irradiar conteúdos educativos no país e administrar a estação PRA-2, nomeada como Rádio Ministério da Educação. Durante os anos de 1937 até 1942 o SRE passou por disputas políticas que restringiram suas atividades à transmissão de solenidades. No ano de 1943, após o ministro Gustavo Capanema (1937-1945) nomear o médico baiano Fernando Tude de Souza (1943-1951) para a primeira direção, o SRE teve modificação estrutural. Assim, as irradiações de feitos governamentais foram substituídas por programações de caráter pedagógico, com maior investimento orçamentário e a contratação de profissionais. Desta forma, a programação da Rádio Ministério da Educação ganhou características bem definidas, recuperando o ideal de propagar conhecimentos nos diferentes lugares do Brasil. Ainda na década de 1940, no auge do Estado Novo varguista (1937-1945), o rádio serviu à projeção do novo momento político vivido no país à sociedade. Nesse período, projetos

310



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

de formação de professores secundaristas, como a Universidade do Ar, além de programas culturais e artísticos, faziam do rádio, o grande divulgador de comportamentos, saberes e um forte agente formador de concepções que cooperavam para conduta do cidadão. Percorrendo as décadas de 1950 a 1980, o rádio continuou em voga, levando ensino supletivo a jovens e adultos, por exemplo, através do Movimento de Educação de Base (MEB) e do Projeto Minerva, que tiveram como produto-fim, a formação de mão de obra para o trabalho. O MEB foi um programa de alfabetização de adultos, sob a responsabilidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Igreja Católica. Após 1964, houve perda de recursos e apoio para continuar a realização do trabalho que vinha desempenhando. O Projeto Minerva na década de 1970 foi transmitido exclusivamente pelo rádio, contando com acompanhamento das aulas radiofônicas, leitura de fascículos e encontros em radiopostos. Foi criado pela Portaria Interministerial nº 408/70 em a qual instituiu que a programação seria transmitida por todas as emissoras radiofônicas públicas e privadas, com sessões educativas e culturais alcançando, praticamente, todo o território nacional. A coordenação do Projeto Minerva entre 1970-1979 ficou a cargo do SRE, do Ministério da Educação e Cultura. Em face à popularização da televisão, o rádio não deixou de ocupar o seu lugar nas casas brasileiras e sua trajetória a serviço da divulgação cultural e da educação tem sido bem delineada pelo seu potencial democrático. Sendo assim, o cenário conflitante da pandemia em que a presença física em sala de aula não se fez possível, novas direções para que o acesso ao conhecimento e contato aluno-escola, aluno-professor fossem experienciados através das ondas radiofônicas.

311

Palavras-chave: História da Educação, ensino pelo rádio, ensino remoto emergencial.

Referências

CAMARA, Sônia; RANGEL, Jorge Antonio. Educando o Brasil nas ondas do rádio: Fernando Tude de Souza e o projeto de radiodifusão educativa do Ministério da



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Educação e Saúde Pública (1943-1951). In: Josefa Eliana Souza; Joaquim Tavares da Conceição; Anamaria G. Bueno de Freitas. (Org.). **Intelectuais da Educação & Cultura Escolar**. 1ed. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas - Edufal, 2017, v., p. 153-173.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD-COVID-19, 2020**. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101778>. Acesso: ago. 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: EdUnicamp, 1990.

PIMENTEL, Fábio Prado. **O Rádio Educativo Brasileiro, uma visão histórica**. Rio de Janeiro: Soarmec Editora, 2009, 2ª ed.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

BIOGRAFEMAR ENTRE PEQUENOS GESTOS

Sara Busquet, sarabusquet@gmail.com
SEPE-Niterói

Anelice Ribetto, anelatina@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ

Políticas, Direitos e Desigualdades
Coletivo Diferenças e Alteridade na Educação

Resumo

Este texto é efeito da Dissertação de Mestrado “Biografemando um encontro: cartografia de uma experiência entre um estudante e uma professora de apoio educacional especializado em uma escola pública no município de Niterói” produzida por mim, por Lucas Barcellos e pelo Coletivo Diferenças e Alteridade na Educação, coordenado pela professora Anelice Ribetto no PPGedu/FFP/UERJ - Processos Formativos e Desigualdades Sociais de 2018 a 2020. Pesquisa tramada desde um exercício cartográfico (DELEUZE; GUATARRI, 2011), na intenção de acompanhar e biografemar (BARTHES, 2005) os atravessamentos e seus efeitos da relação entre uma Professora de Apoio Educacional Especializado (na época - 2016/2018 - contratada) e um estudante diagnosticado com deficiência de uma escola pública em Niterói. Entre Sara e Lucas. Entre Escola Básica e Universidade. Entre nós. O pré-projeto de pesquisa foi acolhido pelo Coletivo Diferenças e Alteridade na Educação em 2017 e a pesquisa foi sendo produzida na potência dos encontros com este coletivo. Formado por professoras da escola básica, professoras e estudantes da FFP/UERJ, gestoras das redes públicas de ensino e famílias – principalmente mães – de estudantes diagnosticados com deficiências. Nos encontramos regularmente na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ) e somos movidas por três questões: a produção do conhecimento em redes; o questionamento das políticas normatizadoras presentes no campo da Educação Especial; a produção de uma escrita acadêmica outra... Biografemar... escrever com a vida de “uma professora de apoio especializado e um estudante dito como pessoa com

313



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

deficiência física... falar com Lucas e Sara, caminhar pelo chão da escola” (BUSQUET, 2020, p. 40). Segundo Barthes, a vida biografemada é escrita com pequenos gestos, talvez “alguns pormenores, a alguns gostos, a algumas inflexões, digamos: ‘biografemas’, (...) o regalo branco de Sade, os vasos de flores de Fourier, os olhos espanhóis de Inácio” (2005, p. 17). As sobrelhas coladas e a cara fechada de Lucas ao reivindicar ser chamado pelo nome e não de cadeirante. A inquietação de Sara ao ser apresentada primeiro a um laudo e a uma pasta com relatórios ao invés de conhecer o estudante com quem iria trabalhar. O silêncio de ambos ao pensar nas incertezas da vida. É 26 de fevereiro de 2018. Estamos Lucas e eu na sala de aula no terceiro andar. Vamos descer para a Sala de Recursos Multifuncionais que fica no primeiro andar. Tem alguns estudantes na porta, dificultando nossa passagem para ir ao elevador da escola, e antes que eu consiga falar algo, a professora regente da turma diz: olha, dá licença que o cadeirante vai passar! Lucas diz um alto e sonoro “não!”. Eu estou focada em sair da sala e, assim, não presto a atenção devida ao “não” dele. Saímos da sala. “Estamos no corredor. Ele olha para mim com cara de poucos amigos. Está com o olhar me fuzilando. Cada piscada parece que sai uma bala de questões dele para mim. Estou baleada. As piscadas me atingem, me furam e começo a pensar no que acaba de acontecer” (BUSQUET, 2020, p. 84). Pergunto para Lucas se ele está chateado com o que aconteceu e ele diz que sim piscando os olhos fortemente e com as sobrelhas coladas para baixo. Ao ver seu rosto, minha ficha cai e pergunto: ela te chamou de cadeirante, né? Ele diz que sim com um estalo bem forte com a boca e um suspiro profundo logo após. Eu o pergunto: seu nome é cadeirante? Você gosta de ser chamado assim? Ele me responde que não e fica olhando para baixo. “Ele reivindica. Seu nome não é cadeirante. Seu nome é Lucas” (BUSQUET, 2020, p. 85). O nome cadeirante é um substantivo comum. Lucas, ao ser chamado assim, foi nomeado com um substantivo comum que o separa dos outros estudantes: O cadeirante. Pensando com Skliar (2016), este substantivo comum apenas o nomeia, o categoriza, o coloca sobre ele uma realidade produzida de anormalidade e “assim há a aniquilação de seu nome próprio” (BUSQUET, 2020, p.

314



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

85). Entretanto, ao dizer este sonoro NÃO, Lucas reivindica seu nome próprio. Ele se nomeia e me desloca mais uma vez neste encontro.

Palavras-chave: educação especial, educação inclusiva, biografema.

Referências

BARTHES, R. **Sade, Fourier e Loyola**. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BUSQUET, S. **Biografemando um encontro**: cartografia de uma experiência entre um estudante e uma professora de apoio educacional especializado em uma escola pública no município de Niterói. 2020. 94f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.

DELEUZE, G.; GUATARRI, F. **Mil Platôs (Capitalismo e Esquizofrenia)**. Vol. 1. Editora 34, 2ª Ed. (2011). Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa.

SKLIAR, C. El lenguaje de la norma y los individuos frágiles. In: KOHAN, Walter; LOPES, Lopes; MARTINS, Fabiana (orgs.). **O ato de educar em uma língua ainda por ser escrita**. 1 ed – Rio de Janeiro: NEFI, 2016.

315



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

ENTRE ENCONTROS, AULAS E AFETOS: contribuições do estágio para a formação de professores no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Simone Alencastre, simonealencastre@yahoo.com.br
Colégio de Aplicação da UFRJ
Alexandra Garcia, alegarcia.uerj@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de pesquisa: Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas
Diálogos escolas-universidades: processos formativos e currículos nos cotidianos

Resumo

O presente resumo apresenta a dissertação de Mestrado em Educação intitulada “Entre encontros, aulas e afetos: contribuições do estágio para a formação de professores no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro” Essa dissertação foi fruto de uma pesquisa que investigou o estágio na formação de licenciandas do curso de Pedagogia, nas Séries Iniciais do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ela tem como objetivo identificar as possíveis contribuições desse *espaçotempo* de formação docente e também apresentar e discutir as especificidades e características do estágio realizado no Colégio de Aplicação, no que se refere à orientação ao licenciando como parte da concepção de formação da instituição. O trabalho se inscreve na perspectiva dos estudos dos cotidianos (ALVES, 2008), que compreende que é preciso ir além de só olhar e observar; é necessário “mergulhar” com todos os sentidos na pesquisa, percebendo as pequenas minúcias que ocorrem nos cotidianos escolares e por meio delas investigar como os estágios podem representar possibilidades formativas, e como essas são percebidas pelas licenciandas em seus processos formativos, em especial como percebem os encontros de orientação. Como metodologia de pesquisa, foram utilizadas narrativas, captadas a partir de rodas de conversas, por compreendê-las como férteis para a interação entre os sujeitos da pesquisa em uma relação de aproximação entre os envolvidos nos estágios, fortalecendo vínculos de confiança e participação entre os praticantes

316



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

(CERTEAU, 2014) e possibilitando o diálogo entre a escola básica e a universidade. Assim, buscou-se, nas conversas, indícios e sinais das contribuições que os estágios provocaram na formação dos licenciandos, procurando captar as produções curriculares e formativas ocorridas no espaço-tempo do colégio, compreendidos como *locus* privilegiado de formação docente. Nesse sentido, pensando o estágio como mais um espaço de formação para se compartilhar saberes e desmistificando a ideia de estágio como espaço de mera aplicação das aulas da universidade. Compreendendo, especialmente, no diálogo com o professor da escola básica, a oportunidade de discussão e aprendizagem de um saber docente que não desvincula prática da teoria, compreendendo o professor como pesquisador e autor de sua prática docente. O desafio da pesquisa foi perceber aquilo que se passa nas entrelinhas, aquilo que o olhar da modernidade deixa escapar. A partir do diálogo com as noções de encontro (GARCIA, 2015), bons encontros e afetos (SPINOZA, 2009), a pesquisa se propôs a pensar o Estágio Supervisionado como espaço-tempo de uma formação mais solidária, considerando como aspecto fundamental a defesa política de garantia do tempo de orientação licenciando-professor regente como relevante contribuição para a formação de novos professores e da afirmação do professor do ensino básico como formador. Algumas reflexões sobre a relação dos licenciando no estágio realizado no Colégio de Aplicação da UFRJ foram percebidas ao final desse estudo e dentre elas a compreensão de as relações tecidas nos encontros de orientação e das afecções produzidas neles, possibilitam aos estudantes de pedagogia um conhecimentos sobre as *prácticasteoriaspráticas* que acontecem nas salas de aulas, apontando-os como uma forma possível de se pensar e criar saberes docentes em um entendimento de formação de professores com as escolas. Em diálogo com as percepções sobre a formação, faz-se necessário destacar que a pesquisa também aponta para importância de uma defesa política, da garantia do tempo de orientação do licenciando – professor regente, na carga horária docente – como contribuição fundamental para a formação de novos professores e da afirmação do professor do Ensino Básico como formador. Todavia, apesar de sua relevância, a conjuntura atual nos mostra que as políticas públicas em educação vigentes seguem em direção oposta, apagando cada vez mais

317



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

o potencial formador do professor da Educação Básica, bem como as ações produzidas na escola e na universidade, o que traz forte impacto na formação de novos professores, pois não colocando o professor da sala de aula como mais um elo de formação docente, favorece a formação de professores que não compreendem sua posição de protagonismo e pesquisa em sala de aula. Desta forma, a presente pesquisa procurou trazer a partir das conversas com as licenciandas, os movimentos existentes em um Colégio de Aplicação, em que o atendimento a licenciatura tem espaço garantido na grade horária de seus professores para a compreensão que tal proposta poderia trazer importante impacto na formação de futuros docente.

Palavras-chave: Estágio, formação docente, narrativas.

Referências

ALVES, Nilda. Sobre movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de e ALVES, Nilda. **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas:** sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2008, p.39-48.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano 1: As artes de fazer.** 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

GARCIA, Alexandra. O encontro nos processos formativos: questões para pensar a pesquisa e a formação docente com as escolas. 37ª Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2015, Florianópolis. **Anais da 37ª Reunião Científica da ANPEd.** Florianópolis: ANPEd/UFSC, 2015.

SPINOZA, Benedictus. **Ética Spinoza.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

PANDEMIA, TELAS, CLICKS E CONEXÕES: o que dizem as professoras sobre ensinar Matemática, nos anos iniciais, em contexto remoto?

Simone de Miranda Oliveira França, simonemofranca@gmail.com
Vania Finholdt Angelo Leite, vfaleite@uol.com.br
PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de pesquisa: Formação de professores, História, Memória e Práticas Educativas
Grupo de pesquisa Tri Vértice: Formação de professores, Didática e Educação Matemática

Resumo

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento. Objetiva compreender o lugar que o conhecimento, produzido pela experiência, ocupa no ensino de Matemática nos Anos Iniciais, a partir da pandemia da COVID-19. É uma pesquisa de cunho qualitativo, que toma por referência a abordagem teórico-metodológica da narrativa, apoiando-se nos saberes da experiência (JOSSO; 2010) para o ensino de Matemática nos Anos Iniciais (NACARATO, PASSOS, 2018) e no uso da tecnologia para ensinar Matemática (FANTIN, 2017). Tem como eixo norteador o processo de ensino-aprendizagem, articulado a partir das reflexões das dez docentes participantes, de diferentes lugares do país. Está em intrínseco diálogo com uma abordagem formativa e uma perspectiva libertadora (MARQUES, PIMENTA, 2015). Interessa-nos compreender – através das narrativas, como a realidade que essas docentes vivenciaram no período da pandemia, com recorte para o ano de 2020, onde todo o processo didático alocou-se em contexto remoto e/ou em formato assíncrono, se constituiu em saber, em conhecimento, a partir da experiência, para ensinar Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Para tal, será utilizada a entrevista narrativa como fonte de produção de dados. Para o procedimento de análise dos materiais advindos das entrevistas, que constituem a experiência e a história de cada participante, utilizaremos o referencial da Tematização, de acordo com Fontoura (2011). Entende-se que o contexto pandêmico, que afetou e modificou as constituições

319



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

escolares, trouxe muitos desdobramentos para os processos pedagógicos, sobretudo para a prática docente. É, portanto, uma pesquisa que estabelece uma interlocução tanto na perspectiva teórico metodológica, como com a premissa de que esta produção é construída com as docentes que dela participam, através das entrevistas narrativas que geram o corpus de análise. Por outro lado, no intento de aprofundar os conceitos vinculados aos saberes da experiência (JOSSO, 2010), investiga-se o modo como esses saberes, no ensino remoto de Matemática, para alunos dos anos iniciais, produzem conhecimento e constituem as suas práticas profissionais docentes. Importante ratificar que os debates e demais desdobramentos acerca das necessidades e urgências apontadas no contexto pandêmico, foram centradas em temáticas diversas como os aspectos sobre a docência, o uso dos recursos e tecnologia e a organização do trabalho pedagógico. Ainda há uma grande preocupação com o trato sobre o conhecimento, os diferentes saberes e como essas práticas docentes estão sendo desenvolvidas. A esse respeito, Freire (1996, p.44) nos diz que "é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática". Em diálogo com os pontos aqui sinalizados, temos o ensino de Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que, além de todos os desafios já existentes para ensiná-la no formato presencial, tantos outros obstáculos se apresentaram a esses professores, no modelo remoto. Ao considerar os elementos anteriormente apresentados, alguns questionamentos dão norte ao chão da pesquisa: Como a experiência docente, para ensinar Matemática, reverberou-se no contexto de ensino remoto? O que pode ter sido mais preponderante: ter o domínio tecnológico ou ter a experiência de sala de aula? Como essa experiência se transformou em conhecimento? Essas interrogações formalizam os diálogos e tensionamentos entre o ensino de Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a pandemia e os saberes da experiência docente, eixos da pesquisa em pauta. O estudo tem evidenciado que abordagens como construções de argumentos, uso de desenhos, jogos e de objetos manipuláveis, foram indispensáveis para a aprendizagem, inclusive matemática, em contexto remoto. Aponta, também, que a apropriação dos recursos tecnológicos pelas

320



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

docentes, sinalizou um processo de letramento digital, autoformativo, predominando suas experiências em sala de aula.

Palavras-chave: Ensino de Matemática, saberes da experiência, pandemia.

Referências

FANTIN, Monica. Educação, aprendizagem e tecnologia na pesquisa-formação. **Educação & Formação**, v. 2, n. 3, 2017, p. 87-100.

FONTOURA, Helena Amaral Tematização como proposta de análise de dados na pesquisa qualitativa. In: FONTOURA Helena Amaral (Org.). **Formação de professores e diversidades culturais**: múltiplos olhares em pesquisa. Niterói, Intertexto, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 62. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016d.

MARQUES, Amanda CTL; PIMENTA, Selma Garrido. É possível formar professores sem os saberes da pedagogia? Uma reflexão sobre docência e saberes. **Revista Metalinguagens**, v. 3, p. 135-156, 2015.

PASSOS, Cármen Lúcia Brancaglioni; NACARATO, Adair Mendes. Trajetória e perspectivas para o ensino de Matemática nos anos iniciais. **Estudos Avançados**, v. 32, 2018, p. 119-135.

321



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**LEITURA DE MUNDO DE CRIANÇAS NA CIDADE: um diálogo com infâncias
de Maricá/RJ**

Tamara de Oliveira Silva, tamara.geo@gmail.com
Maria Tereza Gordard Tavares, mtgtavares@yahoo.com.br
PPGEDU/FFP/UERJ
Linha Políticas, Direitos e Desigualdades
GIFORDIC/FFP/UERJ

Resumo

O presente texto parte da experiência da práxis (Freire; Macedo, 2013) de uma professora das Infâncias e de Geografia, que se constitui como pesquisadora vinculada ao Grupo Infância(s), Formação de Professores(as) e Diversidade Cultural (GIFORDIC) para despertar a criticidade e compreender a leitura de mundo de crianças a partir de narrativas orais e desenhos sobre seus trajetos casa-escola-casa na cidade de Maricá. Acreditamos que através dos seus desenhos sobre seus cotidianos e de suas percepções seja possível compreender e estimular as práticas espaciais das crianças. Compreendemos que as crianças enquanto sujeitos que vivenciam o espaço urbano vão se tornando sujeitos e conhecedores do espaço praticado. Assim, por meio de suas narrativas e desenhos, os sujeitos infantis podem refletir sobre os sentidos dos espaços vivenciados, conscientizando-se do mundo no qual vivem, e sobre a vida que produzem cotidianamente nos diferentes espaços da cidade (TAVARES, 2012; TAVARES e LARANJEIRA, 2016; DIAS, 2016). Com o objetivo de compreender o cotidiano das crianças de uma escola pública do município de Maricá que faz parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e ter uma noção sobre a relação espacial entre moradia e escola e sobre *os efeitos vizinhança* entre elas, foi proposta uma oficina intitulada “Cadê a minha casa?” no ano de 2022. Para iniciar a oficina foram sugeridas às crianças de uma turma de 5º ano do Ensino Fundamental I duas imagens, sendo uma do *Google Maps* e a outra de satélite a partir do *Google Earth* do entorno da escola, das ruas e das casas próximas. Nessas imagens a escola em questão encontrava-se centralizada e as crianças tiveram a possibilidade de visualizarem ambas

322



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

imagens, escolhendo qual seria mais interessante para a atividade proposta. As crianças visualizaram as imagens e optaram pela imagem de satélite do *Google Earth*, pois a consideraram mais colorida e mais próxima à realidade visual deles. Dando continuidade à proposta foi sugerido que eles observassem e fizessem a relação entre a escola e o bairro, inicialmente sobre o aspecto locacional. A imagem foi passada pelas mãos das crianças e depois anunciamos as próximas etapas da oficina. A proposta em sala de aula foi bastante significativa, pois eles/elas ficaram encantados com o reconhecimento do próprio espaço na qual vivenciam cotidianamente. As crianças começaram a identificar a rua principal da escola e, a partir deste ponto, começaram a traçar com os dedos o caminho das suas casas. Na semana seguinte, prosseguimos com a atividade, sendo sugerido que as crianças desenhassem seus trajetos casa-escola-casa. A partir desses desenhos foi possível observar algumas paisagens que mais marcaram suas experiências citadinas cotidianas nestes trajetos. A sugestão dos desenhos e análises posterior parte do pressuposto de que compreendemos que os desenhos “são apresentados como fontes indiciárias a chamar a atenção de adultos e as próprias crianças sobre suas infâncias” e suas práticas espaciais da cidade (GOBBI, 2012, p. 136). A partir da proposição da oficina foi possível compreender a linguagem e as formas de apreensão da leitura da cidade de Maricá através das suas lentes infantis. Consideramos o desenho uma prática social, um suporte de representações sociais que podemos conhecer, revelando o universo infantil. Concordamos também com Gobbi (2012) quando concebemos a criança como construtora de culturas e que seus desenhos podem ser vistos como suportes que revelam aspectos diversos das práticas culturais nas quais estão inseridas. A análise dos desenhos serviu a diversos propósitos na oficina, bem como conhecer melhor parte das infâncias da cidade de Maricá, construir olhares mais detalhados e possibilitar práticas reflexivas sobre as relações sociais e percepção de mundo das crianças. Através dos desenhos foi possível perceber que alguns elementos da cidade são comuns a elas, como o comércio local, praças, etc. Os desenhos também retrataram a percepção das crianças sobre as mudanças presentes na cidade e outras que marcaram o passado. Cabe destacar que a cidade de Maricá (RJ) tem passado por

323



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

mudanças em sua organização espacial e demográfica. A partir dos desenhos podemos questionar junto às crianças o porquê de cada representação e compreendermos a partir das suas percepções sobre os espaços praticados. Acreditamos que através das suas narrativas, desenhos e práticas espaciais, torna-se possível dialogar com as crianças e estimulá-las à conscientização e o direito à cidade. Concordamos com Freire (1979) quando discute que o conceito de “conscientização” é uma prática da liberdade e um ato de conhecimento que aproxima a crítica da realidade. Esclarecemos que os desenhos que analisamos não foram tomados como verdades históricas, pois compreendemos que assim como as fotografias ou tantos outros documentos, estão sujeitos a diferentes interpretações, mas podem nos dar indícios para compreendermos a realidade das crianças, despertando um conhecimento crítico sobre suas realidades. Ainda em concordância com Freire (1979), a conscientização implica que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível, proporcionando ao sujeito do conhecimento assumir uma posição epistemológica crítica e sensível.

324

Palavras-chave: infâncias; cidade; práticas espaciais.

Referências

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização:** Leitura do mundo, leitura da palavra. Tradução de: OLIVEIRA, Lólio Lourenço de. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Conscientização:** teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GOBBI, Márcia. Desenhos e fotografias: marcas sociais de infâncias. **Educar em Revista**, num.43, enero-marzo, 2012, p. 135-147. Universidade do Paraná, Paraná, Brasil.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. **Os pequenos e a cidade:** o papel da escola na construção de uma alfabetização cidadã. 2003. 258f. Tese (doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2003.

TAVARES, M. T. G., & LARANJEIRA, C. A cidade como um livro de espaços: lendo e pensando a cidade com a(s) infância(s) em São Gonçalo. **RevistAleph**, 26. 2016.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

O OCASO DE UMA ESCOLA TÍPICA RURAL DE ARARUAMA \RJ: o golpe que desintegrou um mundo de partilhas

Tânia de Souza Fernandes, tasouzafernandes@id.uff.br
Luiz Fernando Conde Sangenis/supervisor, lfsangenis@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de Pesquisa: Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas
Grupo de pesquisa: SERAPHICUS

Resumo

Esta exposição tematiza um pedaço da história do Colégio Estadual Antonio Pinto de Moraes, inaugurado no ano de 1938, e localizado em Morro Grande, segundo distrito do município de Araruama \RJ. Analisa-se o que ocorreu no cotidiano desta escola, que fora batizada com a alcunha de Escola Típica Rural, e com as famílias dos seus alunos e alunas, quando foi alvo de intervenções do governo ditatorial (1964-1985) nas áreas rurais do Rio de Janeiro, com o objetivo de desarticular os movimentos sociais organizados no campo fluminense e, conseqüentemente, as lideranças que representavam os pequenos e micro produtores rurais, que, à época, eram constituídos, em maioria, por pessoas ex-escravizadas e seus descendentes. O movimento de análise toma como caminho as narrativas autobiográficas de duas ex-alunas da escola, que representam duas gerações distintas, valorizando os aspectos entrecruzados das experiências de vida dentro e fora da escola, enfatizados pelas memórias narradas das mulheres que protagonizam as respectivas narrativas. Para a discussão sobre a violência da ditadura civil-militar contra os modos de vida do campesinato livre no Estado do Rio de Janeiro, utilizaremos os trabalhos de Grynspan (1987), que mostra as diversas circunstâncias que se reuniram, em momentos e contextos locais diversos, e que constituíram modos diferentes de ocupação da terra nos municípios fluminenses; O'Dwyer (2012), que, ao tratar da problemática concernente aos territórios quilombolas do Estado do Rio de Janeiro, traz elementos novos para o campo de conhecimento sobre os conflitos territoriais e a violência cotidiana exercida sobre as populações negras rurais, descendentes de pessoas ex-

325



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

escravizadas, além de informar sobre o redimensionamento dos parâmetros para o reconhecimento de direitos territoriais a estas populações, a partir da Constituição Federal de 1988; e Medeiros (2018), que atualiza a discussão acerca dos conflitos e violências sofridas pelo campesinato em inúmeros municípios do Estado do Rio de Janeiro, desde a virada do século XIX, até o início dos anos 1960. Os significados sociopolíticos, econômicos e culturais interligados às Escolas Típicas Rurais serão apreciados a partir do trabalho de Sangenis e Considera (2013), que traz apontamentos sobre o pensamento social traduzido em premissas pedagógicas que deram substrato simbólico e argumentos aparentemente razoáveis à tendência educacional que ficou conhecida como “ruralismo pedagógico”, cuja finalidade era realizar um estilo de educação nas áreas rurais, comprometido com um certo modo de valorizar a vida campesina, tornando os sujeitos das zonas rurais mais bem preparados para lidar com modernizações consideradas necessárias nas técnicas, tecnologias e objetivos de produção. E, por meio desta educação diferenciada, esperava-se conter o intenso movimento de êxodo rural, e os problemas interligados ao “inchaço” das cidades que não possuíam estrutura para receber esta população que a ela chegava. As pessoas que saíam do campo, por sua vez, também não tinham escolarização, nem formação profissional adequadas para assumir as poucas vagas de trabalho disponíveis nas cidades. Assim, o “ruralismo pedagógico” surge como uma receita educacional, destinada a supostamente abrandar os conflitos sociais gerados pelas mudanças econômicas e sociais ocorridas nas primeiras décadas do século XX. Já o caminho teórico-metodológico que valoriza as narrativas autobiográficas como estratégias para apreender e construir valiosos conhecimentos na área de história da educação, será trilhado com apoio no trabalho de Bragança (2018), que retoma as rotas epistêmicas traçadas pelos pesquisadores nacionais e estrangeiros que se dedicaram a questionar que os saberes/fazeres só seriam possíveis a partir de premissas objetivistas, principalmente a partir dos anos 1990. Neste sentido, a rota teórico-metodológica em que nos engajamos por meio das narrativas autobiográficas, privilegia uma das formas de “retorno do sujeito” à produção legítima de conhecimento acadêmico-científico. Uma das contribuições mais originais do presente artigo talvez seja lançar luz sobre as

326



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

próprias histórias da educação e do campesinato em Araruama\RJ. Este último, especificamente, normalmente tem sido mencionado, nos poucos trabalhos em que é tematizado, como intrinsecamente ligado à produção de laranja e outros cítricos. A partir de uma das narrativas aqui analisadas esta associação é desconstruída, sendo argumentado que, na verdade, o tipo de produção citada surge tardiamente, como estratégia usada pelos agentes da ditadura civil-militar para aniquilar os modos de ser, fazer, criar e viver das famílias de pequenos e micro produtores rurais do município. Segundo a experiência escolar narrada, portanto, em meio a este turbilhão de mudanças bruscas e impostas, deixa de existir uma “Escola Típica Rural”, pelo fato de o cotidiano escolar, com seu currículo praticado, ter sido “aparelhado” pelos apoiadores locais do Regime Militar, especialmente pela Igreja Católica.

Palavras-chave: escola típica rural, agentes católicas da ditadura civil-militar na escola, conflito e violência nas áreas rurais fluminenses.

327

Referências

BRAGANÇA, Inês Ferreira de S. *pesquisaformação* narrativa (auto) biográfica: trajetórias e tessituras teórico-metodológicas. In: Maria Helena Menna B. Abrahão; Jorge Luiz da Cunha; Lúcia C. Villas Bôas (org). **Pesquisa (auto) biográfica:** diálogos epistêmico-metodológicos. Curitiba: CRV, 2018. Pp. 65-81.

GRYNSPAN, Mário. **Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro:** 1950-1964. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional\UERJ. Rio de Janeiro, 1987.

MEDEIROS, Leonilde S. de. **Ditadura, conflito e repressão no campo:** a resistência camponesa no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais:** o caso das terras de quilombo no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: E-papers, 2012. Pp. 273-322.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde; CONSIDERA, Marcela Loivos. Formação de professores para escolas rurais: o curso normal rural de Cantagalo (1952-1962). **Rev. Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 05, n. 09, p. 63-87, jan.-jul., 2013. Disponível em: <http://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/293>. Acesso em: 10 dez. 2022.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

INFÂNCIAS FLUMINENSES E SUAS PRÁTICAS ESPACIAIS NA CIDADE

Thais Coutinho de Barros Coelho, coelhotcb@gmail.com

Catia Regina Monteiro Silva, caremosi@gmail.com

Maria Tereza Goudard Tavares/orientador, mtgtavares@yahoo.com.br

PPGEDU/FFP/UERJ

Políticas, Direitos e Desigualdades

Grupo de Estudos e Pesquisas da(s) Infância(s), Formação de Professores(as)

e Diversidade Cultural (GIFORDIC)

Resumo

Discutir o direito à cidade das infâncias contemporâneas torna-se fundamental no marco da garantia aos direitos das crianças, especialmente nas metrópoles densamente povoadas do Leste Fluminense. Pensar o movimento em que as crianças (re)criam e fazem suas interferências nos espaços pensados ou não para elas, constitui elementos fundamentais para uma análise de como o espaço seja ele geográfico e/ou físico, imprime marcas no sujeito, de modo que reflete o que ocorre e para quem se destina o uso do território. Pensando por este viés, o objetivo desse trabalho é analisar as contradições entre as infâncias e os espaços na região metropolitana do Rio de Janeiro. Ele se debruça sobre a cidade de São Gonçalo, no bairro Mutondo e na favela da Carobinha, na zona oeste do Rio de Janeiro. O trabalho consiste em uma pesquisa etnográfica, observando e confrontando infâncias num condomínio e na favela da Carobinha, investigando suas relações com o espaço, sobretudo, nas áreas de lazer e de brincadeiras infantis. Para alicerçarmos nosso diálogo trazemos Freire, que nos leva a refletir que antes de aprendermos a ler as letras, aprendemos a ler o mundo. Antes de ler a palavra, a criança vai aprender com o que tem em seu entorno, como nos informa Freire (1989, p.09), “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Tavares (2020) considera que “ler o mundo é também ler o espaço”, que o sujeito se constitui na construção histórica e social, que se forja nos “territórios usados”. Conforme nos diz Santos (2007). Benjamin (2009, p.103) nos traz o espaço como “um canteiro de obras” para assim pensarmos como as crianças veem e exploram, agindo e interferindo até nos espaços que não são pensados para elas e das múltiplas possibilidades de intervenções. Assim, Lopes (2006), ao pensar nas infâncias, vai de encontro ao lugar, na dimensão do espaço que o sujeito ocupa, que são constituídas no coletivo, com suas famílias, amigos, no seu bairro, nos direcionando a refletir que a infância daqui não é a mesma de lá, que os contextos sociais e territoriais influenciam em direitos constitucionais como saúde bem-estar e lazer. Santos (2007) nos ajuda a pensar o espaço além de sua materialidade, nos levando a refletir sobre o conceito em uma

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU

Faculdade de Formação de Professores – FFP

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

amplitude sociológica, que se manifesta em uma abordagem que representa as forças sociais, que culminam em uma construção socioeconômica e histórica, de pertencimento e tensões. Desta maneira, a discussão das questões abordadas nos faz perceber o quanto é relevante pensarmos nas infâncias e nas práticas espaciais. Assim como a localização geográfica e territorial, as mudanças nos espaços, também modificam as agências das crianças (Tavares, 2020). Tais análises nos inquietam na dualidade de como os espaços são pensados para as crianças e não com as crianças. Confrontar os espaços de uma área de lazer que foi pensada, por adultos como um propósito direcionado, é diferente das agências participativas das crianças na rua, nas calçadas, a partir de suas práticas espaciais, nas quais (re)fazem suas realidades. As empresas de construção têm pensado estrategicamente ambientes nos quais os moradores vivenciam nos condomínios sem precisar sair dele. O condomínio pesquisado foi projetado para que as crianças não precisem ir à rua. Ele tem uma área de lazer que conta com o espaço do parquinho, projetado para as crianças menores com casinha, escorrega, piso emborrachado ao ar livre, salinha com móveis em miniaturas, tv e brinquedos. Para os maiores, salão de jogos com mesa de cartas, totó, sinuca e quadra poliesportiva. Com tal projeto, os responsáveis não veem a necessidade de levar os filhos para brincar nas ruas e em praças, visto que próximo ao condomínio não há praças. Em contrapartida, as crianças da favela da Carobinha dispendo de poucas áreas de lazer, (re)fazem-se e criam outras agências nos espaços que brincam e praticam, transitando, seja nas calçadas, nos materiais das obras em construção nas ruas, nas grades dos espaços educacionais. As interferências das crianças transpassam os limites que a percepção adulta alcança, é preciso escutá-las para pensar os territórios infantis com elas e não apenas para elas. Diante do exposto, a ausência de espaços pensados para elas, requer a legitimidade dos direitos das crianças em usufruir minimamente de momentos e oportunidades de lazer pensadas e projetadas para suas práticas espaciais e culturas de pares (Tavares, 2020). Ao pensarmos num contraponto de um lugar em relação ao outro, podemos concluir que a sociedade produz diferentes concepções de infâncias, que serão “esculpidas” nos espaços vivenciados por elas. A nossa pesquisa, em fase inicial, vem nos mostrando como as infâncias investigadas praticam o “território usado” (Santos, 2007), impactando vários aspectos de sua vida, seja em relação à alimentação, ao lazer, à educação, à segurança, de modo mais amplo. Concluímos, em diálogo com Lopes (2006, p. 110), quando este nos diz: “toda criança é criança de um lugar” e esse lugar vai formá-la e a constituí-la como um sujeito no território.

329

Palavras-chave: infâncias, direito à cidade, espaços praticados.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Referências

- BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo-SP, Editora 34, 2006.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo- SP, Cortez, 1989.
- LOPES, Jader. J. M; VASCONCELLOS, Tânia de. Geografia da Infância: Territorialidades Infantis. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, nº 1, 2006. p. 103-127.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo-SP, Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- TAVARES, Maria. T. G. Infâncias e o direito à cidade em São Gonçalo: investigar a participação de crianças na cidade. **Práxis Educacional**, v. 16, nº 40, 2020.
- TAVARES, Maria. T. G. **Perspectivas para pensar as cidades**: infâncias, educação, democracia e justiça. Vitória da Conquista. Bahia -BA: Uesb, 2020. p. 164-183.



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

**UM ÁLBUM-TESE DE PESQUISA FORMAÇÃO CONVERSAÇÃO: políticas
instituintes de inclusão no CAP-UFRJ e suas reverberações nos corpos**

Thais Motta, thaismottaufRJ@gmail.com;
PPGEDU/FFP/UERJ-CAP-UFRJ

Inês Ferreira de Souza Bragança, inesfsb@unicamp.br;
PPGEDU/FFP/UERJ-UNICAMP

Processos Formativos e Desigualdades Sociais
Grupo Interinstitucional de *Pesquisa formação* Polifonia UERJ/FFP-UNICAMP

Resumo

O presente trabalho tem por intenção publicizar o andamento da *pesquisa formação* de Doutorado, intitulada: “Narrativas (com)vividas de *pesquisa formação conversação* um estudo das políticas instituintes de educação especial na perspectiva da inclusão em educação no CAP-UFRJ”. Uma investigação em acontecimento que tem por intenção, estudar a política que vem sendo constituída no CAP-UFRJ, o ensino colaborativo, não apenas pela via dos textos legais, mas compreender como cada um, docente da educação especial e/ou do ensino comum, técnicos e técnicas, famílias e estudantes, a partir do seu lugar de atu(ação), corporificam a política na própria vida – a *políticavida*. Para tal, assumimos como metodologia da *pesquisa formação*, as **conversas** como fontes narrativas e (auto)biográficas, por compreendemos que este modo de dar-se a conhecer, pode promover uma captura mais factual e sensível da política em acontecimento, uma vez que cada participante enxerga, sente e atua, a partir do seu próprio lugar de ser/estar. No movimento hermenêutico de compreensão da experiência dos sujeitos, propomos posteriormente à conversa, uma *metaconversa*, por escrito, e convidamos as conversantes para, mais uma vez, retomar ao narrado e refletir em partilha *cointerpretativa*, os sentidos e lições vividas, e, em projeção, perceber as necessidades de rever caminhos, retomar rotas, buscando evidências de que ao assumirmos uma perspectiva instituinte de fazermos política estamos invencionando no cotidiano, modos outros de fazer a política instituída. Para tal, a *pesquisa formação* em tela, fundamenta-se nas seguintes noções: estudo das políticas

331



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

intuitivos de Educação Especial por meio das narrativas das experiências, *cointrepretação* em partilha formativa para a retroalimentação de políticas, culturas e práticas mais inclusivas, tendo por base, as reflexões de Linhares (2007); Skliar (2008-2019), Mendes, Vilaronga, Zerbato (2018; 2019;2020; 2021), Bakhtin (2012) e Ricoeur (2007). Por ora, foram realizadas cinco conversas. Três delas com profissionais que atuam no CAP-UFRJ, uma com uma família e outra com um estudante. Destas, três já foram constituídas em *metaconversas* e foram apresentadas na etapa da qualificação. As lições extraídas em partilha entre nós, até o momento, apontam para a compreensão de que o CAP-UFRJ, sendo um colégio federal altamente referenciado, historicamente constituiu mecanismos de seleção para ingresso no Colégio e que até o ano de 1990 os formatos de seleção se configuravam como mecanismos de exclusão das minorias. Isso porque, as provas para o ingresso acabavam por selecionar um público oriundo das classes média e alta. Mesmo após os anos 2000, quando os debates em torno da democratização de acesso à escola pública fomentaram a opção pelos sorteios públicos, o ensino médio ainda se manteve com as provas de nivelamento para posterior sorteio. Esse formato perdurou até o ano de 2021 em virtude da pandemia. O sorteio público, de algum modo, ampliou as chances de que a classe popular tivesse acesso ao Colégio. Porém, a própria territorialidade da escola, zona sul da cidade do Rio de Janeiro, por si só, constitui-se como mais um mecanismo de exclusão. Deste modo, após as políticas de ações afirmativas com cotas para estudantes pretos, pardos e indígenas, cotas sociais, para estudantes oriundos de escolas públicas, e, mais recentemente, no ano de 2020, com cotas para estudantes com deficiência, percebe-se uma maior pluralidade e as marcas mais acentuadas da diferença na escola. Esse novo perfil de estudante lançou ao Colégio novos desafios, entre eles pensar políticas não apenas de acesso, mas de permanência, participação e aprendizagem e de assistência estudantil. No que se refere à política de educação especial e inclusiva, após o ano de 2020 com a garantia das cotas para estudantes público-alvo da educação especial, constituiu-se o Núcleo de Educação Especial e Inclusiva – NEEI/CAP-UFRJ que tem mobilizado a efetivação da política com base nas concepções de ensino colaborativo e de um olhar a partir de uma perspectiva social

332



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

da deficiência. O ensino colaborativo tem se mostrado uma opção de organização dos suportes para atendimento aos direitos dos estudantes, principalmente, o desenvolvimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e estratégias de inclusão com importantes avaliações apontadas pelos conversantes desta *pesquisa formação*, principalmente no que tange aos debates das dimensões das múltiplas acessibilidades: curricular, avaliativa, nas práticas pedagógicas e atitudinais, por meio da compreensão da inclusão como um direito humano.

Palavras-chave: Educação Especial; Ensino Colaborativo; Políticas de inclusão.

Referências

BAKHTIN. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro&João Editores; 2 ed. (2012).

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 16^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LINHARES, Célia. Experiências instituintes na educação pública? Alguns porquês dessa busca. **Revista de Educação Pública**, v. 16, n. 31, p. 139-160, 2007.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar – Unindo Esforços entre Educação Comum e Especial**. Editora UFScar: São Paulo, 2018.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo I. Papyrus. 2005.

333



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, POBREZA E PRÁTICAS EDUCATIVAS NÃO ESCOLARES: um estudo psicossocial sobre as relações sociopedagógicas na periferia de São Gonçalo-RJ

Thiago Simão Dias, thiago.dias.educ@gmail.com
Arthur Vianna Ferreira, arthurerjffp@gmail.com
PPGEDU/FFP/UERJ

Linha de Pesquisa: Políticas, Direitos e Desigualdades
Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Fora da Sala de Aula

Resumo

Esta pesquisa de Mestrado em Educação, em andamento, tem como objetivo geral investigar a existência de possíveis representações sociais de pobreza e suas implicações na organização das relações e práticas socioeducativas de um grupo de profissionais atuantes em uma ONG, no 4º distrito do município de São Gonçalo, no Leste Fluminense. A partir desta proposição, considera-se que as mazelas mais profundas que afetam os processos educativos no Brasil são históricas e diversas, desvelando inúmeros desafios que projetam sinergias para distintas possibilidades de suas superações. Nesse cenário, pesquisas, debates e disputas perpassam os mais variados campos epistemológicos, dentre elas, uma das temáticas extremamente relevante e que permeiam todas essas dimensões da sociedade brasileira é a pobreza. Assim sendo, os objetivos específicos desta investigação são: identificar as representações de pobreza a partir da interação social dos educadores sociais e seus educandos dentro do campo de atuação socioeducativo; averiguar como os educadores sociais se apropriam, e auxiliam, nas construções dessas representações nos seus relacionamentos no campo socioeducacionais; analisar de que maneira estas representações participam no desenvolvimento das práticas socioeducativas para com os sujeitos empobrecidos. Nessa perspectiva, a questão norteadora central deste trabalho é: de que forma as possíveis representações sociais de pobreza afetam o modo como este grupo de educadores sociais atendem as demandas oriundas das camadas empobrecidas durante as práticas pedagógicas neste espaço de educação

Programa de Pós-graduação em Educação, processos formativos e desigualdades sociais – PPGEDU

Faculdade de Formação de Professores – FFP

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

não escolar. O principal referencial deste estudo é a Teoria das Representações Sociais, pertencente ao campo da Psicologia Social. Elaborada por Moscovici (2012), trata-se de uma teoria científica acerca dos processos cujos indivíduos, em interação social, criam explicações diante dos fenômenos sociais, propagando crenças que se transformam em ideias e práticas dentro de um grupo social em determinado espaço-tempo histórico. As representações sociais são formas de conhecimento prático que não possuem em si fundamentos científicos, mas que sobrevivem ao tempo e buscam explicar os acontecimentos, hábitos e as relações mantidas nos grupos sociais. A partir dessa teoria, Ferreira (2012) desenvolveu o estudo das representações sociais de pobreza. Em sua abordagem psicossocial, encontramos o conceito de “educandos-pobres”, sendo esses os sujeitos que sofrem as atribuições de empobrecimento no decurso das relações interpessoais mantidas com os membros do grupo onde estão inseridos, em especial, dos educadores que os atendem. Desta forma, as representações sociais de pobreza são as simbolizações, crenças, valores e significados que um grupo social manifesta e compartilha em relação a um outro grupo de indivíduos, cujas imagens os identificam enquanto sujeitos desprovidos de algo ou alguma coisa, que “são ou estão” pobres por, supostamente, serem pessoas oriundas da “falta”, ou que possuem determinadas “faltas” que precisam ser sanadas. Essa pobreza pode ser social, econômica, afetiva, cultural, psíquica, motora, cognitiva (entre outras) e depende da particularidade de como se desenvolve e é partilhada em cada grupo social. Para dialogar com a construção dessas representações, utiliza-se o aporte teórico da Pedagogia Social, de maneira especial, a Pedagogia da Hospitalidade, proposta por Isabel Baptista (2005). Essa perspectiva sociopedagógica é desenvolvida e fundamentada na concepção da educação organizada desde uma epistemologia de laços sociais que faz um convite ao encontro humano enquanto espaço de sociabilidade, de escuta sensível e lugar para se cultivar relações proximidade, receptividade, acolhimento e respeito. Na metodologia investigativa, de abordagem qualitativa, os instrumentos utilizados são as entrevistas semiestruturadas e a confecção de cadernos de campo inspirando-se na fenomenologia transcendental husserliana, que consiste em três movimentos básicos, conforme descrito por Depraz

335



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
**“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”**
28,29 E 30 de Novembro de 2023

(2011): o noema, o noese e a variação eidética. O noema é referente à descrição detalhada e objetiva da realidade da forma como seus elementos são capturados. O noese está vinculado à subjetividade do pesquisador, na qual ele irá descrever suas percepções, sentimentos e lembranças. E a variação eidética é a etapa reflexiva e o exercício do investigador se coloca no lugar dos demais que vivenciaram aquela realidade com a finalidade de aumentar o seu espectro de percepção frente aos fenômenos. Por fim, o material coletado em campo será analisado mediante um olhar retórico-filosófico, inspirado na filosofia aristotélica e reestruturado para o estudo das Representações Sociais por Mazzotti (2003). Essa análise consiste em encontrar as metáforas que constituem o “núcleo figurativo” das possíveis representações sociais de pobreza, verificando a persuasão presente nos discursos através das figuras retóricas proferidas pelos educadores sociais. Os resultados provisórios desta pesquisa inferem a presença de representações sociais de pobreza nos discursos analisados até o presente momento. Estes parecem influenciar as práticas socioeducativas dos educadores, impactando nas suas preferências metodológicas e na compreensão sobre quem é o “outro empobrecido”. Com isso, ao passo que os educadores simbolizam os educandos, esses profissionais passam a ofertar uma “educação empobrecida” para os “educandos-pobres”, condensada na figura retórica que se apresenta como “núcleo figurativo” (“pra quem é tá bom”) dessas representações sociais. Esse discurso indica que os grupo de alunos precisa de “um mínimo de educação” que seja suficiente “para eles seguirem em frente”. Dessa forma, tais representações funcionam como princípios organizadores das ações dos educadores sociais e tendem a excluir ainda mais os discentes, haja vista que parece ser consensual o entendimento de que eles – os educandos – precisam “receber” somente o básico, desmerecendo, portanto, suas potencialidades sociocognitivas. Nessa conjuntura, esses últimos são compreendidos como seres da “falta”, nas respectivas dimensões: econômica, reacional, cultural, organizacional (de vida – falta de estrutura) e de futuro (sem perspectiva – falta de projeto de vida).

336



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Palavras-chave: representações sociais, pobreza, práticas educativas não escolares.

Referências

BAPTISTA, Isabel. **Dar rosto ao Futuro:** A educação como compromisso ético. Porto: Profedições, 2005.

DEPRAZ, Natalie. **Compreender Husserl.** Petrópolis: Vozes, 2011.

FERREIRA, Arthur Vianna. **Representações Sociais e Identidade Profissional:** práticas educativas com camadas empobrecidas. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2012.

MAZZOTTI, Tarso Bonilha. Metáfora: figura argumentativa central na coordenação discursiva das representações sociais. In: CAMPOS, Pedro Humberto Farias. LOUREIRO, Marcos Correa da Silva (Org.). **Representações Sociais e Práticas Educativas.** Goiânia: Ed. UCG, p. 89-102, 2003.

MOSCOVICI, Serge. **A psicanálise, sua imagem e seu público.** Petrópolis: Vozes, 2012.

337



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

A PRÁTICA DOCENTE E O LIVRO DIDÁTICO DE MATEMÁTICA

Vanessa Vianna Santos, vanessanestado@gmail.com
Vania Finholdt Ângelo Leite, vfaleite@uol.com.br
PPGEDU/FFP/UERJ
Linha de pesquisa: Práticas Educativas
Grupo de pesquisa Tri Vértice

Resumo

Este resumo traz um recorte da pesquisa de mestrado cujo objetivo foi analisar as atividades do livro didático de matemática do 3º ano do Ensino Fundamental focando na estrutura multiplicativa da Coleção Novo Bem-me-quer, adotado pela Rede Municipal de São Gonçalo. Para esse texto trazemos a discussão com as professoras entrevistadas sobre a utilização do livro nas aulas de matemática. O aporte teórico se baseia na Teoria dos Campos Conceituais de Vergnaud (1983, 1988, 1994, 1998) e nos estudos de Nunes e Bryant (1997, 2005). Realizamos uma pesquisa qualitativa, utilizando o questionário, a entrevista semiestruturada e a análise do livro didático como instrumentos de produção de dados. Trazemos a discussão das entrevistas realizadas com 4 professoras. Tivemos o cuidado com a ética de pesquisa. O primeiro contato com as participantes foi realizado no local de trabalho. Esclarecemos sobre a pesquisa, seus objetivos e justificativas, bem como sua importância para o campo educacional e para a Educação Matemática. Por fim, explicamos que, após a transcrição das entrevistas, elas receberiam esse material para autorizarem a publicação ou sugerirem algumas alterações. Somente após essa ação, seus depoimentos nas entrevistas irão compor o material de análise. A partir das entrevistas com as professoras, lemos e relemos as transcrições, categorizando-as: 1) visão das professoras em relação ao livro didático; 2) tipos de situações do Campo Conceitual Multiplicativo presentes no Livro; 3) introdução dos conteúdos da Multiplicação e Divisão; 4) Situação-problema: desafios ou exercícios?; 5) Estratégia pessoal ou indução. Primeiramente, buscaremos apresentar a visão geral das professoras em relação ao livro didático, porque é a partir disso que elas trabalham com esse recurso em sala de aula. 1) Quanto à visão das professoras: para possibilitar

338



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

a compreensão dos conceitos a partir de um conjunto de experiências matemáticas potencialmente significativas e promover o saber matemático, o professor recorre e utiliza os livros didáticos para selecionar e organizar os conteúdos. Fazem isso também para passar as tarefas de aula e de casa que possibilitam a fixação do conteúdo trabalhado durante a aula. Para Sacristán (2000), o livro didático, enquanto um dos intervenientes do currículo, influencia de forma acentuada a prática do professor. No entender desse autor, essas obras são, na maioria das vezes, as principais fontes para elaboração das aulas, a partir do que os autores desses materiais propõem. Por outro lado, o professor toma conhecimento do currículo prescrito a partir do elenco de conteúdos abordados pelos autores dos livros didáticos.2) Quanto ao tipo de situações-problema: Para um trabalho eficaz, o professor deve aderir à prática de analisar os conteúdos a fim de identificar os tipos de situações-problema que favoreçam um ambiente em que os estudantes possam trabalhar matematicamente e, como consequência, construir sentidos e significados dos conceitos abordados. 3) introdução dos conteúdos dos capítulos: analisamos como os autores propõem o início do trabalho da multiplicação e da divisão. Percebemos que o capítulo da Multiplicação apresenta o conceito através da soma de parcelas sucessivas. 4) Situação-problema: desafios ou exercícios? – analisamos se as atividades eram situações para treinar os algoritmos, isto é, exercícios, ou se eram propostas desafiadoras para os estudantes; 5) Estratégia pessoal ou indução: propostas sugeridas pelo livro para resolução de problemas – nesta categoria, analisamos se havia espaço para que o estudante expressasse sua resolução e sua forma de pensar nas atividades do livro. Em relação à Teoria das Situações Didáticas (BROUSSEAU, 2008), foi possível identificar quais atividades propiciavam um ambiente para que os estudantes pudessem manipular seus saberes, criar hipóteses, socializar suas dúvidas com os colegas e desenvolver as situações de modo a construir os significados matemáticos. As professoras entrevistadas alegaram utilizar e gostar do livro didático por três motivos principais: 1) enfatizar o treino com os algoritmos; 2) apresentar ilustrações que facilitam a compreensão das situações pelos estudantes; 3) utilizar situações de fácil compreensão para o aluno. O livro apresenta as ideias da teoria dos

339



VI SEMINÁRIO PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS
V SEMINÁRIO DE EGRESSOS DO PPGEDU/FFP/UERJ
“EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM TEMPOS DE RECONSTRUÇÃO:
Desafios da Escola Pública na superação das desigualdades”
28,29 E 30 de Novembro de 2023

Campos Conceituais de Vergnaud, mas caberá as professoras diversificarem as situações em relação ao local da incógnita nas situações-problema propostas para as crianças, como também, propor outros desafios para seus alunos. A análise de livro didático compreende uma ação que contribui para a prática pedagógica do professor que ensina/media processos de aprendizagem matemática, pois desperta nesse profissional um olhar crítico e investigativo no processo de seleção de material didático e elaboração de atividades e fomenta o despertar de interesse pelas questões didático-pedagógicas à luz dessas teorias, não de forma teórica, mas procurando colocá-las em prática nas atividades enquanto docente. Tal prática de analisar conteúdos abordados em livros didáticos propicia elementos que promovem o desejo e a prática de explorar o repertório de conteúdos, materiais e atividades. Também, promove a reflexão em relação ao currículo de Matemática para os diferentes níveis e modalidades de ensino.

340

Palavras-chave: anos iniciais; campo multiplicativo; livro didático.

Referências

BROUSSEAU, G. **Introdução ao estudo das Situações Didáticas:** conteúdos e métodos de ensino. Tradução de Camila Bogéa. São Paulo: Ática, 2008.

NUNES, Terezinha; BRYANT, Peter. **Crianças fazendo matemática.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Tradução: Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2000

SMOLE, Katia Stocco; DINIZ, Maria Ignez (Org.). Comunicação em matemática: instrumento de ensino e aprendizagem. **Mathema**, São Paulo, 23 maio 2019. Disponível em: <https://mathema.com.br/artigos/comunicacao-em-matematica-instrumento-de-ensino-e-aprendizagem/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

VERGNAUD, Gérard. O que é aprender? In: BITTAR, Marilena; MUNIZ, Cristiano Alberto (Org.). **A aprendizagem matemática na perspectiva da teoria dos campos conceituais.** Curitiba: Editora CRV, 2009.